



***Discursos e representações do corpo durante a ditadura militar
no Brasil (1968-1979)***

Anderson da Silva Soares

NATALIRN, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA II: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES
ESPACIAIS

***Discursos e representações do corpo durante a ditadura militar no
Brasil (1968-1979)***

ANDERSON DA SILVA SOARES

NATAL/RN, 2016

ANDERSON DA SILVA SOARES

**Discursos e representações do corpo durante a ditadura militar no Brasil
(1968-1979)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa II, Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira.

NATAL/RN, 2016

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Soares, Anderson da Silva.

Discursos e representações do corpo durante a ditadura militar no Brasil (1968-1979) / Anderson da Silva Soares. - 2016.

196 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, 2016

1. Ditadura. 2. Brasil - História - 1964-1985. I. Pereira, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94(81).088

ANDERSON DA SILVA SOARES

Discursos e representações do corpo durante a ditadura militar no Brasil (1968-1979)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira

Departamento de História – CCHLA/UFRN

(Orientador)

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Junior

Departamento de História – CCHLA/UFRN

(Examinador Interno)

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira

Unidade Acadêmica de História - UFCG

(Examinador Externo)

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha

Departamento de História – CCHLA/UFRN (Suplente)

(Examinador)

NATAL/RN, 2016

*À Ney Matogrosso, Tony Tornado e Leila
Diniz (in memoriam). Corpos desviantes
que ousaram se afirmar com ímpeto
e altivez numa atmosfera autoritária
e repressiva que foi predominante nos
anos de vigência da ditadura
militar no Brasil.*

AGRADECIMENTOS

Escrever uma Dissertação de Mestrado é uma tarefa que impõe desafios. Mas, os obstáculos passam a ser amenizados quando se tem importantes suportes afetivos no decorrer do percurso. Por isso, a importância de lembrar pessoas que colaboram imensamente com este trabalho, desde o afetuoso incentivo até uma discussão acalorada sobre a relação corpo e poder.

Em primeiro lugar agradeço aos meus familiares pelo permanente incentivo, em todos os momentos de desafios profissionais e acadêmicos. Principalmente, ao meu pai, que, mesmo inconscientemente, despertou em mim intenso interesse por este tema.

Agradeço ao orientador Henrique Alonso de Albuquerque Pereira, pela sensibilidade em acolher o tema. Pelas férteis colocações e sugestões sobre a ampliação da pesquisa. Ainda, pela enorme paciência nos encontros e conversas durante toda construção desta dissertação.

Agradeço à Durval Muniz de Albuquerque Junior, importante referência no que tange os estudos relacionados à Michel Foucault e da relação entre corpo e poder. Fundamental entusiasta do tema corpo e sexualidade e um grande incentivador nos frutíferos diálogos, desde os dias de graduação.

Agradeço aos professores que compõem o Programa de Pós-Graduação em História – PPGH. Por suas colaborações nas discussões concebidas durante as aulas, que muito nos serviram para construção de apontamentos relevantes e argutos no que tange pesquisa histórica e produção de uma dissertação.

À melíflua Alice, um agradecimento muito especial. Pela revisão gramatical que lhe exigiu paciência. Pela cumplicidade, companheirismo e por todos os dias de convívio e afeto. Sempre incentivando e colaborando em inúmeros e frutíferos diálogos sobre o tema.

Ao amigo/irmão Alexandre Alves Pinto (IUPERJ), querido, sempre disponível e acolhedor. Um incentivador de todos os instantes, com sugestões e alternativas que sempre engrandeceram o tema de minha pesquisa. A cumplicidade e lealdade sempre fizeram parte integrante de nossa longa e fértil amizade.

Faço agradecimento sincero aos amigos Flademir Dantas e Arlan E. Leite (também mestre pelo PPGH). Preparamo-nos juntos, criamos um fértil e produtivo grupo de estudos com este objetivo. Num estudo descontraído e imensamente produtivo.

À Leda Campelo (também mestra pelo PPGH). Foram seus textos preparatórios e suas importantes dicas que nos impulsionaram na compreensão da produção de espaço solicitada pelo PPGH.

Aos colegas de mestrado que compartilharam as inquietações do percurso e pelo acolhimento mútuo dos temas: Ilka, Rafaela, João Paulo, Paulo Victor, Adriel e Daniela.

Ao projeto Capes/Procad, pelo financiamento de minha viagem de pesquisa para o Rio de Janeiro, que possibilitou fecundo trabalho com as fontes encontradas.

Aos zelosos funcionários do Arquivo Nacional (RJ), pelo atendimento acolhedor e prestativo nos dias de pesquisa que exigiram acuidade, calma e paciência. E pelo excelente trabalho na manutenção física da memória arquivística nacional.

À Álvaro Caldas (RJ), jornalista e ex-militante da luta armada nos “anos de chumbo”. Um obrigado pela entrevista cedida e pelo acolhimento em dias de pesquisa no Rio de Janeiro.

Aos funcionários da Comissão da Verdade (seção RJ), agradecimento pela acolhida e fornecimento de importantes informações sobre localização de materiais e possíveis entrevistados.

A palavra gratidão parece ser a mais adequada ao nos referir à todos que colaboraram durante todo o percurso de construção desta dissertação de mestrado.

*“Não há história do corpo que não seja uma
arqueologia dos discursos e uma genealogia dos olhares”.*

(Jean-Jacques Courtine)

Resumo

SOARES, Anderson da Silva. Discursos e representações do corpo na ditadura militar no Brasil (1968-1979). Orientador: Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira. Natal: UFRN/PPGH, 2016. Dissertação (Mestrado em História)

O objetivo deste trabalho é discutir as representações e discursos sobre o corpo produzidos durante a ditadura militar no Brasil (1968-1979). Para historicizá-los, pretendemos analisar documentos originários dos órgãos de censura e repressão (principalmente os originários do DCDP: Divisão de Censura de Diversões Públicas), cartas de cidadãos comuns endereçadas ao governo, registros de memórias, matérias de revistas e ainda produção bibliográfica sobre o período pesquisado. Além da análise documental, observamos particularidades e contradições que faziam parte do contexto histórico. Ainda a relação da ‘moral revolucionária’ das esquerdas deste contexto com o corpo. Por meio deste exame, percebemos o corpo como um *locus* privilegiado para abordar e compreender a sociedade daquele momento, seus elementos simbólicos e a produção de subjetividades. Buscamos na historicização do corpo, dar visibilidade as forças de poder e formas de saber que substanciavam os discursos e representações que sustentavam a censura e defesa da “moral e dos bons costumes” (ditame que foi recrudescido a partir do AI-5 em 1968) tão fomentada pelo regime ditatorial e pela parcela conservadora e autoritária da sociedade que os apoiava. Localizamos discursos de controle, estigma, normatização e categorização dos corpos que eram considerados desviantes, imorais ou anormais. Inclui-se a discussão da dimensão política da prática da tortura, como o exercício de tentativa de controle e máximo poder punitivo aos corpos rebelados.

Palavras-chave: Corpo; Ditadura; Discurso; Subjetividade; Tortura.

Abstract

SOARES, Anderson da Silva. Body and representations during the military dictatorship in Brazil (1968-1979). Orientador: Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira. Natal: UFRN/PPGH, 2016. Dissertação (Mestrado em História)

The aim of this paper is to discuss the representations and discourses on the body produced during the military dictatorship in Brazil (1968-1979). To historicizing them, we intend to analyze documents originating in the censorship and repression organs (mainly originating in DCDP: Division of Censorship of Public Entertainment), letters from ordinary citizens addressed the government, memories records, materials from magazines and even bibliographic production on the period studied. In addition to the documentary analysis, we observed peculiarities and contradictions that were part of the historical context. Although the relationship of 'revolutionary morality' of the left in this context with the body. Through this examination, we see the body as a privileged locus to address and understand the society of that time, its symbolic elements and the production of subjectivities. We seek the body historicizing, give visibility to the power forces and ways of knowing that substantiated discourses and representations that supported the censorship and defense of "morals and good customs" (ruling that was recrudescido from the I-5 in 1968) as promoted by the dictatorial regime and the conservative and authoritarian portion of society that supported them. Locate addresses control, stigma, standardization and categorization of bodies that were considered deviant, immoral or abnormal. This includes the discussion of the political dimension of torture, as the exercise of trying to control and maximum punitive power to rebel bodies.

Keywords: Body; Dictatorship; Control; Subjectivity; Torture.

Abreviaturas e siglas

ALN - Ação Libertadora Nacional

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CIA - Central Intelligence Agency (EUA)

CIE - Centro de Informações do Exército

CISA - Centro de Informações da Aeronáutica

CODI - Centro de Operações de Defesa Interna

DOI - Destacamento de Operações de Informações

DCDP - Departamento de Censura de Diversões Públicas

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes

OBAN - Operações Bandeirantes

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCBR - Partido Comunista Revolucionário

POLOP -Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

SNI - Serviço Nacional de Informações

UNE - União Nacional dos Estudantes

VAR – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 - O CORPO DOS ANOS 1960, DIANTE DA DITADURA MILITAR E DE UMA REVOLUÇÃO DE COSTUMES.....	34
CAPÍTULO 2 - A TORTURA COMO ÁPICE DA INTERVENÇÃO ARBITRÁRIA SOBRE OS CORPOS.....	63
2.1 - A tortura dos corpos no Brasil.....	67
2.2 - AI-5 respalda violação e coisificação dos corpos rebelados.....	73
CAPÍTULO 3 - DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES DO CORPO DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL.....	95
3.1 - O corpo no alvo da repressão moral da ditadura militar.....	95
3.2 - As dimensões política e simbólica dos corpos nos discursos e pareceres dos órgãos de censura e repressão.....	107
3.3 - O corpo diante de uma “moral revolucionária” e proletária.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	186

INTRODUÇÃO

O período conhecido como Ditadura Militar, de 1964 a 1985, ainda hoje, oferece vastas possibilidades de investigações. Abrange o campo político-institucional, econômico, cultural e da produção de subjetividades.

São inúmeras as pesquisas e os trabalhos publicados sobre o tema, que permanece inacabado e despertando inquietações e reflexões contemporâneas, movidas por motivações diversificadas.

O tema desta dissertação está bastante coerente com a proposta da linha de pesquisa II (Cultura, Poder e Representações Espaciais) ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História (UFRN), pelo fato da mesma dar ênfase a história política e cultural das espacialidades, permitindo temáticas que abordem a relação do Estado com construções simbólicas e imaginárias do espaço. No caso específico deste trabalho, exploramos o espaço do corpo num dado momento histórico, político e cultural em que é explorada a produção de subjetividades originárias da relação entre corpo e poder.

Uma das inquietações, fomentadas por esta dissertação, é exatamente como os efeitos do poder do regime ditatorial reverberavam nas esferas do campo subjetivo e quais políticas do corpo eram geradas, a partir das censuras, vigilâncias e proibições relacionadas aos corpos dos cidadãos. São questões que tinham uma relação dialética e permanente com as originárias do âmbito político-institucional: os corpos dos indivíduos, carregando marcas simbólicas e representacionais do contexto político, cultural e social, naqueles anos de recrudescimento do regime ditatorial.

Conforme nossos questionamentos, compreendemos que a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) não se consolidou apenas pela força das armas, pela quantidade de soldados, pela censura dos meios de comunicação ou pela ferocidade de seus generais. A legitimação estava consolidada, não apenas pela ideologia ou pela consciência, mas sim pelas representações que estavam refletidas no corpo, pois “foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica” (FOUCAULT, 2006, p.77).

O recorte temporal deste trabalho é exatamente o tempo de vigência do Ato Institucional nº5, que vai de fins de 1968 e 1979. Este foi um instante mais fértil de

produção de pareceres, que colaboram enormemente para a problemática que construímos nesta dissertação. Um momento em que a repressão política se intensifica juntamente com a repressão moral, geradora de inúmeros pareceres, repletos de observações e apontamentos repressores relacionados ao corpo.

Um importante elemento motivador, para a efetivação desta pesquisa, é o desejo de colaborar com reflexões contemporâneas, acerca da *História do Corpo*, com problemáticas interdisciplinares e contextos desafiantes, como a Ditadura militar, no Brasil. Daí apontar o reconhecimento do corpo como um *locus* privilegiado, para compreendermos a relação da sociedade daquele contexto com o regime ditatorial.

Acreditamos que as abordagens que trazem a dimensão histórica e política do corpo, em nossa sociedade, não são muito numerosas e necessitam de mais pesquisas contributivas, que possam reconhecer que o corpo como lugar de inscrição das marcas da sociedade e do seu tempo histórico e cultural como podemos observar em recortes extremamente específicos como o proposto por esta dissertação.

Uma importante demonstração de reflexão contemporânea foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹, em 2011, que concluiu seu relatório exatamente no cinquentenário do Golpe Militar de 1964. Neste relatório, foram esmiuçados os crimes cometidos pelos agentes do Estado brasileiro, principalmente as violações dos direitos humanos, a partir da prática da tortura como política de Estado.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade nos fornece mais detalhes sobre como funcionavam os porões da repressão política, durante o tempo de vigência da ditadura militar, no Brasil. Importantes depoimentos de ex-agentes dos Órgãos de repressão, falando abertamente como funcionava a aplicação das barbaridades contra os prisioneiros políticos, como as prisões ilegais, tortura, morte e desaparecimento dos corpos.

Ficou claro que

¹ Comissão Nacional da Verdade foi criada para investigar violações de direitos humanos cometidas por agentes do estado, ocorridas entre 1946 e 1988. Começou seu trabalho em maio de 2012 e entregou relatório final para Presidente Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014. Foi instituída pela lei nº12.528 de 2011.

a CNV atuou com a convicção de que o esclarecimento circunstanciado dos casos de detenção ilegal, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, bem como a identificação de sua autoria e dos locais e instituições relacionados à prática dessas graves violações de direitos humanos, constitui dever elementar da solidariedade social e imperativo da decência, reclamados pela dignidade do país (...). (BRASIL, 2014, p.21)

A partir daí, surgem reflexões contemporâneas, acerca do funcionamento da ditadura militar, no Brasil. Surgem questões que até então não foram muito exploradas, como a produção de subjetividades, como a sociedade, de modo geral, lidava com o governo ditatorial e como a atmosfera autoritária reverberava nos indivíduos e nos seus cotidianos. Referimo-nos especificamente aos seus corpos, suas sensibilidades, sexualidade, diante dos enquadramentos e ditames de controle originários dos órgãos de vigilância, concebidos pelo regime ditatorial. Acreditamos também que

como as violações de direitos e as opressões no campo da sexualidade merecem também um olhar particular do ponto de vista do trabalho de memória e justiça na democracia, para que efetivamente se possa garantir o direito à diferença e à diversidade como parte fundamental do respeito aos direitos humanos. (QUINALHA, 2014, p.251)

Ao examinarmos documentos originários dos Órgãos de repressão, percebemos que havia uma preocupação que não era restrita às questões meramente políticas, como a preocupação com a “subversão”, mas também com as questões morais, que passam, obrigatoriamente, pela preocupação em controlar e enquadrar os corpos, numa moral condizente com os valores coerentes com o autoritarismo e com o conservadorismo do regime militar, fomentados pela parcela conservadora da sociedade, que os apoiava e dava importante sustentação e respaldo para às ações ditatoriais.

A mais importante inquietação que acabou por fomentar intenso interesse por este tema foi de cunho afetivo. Pois, sendo adolescente transgressor (filho de um pai militar que inconscientemente fomentou a transgressão com suas condutas “moralizadoras”), que passou a ter interesse pela leitura de livros de memórias de ex-militantes da luta armada e de temáticas que envolviam o comportamento desviante em atmosferas autoritárias.

Ao abordar o corpo desviante em atmosferas autoritárias, não há como não mencionar o lugar do autor desta dissertação. Fato ainda soa incomum: um cidadão de cor negra e de origem pobre sendo produtor de uma dissertação de mestrado numa universidade federal. Não há dúvidas que estas “marcas”, “lugares” e territórios sociais

produzidos pelas relações de poder, foram fundamentais na produção de subjetividades que impulsionaram o extremo interesse por este tema, que não parte apenas de afinidades intelectuais e acadêmicas.

O corpo é um espaço e elemento social carregado de subjetividades, signos e teores simbólicos, que refletiam a tentativa de enquadramento e domesticação moral, a qual era o objetivo dos órgãos de repressão e censura, concebida nos anos de vigência da ditadura militar.

O conceito de Biopolítica, desenvolvido por Foucault (2009), fomenta a problemática deste trabalho, pois vamos entender que a política de repressão e controle da ditadura militar também passava, necessariamente, por uma ordem disciplinar do corpo, fundamental para uma hegemonização social. O controle político dos corpos, também passava por “regras”, de caráter anátomo-política disciplinar, que recrudescia desígnios relacionados à higiene, à medicina, à estatística. Numa apropriação do processo biológico, para controlar e, eventualmente, modificá-los através da punição ou exclusão, em “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 2007, p.161)

A partir deste conceito, explicitado na citação anterior, construímos nossas reflexões sobre a relação das questões do corpo com a política institucional, observando que “o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder”. (Foucault, 2009, p. 134)

Esta citação de Foucault nos serve de subsídio na compreensão da relação entre corpo e poder. Poder, este da ditadura militar que passava pela tentativa de naturalizar seus desígnios, através dos processos biológicos e corporais, nos quais estavam evidentes as marcas da relação entre o sujeito e a sociedade.

A preocupação com o controle dos corpos não foi invenção dos militares que promoviam a ditadura, mas intrínseco a toda e qualquer relação de poder, a partir do nascimento de uma biopolítica:

Se pudéssemos chamar de ‘bio-história’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. (FOUCAULT, 2009, p. 134)

Autor fundamental em nossa referência de espaço, Tuan (1983), faz-nos refletir o espaço como um território, que pode ser marcado e defendido, a partir de inúmeras construções simbólicas e subjetivas que são intrínsecas à perspectiva da experiência. Neste caso, é o corpo que será capaz de moldar e organizar o espaço no qual ele está inscrito, numa relação de fluxos permanentes entre o mesmo e o grupo social que está inserido:

“Espaço” é um termo abstrato para um conjunto complexo de ideias. Pessoas de diferentes culturas diferem na forma de dividir seu mundo, de atribuir valores às suas partes e de medi-las. As maneiras de dividir o espaço variam enormemente em complexidade e sofisticação, assim como as técnicas de avaliação de tamanho e distância. Contudo existem certas semelhanças culturais comuns, e elas repousam basicamente no fato de que o homem é a medida de todas as coisas. Em outras palavras, os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fatos: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distantes) entre as pessoas. O homem, como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais. (p.39)

A partir desta referência, vamos entender o corpo, durante a ditadura militar. Um corpo que esteve vulnerável à produção espacial de um dado período histórico e cultural específicos, que acabou por ser espaço de inscrição, conforme um conjunto de discursos e práticas, que eram fomentados tanto por uma tradição cristalizada quanto pelo poder militar, que o recrudescia em nome de corpo útil e produtivo, que espelhasse seus desígnios. Neste contexto “o corpo é pouco mais que uma massa de modelagem à qual a sociedade imprime formas segundo suas próprias disposições: formas nas quais a sociedade projeta a fisionomia do seu próprio espírito”. (RODRIGUES, 1983, p. 62)

Em Sennett (2008), vamos fomentar esta dissertação com o conceito de corpo, diante da geografia urbana, em que os espaços são construídos com base na imagem dos corpos dos sujeitos sociais, que compõe a sociedade. A partir de poderes constituídos, resultantes da relação entre o urbanismo, arquitetura e os corpos, são estabelecidas complexidades, exclusões, linguagens, categorias, subjetividades, regras, diferenças e hierarquias determinantes para a manutenção do grupo social. Por isso, que em nossas

hipóteses investigativas, compreendemos que “as relações entre corpos humanos no espaço é que determinam suas reações mútuas, como se veem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam”. (p.15)

Sennett (2008) sintetiza e corrobora muito o processo social resultante da relação entre corpo e geografia urbana:

Ao longo da história do Ocidente, imagens dominantes do corpo estilçaram-se no processo de sua transferência para a cidade. A imagem idealizada encerra um convite à multiplicação de valores, dadas as idiossincrasias físicas de cada um, que além disso possui desejos opostos. As contradições e ambivalências despertadas por ela expressam-se, nas cidades ocidentais, por meio de alterações que macularam e subverteram a forma e o espaço urbanos onde, todavia, foi a própria natureza do corpo humano – necessariamente incoerente e fragmentada – que contribuiu para gerar direitos e dignificar as diferenças. (p.23)

E a quais espaços estamos nos referindo? Os espaços (tanto materiais quanto os simbólicos) foram impregnados pelos valores e desígnios da ditadura militar, instalada em 1964. Os espaços físicos passaram a serem articulados, conformes os objetivos de domesticação do corpo, por exemplo, ao decretar que, em determinados ambientes, determinados sujeitos, com determinados tipos físicos e vestuários, eram proibidos de circularem por tais locais públicos.

O corpo, que observamos, durante a ditadura militar, como ponto de partida de compreensão do contexto sócio-político é “superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização” (FOUCAULT, 2006. p. 22). É este o corpo, apontado nesta citação que faz parte da problematização desta pesquisa, o qual sofreu as modelações e inscrições dos acontecimentos políticos e sociais daquele contexto.

É a partir do conceito de estigma, de Goffman (1975), pautamos nossa reflexão sobre os efeitos do imaginário dos militares e dos conservadores, que fomentavam o autoritarismo e a exclusão. Os corpos “anormais” e “imorais”, naquele contexto, acabavam por se tornar marginais, num cotidiano de invisibilidade e sociabilidade oculta . Pois:

Em todos os exemplos de estigma, (...)encontra-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na

relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, distribuindo a possibilidade de atenção para os outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma nova característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamadas de *normais*. (GOFFMAN, 1975, p.14)

É com base neste conceito de Goffman (1975) que acabamos por compreender a origem dos olhares e discursos presentes nos pareceres dos órgãos de censura, que apontam seus parâmetros de normalidade e anormalidade diante dos corpos e comportamentos.

Nesta dissertação, reconhecemos o corpo sob o olhar micropolítico. A partir das questões de ordem subjetiva (que passam pelo cotidiano, indivíduos e prática interpessoal) é que teremos melhor compreensão das representações do corpo, diante dos acontecimentos políticos e sociais, que acabam por ofuscar as singularidades que escapam do “fisiológico” e do “anatômico”. Por isso, vamos nos apoiar no conceito de micropolítica, construído por Guattari e Rolnik (2005).

Guattari e Rolnik (2005) explicitam a relação dos fluxos permanentes entre as questões macro e micro, que não se trata de questões numérica e de dimensão, mas de essência e natureza. Não há como quantificar as questões micropolíticas. E este conceito é bastante relevante para olharmos e discutirmos a relação do corpo com o cotidiano da ditadura militar (as leis, proibições, estigmas, discursos, etc.). Então,

Micro-política e Macro-política: “não tem nada a ver com o “grande” (a sociedade, o Estado...o todo) e “pequeno” (o individual, o intraindividual, o grupal...a parte, a unidade). Não se trata de uma diferença de grau, mas de natureza. Não se trata de uma diferença de tamanho, escala ou dimensão, mas de duas espécies radicalmente diferente de lógica. “Macro” é a política do plano concluído pela terceira linha, do plano dos territórios: mapa. (...) Mapa só cobre o visível. Aliás, de todo o processo de produção de desejo, só nesse plano há visibilidade: é o único captável a olho nu.. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 59 e 60)

Este conceito, apresentado por Guattari e Rolnik (2005), traz sustentação para a referência de corpo, desta pesquisa, que não é o referenciado em aspectos fisiológicos, mas em seu referencial político e histórico, em seus signos sociais que carregam, determinantes na relação na constituição dos aspectos micropolíticos, no contexto apontado por esta pesquisa. Micropolítica, apresentada aqui, é a que se refere às questões subjetivas da política do corpo e que estão em fluxos permanentes com as da macropolítica, que fervilhavam entre as décadas de 1960 e 1970, no Brasil.

Os anos de ditadura militar, no Brasil, também foram os anos de Guerra Fria e bipolarização. Este foi um contexto político que proporcionou a produção de uma geopolítica de controle, a qual objetivava combater o “inimigo interno”, mas passava também por uma política dos corpos. Foram utilizados enquadramentos, para que os corpos permanecessem dóceis e úteis, diante do projeto de uma “pátria livre do comunismo e da imoralidade”.

Entendemos que

A geopolítica do general Golbery não é uma “ciência” e interessa-nos a sua prática no Brasil. Aqui, como na Alemanha pós-década de 1920, ela transformou-se em importante auxiliar daqueles que defendiam um Estado autoritário. Forneceu, juntamente com a Doutrina de Segurança Nacional, a base ideológica da ditadura. Poucos historiadores analisam tal geopolítica como um dos componentes principais do golpe militar de 64. Por ser incoerente e sustentar ideias anacrônicas e absurdas, não desperta respeito. No entanto, considerando o resultado do seu uso, ela desempenhou um papel fundamental. Principalmente porque essas ideias, elaboradas de acordo com um paralogismo que caiu como uma luva para os militares, foram aplicadas. (CHIAVENATO, 1994, p.9)

Observamos nesta citação, o quanto foi importante a elaboração de uma geopolítica, para o desenvolvimento do projeto autoritário do regime ditatorial. Mas, ao analisarmos documentos dos órgãos de repressão e censura, percebemos que o corpo estava incluso nesta dinâmica de enquadramento e adaptação. A repressão não estava restrita à questão política, mas também a idealizações, no campo da moralidade e do controle do movimento dos corpos daqueles que compunham o território brasileiro, naquele contexto.

Nesta dissertação, procuramos analisar a produção de discursos sobre os corpos presentes nos pareceres, no que tange à modelação, à adaptação, ao enquadramento e à repressão. Por isso, este trabalho foi subsidiado pelas hipóteses levantadas por Foucault, na obra *A ordem do discurso* (1996), que traz claramente o importante reconhecimento de que todo discurso é consequência de um contexto histórico, cultural, político e científico, carregado de particularidades temporais, que não podem ser ignoradas diante da análise do mesmo. Pois os “discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos, não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”. (FOUCAULT, 1996, p.37)

A partir das elaborações de Foucault (1996), sobre a produção do discurso, analisamos os documentos originários dos órgãos de repressão, compreendendo que o mesmo parte de um lugar, um sujeito, um tempo histórico que não tem como haver neutralidade. Foi o caso dos discursos sobre o corpo, produzidos durante a ditadura militar, que, longe de serem neutros, revelavam intenções, poder e desejo, ainda uma importante carga da tradição conservadora e autoritária, que fazem parte do percurso de construção histórica do Brasil.

A partir desta discussão é que consideramos para este trabalho que o discurso

não é simplesmente aquilo que manifesta (ou o oculta) o desejo; é também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1996, p. 10)

Os documentos analisados foram examinados, a partir deste reconhecimento dos teores ideológicos e elementos temporais. Os discursos contidos nos pareceres, nas cartas de cidadãos e nas matérias de revistas datadas das décadas de 1960 e 1970, não foram analisados apenas na materialidade, mas na produção de subjetividades e representações, diante dos indivíduos e da sociedade daquele contexto. Inevitavelmente, entendemos o “discurso como um objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas”. (FOUCAULT, 1996, p. 37)

Conforme Bourdieu (2007), para que se compreender o funcionamento de uma sociedade é necessário esmiuçar o seu sistema simbólico, que é responsável pela criação dos elementos representacionais de uma rede de poder, que circula e “constrói uma realidade” (p. 9). Os sistemas simbólicos, que estão intrincados nos pareceres institucionais, nos discursos públicos, nas crenças e conjunto de valores de uma sociedade e de um determinado momento histórico, são importantes produtores de subjetividades. Pois, os

símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimentos e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”. (BOURDIEU, 2007, p.13)

Os discursos contidos, nas opiniões e pareceres dos censores, não são palavras independentes e neutras, mas carregadas de poderosíssimas camadas simbólicas, que

representavam valores e ideologias, vinculadas à tradição autoritária e conservadora do país, que circulavam de maneira “invisível”, e intensificada com chegada dos militares ao Poder. A ditadura militar, como qualquer outro regime autoritário, necessitava de ferramentas simbólicas para se consolidar e não apenas o poder das armas.

Sobre a prática da tortura, sabemos que as violações aos corpos dos presos políticos, durante a ditadura militar, ocorreram desmedidamente, praticadas de forma clandestina, para que, oficialmente, não desrespeitassem as convenções internacionais relacionadas aos direitos humanos. Os legisladores não colocaram por escrito a autorização para torturar. Estariam desrespeitando as Convenções de Genebra, “(...) não ousaram escrever, mas a exerceram durante todo o tempo”. (ARANTES, 2014, p.148)

A tortura foi intensificada e sofisticada, a partir do AI-5 (1968) e passou a ser sistemática, nos porões do regime de exceção; objetivando obter confissões e marcar severamente os corpos dos opositores, que faziam parte dos grupos que combatiam o regime.

Nesta citação, originária do Projeto *Brasil Nunca Mais* (1985), compactuamos com a importância do uso da tortura, pelo regime militar, desde 1964, como ferramenta de punição aos seus opositores: “O emprego sistemático da tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo Regime Militar que se implantou em 1964. Foi, também, parte integrante, vital, dos procedimentos pretensamente jurídicos de formação da culpa dos acusados”. (p. 203)

Não compreendemos o papel dos torturadores como meros “cumpridores de ordens” ou como “desequilibrados mentais”, mas como sujeitos perversos (sob a ótica da teoria psicanalítica), pois escolheram exercer a tortura². Eram sujeitos que levavam uma vida “normal” e comum fora dos porões da ditadura. Pelo fato de a prática da tortura ser clandestina, conseguiam canalizar seu potencial de destrutividade, sem precisar dar satisfações ou ter de se haver com as barreiras civilizatórias.

Nesta pesquisa buscamos a compreensão política dos atos punitivos ao corpo, dos indivíduos que faziam parte deste contexto, não se restringido à aplicação da violência sem significados. Ao analisar os documentos vamos perceber que o

² Não consta, mesmo em depoimentos de ex-torturadores, a obrigatoriedade da tortura. Existia uma “seleção” daqueles que melhor se encaixavam na dinâmica subjetiva de não sentir culpa ou remorso no ato de matar ou de aplicar inomináveis violências ao corpo do torturado.

“torturador é alguém que atua deliberadamente sobre o outro, alguém que, em posição assimétrica de poder, abusa e rouba do outro sua vontade, sua capacidade de decisão e sua própria definição de si mesmo” (AMATI, 1993. p.27). Neste trecho mencionado, percebemos o quanto há de significados na violência aplicada pelos homens, responsáveis por torturar opositores da ditadura militar.

Em uma de suas obras mais significativa para o estudo do tema, Sigmund Freud faz uma reflexão que nos chama a atenção para a dificuldade dos indivíduos, diante das limitações pulsionais e restrições dos ímpetos destrutivos, impostos pelas regras de civilidade:

A existência da inclinação para a agressão, que podemos detectar em nós mesmos e supor com justiça que ela está presente nos outros, constitui o fator que perturba nossos relacionamentos com o nosso próximo e força a civilização a um tão elevado dispêndio (de energia). Em consequência dessa mútua hostilidade primária dos seres humanos, a sociedade civilizada se vê permanentemente ameaçada de desintegração. (...) A civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas. (FREUD, 1996, p.68)

Conforme as observações de Sigmund Freud, eis um enorme desafio para o processo civilizatório e cultural: o não controle desta inclinação para destruição, presente nos seres humanos. Existem ímpetos destrutivos que alguns conseguem controlar e “adequá-los” às regras de civilidade e outros, que vão procurar meios para dar vazão explícita a esses ímpetos. É o caso dos torturadores que, clandestinamente, vivenciam seu puro deleite pulsional de destruição e violência, para logo após voltarem para suas vidas de pessoas “normais” e “civilizadas”.

Não consideramos a ação do torturador como a de um “desequilibrado mental”, mas como a de um ser humano comum, em que suas pulsões destrutivas pedem vazão, a todo instante. Por este motivo, é de difícil compreensão a questão trazida pela Psicanálise que nos diz que “a questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição”. (FREUD, 1996, p.151)

A complexidade que envolve o tema resulta em intitular os torturadores como “monstros”, numa tentativa de afirmar, que a vontade de maltratar e submeter outro

humano às mais bárbaras torturas, não faz parte da constituição dos seres humanos. A psicanalista Elisabeth Roudinesco faz um importante questionamento:

Se o homem mais infame, carrasco dos outros homens, pode ser qualificado, como bestial ou não humano quando manifesta, em sua relação com seus semelhantes, uma crueldade visivelmente originária de sua animalidade profunda, o que dizer da maneira como humanos tratam os animais? (ROUDINESCO, 2008, p.165)

Para a Psicanálise, o ímpeto destrutivo é apenas uma das formas de perversão³, de obtenção particular de prazer “sexual”, que fazem parte da constituição de sujeitos sociais singulares. Ou seja, alguns indivíduos sentem extremo prazer em maltratar, destruir e matar o seu semelhante. E desafiam o processo civilizatório e as limitações impostas pelas leis de defesa da vida humana e bem-estar coletivo. Assim, “forma mais englobante, designa-se por perversão o conjunto do comportamento psicosssexual que acompanha tais atipias na obtenção do prazer sexual”. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 341)

Não entendemos a tortura como algo produzido exclusivamente pelas ditaduras militares, mas que sempre fez parte dos grupos humanos em todas as etapas históricas. Como uma “implacável força desagregadora, de impulsos humanos de agressão e de autoaniquilação, que Freud, nomeou como *pulsão de morte*.” (ARANTES, 2013, p. 260)

O conceito de “Vida nua”, do filósofo Giorgio Agamben é fundamental para nossa abordagem, acerca da utilização da tortura, durante a ditadura militar no Brasil. A tortura, por ser clandestina e jamais assumida publicamente, pelos comandantes militares, fazia com que o preso político (também em condições clandestinas), sem estar preso oficialmente, ficasse vulnerável às barbaridades dos torturadores. Os atos de tortura jamais seriam admitidos diante da existência de convenções internacionais, que condenam explicitamente tais práticas. Pois, “nós já encontramos uma esfera-limite do agir humano que se mantém unicamente em uma relação de exceção. Esta esfera é a da

³ Conforme a teoria psicanalítica a Perversão é uma forma obtenção de prazer que não se “enquadra” nos parâmetros de “normalidade” e não aceita pelas regras civilizatórias. Por isso, o ato de tortura é considerado uma das formas perversas de obtenção de prazer.

decisão soberana, que suspende a lei do estado de exceção e assim implica nele a vida nua”. (AGAMBEN, 2010, p.84)

Conforme as observações de Agamben (2010), os prisioneiros políticos foram reduzidos à condição de *homo sacer*, com corpos matáveis e excluídos da condição humana. O corpo do prisioneiro clandestino, submetido à tortura, foi à reduzido a condição de sub-espécie e inexistente, perante à Justiça e à qualquer forma de proteção da lei. Absolutamente vulnerável e entregue ao sadismo e poder de destruição dos torturadores. Por que “esta zona cinzenta entre o *sacer* – impuro e matável, e o sagrado – propriedade dos deuses, permite que alguém decida que são os impuros e matáveis”. (ARANTES, 2013, p.312)

A vida do preso político, que não está preso oficialmente, não está sob os cuidados e responsabilidades da Justiça, pois o seu corpo estava numa espécie de “não existir” socialmente, absolutamente entregue à animalidade e ao sadismo explícito de torturadores, devidamente treinados, para trucidar os adversários políticos do governo militar; semelhante à situação dos judeus, nos campos de concentração nazistas. Só poderia ser aplicada num “terreno vago”. Agamben (2010) explicita que “soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera”. (p.85)

A prisão clandestina é um espaço altamente artificial, em que as estruturas de poder excluem da proteção jurídica as formas de vida que não se submetam à sua ordem. Resume-se a uma experiência de absoluta inexistência social, estado de desproteção e de ilegalidade de quem é acuado em um terreno vago, submetido a viver em estado de exceção. Exatamente o que Agamben (2010) conceitua como “Vida nua”:

Se o soberano, na medida em que decide sobre o estado de exceção, compete em qualquer tempo o poder de decidir qual vida possa ser morta sem que se cometa homicídio, na idade da biopolítica este poder tende a emancipar-se do estado de exceção, transformando-se em poder de decidir sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante. (AGAMBEN, 2010, p.138)

No contexto desta pesquisa, o corpo é o principal depositário de recordações, ponto de partida para a construção de memórias (de ex-militantes da esquerda armada) as quais também utilizaremos como referência de pesquisa. Relatos que foram construídos exatamente no momento em que o país vivia a abertura política e que apareciam os primeiros registros dos dias de terror. Por isso, entendemos que o corpo

pode ser um meio em si de recordações, “na medida em que os processos psíquicos e mentais de recordação são ancorados de maneira tanto somática quanto neuronal. O corpo estabiliza lembranças por meio de habituação, e as fortalece pelo poder de afecção”. (ASSMANN, 2011, p. 25)

A memória que estes sujeitos apresentam, sobre período pesquisado, não é apenas cognitiva ou intelectual, mas primordialmente corporal. As dores, as constituições subjetivas, as sequelas e traumas fazem parte de uma memória corporal, em que estão impressas as poderosas marcas do poder punitivo do regime totalitário. Assmann (2011) nos traz importante referência sobre este determinante armazenamento corporal e sua relação com o presente dos mesmos. Este conceito é um importante referencial para esta pesquisa, ao analisarmos os que foram vitimados pela tortura e expressam seus resquícios e marcas psíquicas, que foram construídas através do ataque ao corpo:

Pode ser que a força da vontade ou do presente sobre a memória seja quase limitada, mas esses espaços de ação podem voltar a ser limitados por um outro fator: o corpo. Há experiências e feridas corporais inscritas corporalmente que, assim asseguram os especialistas, escapam a manipulações voluntárias. Por isso, a meu ver a tese de transformação e capacidade de adaptação da memória é inexpressiva e incorre em outro extremo do modelo de armazenagem. Por mais convincente e incontestável que seja a descoberta de que as memórias são reconstruídas sempre no presente e sob as condições específicas dele, parece-me exagerada a tese de que as recordações “não dependem do passado”, mas exclusivamente do presente. (ASSMANN, 2011, p. 268)

Nesta citação percebemos o quanto que no espaço do corpo está registrada a inscrição de um trauma, de um tempo específico que não há como se apagar. Neste corpo, que de quem vivenciou os anos de ditadura militar, que foi cenário de produção de subjetividades repletas de particularidades que apenas cada indivíduo pode relatar.

Por este motivo foi relevante para nossa pesquisa a recorrência aos livros de memórias de ex-militantes, que combateram a ditadura militar, fizeram parte de organizações clandestinas e têm importantes relatos testemunhais e produção de subjetividade daquele contexto social e político extremamente inquietante: clandestinidade, prisão, tortura e exílio. Os relatos que mais foram úteis para a abordagem de nosso trabalho foram: Gabeira (1979), Sirkis (1980), Betto (1982), Daniel (1981), Gorender (1987) e Caldas (1981).

A partir de análise de livros de memória, foi possível compreendermos como a esquerda daquele contexto lidava com as questões relacionadas ao corpo. Nos relatos singulares dos ex-militantes, reconhecemos que, dentre as dificuldades no cotidiano da militância, estavam os obstáculos subjetivos e psíquicos, diante da obrigatoriedade de militarizar o próprio corpo, na construção idealizada de militante guerrilheiro.

A partir do exame de pareceres, originários dos Órgãos de censura e repressão, compreendemos que a defesa da “moral e dos bons costumes” não era obra exclusiva dos militares, mas fomentada pelas parcelas conservadoras da sociedade, que viam no regime ditatorial a grande oportunidade de fazer valer seus valores. É relevante lembrar que o preconceito a determinados corpos não surgiram com a ditadura militar, como lembra Fico (2014):

Ela (ditadura) apenas forneceu aos moralistas e conservadores, então no poder, os meios para agirem. O que há de peculiar durante o regime militar, sobretudo após o AI-5, é que tais preconceitos foram utilizados pelos órgãos de informações para alimentar seus dossiês por meio da combinação entre “desvio moral” e “subversão”. (p.15)

Nesta citação de Fico (2014), compactuamos com percepção da combinação entre “desvio moral” e “subversão”, que era exatamente o reflexo dos corpos, que estavam sintonizados com a estética e o comportamento rebelde. A política do corpo foi inserida na “revolução de costumes”, que estava em curso (em lugares como França, EUA, etc.), num contexto sócio-histórico diferente do brasileiro. Paradoxalmente, vivia-se numa ditadura militar com sólido respaldo de parcelas conservadoras da sociedade, que apoiavam as ações repressivas e de cerceamento da sexualidade.

O recrudescimento do regime militar acontece no momento de efervescência da revolução de costumes fora do Brasil. Uma importante relação entre o corpo e acontecimentos políticos:

‘Nosso corpo nos pertence!’ – gritavam no começo dos anos de 1970 as mulheres que protestavam contra as leis que proibiam o aborto, pouco tempo antes que os movimentos homossexuais retomassem o mesmo slogan. O discurso e as estruturas estavam estreitamente ligados ao poder, ao passo que o corpo estava do lado das categorias oprimidas e marginalizadas: as minorias de raça, de classe ou de gênero pensavam ter apenas o próprio corpo para opor ao discurso do poder, à linguagem como instrumento para impor o silêncio aos corpos. (CORBIN;VIGARELLO, 2006, p. 9)

Para esta pesquisa, foram analisados os documentos produzidos pelo DCDP (correspondências oficiais, pareceres, relatórios de atividades etc.), que hoje estão

arquivados e disponíveis (boa parte já digitalizada) para pesquisa no Arquivo Nacional/RJ e AN/DF. Além de documentos da DCDP, tivemos acesso a documentos do acervo da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça e do Setor de Informações do Gabinete (SIGAB), Divisão de Segurança e Informações (DIS) do Ministério da Justiça. Ainda, dispusemos de materiais de revistas da época, cartas de cidadãos comuns, pedindo “decência” e “moralidade” na televisão, enviadas ao ministro da Justiça ou presidente da República, mas que eram direcionadas à direção da DCDP.

Parte significativa dos pareceres é originária da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão que era responsável por censurar produções culturais e artísticas durante a ditadura militar⁴. Instituição que representava a proteção à “família brasileira” e a radical “defesa da moral e bons costumes” diante das músicas “imorais”, dos livros “impróprios” e dos conteúdos “espúrios” identificados nas artes daquele contexto. O Decreto-Lei Nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, radicaliza e intensifica a vigilância das produções culturais e artísticas, com o estabelecimento da censura prévia. E o Decreto Nº 70.665, de 2 de junho de 1972, oficializou a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP), sendo subordinada ao Departamento de Polícia Federal (DPF).

Estes documentos acabam por revelar as interações entre o Estado ditatorial e o cotidiano da sociedade, através dos Órgãos de censura no contexto sugerido por esta

⁴ VIEIRA (2010) em sua dissertação sobre combate a imoralidade e “subversão” durante o regime militar aborda a origem do DCDP: “Tem sua gênese em decreto de 1934, com o qual Getúlio Vargas criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Criado pelo Decreto nº 24.651 de 10 de junho de 1934, ligado ao Ministério da Justiça, quando antes ficava na alçada do Ministério da Educação o controle de propaganda, do rádio e do cinema. Aqui é apontada a raiz histórica, estudada pela historiografia, do controle e coerção ligados diretamente ao poder Executivo. Em 1939, surge outro braço de sua inspiração: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A legislação utilizada pelos militares na organização da censura a partir de 1964 foi adaptada, construída com base nas leis do Estado Novo. Com o golpe militar, logo nos primeiros momentos se teve a visão de que era necessário centralizar essa censura (...), foi uma instituição estatal *sui generis*, pois com a sua existência respondia a anseios não somente de cunhos políticos, não apenas de execução de uma política forjada para a estabilização e a consolidação do estado ditatorial. Supunha que a livre expressão pública de ideias poderia abalar além da estabilidade do governo, a harmonia social e o caráter moral dos indivíduos. Caberia assim às autoridades, segundo essa visão, proteger a sociedade, estabelecendo o saudável, identificando e eliminando o perigoso” (p.75).

pesquisa. Ao problematizá-los, encontramos importantes elementos de representação dos corpos na censura, vigilância e na repetição de estereótipos estéticos pertencentes à atmosfera conservadora, política e cultural da época. Inclusive, estes documentos acabam por revelar o conflito entre as parcelas conservadoras do país atônitas com os “sopros” da revolução de costumes que estava em curso. Fico (2004) corrobora a questão ao afirmar a existência dos “conflitos entre setores mais conservadores da sociedade de então e questões referidas às mudanças comportamentais (como o movimento hippie, a liberalização das práticas sexuais e as manifestações artístico-culturais das “vanguardas””. (FICO, 2004, p. 47)

As hipóteses investigativas e questionamentos levantados, passam pelas seguintes perguntas: a) Qual a produção de subjetividades e elementos simbólicos, que fomentavam a construção dos discursos e representações dos corpos, por parte dos Órgãos de censura e vigilância do regime militar? b) Por que existia uma obsessão por reprimir corpos específicos? c) Qual a relação/associação entre os discursos sobre os corpos com o “perigo comunista” e a “subversão”? d) Por que a tortura foi utilizada como expressão máxima de domesticação dos corpos e do poder punitivo do regime militar? Para alcançarmos as respostas às questões, formuladas pela problemática sugerida por este trabalho, pretendemos compreender as estratégias do regime ditatorial, através de análise de documentos, originários dos Órgãos de repressão e censura do regime ditatorial. Buscaremos localizar e analisar nestes pareceres, discursos e representações dos corpos, diante das singularidades do período histórico (“revolução de costumes”, Guerra Fria, anticomunismo, regimes totalitários, etc.).

A construção das hipóteses investigativas foi baseada num exame de material relativo à repressão e censura, entre as décadas de 1960 e 1970, como livros, revistas, documentos originários dos próprios órgãos do governo ditatorial, etc. Os questionamentos foram construídos a partir de uma singular observação: as questões que a historiografia recente nos revela, que são do campo da micropolítica, da subjetividade e da representação. São observações, sobre o recorte histórico, proposto por esta pesquisa, que necessitam de melhor investigação e análise.

Durante a problematização, foi importante levarmos em consideração a afirmativa de Prost (1996), pois compactuamos com a compreensão que a “história não é uma pesca com rede; o historiador não lança seu barco ao acaso na tentativa de

apanhar alguns peixes, sejam eles quais forem. É impossível encontrar resposta para questões que não chegaram a ser formuladas”. (p.71)

E é com base nesta citação que no primeiro capítulo, apresentamos uma necessária historicização do corpo, que estava entre uma ditadura e uma revolução de costumes. Uma apresentação da construção do corpo histórico e político dos anos 1960, o qual começa a ser construído a partir das primeiras observações de Sigmund Freud, sobre o corpo das históricas, em fins do século XIX; passando pelas contribuições da Fenomenologia, até chegarmos ao pleno reconhecimento do corpo como um espaço social, histórico e cultural que não está restrito à anatomia e biologia.

Ainda como foram construídas, a partir da década de 1930, as ideias, das elites brasileiras sobre um corpo social (desejado e adaptado aos seus valores políticos, econômicos e raciais), foram recrudescidas durante a ditadura militar.

O corpo estava num contexto sócio-político de conflito, entre as mudanças avassaladoras em curso e diante do conservadorismo e autoritarismo que rechaçavam as suas novas possibilidades. Especificamente no Brasil, com todo seu histórico escravocrata e patriarcal, viu-se uma impressionante resistência e repressão aos corpos, durante as décadas de 1960 e 1970.

No segundo capítulo abordamos a tortura, como um ápice da intervenção direta sobre os corpos, proporcionada principalmente, pela suspensão dos direitos civis, contida no AI-5. No momento em que os Órgãos de repressão poderiam reprimir sem dar satisfações, os corpos dos que combatiam o regime ditatorial ficaram absolutamente vulneráveis, diante de um sistema que, naquele momento, era o “dono” dos corpos.

Os depoimentos, contidos nos livros de memória, também foram importante suporte para este capítulo. O relato da experiência de quem foi seviciado (e sobreviveu) por agentes do Estado ditatorial foi fundamental, para entendermos a vulnerabilidade dos corpos, num contexto de fechamento total do regime, a partir de fins de 1968. E ainda entender o lugar de quem pratica a tortura e as sevícias, não como meros cumpridores de deveres, mas, sim como indivíduos perversos, sob a ótica psicanalítica.

No terceiro capítulo, construímos um foco na análise de documentos, originários dos órgãos de repressão e censura, objetivando desconstruir os teores, as camadas simbólicas e ideológicas contidas nos pareceres. Procuramos observar com acuidade o

que está contido no discurso do regime ditatorial sobre os corpos, as motivações para censurar e apontar como “imoral” e “anormal” determinados tipos de corpos, que não se enquadravam nos ditames morais do regime ditatorial.

Observamos nos pareceres, uma importante obsessão em condenar os corpos desviantes, principalmente no ao que tange às questões relacionadas à sexualidade. A ditadura militar, tendo um padrão de corpo radical (branco, heterossexual e masculino), não poupou energia em impor enquadramentos e punições aos corpos, que estavam fora do padrão e ousaram se rebelar, através de suas estéticas e movimentos.

A revista *Veja*⁵ foi importante para este terceiro capítulo, pois há em seus arquivos importantes edições daqueles anos, com matérias sobre acontecimentos relacionados à censura e repressão aos corpos. Muito relevante, o reconhecimento de uma marca temporal, na produção das matérias jornalísticas, citadas como fontes, neste trabalho de dissertação.

Outra modalidade de fonte, utilizada neste capítulo, são as cartas de cidadãos comuns (endereçadas ao Presidente da República ou ao Ministro da Justiça, que acabavam por ser encaminhadas ao DCDP), pedindo mais rigor da censura, diante dos programas de TV, que nos servem para analisar a presença de discurso contrário a determinado tipo de corpo. É exatamente nesta modalidade de fontes onde é são mais evidentes as preocupações das parcelas conservadoras do país, daquele contexto.

Não se compreende a que a competição por IBOPE justifique a invasão dos lares por essa estranha fauna, vez que, na programação nobre do domingo, o telespectador fica com as alternativas de Clóvis Bornay, no Programa Silvio Santos, Denner, no Programa Flávio Cavalcanti, ou costureiro Clodovil, na Buzina do Chacrinha. Além da masculinidade dúbia dos citados personagens, confirmada pelos trejeitos femininos, expressões faciais duvidosas e voz em falsete, procura-se apresentá-los como “entendidos”, “sumidades” etc., criando em torno dos mesmos uma imagem socialmente aceita e respeitável.⁶

⁵ A revista *Veja* foi criada em fins dos anos 1960 pelos jornalistas Mino Carta e Roberto Civita, a partir do AI-5 teve várias edições censuradas e recolhidas das bancas. Naquele momento político percebia-se uma linha editorial centrista, sem adesão colaboracionista ao regime militar. Mas, nas décadas seguintes percebe-se significativa mudança em suas abordagens que vão se alinhar ao conservadorismo, ao liberalismo e às políticas de direita, explicitadas na contemporaneidade.

⁶ Carta enviada de cidadão comum para o DCDP. Arquivo Nacional: DSI/MJ. Informação C. nº013121, 13 de abril de 1972, Caixa 1.

Cartas como esta, também fazem parte do acervo do DCDP, que está disponível (muitas já digitalizadas) no Arquivo Nacional (RJ e DF). O auge de envios destas cartas foi exatamente no período do recrudescimento da censura e da repressão política: 1972. Elas acabam por revelar uma preocupação obsessiva, com a participação de homossexuais, nos famosos programas de auditório da televisão brasileira.

O que está expresso nesta carta é exatamente a expressão do brasileiro comum daquele contexto, um pensamento hegemônico extremamente inquietado com a aparição de uma sexualidade desviante, no caso representado pelos citados homossexuais nos programas de auditórios que eram voltados para grande massa popular. É perceptível nesta citação a preocupação com detalhes da expressão corporal, que segundo o autor, escapam da masculinidade desejada e necessária para os ditames de ditadura militar que se recrudescia naquele contexto.

Ainda no terceiro capítulo, apresentamos como as organizações de esquerda, partidos clandestinos e grupos, que optaram pela luta armada, lidavam com as questões relativas ao corpo. Através dos livros de memória, de ex-militantes, foi possível analisar como o corpo se apresentava, diante de uma “moral revolucionária e proletária”, naquele contexto de combate à ditadura militar. Observamos uma “domesticação” e “militarização” dos corpos, necessárias para a construção de uma militância de guerrilha urbana e rural, naquele contexto de clandestinidade e permanente possibilidade de prisão, tortura e morte.

PRIMEIRO CAPÍTULO:

O CORPO POLÍTICO E HISTÓRICO DOS ANOS 1960, DIANTE DE UMA REVOLUÇÃO DE COSTUMES E DE UMA DITADURA MILITAR

O olhar para o corpo dos anos 1960, com o reconhecimento dos aspectos simbólicos e políticos, nos faz, necessariamente, reconhecer as elaborações, nas décadas anteriores, que acabaram por confrontar com as concepções e percepção de um corpo, apenas fisiológico e anatômico. Estas elaborações passam pelas contribuições da Psicanálise e Fenomenologia, por exemplo.

Muito necessária a compreensão das transformações, ocorridas em fins do século XIX e começo do XX, que acabaram por impactar e construir outros olhares e reflexões sobre o corpo, que estava diante de muitos acontecimentos e transformações culturais, políticas, científicas e tecnológicas. Isso marcou um importante rompimento com a então imperante dicotomia que separava as funções do corpo do sujeito social.

É partir do século XX é que nascem diversificados discursos sobre o corpo. O corpo passa a ser estudado e reconhecido como objeto de pesquisa e produtor de conhecimento. Inicia-se uma proliferação de verdades sobre o que é o corpo humano, nos diversos campos do saber (Biologia, Medicina, Antropologia, Economia, Psiquiatria, Psicologia, Política, Ciências Sociais, etc.). Surgem inúmeras indagações a serem discorridas pelas ciências nascentes.

Ao nos referimos ao corpo, no contexto sugerido, faz-se necessária uma reflexão sobre as mudanças ocorridas e fomentadas com a chegada dos anos 1960. Essas reflexões referem-se aos aspectos tecnológicos, científicos, políticos e culturais, que são processos intrínsecos a relação com o corpo e a produção de subjetividades, que incluem seus significados, seus territórios e interpretações.

O cenário social, que estava despontando no começo do século XX, trouxe, conseqüentemente, novas formas de os sujeitos lidarem com seus corpos, visto que o cotidiano propunha novas formas de exposição e vestuário dos mesmos diante do novo cenário urbano e suas inúmeras demandas impostas aos indivíduos. E que

não era só uma questão de variedade de novos equipamentos, produtos e processos que entravam para o cotidiano, mas o mais perturbador era o ritmo com que essas inovações invadiam o dia-a-dia das pessoas, principalmente no contexto desse outro fenômeno derivado da revolução, as grandes metrópoles modernas. (SEVCENKO, 1998, p.10)

É em meio a este cenário social, do nascente século XX, que o corpo tornou-se objeto de investigação histórica, a partir de rompimento com tradição cartesiana, em que o mesmo tinha papel secundário. O corpo era referido como um pedaço de matéria, apenas com as suas funções fisiológicas, em que prevalecia de forma bastante cristalizada a divisão corpo e mente. Pois,

Essa discussão sobre o corpo ganhou dimensões sociais, especialmente depois que as ciências humanas, especialmente as sociais, começaram a trabalhar com o termo “cultura”, conceituado desde o século XIX como algo encarado como o lugar da contradição entre a herança biológica e a cultural, deixando para a teologia e a filosofia a reflexão sobre os pares “corpo” e “alma”. No racionalismo pós-cartesiano, a alma ou a mente se tornou o lugar da verdade e da unidade, enquanto o corpo o lugar do engano, da irracionalidade, do primitivo e do atrasado, exigindo-se então a sua dominação pela mente, instrumento de modernização e progresso. (CAMPOS, 2003, p.48)

Na perspectiva historiográfica, constatamos que, no campo de verdades construídas sobre o corpo, em diversificados campos do saber, todas essas verdades estão historicamente situadas; o que nos traz indagações sobre a contextualização e origem da produção dos variados enunciados sobre o corpo. E ainda o reconhecimento das forças presentes no campo discursivo (também material), no que diz respeito à constituição dos corpos. Ao pensar em contextualização do corpo, Cortine (2013) diz : “Não há história do corpo que não seja uma arqueologia dos discursos e uma genealogia dos olhares” (p. 7).

Sigmund Freud, em fins do século XIX, começa a se interessar pelos efeitos que os valores morais têm sobre a personalidade dos indivíduos. Em suas observações, ele percebe que as doenças nervosas geravam estranhos comportamentos, com sintomas que não eram alcançados pela medicina e seus estatutos. E o seu questionamento sobre os mesmos é que deu origem ao método de investigação conhecido como Psicanálise⁷.

Freud questionou o corpo biológico, a partir das observações de pacientes históricas, mostrando que as somatizações das mesmas eram originárias de questões do inconsciente⁸. O criador da Psicanálise acabou por inaugurar uma nova forma de se

⁷ Método terapêutico criado por Sigmund Freud em fins do século XIX. Trabalha com a interpretação dos conteúdos inconscientes de palavras, ações e produções imaginárias através da livre associação do analisando.

⁸ Inconsciente: onde reside material reprimido, censurado e excluído da instância consciente. Para Sigmund Freud é no inconsciente que estão questões muito determinantes de nossa personalidade, pulsões, desejos e instintos.

observar o corpo, que enfrentou inúmeros conflitos com os valores de sua época. E “dessa forma, o corpo que é objeto da psicanálise ultrapassa o somático e constitui um todo em funcionamento coerente com a história do sujeito”. (LAZZARINI; VIANA, 2006, p. 241)

Neste contexto de início de século XX, as doenças nervosas expressavam comportamentos estranhos, com sintomas que não eram alcançados pela Medicina ou pelo olhar fisiológico e/ou anatômico, simplesmente. Mas, Sigmund Freud consegue utilizar como ponto de partida, para a cura das histerias, a própria fala, que estava carregada de elementos reprimidos e que possibilitava a descoberta das causas de suas doenças.

O que as pacientes histéricas apresentavam como sintoma, Freud classificou como fenômenos histéricos de conversão⁹. Um sintoma que se anuncia no corpo: somatização, que representa uma descarga das inquietações psíquicas. A partir desta observação, o corpo psicanalítico é lugar do somático da inscrição do psíquico, não apenas pulsional, mas repleto de significados, de carga simbólica e linguagem.

A partir daí, a Psicanálise promove uma ruptura metodológica, ao compreender o corpo como uma unidade funcional, rompendo com a dicotomia que até então prevalecia (corpo biológico versus corpo subjetivo). O somático e psíquico são indissociáveis e o corpo a ser observado é o que é objeto para o psiquismo, que carrega o simbólico e a representação para o inconsciente e revelador da história do próprio indivíduo. Este corpo não é corpo anatômico da Medicina, mas com dimensão da alteridade, impregnado da relação entre o psíquico e o somático.

Edmund Husserl, fundador da Fenomenologia, foi um dos autores que abordou o corpo, nas primeiras décadas do século XX, como o “berço original” de toda significação do indivíduo. Esta ideia deu sustentação para as discussões iniciais do Existencialismo. Estas ideias iniciais de Husserl, também foram responsáveis por fomentar a construção da concepção elaborada por Maurice Merleau-Ponty, do corpo como “encarnação da consciência”, o desdobramento do corpo no tempo, no espaço e como “pivô do mundo”.

⁹ Conforme as observações de Sigmund Freud (juntamente com Josef Breuer) o corpo tem uma dimensão, que não era restrita a abordagem anatômica. A histeria é resultante de conflitos interiores que se manifestam em sintomas físicos (paralisias, cegueira, mudez, etc). A origem orgânica destes sintomas não era alcançada pela medicina.

Capalbo (2003a) explicita a proposta inicial da Fenomenologia, a partir de seu fundador (Husserl), baseada na valorização da consciência do vivido e da intencionalidade:

O projeto de Husserl não consiste em erguer uma ciência exata da Fenomenologia. As ciências exatas têm o seu exemplo na Matemática, que é uma ciência eidética dedutiva. A fenomenologia será uma ciência rigorosa, mas não exata, uma ciência eidética, que procede por descrição e não por dedução. Ele se ocupa de fenômenos, mas como uma atitude diferente das ciências exatas e empíricas. Os seus fenômenos são os vividos da consciência, os atos e os correlatos dessa consciência. (p.18)

A partir da concepção de Husserl, compreende-se o corpo como situado no mundo, que está diante da consciência, para ser compreendido e sentido a partir de intencionalidades criadas na relação entre sujeito e contexto social. Ações e intenções que irão construir interrogações e não explicações generalistas prontas e acabadas. Pois para “Husserl, entretanto, a consciência se define essencialmente em termos de intenção voltada para um objeto. Perceber não é receber sensações na psique. Não nos é possível separar fenômeno e coisa em si”. (CAPALBO, 2003a, p.19)

A Fenomenologia surge baseada nestes questionamentos iniciais elaborados Edmund Husserl. Agora, tem-se a análise sociológica do corpo, que privilegia a experiência cotidiana vivida por ele. O corpo é o resultado de investimentos simbólicos e construções identitárias que são definidoras da relação do sujeito com o seu contexto social.

Na Fenomenologia, o corpo é lugar privilegiado de reflexão, pois se observa a encarnação do mundo no sujeito, que carrega um corpo, o qual é seu meio de interagir e estar no mundo; através da linguagem e sua experiência social; impregnada de práticas mediadoras. A partir do corpo, opera-se a encarnação do sujeito no mundo e a incorporação do mundo no sujeito.

A partir de um olhar fenomenológico, podemos compreender e reconhecer os significados humanos e subjetivos do movimento do corpo, sem a necessidade de enquadramentos biológicos e generalizantes. O corpo está diante de um mundo que é produto de interações mediadoras e carregadas e intencionalidades.

Os estudos fenomenológicos ganham efervescência, a partir das observações de Maurice Merleau-Ponty, desenvolvidas em sua obra *Fenomenologia da Percepção*

(1945/1994), na qual faz importante reflexão sobre a percepção, como algo vinculado à sensação, criticando amplamente o racionalismo, o olhar positivista que compreende a percepção estando distinta da sensação. Para este autor, a percepção está intimamente ligada à ação do corpo, pois a percepção e a apreensão dos sentidos se fazem pelo corpo em movimento e interação com o corpo social. O mesmo considera o corpo “como o sujeito da percepção. Assim, não é possível tratar do corpo sem examinar o sujeito e a percepção”. (CAPALBO, 2003b, p.12)

A Fenomenologia, também, faz-nos interpretar o corpo como um importante elemento da articulação entre as esferas da subjetividade e da coletividade, com status filosófico e histórico, distante do pensamento causal ou mecânico da ciência. Pois

O corpo, para a fenomenologia, não é o corpo objetivo que nega o espírito. Merleau-Ponty traz a questão da corporeidade para o foro de “fenômeno vivido”, corpo que se apresenta como sendo de uma subjetividade, corpo próprio no comportamento de um sujeito ou, como diz a psicologia atual, “esquema corporal dinâmico”. (CAPALBO, 2003a, p. 13)

Na *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty (1994), através do corpo, nós somos seres do mundo e por intermédio do mesmo a nossa consciência dirige-se para o ao redor e para compreensão das coisas. E “no último capítulo da sua obra, intitulada “Estrutura do Comportamento”, e no livro ‘Fenomenologia da Percepção’, Merleau-Ponty considera o corpo como o sujeito da percepção. Assim, não é possível tratar do corpo sem examinar o sujeito e a percepção”. (CAPALBO, 2003a, p.12)

A experiência do corpo (vivo e animado), o acontecimento, é que vai criar o sentido, pois a percepção não é simplesmente uma questão de mentalidade e intelectualismo. A partir disso, podemos enxergar o corpo como além da noção corpo-objeto, que, naquele contexto, estava sendo superada.

E é exatamente este corpo fomentado pela experiência e pelo acontecimento que enxergamos no contexto trabalhado nesta dissertação. Não há isenção no movimento do corporal dos sujeitos inseridos na sociedade brasileira durante a ditadura militar, sejam aqueles que aderiram aos desígnios da ditadura militar ou aqueles que resistiram e foram estigmatizados como desviantes e ameaça à “moral e aos bons costumes”.

Merleau-Ponty concebe a ideia do sujeito interativo, que olha, sente a experiência corporal como fenômeno expressivo, subjetivo e carregado de significados e simbolismos.

Para Merleau-Ponty, o que o indivíduo sente e a intencionalidade de seu movimento e corpo é que serão determinantes na construção de sua percepção. Para este autor, os seres humanos estão numa “espécie de circuito com o mundo social” (PONTY, 1964, p. 123)

A concepção de Merleau-Ponty, o processo cognitivo, inclusive, tem relação com a experiência corporal, pois é a partir da mesma que será despertada a cognição, a qual não se restringe apenas como um processo de informações: ação e pensamento não ocorrem separadamente.

Faltava-lhe um derradeiro obstáculo a transpor: a obsessão linguística do estruturalismo¹⁰. Este obstáculo foi superado com a presença do corpo nos movimentos individualistas e igualitaristas de protesto contra o peso das hierarquias culturais, políticas e sociais, herdadas do passado. O apogeu dessa superação foi a chegada da década de 1960, que proporcionou profundas inquietações, rupturas e enormes quebras de paradigmas, no que tange às questões relacionadas a comportamento, especificamente corpo e sexualidade.

O começo da década de 1960 foi marcado pela intensificação da Guerra Fria e da bipolarização do mundo. As nações estavam divididas entre os que apoiavam EUA e os que apoiavam a URSS, ainda com as ocorrências dos efeitos da Revolução Chinesa (1949) e principalmente da Revolução Cubana, que muito substanciou os movimentos de resistência de países latinos aos EUA.

Estas duas também estavam, neste contexto, promovendo guerra nuclear e tecnológica. Estas citadas nações estavam se preparando para um possível confronto, porém o que mais se concretizou foram confrontos políticos, tecnológicos e combates militares patrocinados por ambas as nações, objetivando a manutenção de suas hegemonias. Num confronto político e militar de países da Ásia ou da América Latina, era evidente o “patrocínio” político e militar dos EUA e URSS.

Existia uma mobilização muito influenciada pelos efeitos da Revolução Cubana, pois partidos e grupos revolucionários influenciados pelo marxismo desejavam

¹⁰ Corrente de pensamento que se inspirou do modelo da linguística e que apreende a realidade social como um conjunto formal de relações. Tendo como precursores Ferdinand de Saussure e Claude Lévi-Strauss. O estruturalismo procura explorar as inter-relações através das quais o significado é produzido dentro de uma cultura.

fomentar uma mobilização popular que fosse capaz de construir um Estado socialista, proletário e popular. Os países da América Latina tinham os êxitos de Fidel Castro e Ernesto Guevara como referência, para impulsionar uma revolução popular.

Foi necessário que os EUA organizassem os países que os apoiavam, para combater e frear qualquer tentativa de levante revolucionário, de cunho marxista e comunista, que atrapalhasse sua hegemonia política e econômica. Foram importantes os apoios tecnológico, econômico e político para que as elites políticas/econômicas preocupadas com a manutenção de seus poderes, através de golpes de Estado e da “guerra suja”, tomassem o Estado e os mantivessem através de ditaduras militares, para o combate permanente aos que resistissem às mesmas.

Esse era o quadro político global, em começo dos anos 1960, que inegavelmente estava influenciado todas as instâncias, no que se refere às esferas culturais, sociais e da produção de subjetividades. A interação destas instâncias é sempre permanente e inevitável, não há como dissociarmos as discussões deste contexto político, por demais intenso e repleto de particularidades de seu tempo histórico.

Neste quadro social e político, inquieto e conturbado, que inevitavelmente atingia os aspectos subjetivos e simbólicos dos sujeitos sociais, vamos captar o quanto as políticas do corpo foram alteradas e transformadas, no decorrer desta década. Pois a

sexualidade tem para nós a importância que de fato ela tem, não é devido a sua importância para os sistemas de controle da modernidade, mas por ser um ponto de conexão entre dois outros processos. O seqüestro da experiência e a transformação da intimidade. A separação da sexualidade da reprodução e a socialização da reprodução desenvolvem-se como modos de conduta tradicionais, com toda a sua riqueza moral – e seus desequilíbrios do poder do gênero – sendo substituída pelas ordens internamente diferenciais da modernidade. Ao mesmo tempo, à medida que aquilo que costumava ser “natural” torna-se cada vez mais socializado, e em parte como um resultado direto dessa socialização, os domínios da atividade pessoal e da interação começam a ser fundamentalmente alterados. A sexualidade funciona como uma metáfora para estas mudanças e é foco para a sua expressão, particularmente com respeito ao projeto reflexivo do eu. (GIDDENS, 1992, p.198)

As mudanças tecnológicas que estavam em curso, assim com a crescente urbanização das cidades, também foram responsáveis por fomentar alterações impactantes nas relações familiares, de gênero e culturais. Essas alterações comprometeram drasticamente as estruturas tradicionais, como, por exemplo, a inserção da mulher nas universidades e no mercado de trabalho, o que resultou no aparecimento

de novos arranjos familiares, que confrontavam com os ritos tradicionais e preconceituosos a respeito da sexualidade e da produção de “lugares” permanentes de sujeitos sociais.

Estes impactos foram imensamente sentidos na estrutura familiar tradicional, que nunca havia sido tão atingida como naquela década. Pois,

A crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação. Eram tanto oficiais quanto não oficiais, e a grande mudança em ambas está datada, coincidindo com as décadas de 1960 e 1970. Oficialmente, essa foi uma era de extraordinária liberalização tanto para os heterossexuais (isto é, sobretudo para as mulheres, que gozavam de muito menos liberdade que os homens) quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual. (HOBSBAWM, 2014, p.316)

No campo da ciência, surgiu importante contributo para a radical transformação e modificação na libertação dos corpos femininos: a pílula anticoncepcional. A partir deste momento, as mulheres adquiriram autonomia sobre a escolha de poder ou não ter filhos e usufruir da liberdade de seu corpo. O exercício da sexualidade feminina passou a ser usufruído não mais com objetivos de reprodução apenas. Isto causou imensa ruptura com as instituições tradicionais, religiosas e conservadores que, por muito tempo, sustentavam “verdades” pétreas, a respeito do corpo da mulher. A partir deste fato, entendemos o quanto “a sexualidade é um terreno fundamentalmente de luta política, além de ser também um meio de emancipação”. (GIDDENS, 1992, p. 199)

O que estava em jogo, nestas inquietações, era um conflito de gerações, que foi dando demonstrações de alterações nos papéis sociais masculinos e femininos. Pois, se o

divórcio, nascimentos ilegítimos e o aumento de famílias com um só dos pais (isto é, esmagadoramente de mães solteiras) indicavam uma crise na relação entre os sexos, o aumento de uma cultura juvenil específica, e extraordinariamente forte indicava uma profunda mudança na relação entre as gerações. (HOBSBAWM, 2014, p.317)

Os jovens passam a lutar por espaço social e passam a ter voz contestatória. Nestes tempos (anos 1960), surge, violentamente, causando irreversível impacto comportamental, uma cultura jovem, com estética própria, que repudiava um passado de quietude e silêncio. E sendo encabeçadas pelos jovens, as mudanças foram cada vez mais aceleradas e contestatórias e confrontaram as convenções e conservadorismo, como nunca visto antes. E que “até a década de 1970 o mundo do pós-guerra era na

verdade governado por uma gerontocracia, em maior medida do que na maioria dos períodos anteriores, sobretudo por homens – dificilmente por mulheres ainda”. (HOBSBAWM, p. 2014, p.319)

O campo artístico foi, por excelência a área que melhor expressou, esteticamente, a contestação do jovem e a sua vontade de mudança. O surgimento das bandas de rock, das movimentações culturais vanguardistas foi a melhor forma de expressão contestatória. Em seus versos, em suas performances, em seus atributos estéticos, estavam presentes a mensagem de ruptura e a da concretização de novas experiências com o corpo, com as leis, e com as normas.

Muitas mudanças comportamentais aconteceram, antes dos anos 1960, mas foram lentas e demoraram a se consolidar coletivamente. E a partir dos anos 1960, foram muitas e numa velocidade proliferação absurda. Foram muitas que foram se consolidando muito rapidamente, fomentando o que, mais à frente será conhecida como Revolução de Costumes, que vai ter seu irreversível ápice, em 1968. Este tema será aprofundando mais a frente, nesta dissertação. Porém, “os que viveram de fato essas transformações na hora não captaram toda a sua extensão, pois as experimentaram paulatinamente, ou como mudanças na vida dos indivíduos que, por mais dramáticas que sejam, não são concebidas como revoluções permanentes”. (HOBSBAWM, 2014, p.283)

As políticas do corpo, que incluem a relação de gênero e a sexualidade, foram muito atingidas com o abalo das estruturas tradicionais e patriarcais. Que,

com o desenvolvimento das sociedades modernas, o controle dos mundos social e natural – o domínio masculino – ficou centralizado na “razão”. Assim como a razão, guiada pela investigação disciplinada, foi separada da tradição e do dogma, também foi separada da emoção. Como eu já disse, isso não presumia tanto um processo psicológico maciço de repressão, quanto uma divisão institucional entre razão e emoção, divisão esta que seguia de perto as linhas dos gêneros. (GIDDENS, 1992, p.218)

E no Brasil, especificamente? Qual era o quadro social, cultural e político, no que diz respeito às questões relacionadas ao corpo e às mudanças comportamentais, em início dos anos 1960? O que vinha sendo fomentado, nas primeiras décadas do século XX?

A sociedade brasileira (em sua origem histórica, autoritária e conservadora, a partir dos anos 1960), espantava-se, com as possibilidades de mudança, tanto no campo político, quanto nas questões comportamentais.

As mudanças de comportamentos que estavam em curso, em lugares como Estados Unidos e Paris, não eram bem vistas pelas lentes conservadoras da sociedade brasileira, impregnada pelo moralismo católico e imensos resquícios escravocratas.

Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, estavam em circulação ideias relacionadas a uma biopolítica, na qual o corpo “sadio” e disciplinado do cidadão brasileiro estava no centro. Os indícios dessa biopolítica começam pela dificuldade de se libertarem dos resquícios escravocratas, mantendo o desejo de excluir os negros e as suas referências do Brasil “moderno” e “civilizado”, que estava em curso, naquele momento histórico.

O corpo, que protagonizava esta biopolítica era um corpo branco e disciplinado militarmente, visto que, exatamente neste período histórico, anos 1930, os Estados totalitários estão em ascensão na Europa, também fomentando idealizações físicas e raciais, em seus projetos de cunho autoritário. Explicitamente, o regime nazista de Adolf Hitler, na Alemanha.

Foi durante o que se convencionou chamar de “Era Vargas”, que estas ideias excludentes foram ganhando consistência no Brasil. Uma parcela significativa das elites econômicas aderiu às ideias fascistas e nazistas, principalmente as que tratam da superioridade racial dos brancos. Esta referência dos Estados totalitários europeus ajudou a dar “consistência” e respaldo para a difusão destes ideários, em terras tupiniquins.

Especificamente, durante o período conhecido como Estado Novo, ficou explícita a simpatia e a aliança do ditador Getúlio Vargas ao regime nazista, de Adolf Hitler. Os discursos fascistas do “pai dos pobres” convocavam a nação brasileira à disciplina e à obediência, a qual passava a vigilância, ajuste, ordenação, modelação dos corpos. E para atingir este objetivo, exaltou-se a militarização dos corpos.

De fato, não se trata de mera coincidência o aparecimento de revistas especializadas em saúde, higiene e educação física no final dos anos 30. O corpo está na ordem do dia e sobre ele se voltam as atenções de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, a Igreja, a escola, os hospitais. De repente, toma-se consciência de que repensar a

sociedade para transformá-la passava necessariamente pelo trato do corpo como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano. Já sabíamos, com Foucault, do corpo como superfície de inscrição dos acontecimentos, espaço experimental de conflitos e da coexistência da repressão e de incitamentos. (LENHARO, 1986)

Nesta citação de Lenharo (1986), verificamos uma preocupação na modelação dos corpos, a partir dos apontamentos de higiene e saúde, divulgadas em revistas. Coincidentemente, isto fazia parte dos projetos de uma disciplinarização dos corpos para a construção de uma pátria livre e soberana. E, exatamente na obra deste autor, *Sacralização da política*, é que vamos encontrar um estudo referencial específico sobre este período, em que as elites políticas e econômicas, das primeiras décadas do século XX, começam a elaborar seus ideários de nação, que vai ganhando corpo e atingindo um ápice na década de 1930, com a influência da ascensão dos Estados totalitários, na Europa.

Nestas citadas publicações que apresentavam uma idealização a ser aplicada aos corpos, observamos que “as teses que circulam pelos textos teóricos de educação física enfatizam os três pontos arrolados, a saber: a moralização do corpo pelo exercício físico; o aprimoramento eugênico incorporado à raça: a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho”. (LENHARO, 1986, p.78)

Observemos a referência ao mundo do trabalho. Exatamente no período conhecido como Estado Novo é que vai haver uma importante exaltação do trabalho e combate à “vadiagem”. Vemos uma exaltação que vai propagar um trabalho que “dignifica” o corpo e o espírito. E o trabalhador obediente e disciplinado é que será agraciado com as dádivas do “pai dos pobres”.

As questões de cunho moral também faziam parte integrante das questões de adestramento corporal, pois a Igreja Católica mantinha estreita relação com o Estado autoritário. A purificação do corpo foi um importante ideário que faz parte das idealizações das elites brasileiras deste período. Era precioso manter livres de todos os “males” o corpo e espírito do brasileiro, digno de uma “pátria livre e soberana”.

Com o fim da Era Vargas, algumas décadas depois, chegamos a tão inquietante década de 1960, com a conturbada bipolarização, fomentada pelos anos de Guerra Fria. No Brasil os ânimos ficam acirrados nas elites políticas e econômicas, mais uma vez

temerosas pela ameaça aos seus valores conservadores, que parece ser inaugurada pelas mobilizações da esquerda, naquele momento.

É neste período histórico que as preocupações com as questões morais que envolvem o corpo voltam a recrudescer. Num contexto diferente daquele dos anos 1930, visto que a chegada dos anos 1960 vai trazer uma impactante e comprometedora revolução de costumes, que chegou aliada a uma instabilidade política e ao acirramento dos ânimos, entre a esquerda e a direita, no Brasil.

O golpe efetuado pelos militares, em 1964, obteve importante apoio dos segmentos autoritários e conservadores do Brasil. Uma ditadura era exatamente a ferramenta que estes setores necessitavam, para a manutenção de seus valores naquele momento, para barrar as tentativas de alteração do quadro social que os favorecia e impedir as transgressões comportamentais, que feriam mortalmente o hábito, a cultura e a tradição, fomentada por suas raízes escravocratas e patriarcais.

A “revolução de costumes”, que estava em curso nos anos 1960, precisava ser impedida. Essa revolução estava exposta nos corpos e gestos inovadores, principalmente, dos mais jovens, que ousavam, na estética e em hábitos novos e assustadores, diante do olhar de espanto dos mais conservadores.

O segmento autoritário e conservador da sociedade brasileira, pressionou os militares e esses foram rigorosos com a implantação de uma radical censura e construção de discursos de repressão ao corpo, principalmente no instante de recrudescimento total da ditadura militar, a partir do decreto do Ato Institucional nº5.

Uma importante demonstração de resistência às mudanças comportamentais e ao conservadorismo foram os reflexos do projeto de divórcio, que foi radicalmente rejeitado, durante a década de 1960 e quase toda a de 1970:

As preocupações de ordem moral, especialmente veiculadas às classes médias urbanas, fizeram, por exemplo, que o projeto divorcista apresentado por Nelson Carneiro desde 1947 fosse aprovado somente em 1977, sob protestos da Igreja Católica e dos segmentos mais conservadores da sociedade. 8 O uso da pílula anticoncepcional difundiu-se a partir dos anos 1960, provando mudanças importantes também no comportamento. Com a liberação de uma gravidez indesejada, as mulheres podiam manifestar seus desejos mais abertamente, ao mesmo tempo em que as discussões sobre a sexualidade feminina e a afinidade sexual passaram a ganhar espaço nas revistas, sendo que muitas delas foram censuradas. (MAZIERO, 2015, p. 8)

Observamos, nesta citação, que muitas mudanças referentes ao papel mulher, estavam em curso. Porém, no Brasil a resistência e o conservadorismo foram recrudescidos, pela defesa da “moral e dos bons costumes” da “família brasileira”. Os Órgãos de censura da ditadura militar representavam os cidadãos conservadores, que aplaudiam e davam respaldo para às ações para que coibissem as “imoralidades” e a “subversão”, depreciativas à “família brasileira”.

A ditadura, que no Brasil, se estabeleceu em 1964, pode ser considerada como uma modalidade do Estado de Exceção. Agamben (2004) faz uma importante problematização sobre o que podemos considerar Estado de Exceção, considerando a sua aplicação em diversificados contextos políticos e sociais e inclusive durante a existência de um regime democrático, no caso específico dos EUA (se referindo às interpretações das leis internacionais, por parte do então presidente George W. Bush, que possibilitaram o “tratamento” dado aos homens do *Taleban*¹¹ capturados após o episódio de 11 de setembro de 2001):

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p.13)

Houve o lançamento de decretos e a elaboração de leis e normas, para dar um aspecto de legalidade às suas ações ditatoriais e golpistas. Mas num lugar “vago”, que não pertencia ao Estado de direito, numa tentativa de dar aspectos legais à prática de um Estado de exceção, como se não existissem aspectos ditatoriais.

Por estes motivos apresentados, a justificativa do golpe de Estado efetuado pelo militares, teve como justificativa inicial uma “revolução”, que prometia uma “limpeza”

¹¹Episódio que foi resultante dos ataques as Torres Gêmeas do complexo empresarial *World Trade Center* (Nova York, em 11 de setembro de 2001). Foram ataques suicidas comandados pela Al-Qaeda (organização fundamentalista), com seqüestro de aviões comerciais. Nesta ocasião o governo norte-americano declarou guerra ao terror, invadindo o Afeganistão numa caçada à Osama Bin Laden e promovendo inúmeros prisões de suspeitos de integrarem a Al-Qaeda. Foi aprovada por parlamentares americanos legislação *antiterrorismo* que acabaram por dar poderes com leis de exceção, que claramente respaldava prática de tortura física e psicológica para obtenção de confissões de prisioneiros relacionados à Al-Qaeda e ao episódio dos ataques das Torres Gêmeas. A citada legislação *antiterrorismo* não considerava tais presos com prisioneiros de guerra, por isso, acreditavam que legalmente não estavam descumprindo os tratados de guerra como o de Genebra.

e ordem no país: expulsão, banimento e prisão daqueles que estavam causando “desordem” ao Brasil. Ou seja, manter o que já estava estabelecido há décadas. Mas,

foram os militares que deram um golpe de Estado, violaram a Constituição, cassaram pessoas, restringiram enormemente a participação política e os canais de expressão, instituíram a censura, editaram Atos Institucionais, ainda *antes* do início das ações armadas dos grupos de esquerda. A explicação dada para tanto se baseia no fato de que se tratava de um regime de exceção, emergencial, passível, portanto de recorrer a medidas autoritárias por sua “natureza revolucionária”. (D’ÁRAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.13)

Mesmo as parcelas conservadoras, que apoiaram o Golpe, não tinham uma previsão de como seria o decorrer do regime militar. Talvez uma previsão temporária, imaginando que os militares fizessem uma “limpeza” e em alguns anos livrassem o país da “ameaça” comunista. Elio Gaspari faz importante reflexão sobre o fato:

A direita brasileira precipitou o Brasil na ditadura porque construiu um regime que, se tinha a força necessária para desmobilizar a sociedade, intervindo em sindicatos, aposentado professores e magistrados, prendendo, censurando e torturando, não a teve para disciplinar os quartéis que garantiam a desmobilização. Essa contradição matou o primeiro a teoria castelista da ditadura temporária, em seguida liquidou as promessas inconsistentes de abertura política feitas por um governo desastroso como o de Costa e Silva ou simplesmente falsas, como a de Garrastazu Médici. (GASPARI, 2014, p.143)

Questões relacionadas ao corpo, ao gênero e à sexualidade passaram a ter vigilância obsessiva dos mais conservadores do país, que acabaram por aproveitar a presença dos militares, no poder, para consolidar o impedimento de qualquer tipo de mudança relacionada a comportamento. A tradição, o hábito, o costume, os valores religiosos eram as referências dos conservadores, para manter o controle dos sujeitos sociais e fazer a manutenção de seus valores. Num visível contraste com o que já estava em curso, em países como EUA e França, onde “o recém-ampliado campo de comportamento publicamente aceitável, incluindo o sexual, na certa aumentou a experimentação e a frequência de comportamento até então considerado inaceitável ou desviante, e sem dúvida aumentou sua visibilidade”. (HOBSBAWM, 2014, p.327)

Curiosamente, as rebeldias e transgressões comportamentais eram associadas ao comunismo. Por exemplo, a homossexualidade, considerada um comportamento desviante, naquele contexto, passou a ser associada ao mesmo. Um artista vanguardista que utilizasse um vestuário não convencional e palavras como “liberdade”, “escolha”, “pensar”, também recebia essa rotulação associativa.

Naquele contexto histórico, entre as décadas de 1960 e 1970, não havia acolhida para as referências homossexuais, visto que o discurso preconceituoso baseava-se em que dizia a ciência, a religião e tradição. Isto não era um problema dos capitalistas ou dos comunistas, mas sim das sociedades, de modo geral.

Na Revista *Veja*, numa edição de 1971, na matéria intitulada *Os alegres revoltosos* encontramos uma reflexão coerente com o momento de resistência à revolução comportamental e as dificuldades encontradas pelos homossexuais:

De qualquer forma, parece muito difícil esperar que os homossexuais consigam, por enquanto, mais do que uma pequena parte da compreensão reclamada. “Pouco sabemos sobre a homossexualidade”, afirma o psiquiatra californiano Martin Hoffman, “e ainda não podemos considerá-la como um meio normal de vida”. E completa a psicóloga Evelyn Hooker, especialista no assunto: “A homossexualidade não é apenas uma outra forma de comportamento sexual, mas uma atitude que em geral afeta todo o sistema de vida das pessoas”. (p. 72)¹²

Esta matéria tinha como abordagem central casais de homossexuais, que estavam se casando nos Estados Unidos e enfatizava ainda a ousadia dos que estavam se organizando, politicamente, em grupos reivindicatórios e manifestações públicas, para pedir respeito à homossexualidade.

O “inimigo interno” não era apenas o comunista ou o esquerdista, mas também qualquer um que tivesse comportamento desviante, no que tange às questões morais, aqueles que poderiam cometer “atentado à moral e aos bons costumes”, visto que era preciso “proteger a família brasileira” e seus “valores morais” baseados na tradição cristã. São questões que vão se intensificar, a partir do decreto do AI-5, em dezembro de 1968.

O Brasil, nos anos 1960, também passava por um importante processo de urbanização, que possibilitou (timidamente) mudanças nas questões comportamentais, pois era possível ver jovens e mulheres tráfegando com uma liberdade inexistente nas décadas anteriores. Isso era visto primordialmente nos grandes centros culturais e econômicos, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Numa análise dos aspectos comportamentais dos anos 1960, no Brasil, vamos perceber a chegada de uma ditadura militar que, no decorrer do tempo, endureceu

¹² Revista *Veja*. Edição 158. 15.09.1971. p. 72.

radicalmente (no tange vigilância, repressão e censura). Mobilizações de cunho popular foram contidas e barradas. As transgressões relacionadas aos corpos curiosamente foram associadas à subversão e ao comunismo, transformada em “atentado à moral e aos bons costumes” da família brasileira.

O corpo histórico e político dos anos 1960 estava mergulhado num contexto sócio-político complexo, que refletia (no Brasil) um profundo conflito entre as raízes conservadoras e autoritárias, com a chegada de sopros de emancipação, relacionada às questões corporais, que despontavam violentamente, fora do país. Este corpo carregava a marca de seu tempo, estigmas sociais que o classificava, enquadrava, adaptava e o excluía.

Principalmente, em fins desta década, vão acontecer importantes e corajosas manifestações, que questionam as velhas texturas sociais e comportamentais. Questões que até então eram consideradas radicalmente como da “vida privada” e “pessoal”, passam a ganhar a visibilidade, nas discussões públicas; mesmo diante de um intenso conservadorismo, que via com imenso temor as possibilidades de alterações, nos papéis sociais e lugares dos corpos, na tradição e no hábito da sociedade.

É importante lembrar que esta mobilização jovem, de fins dos anos 1960, não mais se alinhava a uma reivindicação partidária relacionada aos segmentos comunistas. Visto que os mesmos, naquele momento, também representavam autoritarismo e falta de liberdade. Mesmo esta mobilização apartidária, não representava uma autêntica manifestação de ideias anarquistas, mesmo pregando amor livre e liberdades individuais. Não poderiam ser considerados nem anarquistas e muito menos comunistas, com toda aquela inquietação transgressora.

Nas manifestações, corroboradas pelo “Maio de 1968”, as reivindicações sociais estão entrelaçadas às questões pessoais, agora são consideradas temáticas políticas. O corpo será instrumento para desafiar as convenções e a tradição. O sexo, neste contexto, tem conotação desafiadora e a utilização de drogas tem o objetivo de criar experiência corporal, com novas sensações e percepções.

A estética jovem surge com toda impetuosidade, desafiando as convenções. Observemos as bandas de rock, surgidas nos anos 1960, as suas mensagens e principalmente a sua ousadia estética, confrontando violentamente com estabelecido.

Barbas, cabelos longos e roupas extravagantes causavam estranheza às regras estabelecidas. A cultura hippie protagonizou esse ritual de maneira extrema.

O decorrer dos anos 1960 ficaram marcados, na História do Brasil, como um período de intensas mudanças e inquietações comprometedoras e que, por isso deixaram marcas para as gerações seguintes, como bem constata Zuenir Ventura, escritor, homem contemporâneo que testemunhou todas estas transgressões:

Na verdade, a aventura dessa geração não é um folhetim de capa-e-espada, mas um romance sem ficção. O melhor do seu legado não está no gesto – muitas vezes desesperado; outras, autoritário – mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio. Poucas – certamente nenhuma depois dela – lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos. (VENTURA, 1988, p.14)

Neste momento começam a surgir as primeiras discussões, mais aprofundadas, sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade, discussão até então inexistentes, em círculos que viviam esta relação apenas pelo viés estatal e econômico. Nunca se falou tanto das questões de “ordem pessoal” e das questões “privadas”, principalmente entre os mais jovens, estes que foram os protagonistas de transformações comportamentais significativas.

As manifestações culturais foram importantes, pois serviram como ferramenta de aparição dos questionamentos e conflitos.

A atriz Leila Diniz, uma figura pública, ousou expor sua gravidez de biquíni, numa praia e isso foi o suficiente para causar polêmica intensa sobre o lugar desta mulher, sobre a ousadia de liberar o seu próprio corpo, que conseqüentemente estava ferindo a tradição de invisibilidade e de negação de erotização do corpo feminino.

As mobilizações em torno da emancipação feminina, comumente, encontravam resistência, deboche e escárnio, por parte significativa da sociedade brasileira, que, naquele contexto histórico, encontrava-se referenciada pela cultura machista e patriarcal, próprias da tradição do Brasil.

Numa matéria da Revista *Veja*, de 1971, intitulada *As submissas prisioneiras do lar*, encontramos uma importante constatação que refletia a resistência da sociedade brasileira, com relação à revolução de costumes que estava em curso: “A chamada

emancipação da mulher sempre foi impiedosamente ridicularizada – das “sufragettes” pioneiras do voto feminino no começo do século até as líderes de agora, como a americana Betty Friedan”¹³.

As novidades, em torno do que se refere a comportamento e especificamente à sexualidade, traziam expectativas, mas também conflitos e inquietações. Algo muito comum e sintomático daquele contexto: “mulheres de 40 anos, por exemplo, ainda estavam presas aos tabus do passado recente e a uma hipócrita santificação da maternidade”. (VENTURA, 1988, p. 36)

Ao abordarmos o conservadorismo e a resistência às mudanças comportamentais, lembramos que os mesmos estavam presentes também nos partidos e organizações de esquerda, visto que o conservadorismo não era um problema localizado em apenas uma parcela, mas em toda a sociedade independente de classe social e nível de escolaridade, vejamos, por exemplo, a resistência com as questões feministas que pululavam fora do Brasil:

O movimento feminista – organização de mulheres em torno de problemas específicos de sua condição, que tenta eliminar as barreiras da discriminação a que estão sujeitas – só irá explodir no Brasil, no caldo geral de transformações, de mudanças de comportamento por que passa a sociedade, a partir da década de 60. A discussão sobre a sexualidade feminina ainda terá que esperar, por um bom tempo este tema continuará sendo considerado tabu. Não somente a Igreja e as parcelas conservadoras da sociedade brasileira negam-se a discuti-la, considerando-a algo promíscuo e atentatório à moral e aos bons costumes, mas até mesmo as organizações de esquerda e as próprias militantes repudiavam as tentativas da discussão neste sentido, optando pelo viés estritamente político. (COLLING, 1997, p.40)

Encontramos, nesta citação, a resistência aos temas feministas, vindos inclusive de mulheres que eram militantes da esquerda, daquele contexto. Pela resistência e dificuldade em lidar com o tema, acabavam por restringir-se a temáticas estritamente políticas e sociais. Mesmo assim, estes novos ares de mudança vão aparecendo e convidando para reflexão, pois as “revistas femininas que tinham suas páginas ocupadas por dicas de culinária, corte e costura, decoração, moda e beleza, agora escrevendo sobre a família, o casamento, o corpo e o amor. Nas livrarias, em cada três livros, um tratava das questões sexuais”. (COLLING, 1997, p.42)

¹³ Revista *Veja*. Edição 158. 15.09.1971. p. 72.

O movimento tropicalista também vai, imensamente, fomentar inquietações estéticas relacionadas ao corpo. Seus protagonistas, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Gal Costa, produziram movimentos de corpos que acabaram por questionar as velhas texturas sobre gênero e sexualidade. As performances andróginas de Caetano Veloso, que muitas vezes expunha um corpo seminu, incomodaram as significativas parcelas conservadoras do país, que naquele instante aproveitam-se do instante de endurecimento da ditadura militar (a qual apoiavam e respaldavam as ações autoritárias), para manifestar suas repulsas a estes artistas.

Os tropicalistas eram artistas que estavam muito sintonizados com as manifestações transgressoras e revolucionárias, que vinham principalmente de Paris (Maio de 1968) e que tinha como um dos principais lemas “é proibido proibir”, com o qual Caetano Veloso criou emblemática canção, chegando a ser vaiado por jovens de esquerda, em sua apresentação no Festival Internacional da Canção.¹⁴

Os comportamentos desviantes foram se sentindo mais à vontade para a exposição e enfrentamento dos dogmas e repressão. Os espaços de encontro de homossexuais vão se consolidando, por exemplo. Tornando-se importante ponto de resistência ao autoritarismo e ao controle dos corpos exercido pela cultura, hábito e tradição das sociedades modernas.

O surgimento da pílula anticoncepcional, nesta década de intensa inquietação, causou grande furor aos mais conservadores, principalmente aos que eram muito ligados aos valores da Igreja Católica, visto que a mesma, inevitavelmente, passou a dar autonomia ao corpo da mulher, em que a mesma poderia gerenciar sua sexualidade sem exatamente pensar em reprodução e maternidade. E a “questão da pílula e dos anticoncepcionais era debatida com frequência em revistas e jornais. O número 5 da revista *Paz e Terra* dedicavam dez artigos ao tema da sexualidade”. (VENTURA, 1988, p.33)

¹⁴ Este episódio datado de 15 de setembro de 1968, Caetano Veloso (acompanhado da banda *Os Mutantes*) recebe violentas vaias da plateia do teatro TUCA (PUC-SP). E responde com um discurso revoltado: “Vocês são iguais a sabe quem? Aqueles que foram no *Roda Viva* e espancaram os atores!” Interpretamos que a juventude esquerdista que estava ali não era sintonizada com as transgressões de comportamento que estavam em curso naquele instante fora do país, na qual Caetano fazia alusão.

Isto vem a se somar com a ida das mulheres para universidades e para o mercado de trabalho. Inevitavelmente, isto desestruturou o que era conhecido como família tradicional e cristã, em terras brasileiras.

Nos anos 1960, a mobilização feminista foi sufocada pelo endurecimento do regime militar, a partir da decretação do AI-5. As principais demandas como aborto, divórcio, orgasmo não puderam ser manifestadas em grandes proporções, como estava em curso em lugares como EUA e França.

No Brasil, com os primeiros anos da ditadura militar, as mobilizações de homossexuais e de mulheres, não conseguiram ganhar o impulso que precisavam. Isso também porque as esquerdas, no Brasil, não compactuavam em trazer, em suas pautas de reivindicação, questões relacionadas à política do corpo. Atribuía os problemas das massas e o projeto de revolução à tomada do Estado e à distribuição da riqueza econômica do país, muito inspiradas em revoluções que fomentavam aquele contexto, como as cubana e chinesa.

A Ditadura Militar foi a esperança das parcelas mais conservadoras do país de fazer valer a manutenção de seus valores cristãos e tradicionais, num contexto absolutamente favorável à tal prática.

Uma enorme pressão existia para que os militares reprimissem tudo o que fosse considerado imoralidade e atentado à família e aos costumes. Esta pressão foi inevitável de ser sentida, a preocupação com as mudanças criaram abalo, pois “quanto mais a sexualidade desassociou-se da reprodução e integrou-se em um emergente projeto reflexivo do eu, mais este sistema institucional da repressão ficou sob tensão”. (GIDDENS, 1992, p.196)

Então, da mesma forma que a repressão política foi se intensificando, a repressão moral evoluiu na mesma proporção.

Basta verificarmos as cartas, enviadas aos Órgãos de censura e o teor dos pareceres emitidos pelos militares. Eles viam como ameaça à família e à mocidade brasileira, qualquer tentativa de revolução ou mobilização política, ao mesmo tempo impedindo avanços comportamentais influenciados por sopros de liberdades, que questionavam as tradições e lugares seculares dos corpos.

Essa preocupação, das parcelas mais conservadoras da sociedade brasileira, não via com bons olhos qualquer tipo de avanço relacionado a questões corporais. Isso tem uma relação direta com as raízes autoritárias do país.

A forma como as relações foram constituídas tem base no trabalho escravo, na invisibilidade e no controle absoluto do corpo da mulher e a não admissão, de qualquer forma, de comportamento desviante. Uma sociedade de cultura católica, cristã, patriarcal e autoritária que foi se solidificando, se cristalizando até se “naturalizar,” no decorrer do século XX.

Durante os anos 1970, na sociedade brasileira, nada era mais “natural” do que o espanto e a repulsa às “imoralidades” e aos “atentados à família”.

Em pleno decorrer dos anos 1960, as parcelas conservadoras apenas reproduziam claros resquícios autoritários, eram intrínsecos à constituição histórica, política e cultural do país. De tão arraigados, enraizados, cristalizados e “naturalizados” os valores referentes àqueles anos, não poderiam ser outros que não fossem conservadorismo e autoritarismo, diante das mudanças, que se anunciavam naqueles dias de intensa inquietação.

Este conservadorismo que foi corroborando e tornando mais explícito, em fins dos anos 1960, por parte das parcelas mais conservadoras do país, fazia recorrências exageradas e ostensivas à sexualidade e à preocupação com o movimento do corpo alheio, mas especificamente daqueles que tinham conduta sexual considerada desviante. Por isso, estabelecemos uma reflexão que, inevitavelmente, traz a relação entre corpo, corpo e forças conflitantes no campo social e simbólico. Pois,

O poder, por isso, pode ser um instrumento para a produção do prazer: não se coloca apenas em oposição a ele. A “sexualidade” não deve ser compreendida somente como um impulso que as forças sociais têm de conter. Mas que isso, ela é “um ponto de transferência especialmente denso para as relações de poder”, algo que pode ser subordinado como um foco de controle social pela própria energia que, impregnada de poder, ela gera. (GIDDENS, 1992, p.28)

É Importante ressaltar que, ao nos referirmos ao conservadorismo e à resistência, ao que tange às transgressões no campo da sexualidade, reconhecemos, não foi a chegada da ditadura militar, em 1964, que “inventou” o conservadorismo e a repressão, mas apenas intensificou o que já estava enraizado e “naturalizado” na cultura brasileira.

O início do período ditatorial foi uma grande oportunidade das parcelas conservadoras verem seus valores exaltados e protagonizados.

O governo ditatorial tratou de elaborar normas e decretos para dar legalidade a sua prática: os famosos atos institucionais criados sem consulta ao Congresso Nacional. Tais atos retiram, aos poucos, direitos constitucionais e corroboram as ações de repressão e as prisões daqueles que contestavam a existência da ditadura. Esses atos foram importantes mecanismos para legalizar e legitimar os poderes extraconstitucionais, para o regime militar. Pois, “se o que é próprio do estado de exceção é a suspensão (total ou parcial) do ordenamento jurídico, como poderá essa suspensão ser ainda compreendida na ordem legal? Como pode uma anomia ser inscrita na ordem jurídica?” (AGAMBEN, 2004, p.39)

Abordamos o poder do regime ditatorial não apenas no que diz respeito às questões institucionais e sociais, mas a partir de uma cadeia de poderes disseminados e articulados, que condensavam os discursos estatais e sociais com as questões de ordem subjetiva, as quais passavam pela moralidade e contemplavam as representações do corpo naquele contexto. É importante não nos restringirmos à abordagem comum da questão do poder, “baseada em modelos jurídico-institucionais (a definição da soberania, a teoria do Estado), na direção de uma análise sem preconceito dos modos concretos com que o poder penetra no próprio corpo de seus sujeitos e em suas formas de vida” (AGAMBEN, 2010, p.12).

A ditadura militar brasileira, em todo seu período (1964-1985), está repleta de questões ainda passíveis de investigação e pesquisa historiográfica. Consideramos a ditadura como um tema inacabado, com muito a ser pesquisado, sob vários pontos de investigação e recorte.

No caso desta dissertação, construímos uma articulação dos acontecimentos e discursos da ditadura e da sociedade de então, com as representações do corpo, que merecem uma investigação e interpretação histórica. Pois neste dois campos, que por muito tempo foram considerados antagônicos, observamos as “tecnologias do eu, através das quais se realiza o processo de subjetivação que leva o indivíduo a vincular-se à própria identidade e à própria consciência e, conjuntamente, a um poder de controle externo. É evidente que estas duas linhas (...) se entrelaçam em vários pontos e remetem a um centro comum” (AGAMBEN, 2010, p.13).

Muitas transformações estavam acontecendo no mundo, nos conturbados e impactantes anos 1960, paralelamente à questões políticas e institucionais, que envolvem a ditadura militar no Brasil. Referimo-nos a questões relacionadas aos hábitos comportamentais e culturais, pois, “paralelamente, entre 1965 e 1968, mudanças culturais e de comportamento entre a juventude começaram a modificar as atitudes sobre sexo e sobre as representações rígidos de gênero. Jovens mulheres ganharam mais controle sobre os seus corpos e a sua sexualidade”. (GREEN, 2014, p.185)

Por ser culturalmente conservadora, a sociedade brasileira sempre teve dificuldades para lidar com as representações do corpo, que não estivessem dentro de seus padrões rígidos e historicamente enraizados.

A criação de estigmas e perseguição aos comportamentos corporais que não fossem brancos, masculinos, heterossexuais e católicos, sempre foi bastante comum, mesmo bem antes do surgimento da ditadura militar em 1964. Sobre este momento, Quinalha (2014) nos diz:

A criação da figura de um “inimigo interno”, operador ideológico fundamental do *modus operandi* da ditadura brasileira, que precisava ser combatido a qualquer custo para salvaguardar a “segurança nacional”, a “família tradicional” e os “valores” da sociedade brasileira, valeu-se de contornos não apenas políticos, mas também morais pelo apelo que estes têm em uma sociedade marcada por um conservadorismo no campo dos costumes e da sexualidade. (p. 247)

Quando nos referimos ao contexto social e político da ditadura militar, não estamos nos referindo apenas aos militares que ocuparam o poder político, mas sim ao comportamento da sociedade como um todo. A presença de um Estado ditatorial, com respaldo de parcela significativa da sociedade (principalmente a mais conservadora no que tange questões relacionadas à comportamento), vai culminar num ambiente favorável à repressão e à censura, de forma mais alargada e arbitrária, como foi a partir de 1968.

O tão referido medo (da parcela conservadora que prontamente apoiou o golpe e desenvolvimento do regime ditatorial), de uma “revolução comunista”, não era justificado apenas pelo risco de ter seus privilégios econômicos e sociais ameaçados. Mas também havia a exaltação de conservadorismo (fomentado principalmente por bases católicas), que recusa também qualquer tipo de mudança, no que tange às questões relacionadas ao comportamento.

Os esquerdistas, ativos em suas militâncias aguerridas e com discursos revolucionários, que objetivavam a Reforma Agrária, a distribuição de renda e a construção do Estado proletário (com nítidas influências das revoluções cubana, chinesa e soviética), contraditoriamente, mantinham uma postura conservadora (em relação ao corpo e à sexualidade), representada principalmente pelo pensamento difundido pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro). As opiniões e comportamentos relacionados à homossexualidade, aos papéis masculinos e femininos, estavam essencialmente no mesmo patamar conservador, autoritário e repressor daqueles presentes na “Marcha da Família com Deus pela liberdade”, em 1964.

A relação da esquerda com as questões relacionadas às representações do corpo e sexualidade, neste contexto, ainda carece de bastante investigação, mas observando os que foram atingidos pela perseguição moralista, no recorte histórico, proposto por esta dissertação, entende-se que outra dificuldade foi “o enfrentamento com outra forma autoritária de se fazer política, a da esquerda ortodoxa, que não compreendia que a urgente necessidade de se pensar a sexualidade, o racismo, o machismo e o patriarcado, conjuntamente com as demais causas sociais (...)” (FERNANDES, 2014, p. 126).

É fundamental entender a estrutura que foi criada e as justificativas que prevaleceram na construção da estrutura ditatorial, pois

O Estado de Segurança Nacional foi uma tentativa de engenharia política dos governos militares para combater o que eles percebiam como perigo interno, representado pela “ameaça comunista”. Repressão política e segurança nacional coexistiam por alguns anos como lados complementares de um mesmo processo – que tanto marcou nossa história recente, principalmente em fins dos anos 60 e início da década de 70. (D’ÁRAÚJO; SOARES; CASTRO (1994, p.8)

A relação do Estado com a aplicação dos castigos físicos na História do Brasil merece um trabalho de pesquisa à parte:

Aliás, a própria colonização brasileira que se faz na base da escravidão tinha como contraponto o “tronco” para os castigos corporais. Desta forma, são incontáveis os capítulos da nossa história em que essa questão pode aparecer de maneira contundente e desconfortável, quer para a sociedade como um todo, quer para aqueles que, em diferentes épocas, detiveram o monopólio da força. Entretanto, o que difere a esse respeito, no período aqui abordado, é a forma como isso foi feito, ou seja, através do envolvimento direto das Forças Armadas. Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do isso, as Forças Armadas, naquele espaço de tempo, detiveram, soberanas, o monopólio da coerção política-ideológica.(D’ÁRAÚJO; SOARES; CASTRO (1994, p. 10)

A citação anterior expõe que a violação dos direitos humanos, por parte de agentes do Estado, não foi obra exclusiva dos militares e daquele contexto específico, na História do Brasil. Mais ainda, os preconceitos e a moralidade relacionados às representações do corpo/sexualidade sempre presentes na sociedade brasileira, apenas foram corroborados oportunamente pelos grupos conservadores que se aproveitaram do contexto de uma ditadura militar:

“Quando, nos anos 1960, 1970 e 1980, ideólogos conservadores e planejadores da segurança nacional igualaram homossexualidade com subversão inimiga, recorreram a uma tradição reacionária já presente há décadas, pelo menos desde os tempos do Integralismo. Nos anos imediatamente depois do Golpe de 1964, ativistas direitistas de envergadura nacional condenaram a homossexualidade como manifestação da subversão; esta perspectiva apareceu, também, nas principais instituições e publicações do próprio regime, onde teóricos e mesmo forças de segurança viam no desejo homossexual uma tática da *guerra revolucionária* (o nome doutrinário que os teóricos da contrassubversão deram à espécie de guerra supostamente criada pelos comunistas para destruir o Ocidente). Nos anos 1970, ideologia e policiamento conservadores vis-à-vis a homossexualidade adaptaram-se à emergência de movimentos em prol dos direitos identitários”. (COWAN, 2014, p. 29)

Será a partir de fins de 1968, momento de absoluto recrudescimento da ditadura militar, que a defesa do Estado autoritário, dos valores familiares e da tradição foram fundidos num discurso de curiosa mescla (própria da singularidade do contexto), “o que levou “naturalmente” à censura de ideias e de manifestações antitradicionais. O *slogan* “tradição, família, propriedade” fazia parte de um ideário mais amplo do regime: apelo à ordem, apelo à tradição, combate a tudo que ameaçasse essa ordem e essa tradição” (LOPES, 2014, p.276).

A parcela conservadora da sociedade brasileira, com contexto favorável, junto aos militares, pôs em prática sua “utopia autoritária”, em ferramentas “pedagógicas” e políticas, que visavam evitar e conter os desvios ideológicos, que tanto ameaçavam a moral e os bons costumes da família brasileira. Então, vamos encontrar a repressão política, concomitante às relacionadas à repressão do corpo através de suas representações. Faz-se necessário refletir que

Esses preconceitos, evidentemente, não surgiram com a ditadura militar. Ela apenas forneceu aos moralistas e conservadores, então no poder, os meios para agir. O que há de peculiar durante o regime militar, sobretudo após o AI-5, é que tais preconceitos foram utilizados pelos órgãos de informações para alimentar seus dossiês por meio da combinação entre “desvio moral” e “subversão” e, também, tendo em vista a técnica de inculpação que majoritariamente utilizavam. (FICO, 2014, p.15)

O surgimento da obrigatoriedade da disciplina “Educação Moral e Cívica” foi importante reflexo desta questão. Não existia uma preocupação apenas com o controle político e social, mas teria haver um controle que passasse necessariamente pelas questões de educação daqueles inaptos (brasileiros comuns), que estão vulneráveis às imoralidades e costumes condenáveis.

Os vieses político e ideológico sempre estiveram presentes nos discursos moralizadores e nas ações repressoras dos órgãos de censura ou dos manifestos de representantes da “família brasileira”, preocupados com a preservação da moral e dos bons costumes; em muito fomentados por uma paranoia anticomunista, muito evidente naquele contexto. Sempre houve uma relação entre o que era considerado “imoralidade” com o “perigo vermelho”. Por exemplo, a associação da pornografia com a URSS ou à comportamentos estrangeiros.

Esta preocupação tinha referenciais práticos, pois estava acontecendo, fora do país, uma revolução de costumes, que fora impactante, suas manifestações culturais e políticas. Eram vistos como grande ameaça manifestações mais visíveis: movimento hippie, uso de drogas, liberdade sexual (prática sem fins procriativos), movimento feminista, homossexualismo, o rock, o visual e a linguagem jovem, predominantes a partir do turbulento do fim dos anos 1960.

A partir do Ato Institucional nº5, foi criada uma ambiência social e cultural favorável às “correções” pedagógicas e moralizadoras, que objetivavam tornar o país, não apenas uma grande potência econômica, mas, o lugar de cidadãos com bons costumes, moralmente respaldados pelos valores conservadores, que sustentavam a repressão “pedagógica”.

A partir daí, surgem disciplinas como “Educação Moral e Cívica” (obrigatórias em todos os níveis de ensino), que oficializava a proposta saneadora, fomentada pela ditadura e pelas parcelas conservadoras, que a sustentava.

Surgem os grupos de guerrilha urbana pelo país, que faziam combate à ditadura com ações armadas, como sequestro de embaixadores, assaltos a bancos, e objetivavam a derrubada do regime ditatorial. Essa guerrilha era formada, principalmente, por jovens universitários que acabaram por aderir à única alternativa de contestação naquele contexto: a clandestinidade e luta armada.

A partir de fins de 1968 as transgressões comportamentais vão se intensificar principalmente em países como EUA, França, que foram encabeçadas pela juventude que fazia urgente o desejo de liberdade. O principal lema era o “É proibido proibir”, que teve reflexos no Brasil, através de artistas de vanguarda, como o movimento tropicalista, que através da estética e letras ousadas questionava de maneira inteligente os costumes e a tradição.

É importante a exposição do tamanho impacto destas inquietações e mobilizações encabeçadas pela juventude, pois

Convém lembrar que, ao fim dos anos 60, a juventude ganhava a cena em todo o mundo, contestando hábitos e costumes políticos e morais. Rebelava-se contra os rígidos valores tradicionais da família contra o *status quo*. O lema “é proibido proibir” encarnava um grito contra a acomodação. Nesse contexto, o movimento jovem propunha-se a uma revolução total, produzindo seus filósofos, heróis e guerrilheiros. Em várias capitais da Europa, tais como Paris, Madri, Bonn, Varsóvia, Praga, Roma, e mesmo nos Estados Unidos, surgiam manifestações violentas contra o autoritarismo acadêmico e político. Os jovens se viam num mundo modelado pela guerra fria e recusavam-se a aceitar passivamente essa disjuntiva. O movimento estudantil, denunciando o autoritarismo universitário, fez-se acompanhar com frequência de palavras de ordem que sugeriam a luta de classes, a guerra anti-imperialista, a recusa à sociedade de consumo e a possibilidade da guerrilha. (D'ÁRAÚJO; SOARES; CASTRO (1994, p. 21).

Entendemos que o AI-5¹⁵ continha dispositivos que davam poderes à ditadura militar de fazer intervenções sob os corpos. Mas, nos referimos ao conceito de dispositivo Foucault (2006), não como ferramentas de intervenção direta e explícita (o que não era muito comum acontecer), mas como um conjunto de ferramentas objetivas e subjetivas, que muitas vezes eram imperceptíveis. Dispositivo como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em sua, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (...) entre estes elementos, discursivos ou, não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. (...) O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 2006, p. 244)

¹⁵ Decreto emitido pelo governo militar ditatorial em 13 de dezembro de 1968. Dentre várias medidas de exceção havia proibição de manifestações públicas, suspensão de garantia do habeas -corpus para crimes políticos e a suspensão dos direitos constitucionais. Dava poderes absolutos para o regime combater o “inimigo interno” e a “subversão”. Durou até dezembro de 1978. Na íntegra: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm

Conforme discussão iniciada por Agamben (2010), bastante influenciada pela abordagem de Michel Foucault, entende-se o corpo dentro do contexto de recrudescimento da ditadura militar, em sua dimensão política, que estará presente nos discursos de defesa à moral e aos bons costumes tão presentes nos pareceres da censura ou em cartas de cidadão que pedem mais rigor aos órgãos governamentais. Pois, “ nós não somos apenas, nas palavras de Foucault, animais em cuja política está em questão suas vidas de seres vivos, mas também, inversamente, cidadãos em cujo corpo natural está em questão a sua própria política”. (AGAMBEN, 2010, p.182)

O decreto do AI-5 e o estabelecimento da censura prévia proporcionaram importante e fundamental produção de relatórios e pareceres, que acabavam por registrar as principais preocupações e motivações dos agentes da censura, diante dos quais esses agentes classificavam como ofensivo à moral e aos bons costumes. E paralelo à repressão política estava o desejo de controlar os costumes e os hábitos.

O acervo do DCDP é a principal fonte para coleta de material, que condiz com este contexto político e cultural:

A DCDP era o órgão que tinha por escopo, no campo da diversão pública, a guarda dessa “moral e bons costumes”, pensados como inerentes à também da patrulha a tudo aquilo que, no quadro dessa moldura representacional, pudesse ser identificado como contrário aos seus valores, quais sejam: heterossexualidade compulsória de fachada (afinal, quem se utilizava dos serviços sexuais das travestis-prostitutas?), visão oficial do sexo como destinado exclusivamente a fins reprodutivos, e da mulher como elemento subordinado e ao serviço do (prazer e da fantasia do) homem. (RODRIGUES, 2014, p.210)

O corpo estava em evidência nestas expressões, pois suas representações tinham referência direta às questões do controle e moralidade dos conservadores, que temiam mudanças de comportamento, anunciadas cultura jovem ou pelas artes de vanguarda, tanto no Brasil quanto fora. Naquele momento,

aquela juventude enfrentava as imposições do regime político como podia, inventando modos novos de encarar a repressão vigente, buscando de forma inédita a liberdade através do exercício do corpo, pelo sexo, e da mente, pelas drogas. Formalmente, o “movimento Tropicalista” tinha acabado, contudo suas ideias tinham sido incorporadas e aglutinadas por essa juventude a todas as manifestações artísticas da época. (RODRIGUES, 2014, p. 88)

Movimentos culturais de grande impacto estavam em evidência naquele contexto, como o Tropicalismo¹⁶, que tinha com expoentes Caetano Veloso e Gilberto Gil, os quais refletiam novas formas de pensar e expor o corpo. Suas apresentações, pouco convencionais, geravam polêmica e curiosidade, por conta da ousadia estética, que acaba por inquietar os defensores da “moral e bons costumes” da sociedade brasileira. E “a roupa audaz, o corpo masculino em movimento com gestos tidos como femininos e as expressões de liberdade inculcadas nos seus shows ofereciam um modelo alternativo de masculinidade e de feminilidade que rompia com a rigidez social da época”. (GREEN, 2014, p. 185)

¹⁶Movimento vanguardista musical, estético, que causa grande impacto na cultura brasileira, em fins dos anos 1960. Misturando vanguarda com o popular, seus expoentes estavam sintonizados com as inovações artísticas e as inquietações comportamentais que assolavam o mundo a fora. Seus expoentes (Mutantes, Tom Zé, Gal Costa, Torquato Neto, Gilberto Gil e Caetano Veloso) lançaram discos antológicos, como a obra coletiva *Tropicália ou Panis et Circensis*.

CAPÍTULO 2:

A TORTURA COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DIRETA SOBRE OS CORPOS

“(...) As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim” (BRASIL, 2014, p.387) .

Não poderíamos deixar de abrir este capítulo com esta citação (depoimento de Dilma Vana Rousseff para Comissão Nacional da Verdade) que sintetiza os efeitos e os significados da utilização da tortura durante a ditadura militar no Brasil. As marcas da tortura fazem parte do presente da mesma, pois numa referência simbólica o presente é o passado.

O tempo é incapaz de apagar as marcas da tortura, por conta da dimensão política que tal prática possuía nos anos de combate á ditadura militar. Os que enfrentaram as sevícias dos agentes do Estado tiveram que lidar com subjetividades produzidas pelos da tortura em seus psiquismos, mesmo que a violência tenha sido cometida muito tempo atrás.

No caso específico de Dilma Vana Rousseff, observamos que sua militância política posterior ao fim da ditadura militar, carrega simbolicamente a maneira como enfrentou a tortura física e as sevícias dos agentes do Estado. Em sua trajetória é visível a mesma conduta aguerrida de quem, em outros tempos, enfrentou a opressão mais explícita e escancarada dos tempos de vigência do AI-5.

É com base nesta citação, que, neste capítulo, fazemos referência à dimensão política da tortura, na qual os corpos eram usados como a principal via de acesso, no poder ditatorial vigente, às confissões, ao desmantelamento da personalidade, á desestruturação psíquica e dos atingidos, a destruição física dos que se rebelaram contra a Ditadura.

O corpo era o principal alvo do investimento punitivo, corroborado pelo elemento político determinante naquele contexto, pois “(...) as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais” (FOUCAULT, 2007, p. 28)

O interesse por reflexões acerca da tortura, na ditadura militar, é fomentado por trabalho recente de extrema importância, como o realizado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), que trouxe à tona os bastidores dos crimes cometidos por agentes do Estado brasileiro; principalmente os crimes de tortura, homicídio e ocultação de corpos, praticados, clandestinamente, em nome de um “combate ao comunismo” e à “subversão”.

No relatório final da Comissão Nacional da Verdade, concluído em 2014, a tortura, executada durante a ditadura militar, no Brasil, é definida de maneira bem abrangente:

A tortura tem como finalidade a busca de informações, a intenção de obter uma confissão ou outras declarações, a imposição de um castigo, a intimidação da vítima ou da sociedade. É tendo em vista um ou mais desses objetivos que o agente submete sua vítima a tortura. O agente administra a violência porque seus objetivos só poderão ser alcançados contra a vontade da pessoa torturada, o que faz com que a vítima seja levada a um estado de completa aniquilação e impotência, de absoluta submissão, na qual não tenha saída senão abandonar a própria vontade. A ambição do torturador é quebrar o amor-próprio da pessoa torturada. É atingindo esse fim que a tortura se torna eficaz. (...), a tortura pressupõe a desconsideração do outro enquanto ser humano, daí a extrema gravidade desse crime. (BRASIL, 2014, p.329)

As reverberações das práticas de tortura, utilizadas naquele período (anos de vigência de ditadura), ainda são impactantes em nossa sociedade.

Um exemplo extremamente representativo foi a fala do deputado Jair Bolsonaro, durante a sessão de votação pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff (em 17 de abril de 2016), em que, antes de declarar seu voto a favor, fez uma homenagem ao Coronel Brilhante Ustra¹⁷ (segundo o mesmo: “o terror de Dilma Rousseff”), reconhecido pela Justiça como torturador de prisioneiros políticos, durante a Ditadura Militar. Este fato obteve repercussão internacional e trouxe, naquele momento, novas discussões e conflitos de posicionamentos sobre a utilização da tortura.

As discussões, suscitadas por este episódio, trouxeram extremo repúdio a qualquer ato de tortura e condenação da mesma. Houve outros posicionamentos, que além de apoiar o deputado Jair Bolsonaro, também consideram tais práticas de tortura como ferramenta importante de “combate ao crime”. Muitos consideram a tortura, até

¹⁷ Carlos Alberto Brilhante Ustra: foi coronel do Exército Brasileiro, chefiou o DOI-CODI/SP. Utilizava codinome de Dr. Tibiriça. Faleceu aos 83 anos, em 15 de outubro de 2015.

hoje, como exitosa no combate ao “comunismo” e à “subversão” que ameaçou o Brasil durante os de ditadura militar.

A tortura foi utilizada, pela Ditadura Militar, como poderoso meio de combate aos “inimigos internos” e a todos aqueles que eram considerados “subversivos” e comunistas. Foi intensificada, a partir do Decreto do AI-5 em fins de 1968, de maneira clandestina, para evitar que o país fosse acusado de descumprimento dos tratados internacionais, relacionado aos Direitos Humanos e crimes de guerra. Com isso, “preso político designado como inimigo da pátria é retirado do pacto, desqualificado como cidadão e tratado como monstro. A prática da tortura nasce das próprias táticas de poder e da distribuição de seu exercício”. (KEIL, 2004, p.48)

A tortura, não instituída legalmente, foi sempre negada pelas instituições militares, por conta de um importante motivo: os comprometimentos internacionais, como as Convenções de Genebra; pois, caso o governo ditatorial, em sua proposta de “Revolução democrática”, admitisse a utilização de tortura e desaparecimento de corpos, teria que enfrentar sérias sanções diplomáticas, que os responsabilizariam por crimes contra humanidade.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a “Declaração Universal dos Direitos Humanos, ela tenha sido formalmente condenada, a tortura continua sendo empregada em dezenas de países, a serviço do Estado, especialmente em regimes totalitários. No Brasil, o autoritarismo militar seguiu essa tendência”. (GINZBURG, 2004, p.159)

A utilização da tortura, durante a Ditadura Militar, não foi aleatória, desordenada e nem excessiva por parte de alguns agentes dos órgãos de repressão. Foi aperfeiçoada, sistematizada e até financiada, por grupos civis que apoiavam o Regime:

O uso da tortura estava amparado e fundamentado ideologicamente pela Doutrina de Segurança Nacional. Foi organizada uma infra-estrutura para a prática da tortura, que envolvia desde locais adequados aos maus-tratos, tecnologia dos instrumentos e participação direta de enfermeiros e médicos que colaboravam com o trabalho dos interrogadores. (FERNANDES, 2011, p. 313)

O que hoje sabemos sobre os lamentáveis episódios de tortura, durante o regime ditatorial, é originário de pessoas, que foram vitimadas e fizeram importantes registros testemunhais, apontando os nomes de seus torturadores e dos locais onde acontecia a violência extrema em corpos daqueles que combatiam a Ditadura.

Parte significativa dos acusados de cometer violações dos direitos humanos, nega, veementemente, apesar de que, alguns dos ex torturadores vieram a público confessar e confirmar, não apenas seus próprios atos, como também o funcionamento do poderoso esquema clandestino de tortura.

O AI-5 dispunha de dispositivos que possibilitavam a intervenção direta sobre os corpos daqueles que se ousaram se opor ao regime ditatorial. Os órgãos de repressão e polícia política passaram a ter “respaldo” jurídico para invadir residências, prender pessoas suspeitas de “subversão” e não dar satisfação, sobre suas ações, á Justiça.

Numa clara demonstração de arbitrariedade, em regimes ditatoriais, o Poder instituído passa a ser dono dos corpos. Corpos estes que eram os principais alvos a serem atingidos, no contexto de repressão, punição e para, também, se obter as confissões/delações. Não há dúvidas que, nas “salas de tortura o corpo é o alvo privilegiado. A tortura psicológica vai existir permanentemente, mas é sobre o corpo que a repressão vai agir, é através do corpo que vai tentar obter informações desejadas”. (COLLING, 1997, p.89)

A partir do AI-5, as instituições jurídicas do país tiveram que participar das “encenações” de legalidade das ações do governo ditatorial, que respaldava seus atos arbitrários, nos decretos que impunha sem nenhuma consulta, avaliação democrática das instâncias jurídicas, que até então zelavam pela manutenção do Estado de Direito. Nenhum dos decretos do regime ditatorial aborda explicitamente a tortura, para exatamente, criar uma imagem pública ilusória, em sua sofisticada propaganda, que a mesma não era utilizada no combate aos “inimigos internos”.

Uma das justificativas para a suspensão dos direitos civis era uma “Revolução Democrática” baseada no combate ao “terrorismo” e aos “inimigos internos”, como bem resume Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares:

Durante a maior parte do regime militar, especialmente na pior fase após o AI-5, o País foi mergulhado nas trevas da exceção e do arbítrio, “legalizados” pela famigerada Lei de Segurança Nacional, cuja doutrina inventava a guerra permanente e o “inimigo interno”. Um verdadeiro terrorismo de Estado, sob o qual milhares de pessoas foram presas ilegalmente, extorquidas, assassinadas, e “suicidadas”, torturadas e submetidas a abusos sexuais, por razões políticas, desde militância armada como simples “delitos de opinião”. (SOARES, 2010, p.27)

Conforme as perspectivas deste trabalho, observamos a dimensão política dos atos de tortura cometidos por agentes do Estado brasileiro. No contexto específico de recrudescimento da ditadura militar, a tortura representou uma das tentativas de desmantelamento moral e psíquico dos opositores do Regime, através do ataque ao corpo, sendo também a expressão máxima do poder punitivo aos que se rebelaram à ordem social estabelecida naquele contexto.

Sabe-se que os militares brasileiros, que faziam parte dos órgãos de repressão, receberam treinamento que objetivava o aprimoramento da tortura. Foram aprendidas técnicas que acabavam por facilitar as confissões e que desestabilizavam a personalidade do torturado, a partir da violência contra o corpo.

O agente americano Dan Mitrione¹⁸ foi personagem emblemático ao nos referirmos a este contexto, pois o mesmo colaborou com as ditaduras brasileira e uruguaia, ensinando a praticar tortura sem deixar marcas. Em suas “aulas”, utilizava presos e até mendigos como cobaias.

Para o sistemático combate ao “inimigo interno”, a tortura foi importante ferramenta dos órgãos de repressão. Sua aplicação foi aperfeiçoada para este fim, tornando-se “*método científico*, incluído em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado” (ARQUIDIOCESE, 1985, p.32).

2.1 - A tortura dos corpos no Brasil

Cabe a nós neste momento, uma contextualização da utilização da tortura, no Brasil, pois a mesma não foi “criada” ou “elaborada” pelo regime militar e nem mesmo passou a ser utilizada apenas a partir do AI-5. Porém, apresentou particularidades, neste período histórico, que precisam ser analisadas, visto que carregam marcas específicas do momento político, histórico, econômico e cultural. É inconcebível analisá-la sem o reconhecimento da influência dos elementos citados, pois sabemos que a “tortura é uma invenção dos humanos, sem parâmetros fora da espécie humana, exercida tanto durante

¹⁸ Em 1970, no Uruguai, este agente da CIA foi seqüestrado e assassinado pelo grupo de esquerda armada Tupamaros.

a guerra como fora dela e praticada sem escrúpulos, ao longo das civilizações”. (ARANTES, 2013, p.83)

O projeto *Brasil Nunca Mais* foi elaborado, a partir de fins dos anos 1970, pela Arquidiocese de São Paulo¹⁹, objetivando a exposição dos processos políticos da Justiça Militar. Tais documentos comprovaram a existência da prática de maus-tratos e violação dos direitos humanos.

Dom Paulo Evaristo Arns como um dos principais articuladores deste projeto que produziu uma importante fonte de documentação e depoimentos, que comprovaram a utilização da tortura, como método sistemático nos porões do Regime Militar. A partir do mesmo, sabe-se que:

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos. (ARQUEDIOCESE, 1985, p.43)

A produção de uma vasta literatura testemunhal é importante material de pesquisa, deste capítulo. Mas exatamente, o testemunho de ex militantes da esquerda armada, que passaram pela experiência de prisão e tortura, nas mãos de agentes do Estado, bem como a revelação das particularidades dessas experiências, que servem para fomentar a discussão sobre a dimensão política dos castigos físicos e punições corporais, neste contexto.

Na História do Brasil, em períodos anteriores ao da Ditadura Militar, vamos encontrar o castigo físico originário do poder punitivo do Estado, desde as chibatadas aos escravos indisciplinados, no Período Colonial, até chegarmos às chibatadas aos

¹⁹ Projeto desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, Rabino Henry Sobel e o Pastor presbiteriano Jaime Wright. Concebido clandestinamente, durante os anos finais da ditadura militar. Constitui um dos mais importantes relatórios de depoimentos de presos políticos, que denunciavam a existência da tortura da qual eram submetidos.

marinheiros²⁰, no começo da República, em nosso país, mesmo com mais de duas décadas após o fim da escravidão.

A punição corporal e o castigo físico ao indivíduo desviante, sempre esteve presente na sociedade brasileira; não apenas para o escravo, submetido ao trabalho forçado, mas para todos aqueles que não se encaixam (ou desobedeciam) às regras (sociais, estéticas, culturais, econômicas, etc.) estabelecidas: o artista, o louco, o rebelde, o desobediente, o homossexual, o ateu, etc.

Existiam particularidades temporais na tortura praticada na atmosfera político-ideológica do regime militar, que pertencia a um contexto histórico específico, visto que a mesma foi utilizada no combate ao “inimigo interno”:

No imediato pós-64, antes portanto do início da luta armada, os relatos sobre a violência policial e militar durante as prisões e nos presídios já era algo alarmante. Paralelamente, e longe das lides políticas, o desrespeito aos direitos humanos em relação aos prisioneiros comuns também não é algo tão novo no Brasil. Aliás, a própria colonização brasileira que se faz na base da escravidão tinha como contraponto o “tronco” para os castigos corporais. Desta forma, são incontáveis os capítulos da nossa história em que essa questão pode aparecer de maneira contundente e desconfortável, quer para a sociedade como um todo, quer para aqueles que, em diferentes épocas, detiveram o monopólio da força. Entretanto, o que difere a esse respeito, no período aqui abordado, é a forma como isso foi feito, ou seja, através do envolvimento direto das Forças Armadas. Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do isso, as Forças Armadas, naquele espaço de tempo, detiveram, soberanas, o monopólio da coerção política-ideológica. (D'ÁRAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 10.)

Observemos nesta citação, uma importante reflexão sobre a utilização da tortura, em diversificados contextos da História do Brasil. Porém, nesta dissertação, a particularidade que merece ênfase, na aplicação da tortura, é a participação direta de militares das Forças Armadas; desde a articulação do Golpe de Estado, em 1964 (junto a uma coalizão civil-militar), até a fomentação dos órgãos de repressão, responsáveis pela perseguição, vigilância, prisão e tortura de militantes políticos (ou de todos aqueles que eram suspeitos de serem “inimigos internos”).

Maria Auxiliadora Arantes, em seu importante estudo, cuja abordagem é psicanalítica, sobre a prática da tortura, durante a Ditadura Militar, corrobora a

²⁰ A Revolta da Chibata (1910) foi deflagrada exatamente pela existência de chibatadas como punição as mínimas indisciplinas praticadas por marinheiros (não brancos) comandados por um oficialato branco. Liderada por João Cândido, obteve êxito com a extinção das chibatadas na Marinha do Brasil e com a anistia aos rebelados.

percepção de que a mesma não foi uma invenção dos golpistas de 1964. Esta prática sempre faz parte da história do país, através de agentes do Estado que objetivavam punir, castigar fisicamente aqueles de alguma forma se rebelavam (desde os dias de escravidão até os dias atuais), tais como presos comuns e menores infratores internos.

Pensemos que “embora a prática da tortura no Brasil faça parte da história do Brasil Colônia, Império e do Brasil Republicano, a instalação de um Estado de Exceção entre 1964 e 1985 aproximou a prática da tortura de segmentos da sociedade formadores de opinião”. (ARANTES, 2010, p. 74)

Segundo a citada autora, as marcas deixadas pela violência e torturas, cometidas durante o período escravocrata foram referências determinantes para que tal prática fosse reproduzida em outros instantes da história brasileira, no decorrer do século XX.

A cultura do castigo físico não era apenas uma prática de carrascos tresloucados, mas partilhada e aceita por parte significativa da população brasileira.

O surgimento da República e de leis menos excludentes não foram suficientes para que as práticas de autoritarismo fossem evitadas, pois a exclusão continuou predominante, na dinâmica social do Brasil. Para que o exercício do poder dos grupos econômicos e sociais estivesse garantido, fez-se necessário o controle e a punição física daqueles que dos que se rebelavam e dos que não eram bons cidadãos para aquele contexto.

Durante o século XX, no Brasil, o exercício de leis democráticas sofreu comprometedores intervalos. A Ditadura do Estado Novo é importante ponto de reflexão para este tema, pois foi durante a ditadura de Getúlio Vargas que o Brasil teve a primeira experiência de utilização de tortura, contra aqueles que eram considerados “comunistas”, que ameaçavam a ordem estabelecida.

Militantes do PCB tiveram seus mandatos cassados (quando o partido foi lançado à ilegalidade), foram presos e sofreram castigos físicos. Alguns sofreram até deportação, num contexto de terror, que foi o caso de Olga Benário (alemã e judia), entregue aos nazistas pelo governo Vargas.

Durante o século XX, a tortura sempre foi praticada, mesmo em períodos democrático, mas, com um detalhe: a aplicação da mesma neste contexto, dá-se de

maneira clandestina, em delegacias, presídios, hospícios, centros de recuperação de menores infratores. Clandestina, porque a tal prática é condenada pela lei e passível de punição, por isso, afirmamos que seus autores jamais admitem, em público, tais atos de castigo físico, aos indivíduos desviantes, desobedientes, marginais e transgressores da lei e da ordem.

As práticas de castigos físicos e punições corporais estão solidamente enraizadas na conduta cotidiana de agentes do Estado, mesmo que isto seja contrário às leis democráticas, aos Direitos humanos e aos tratados internacionais, que protegem os indivíduos (independente de origem social, racial, nacionalidade, religiosidade, etc.) de maus tratos e barbaridades.

A tortura, em seus variados contextos, tem inúmeras motivações. E no contexto político, específico desta dissertação, a produção de confissão é um dos principais motivos, assim como fazer com que o militante negasse suas convicções, como no caso de Cabo Anselmo²¹, que não apenas “abandonou” suas convicções, mas atuou como agente infiltrado da repressão.

A prática da tortura, neste contexto, também tinha o objetivo de atingir a personalidade do indivíduo. Através das pancadas em seu corpo, visava desestabilizar suas convicções políticas e ideológicas. Contudo, parte significativa dos relatos e memórias de ex-militantes, que passaram pela experiência de ter o seu corpo seviciado por agentes do Estado, mostra que este objetivo não foi alcançado; ao contrário: apesar do sofrimento corporal e das comprometedoras sequelas, psíquicas e emocionais, nunca abandonaram suas convicções e estas foram mesmo solidificadas, em suas personalidades.

A ex-militante Simone, ao relata o cenário da tortura, expõe a vulnerabilidade psíquica causada pela exposição do corpo, mesmo antes das sevícias físicas:

É no corpo que eles vão agir, e uma das primeiras coisas que elas fazem é te encapuzar. Eles te encapuzam e tiram toda a roupa. A cena é terrível, não há o menor contato físico. Tu estás encapuzada, pelada, rodeada de homens no silêncio. Eles não falam contigo, fazem alguns ruídos para saberes que estão ali. (COLLING, 1997, p.83)

²¹ Caso dramático da esquerda armada, Cabo Anselmo após prisão e tortura, passou a trabalhar como agente infiltrado dos órgãos de repressão. Suas ações de delação foram responsáveis por um enorme número de quedas, que resultaram na prisão, tortura, morte e desaparecimento de militantes que combatiam o a ditadura militar. Após o fim da ditadura, o mesmo em entrevistas admitiu que suas ações foram motivadas por convicções pessoais e que não carrega arrependimentos.

Os torturadores (devidamente treinados) conheciam os limites dos torturados, sabiam como fragilizar e atacar os corpos para obter as confissões. Existiam meios de tortura psicológica para desmoralizar o preso político, como a técnica de logo retirar a roupa do mesmo:

A experiência da nudez surge como uma ameaça, como a falta de proteção e entrega do corpo do preso. A roupa não se limita a sua função de cobrir o corpo, mas tem o significado simbólico de proteção; o corpo despido torna-se não apenas vulnerável, mas também causa a vergonha ou o sentimento de desonra diante dos torturadores. Essas formas de tortura, além de serem extremamente traumatizantes, não deixariam rastros visíveis. (FERNANDES 2011, p. 314)

Num importante trabalho historiográfico sobre a memória dos “anos de chumbo”, em 1994, os pesquisadores do CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas), Maria Celina D’Araújo, Glácio Ary Dillon Soares e Celso Castro, colheram depoimentos de militares, que tiveram importante atuação nos Órgãos de repressão política, como Adyr Fiúza de Castro, que foi chefe do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que em seu depoimento corrobora a importância da humilhação moral através da nudez do corpo do prisioneiro:

Porque o medo é um grande auxiliar no interrogatório. Os ingleses, por exemplo, recomendam que só se interrogue o prisioneiro despido porque, segundo eles, uma das defesas do homem e da mulher, evidentemente, é a roupa. Tirando a sua roupa, fica-se muito agoniado, num estado de depressão muito grande. E esse estado de desespero é favorável ao interrogador. (D’ÁRAUJO, SOARES, CASTRO, 1994, p.62)

Dentre os depoimentos colhidos pelos pesquisadores, com ênfase à memória dos militares sobre a repressão, Adyr Fiúza de Castro se declara favorável à utilização da tortura e não a utilizou, apenas por lealdade hierárquica a alguns de seus superiores que eram contra. Diz: “Não sou cristão, não acredito em vida eterna, não acredito em nada disso. Mas não sou contra a tortura. Acho que ela é válida em certas circunstâncias – para adquirir informações (...) Agora, por necessidade de informações, acho válido. E todo mundo acha”. (D’ÁRAUJO, SOARES, CASTRO, 1994, p.73)

Não apenas o General Adyr Fiúza de Castro, como também Ernesto Geisel mantinha esta opinião. Este mesmo general comandou o início da transição, “lenta e gradual”, do regime ditatorial para o democrático, e puniu militares da chamada “linha-dura” que continuavam a utilizar abertamente a tortura como forma punição aos

acusados de “subversão”. Em seu depoimento, nos anos 1990, para os pesquisadores do CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas) declarou, que quando questionado sobre sua opinião sobre a tortura:

Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. Já contei que no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, inclusive o Humberto de Melo, que mais tarde comandou o Exército de São Paulo, foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contra-informação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior! (ARAÚJO; CASTRO, 1997, p.225)

O General Geisel faz uma importante observação, em sua opinião favorável à utilização da tortura. Após reconhecer a necessidade da utilização da tortura em determinadas circunstâncias, ele faz um elogio ao serviço secreto inglês (que colaborou em ensinamentos aos militares brasileiros), que segundo o mesmo, realizava a tortura de maneira discreta e acusa os torturadores brasileiros de inexperientes neste quesito. Importante destacarmos estas particularidades na opinião de Geisel sobre a tortura.

2.2 - AI-5 respalda violação e coisificação dos corpos rebelados

Com base na citação anterior, a partir do depoimento de Ady Fiúza de Castro, compreendemos a importância do aprendizado das técnicas de tortura mais sofisticadas, através de treinamento com militares americanos, franceses e de outras nacionalidades.

O contexto político-mundial era o da Guerra Fria e os Estados ditatoriais da América Latina, que combatiam a “ameaça comunista”, necessitavam aperfeiçoar a repressão contra as mobilizações políticas, que eram inspiradas nas Revoluções Cubana e Chinesa. Fez-se uma articulação repressiva dos países aliados dos EUA, contra as crescentes mobilizações influenciadas pelo Marxismo e Comunismo.

Outro objetivo da tortura é a eliminação física do indivíduo. Tirar a vida do militante político, crendo que com isso se eliminariam as suas ideias. Alguns corpos não eram para passar pelo processo sequencial: prisão, interrogatório e tortura, mas sim, condenados à destruição. Passaram por tal condenação, as principais lideranças da luta

armada, como Lamarca e Marighella. Matá-los foi uma questão de honra, para o regime ditatorial.

Os próprios grupos da esquerda armada, que viviam sob o risco iminente de queda, sabiam que qualquer um poderia ser preso e torturado e por isso faziam recomendações aos seus militantes. E a recomendação mais elementar era a de que pudessem resistir o quanto podiam, pelo menos a tempo de seus companheiros de aparelho conseguirem se evadir.

Mas, pelo que consta, nos relatos testemunhais dos livros de memórias daqueles que passaram pela impactante experiência da tortura, o que definia o nível e capacidade de resistência do militante não eram as recomendações expressas pelo grupo, mas sim as questões subjetivas de cada um. Lembremos-nos dos casos extremos de muitos militantes que resistiram às inomináveis sessões de tortura e não entregaram nenhum tipo de informação aos órgãos de repressão. E, diferentemente, em outros casos, bastou a tortura psicológica, para que houvesse delação e confissão.

Constatamos que havia, conforme contexto cultural, um comum preconceito arraigado mesmo nos grupos da esquerda armada, ao referir-se à questão de gênero dos militantes. Por exemplo, ao achar que as militantes do sexo feminino (e homossexuais) poderiam ser mais “fracas” com relação à tortura. Fernando Gabeira, que participou de grupos da esquerda armada, sobre este tema, disse: “dentro da cadeia, a gente tinha uma ideia de que as mulheres e os homossexuais iam se comportar de uma maneira diferente da nossa. Mas, não. Em muitos casos, mulheres e homossexuais se comportavam de uma forma muito corajosa.” (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1979, p.7)

A Comissão Nacional da Verdade teve a oportunidade de colher preciosos depoimentos de agentes do Estado, que participaram de violações dos direitos humanos. Um dos mais impactantes foi o Coronel, reformado do Exército Paulo Malhães²², que, no contexto dos anos 1970 foi agente do CEI (Centro de Informações do Exército). Neste depoimento, Malhães se expõe como um torturador declarado e sem remorsos.

Ao mencionar a confirmação da existência de um importante centro clandestino de tortura, a Casa da Morte de Petrópolis, Malhães afirma que o objetivo da tortura era

²² Paulo Malhães foi tenente-coronel reformado do Exército, confessou (em depoimento à CNV) atos de tortura, assassinato, esquartejamento e desaparecimento de corpos. Faleceu em 25 de abril de 2014, sob suspeitas de queima de arquivo.

tentar aliciar os prisioneiros políticos para serem “transformados” em agentes infiltrados em suas organizações. (BRASIL, 2014)

A violência contra o corpo, através da tortura, foi utilizada para a tentativa de despersonalizar o indivíduo, que naquele contexto era opositor e combatente. Segundo Paulo Malhães, em seu depoimento, os órgãos de repressão obtiveram número significativo de militantes “virados” infiltrados nas organizações revolucionárias.

A infiltração foi uma das ferramentas exitosas da ditadura militar no combate e destruição de grupos da esquerda armada. A mesma era concebida a partir da prisão, terror psicológico e tortura do militante político, que acabava por passar por um processo de “despersonalização”, aceitando trabalhar para os órgãos de repressão infiltrando-se em seu grupo de origem e entregando seus antigos companheiros de militância.

O momento extremo de coisificação dos corpos, durante a Ditadura Militar, fica evidente, quando Paulo Malhães, admite a mutilação e a ocultação dos cadáveres daqueles que eram barbaramente torturados e executados, incluindo falanges cortadas e dentes arrancados, para impedir a identificação das vítimas. Mas, o ex-coronel ainda

relatou em revelar a técnica usada pelo Exército para fazer os corpos desaparecerem sem deixar rastros. Segundo o ex-coronel, esses corpos jamais serão encontrados, como afirmou em relação a Rubens Paiva, ao abordar a operação que desenterrou e sumiu com o corpo do ex-deputado: “Ninguém nunca mais acha”. Com o escopo de confundir, Malhães manteve relato dúbio e contraditório a respeito do destino final dos corpos de militantes desaparecidos pelo Exército, isto é, se eram jogados em algum rio ou no mar. (BRASIL, 2014, p. 518)

O depoimento de Paulo Malhães foi tão esclarecedor que trouxe importantes detalhes na descaracterização, destruição total dos corpos e ocultação, para que não houvesse possibilidade de identificação e apuração da morte do prisioneiro político. “Segundo ele, a arcada dentária e as pontas dos dedos eram retiradas e o ventre era cortado para impedir que a produção de gases durante a decomposição fizesse o corpo boiar”. (BRASIL, 2014, p. 519)

Ainda neste depoimento, Paulo Malhães fala sobre a falha dos responsáveis pela *Casa da Morte*, ao mencionar o caso da militante Inês Ettienne Romeo²³. Havia o objetivo de que a mesma saísse da casa como uma infiltrada, mas, esse objetivo não foi atingido: mesmo bastante torturada, foi a única a sair viva deste local, mantendo-se leal a seus ideais, ficando presa até ser beneficiada com a Lei de Anistia em 1979.

Nos relatos testemunhais, presentes nos livros de memória de ex militantes, é bastante comum encontrarmos a impressão dos presos diante da frieza dos torturadores. Estes eram homens sanguinários que trucidavam e provocavam dor extrema ao corpo de um ser humano, sem se deixarem abater pelos gritos de suplício e pavor da tortura. Curiosamente, estes torturadores eram capazes de, fora das sessões de tortura, levarem uma vida perfeitamente “normal”, ou seja, uma rotina de vida familiar e profissional, que não fazia levantar suspeitas sobre a atividade de carrascos e verdugos do Estado ditatorial.

A identificação ideológica foi um importante fomentador da conduta destes agentes do Estado, visto que os mesmos praticavam os atos de tortura com uma convicção pétrea e com consciência plena do que estavam praticando. Sustentavam-se na crença que aqueles torturados eram inimigos da pátria, da família brasileira, representantes do mal e que mereciam ser aniquilados daquela forma. E os torturadores devidamente treinados,

conhecendo o corpo do torturado, seus limites e funcionamento em resposta às técnicas da tortura, produziram um cotidiano de impotência, terror e aniquilamento. A lógica da perversidade entre eles foi estudada, refletida nos mínimos detalhes. No curso dos interrogatórios, a alternância de grandes crueldades e pequenas bondades, por parte dos torturadores, constituiu-se como uma das estratégias utilizadas para desconstruir as identidades políticas e morais dos torturados. (KEIL, 2004, p.52)

A presença do agente do Estado como torturador, não era aleatória ou ocasional, e também, não era mero resultado de “lavagem cerebral” ou de treinamento militar. Era necessário um envolvimento, uma identificação com o poder constituído para que, internamente, o mesmo estivesse seguro no “cumprimento do dever” e não sentisse culpa, arrependimento ou remorso.

²³ Militante da esquerda armada(VPR). Esteve ao lado de Carlos Lamarca, Herbert Daniel e Alfredo Sirkis no seqüestro do embaixador suíço. Após o fim da ditadura fez a localização da Casa da Morte e reconheceu torturadores. Concedeu depoimento para Comissão Nacional da Verdade e faleceu em 2014.

O torturador também é um sujeito clandestino, ilegal, que atua num “terreno vago”, porque, se a prática da tortura é efetivada em esconderijos e sem o conhecimento “oficial” dos órgãos de Justiça, o mesmo se dá com o torturador que absolutamente livre para liberar sua animalidade e sadismo extremos, num contexto em que nenhum impedimento legal o atingirá ou punirá por seus atos.

Ele realiza a tortura com o intuito de “cumprir ordens” e, fora deste cenário, retorna a um cotidiano de uma pessoa “normal”, capaz de estabelecer diálogo com os limites impostos pelo processo civilizatório, como por exemplo, conter seus ímpetos destrutivos na convivência em sociedade.

Neste específico momento da ditadura militar brasileira, o torturador obteve um fundamental elemento para sua prática: o respaldo e a autorização das autoridades estatais e policiais. Foi organizado um maquinário de terror que teve o cuidado de ser clandestino e praticamente imperceptível aos olhos da opinião pública e dos órgãos internacionais, zelosos das leis que classificam a tortura como crime e fazem a irrefutável defesa da vida humana.

Buscamos apoio na teoria psicanalítica para compreender a conduta do torturador como o indivíduo que encontrou um importante canal clandestino para liberação extrema de seus impulsos altamente destrutivos ; estes impulsos que o cidadão civilizado comum tem de conter, em nome do bem-estar da coletividade. Por ser um traço inerente desta personalidade, é bastante comum não encontrarmos ex-torturadores arrependidos ou sentindo-se culpados por terem cometidos barbaridades extremas contra outro ser humano.

Em uma de suas obras mais significativa para o estudo do tema, Sigmund Freud faz uma reflexão que nos chama a atenção para a dificuldade dos indivíduos, diante das limitações pulsionais e restrições dos ímpetos destrutivos impostos pelas regras de civilidade:

A existência da inclinação para a agressão, que podemos detectar em nós mesmos e supor com justiça que ela está presente nos outros, constitui o fator que perturba nossos relacionamentos com o nosso próximo e força a civilização a um tão elevado dispêndio (de energia). Em consequência dessa mútua hostilidade primária dos seres humanos, a sociedade civilizada se vê permanentemente ameaçada de desintegração. (...) A civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas. (FREUD, 1996, p.68)

Conforme as observações de Freud, eis um enorme desafio para o processo civilizatório e cultural: o não controle da inclinação para a destruição, presente nos seres humanos. Há os que possuem ímpetos destrutivos, mas conseguem controlá-los e “adequá-lo” às regras de civilidade e outros, vão procurar meios para dar vazão explícita á tais ímpetos. Este é caso dos torturadores, que clandestinamente, vivenciaram seu puro deleite pulsional de destruição diante de corpos rendidos, para logo após, voltarem para ás vidas de pessoas “normais” e “civilizadas”.

A ação do torturador não era de um “desequilibrado mental”, mas, a de um ser humano comum, em que suas pulsões destrutivas pedem vazão a todo instante. Por este motivo, é de difícil compreensão a questão trazida pela Psicanálise, que nos diz que “a questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição”. (FREUD, 1996, p.151)

O senso comum que envolve o tema tortura, intitula os torturadores como “monstros”, numa tentativa de afirmar, que a vontade de maltratar e submeter outro humano às mais bárbaras torturas não faz parte da constituição dos seres humanos. A psicanalista e historiadora Elisabeth Roudinesco faz um importante questionamento:

Se o homem mais infame, carrasco dos outros homens, pode ser qualificado, como bestial ou não humano quando manifesta, em sua relação com seus semelhantes, uma crueldade visivelmente originária de sua animalidade profunda, o que dizer da maneira como humanos tratam os animais? (ROUDINESCO, 2008, p.165)

Para Psicanálise, o ímpeto destrutivo é apenas uma das formas de perversão, de obtenção particular de prazer “sexual”, que faz parte da constituição de sujeitos sociais singulares. Ou seja, alguns indivíduos sentem extremo prazer em maltratar, destruir e matar o seu semelhante e desafiam o processo civilizatório e as limitações, impostas pelas leis de defesa da vida humana e do bem-estar coletivo. Então, “designa-se por perversão o conjunto do comportamento psicosexual que acompanha tais atipias na obtenção do prazer sexual”. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 341)

Entre os agentes dos órgãos de repressão, ninguém era obrigado a torturar. Aqueles que cumpriam esta “missão” já possuíam consigo inclinações e desejos para gozo com a destrutividade e só aproveitaram da situação favorável, para liberá-las. Eles possuíam uma destrutividade condensada e estimulada por questões ideológicas, que

fomentavam a imagem de um “inimigo interno” e “subversivo”, que era preciso destruir.

Não estabelecemos um olhar simplista ou generalista sobre a conduta dos torturadores, pois os documentos, prisões e aposentadorias nos mostram que não eram todos os militares que praticavam a tortura e nem todos foram a favor do golpe de Estado, deflagrado em 1964. Existiam, por exemplo, comandantes de Quartéis do Exército que mantinham a proibição da tortura aos presos políticos, porém, a mesma era burlada por seus subordinados em momentos oportunos. Tal fato foi revelado pelo General Ernesto Geisel, em depoimento aos pesquisados do CPDOC/FGV, ao citar episódio da morte do jornalista Wladimir Herzog:

um caso que aconteceu no meu governo – (...) – foi o problema de São Paulo, do jornalista Herzog e do operário Manuel Fiel Filho. Houve ali a omissão do comandante, do general Ednardo. O que acontecia? Ele ia passear no fim de semana, fazendo vida social, e os subordinados dele, majores, faziam o que bem queriam. Quer dizer, ele não torturava, mas, por omissão, dava margem à tortura. Várias vezes eu tinha advertido o Ednardo, de maneira que, quando ocorreu o segundo enforcamento, não tive dúvidas e o demiti. (ARAÚJO; CASTRO, 1997, p.225)

O general Ernesto Geisel cita um caso bastante curioso do universo militar, na prática da tortura. O general Ednardo não permitia as sevícias em presos políticos, mas, nos fins de semana em que estava ausente, os seus subordinados aproveitavam-se e torturavam os prisioneiros. Observa-se neste episódio a confirmação do variável comportamento dos militares, durante o tempo de vigência do AI-5, no que tange à prática da tortura, a qual não era homogênea e linear, como muitos imaginam.

Anos após o fim da ditadura militar no Brasil, alguns ex-torturadores foram entrevistados por veículos da grande imprensa revelando suas motivações e como funcionava a clandestinidade dos atos de tortura a presos políticos. Foi o caso do ex-tenente Marcelo Paixão de Araújo, que declarou em entrevista à Revista *Veja*, em 1998:

Eu poderia alegar questões de consciência e não participar. Fiz porque achava que era necessário. É evidente que eu cumpria ordens. Mas aceitei as ordens. Não quero passar a ideia de que era um bitolado. Recebi ordens, diretrizes, mas eu estava pronto para aceitá-las e cumpri-las. Não pense que eu fui forçado ou envolvido (...) ²⁴

²⁴ Revista *Veja* Edição 1576. 9.12.1998. Eu torturei.

O ex-tenente Marcelo Paixão, neste trecho da entrevista, revela o que faz parte de nossa opinião sobre a conduta dos torturadores de modo geral: a prática feita com plena convicção e por motivação ideológica, que fazia parte daquele contexto de extremismo e radicalização.

Para esta dissertação é muito mais pertinente, ao refletirmos sobre a tortura, amparados da teoria psicanalítica, o reconhecimento da “a existência e a inclinação destrutiva do ser humano como uma disposição original, independente, e afirma que a cultura encontra nessa disposição seu mais poderoso empecilho” (ARANTES, 2013, p.163). Intitular os torturados simplesmente de “monstros” faz com que caiamos num lugar comum, de retirar o ato da tortura da ordem do humano, da prática de sujeitos “normais” e ajustados ao processo civilizatório.

Concordamos com Arantes, em seu estudo sobre a tortura, ao levantar a hipótese da psicanálise sobre lugar de sujeito do torturador, de que seu ganho principal não é simplesmente a confissão de sua vítima, mas que “o ganho principal está no exercício autorizado e desmedido de sua livre destrutividade, sem que tenha de negociar com alguém, e nem consigo mesmo, o prejuízo causado, sem que sofra com o que produz, sem que se sinta culpado pela sua prática”. (ARANTES, 2013, p.228)

Com a base nas declarações do ex-tenente Marcelo Paixão compreendemos que a existência do AI-5 respaldava as atrocidades cometidas por agentes da repressão naquele contexto. O mesmo afirmou, numa tentativa de apontar um culpado maior, que governo ditatorial “ao suspender garantias constitucionais, permitiu-se tudo o que aconteceu nos porões”.²⁵

Outro importante depoimento foi o do ex-sargento Marival Dias Chaves (ex-analista do DOI-CODI/SP), que com problemas de consciência, decidiu revelar o que testemunhou nos porões da ditadura, mesmo afirmando que nunca torturou ninguém. O ex-sargento afirma o quanto, para a finalidade de destruição dos corpos de “subversivos”, necessitava-se de gente muito profissional:

Matar subversivos era uma atividade altamente profissional. Nas casas de São Paulo, havia uma equipe especializada na ocultação dos cadáveres. Os agentes sabiam exatamente o que fazer. Primeiro, amputavam as falangetas dos dedos, para evitar que os mortos fossem reconhecidos através das

²⁵ Ibid, p. 44.

impressões digitais. Depois, amarravam as pernas para trás, de forma que o corpo ficasse reduzido à metade, esfaqueavam a barriga. O esfaqueamento era para evitar que o corpo, se fosse jogado num rio, viesse à tona algum tempo depois. (p. 21)²⁶

O depoimento deste ex-sargento confirma o que foi levantado por nossas hipóteses, que em inúmeras circunstâncias, não era objetivo atingir as ideias “subversivas” apenas, mas sim destruir os corpos daqueles que representavam o “terrorismo” e a “subversão”. Era uma destruição carregada de elementos altamente simbólicos, pois não era uma destruição qualquer, mais sim o esquiteamento, para que nem rastros destes corpos desviantes ficassem para, posteriormente não correrem o risco de serem reconhecidos.

O ex-sargento do exército, Marival Dias Chaves também relatou o perfil dos torturadores, que não era algo uniforme e homogêneo, como pensam alguns. Segundo Marival, existiam os “cumpridores de ordem” e também os que tinham explicitamente, conduta sádica, independente das questões ideológicas daquele contexto específico. Havia dois tipos de torturadores: “O primeiro, com vocação para matar, inspirado pelo ódio. O outro, não tinha vocação para o crime, mas estava impregnado pela doutrina de segurança nacional. Esses matavam por achar que estavam salvando o país do comunismo” (p. 22).²⁷

A declaração de Marival Dias Chaves revela que a conduta dos torturadores deve ser analisada a partir da individualidade de cada um, pois os mesmos não eram iguais e não eram obrigados a cometer atos de barbaridades.

Cada torturador carrega consigo uma dinâmica psíquica e emocional que se insere perfeitamente neste aspecto de liberação de destrutividade, barbaridade e prazer com o sofrimento de outro ser humano. Pois houve uma perfeita conjugação entre a dinâmica destes indivíduos e o sistema, que lhes autorizava torturar e dar vazão ao sadismo, com o detalhe de tudo acontecer clandestinamente, sem que a lei civilizatória e a opinião pública pudessem interferir e puni-los por estes atos.

Na execução do ato de tortura aos prisioneiros políticos, a dimensão política dos corpos estava presente de maneira muito acintosa, pois não era necessário, naquele contexto, apenas prender o militante político, mas também aplicar violência os corpos

²⁶Revista *Veja*: 18.11.1992 Edição 1262 Eles matavam e esquiteavam.

²⁷ *Ibid*, p. 41.

dos prisioneiros, impedindo a circulação de suas ideias e de sua prática de “subversão”. O poder ditatorial, naquele contexto, comportava-se como dono dos corpos, detinha poder absoluto sobre eles e por isso podia não apenas matar, mas aniquilar por completo os corpos, com uma marca destrutiva eminentemente simbólica dos poderes ditatoriais: esquartejamento e ocultação dos cadáveres.

O desaparecimento dos militantes, levados para prisões clandestinas, causava imensos impactos nos próprios companheiros, que não imaginavam o paradeiro dos mesmos. São palavras extraídas no depoimento de ex-coronel Paulo Malhães:

O pavor é muito maior com o desaparecimento do eu com a morte. A morte, não, você vê o cadáver do cara, o cara ali, acabou, acabou. Não tem mais...mais o que pensar nele. O meu destino, se eu falhar, vai ser esse. Já quando você desaparece – isso é ensinamento estrangeiro – quando você desaparece, você causa um impacto muito mais violento no grupo. Cadê fulano? Não sei, ninguém viu, ninguém sabe. Como? O cara sumiu como? (BRASIL, 2014, p.500)

Paulo Malhães corrobora, nesta citação, mais uma importante informação: as técnicas utilizadas pelos órgãos de repressão política e tortura eram oriundas de ensinamentos estrangeiros. Comprovadamente, a partir do testemunho de sobreviventes, as técnicas de nudez e desaparecimento de companheiros eram as mais terrificantes.

O respaldo e a autorização aconteciam exatamente porque o regime ditatorial estava convicto de que a utilização da tortura tinha a “eficácia” de obter confissões e de massacrar os considerados subversivos. A defesa da tortura, justificava-se pela atmosfera de combate ao “inimigo interno” e à “subversão” que comprometiam a “ordem e a tranquilidade do país”. Apenas precisava ser clandestina e veementemente negada pelos discursos públicos dos ditadores, que controlavam o Estado naquele período.

Para que a relação do governo ditatorial com a prática clandestina da tortura não causasse transtornos e efeitos negativos para a imagem do país, houve uma importante estrutura de “disfarces”, que corroboravam a eficácia da utilização da mesma.

Foi preciso a participação de médicos, legistas, que examinavam prisioneiros torturados, verificavam sua condição para medir a possibilidade de mais tortura. Legistas assinavam laudos periciais falsos, colocando mentirosas causas sobre a morte de um preso político barbaramente supliciado.

Testemunhos contam que médicos dos centros de tortura, utilizando em alguns casos jalecos com os próprios nomes bordados, ou com um esparadrapo cobrindo essa identificação, apuravam se os presos tinham condições de retornar ou permanecer sob tortura, e participavam com frequência dos interrogatórios, inclusive para reanimar os presos que houvessem perdido a consciência para que se prosseguisse com as sevícias. Os torturadores costumavam perguntar aos médicos se podiam seguir com o interrogatório sob violência. Os médicos faziam diagnósticos sobre a resistência dos presos, aplicavam-lhes injeções com estimulantes (quando ocorressem desmaios) e usavam relaxantes musculares para que os corpos das vítimas voltassem a ficar sensíveis aos golpes. (BRASIL, 2014, p.354)

Alguns médicos foram identificados, após o processo de Anistia em 1979. Foi o caso de Amilcar Lobo²⁸ que, durante os anos 1969 e 1974, estava em formação psicanalítica. Ele foi reconhecido, principalmente pela sobrevivente Inês Etienne Romeo (única a sobreviver na passagem por um dos centros clandestinos de tortura: Casa de Petrópolis).

Uma matéria de 1969, exatamente no auge da repressão política concebida pela ditadura militar, revela como o tema tortura era abordado, por uma imprensa “amordaçada” e controlada pelos órgãos de censura:

Como Garrastazu Medici é o presidente da Revolução que quer “construir e não reprimir”, como é o homem que pretende lançar as bases para o “Brasil Grande”, para uma pátria mais generosa no ano 2000, ele iniciou a inevitável campanha contra as torturas, contra o clima de “ansiedade” passível de ser percebido no ar. Mas como as torturas não existem apenas porque existem homens maus, e geralmente desenvolvem-se porque encontram sociedades com grandes problemas, o General Garrastazu Medici não extinguirá as torturas por um decreto. Ele terá de lutar contra os campos férteis e contra as sementes prontas para tortura.²⁹

Ainda numa outra matéria da edição anterior:

O Presidente Garrastazu Medici determinou aos órgãos responsáveis pela segurança pública e combate à subversão – vários deles acusados de torturar presos políticos e até simples suspeitos depois inocentados – que devem rever imediatamente seus esquemas de repressão e pôr fim ao uso de métodos violentos.³⁰

²⁸ Médico, psicanalista em formação (pela SPRJ) tenente do Exército, participava das sessões de tortura medindo a resistência física dos torturados e dando suporte para os torturados. Acabou tendo seu diploma de médico cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro em 1989.

²⁹ Revista *Veja*. 10.12.1969 Edição 66. p.23.

³⁰ Revista *Veja*. Edição 65. 3-12.1969. p.18.

A nossa interpretação deste trecho de matéria é que, em pleno auge da prática de tortura, como política de Estado e ferramenta fundamental no combate à subversão, o general Médici “iniciou a inevitável campanha contra as torturas”. Claramente, existia uma tentativa de convencer a opinião pública, que não existia tortura no Brasil naqueles dias. A mesma não poderia ser admitida oficialmente/publicamente, por conta de seu comprometimento e repercussão negativa, mas já estava comprovada a existência e sua prática clandestina e sistemática nos porões do regime ditatorial.

Na segunda citação vemos um absurdo extremo, no qual o general, que se locupletava com a suspensão dos direitos civis e com o decreto do AI-5, “determinou que agentes revejam seus esquemas de repressão para pôr fim ao uso de métodos violentos”. Com a imprensa controlada e “amordaçada”, não parecia ser difícil convencer a opinião pública sobre a inexistência da tortura e da eficiência do combate à subversão.

O jornalista Álvaro Caldas, que fez seu registro de memórias em *Tirando o Capuz*, fala sobre a conduta sádica dos agentes do Estado, no instante do absoluto domínio, controle e submissão do corpo do prisioneiro político. Relata exatamente o que foi afirmado por militares treinados para aquisição de técnicas sofisticadas de tortura, ao começar pela nudez do preso. Pois,

seu momento de prazer e força é o momento do confronto com o guerrilheiro. Ele quer ser mais homem. E para isso precisa vencer toda a linha, inclusive sexualmente. Daí a sessão de tortura ter como preliminar a nudez do preso, homem ou mulher. Daí os cassetetes no ânus, os choques no pênis e na vagina. Seu prazer, seu orgasmo, está na confissão que ele arranca, nas informações que pode tirar com seus métodos de tortura, mas está também na submissão do preso.(CALDAS, 1981, p. 58)

Sabe-se que a nudez e tortura sexual, como foram apresentadas nesta citação de Álvaro Caldas, tinha conotação específica ao ser aplicada em prisioneiras, pois o fato de serem mulheres trazia uma questão à tona, na relação com os torturadores, a cultura machista extrema, aliada a fúria repressiva diante da militância política dessa mulher.

Aos berros de “puta terrorista”, a tortura sexual “produzia efeitos muito mais devastadores nas mulheres, para as quais era muito mais traumatizante suportar nuas a presença dos torturadores, que não as respeitavam como presas políticas nem como mulheres. Quase todas as que sofreram tortura levaram também choques na vagina”. (CALDAS, 1981, p.65)

Entendemos, nesta reflexão de Álvaro Caldas um total domínio do corpo por parte dos torturadores no ato da tortura. Um “corpo que não pertence mais a si mesmo e transformou-se em objeto nas mãos poderosas de outro, seja Estado ou o crime; um corpo objeto do gozo maligno de outro corpo; mesmo um corpo torturado continua sendo corpo” (KEHL, 2004, p.10). Esta é exatamente a ferramenta que o Estado ditatorial dispunha para desestabilizar e aniquilar internamente os prisioneiros políticos.

Ao abordarmos a tortura sexual durante a ditadura militar, sabemos que a mesma não era aleatória. Claramente existiam elementos representacionais e simbólicos do corpo que faziam parte do castigo, pelo fato do prisioneiro político ter ousado enfrentar o regime ditatorial. Por isso, “o objetivo principal da tortura sexual era desestruturar a personalidade do preso, este método de tortura também voltado diretamente à sua sexualidade, já que os torturadores tentam desorganizar a futura função sexual do preso”. (JESSEN; AGGER, p.46)

Existia uma importante particularidade no ato da tortura, pois se sabe não era mesma atmosfera repressiva quando dirigida a militantes do sexo feminino. O fato de serem mulheres que estavam lutando contra o poder, o peso punitivo tinha particularidades direcionadas aos seus corpos.

Por que o homem militante cometeu o crime de se rebelar contra o poder, mas a mulher cometia dois: o de lutar, juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino.

A observação destas particularidades no ato da tortura, nos faz reconhecer que a tortura sexual das mulheres “tem sua dinâmica particular condicionada pelas circunstâncias biológico-psicológicas e sociais, os métodos da tortura sexual específico para os homens orientam-se para pontos de especial vulnerabilidade na psique internalizada do homem”. (JENSEN; AGGER, 1993, p.49)

Já se sabe que a técnica de deixar o prisioneiro nu tinha um resultado psíquico e moral terrificante, mas especificamente com as mulheres tinha peso muito mais violento e devastador:

A nudez para a mulher é uma questão muito séria, especialmente se for diante de pessoas desconhecidas. Ao entrevistar homens que foram torturados nos mesmos porões em que foram as mulheres, eles atestam a violência da venda,

do capuz, lhes negando a visão, o contato visual com o local e o torturador. Mas a nudez nem sequer é citada, isto não os incomoda, não é um dado relevante. Não é o caso da mulher, que sente desprotegida, desestruturada, tentando se tapar a qualquer custo, mas não tendo com o que se tapar, as mãos não são suficientes, acabam em posição fetal. O pavor da nudez acompanhado das vendas, os ruídos que os vários homens se esforçam em fazer, para marcar sua presença, amedrontam e desestruturam a mulher. Não é necessário tocar-lhe o corpo. (COLLING, 1997, p.90)

Das mulheres ex-militantes, entrevistadas por Colling (1997) que passaram pela experiência da tortura, relatam o quanto a nudez as desestabilizava e as fragilizava psiquicamente. Além de nuas, ficavam com vendas nos olhos, o que aumentava mais a ainda a condição de subalternidade e coisificação, diante de homens torturadores.

Um das consequências imediatas, para quem está na condição de torturado (a), é a sensação de perda da condição humana. A vulnerabilidade do próprio corpo e poder absoluto dos torturadores são extremos e imperativos.

Como relata a ex-militante Violeta, num episódio envolvendo um policial chamado Pedro Seeling, que “depois do interrogatório mijou numa presa, para ser transformada em coisa. É um ato para te intimidar, para fazer medo, para te humilhar, para que a pessoa perca a condição de ser humano e se transforme em objeto”. (COLLING, 1997, p.85)

Importante mencionar que o agente torturador também era um sujeito social, que carrega consigo elementos simbólicos e representacionais da cultura machista, recrudescida. Por isso, os relatos testemunhais de mulheres militantes, que passaram pela tortura, nos faz ter a clareza de uma humilhação e punição maior impostas a elas: a violência sexual. Isto estava evidente na conduta e discursos dos torturadores:

Inserida na lógica da tortura e estruturada na hierarquia de gênero e sexualidade, a violência sexual relatada por sobreviventes da ditadura militar constitui abuso de poder não apenas se considerarmos poder como a faculdade ou a possibilidade do agente estatal infligir sofrimento, mas também a permissão (explícita ou não) para fazê-lo. Foi assim que rotineiramente, nos espaços em que a tortura tornou-se um meio de exercício de poder e dominação total, a feminilidade e a masculinidade foram mobilizadas para perpetrar a violência, rompendo todos os limites da dignidade humana. Nesse espaço desempoderado, os perseguidos políticos tiveram seus corpos encaixados na condição de prisioneiras e prisioneiros. No exercício da violência, mulheres foram instaladas em *loci* de identidades femininas tidas como ilegítimas (prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada, etc.), ao mesmo tempo que foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: força e resistência físicas. Nesses mesmos espaços de violência absoluta, também foi possível feminilizar ou emascular homens. (BRASIL, 2014, p.402)

Os discursos dos torturadores, conforme esta citação, carregavam uma agressão específica, ao serem direcionados às prisioneiras. Adjetivos pejorativos como “prostitutas”, “putas”, “vagabunda comunista” eram repetidos com extrema frequência, desde a prisão até os instantes de tortura bárbara a que eram submetidas. Não há dúvidas de que “as agressões contra a sexualidade do torturado aconteceram como parte de um processo sistemático de destruição com um objetivo político” (JENSEN; AGGER, 1993, p. 63)

Importante referência à conduta do torturador são as reflexões produzidas pela filósofa Hanna Arendt, a respeito dos atos de barbaridade, cometidos por agentes nazistas. A banalidade do mal praticada por agentes do Estado foi trazida à tona, quando a mesma testemunhou, em 1961, o julgamento do carrasco nazista Adolf Eichmann, em Jerusalém. Suas justificativas estavam sempre alinhadas ao cumprimento do dever. Arendt impressionou-se com a total ausência de culpa ou remorso pelos atos cruéis praticados por Adolf Eichmann:

Era assim que as coisas eram, essa era a nova lei da terra, baseada nas ordens do Führer; tanto quanto podia ver, seus atos eram os de um cidadão respeitador de leis. Ele cumpria o seu *dever*, como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não só obedecia *ordens*, ele também obedecia à *lei*. Eichmann tinha uma vaga noção de que isso podia ser uma importante distinção, mas nem a defesa nem os juízes jamais insistiram com ele sobre isso (ARENDE, 2006, p.152)

Conforme esta citação, o homem, que ordenou matança e tratamento cruel de seres humanos em campos de concentração nazistas, se comportava como um mero “cumpridor de dever”, um servidor público que apenas cumpria ordens. Assim, agentes do Estado ditatorial, quando se referiam ao ato da tortura. Cumpriam o dever pátrio de eliminar o “inimigo interno”, numa violência justificada por ordens e deveres, em que a crueldade dirigida aos corpos dos prisioneiros políticos é relatada como algo banal.

A recorrência ao conceito de “Vida nua”, do filósofo Giorgio Agamben, é fundamental para nossa abordagem, acerca da utilização da tortura, durante a ditadura militar no Brasil. Refere-se a vulnerabilidade da condição do prisioneiro clandestino, absolutamente entregue e sem ser um prisioneiro sob os cuidados do Estado. Pois, “nós já encontramos uma esfera-limite do agir humano que se mantém unicamente em uma relação de exceção. Esta esfera é a da decisão soberana, que suspende a lei do estado de exceção e assim implica nele a vida nua”. (AGAMBEN, 2010, p.84)

Conforme as observações de Agamben (2010), os prisioneiros políticos foram reduzidos à condição de *homo sacer*, com corpos matáveis e excluídos da condição humana. O corpo do prisioneiro clandestino, submetido à tortura foi reduzido à condição de sub-espécie e inexistente, perante à Justiça e à qualquer forma de proteção da lei, absolutamente vulnerável e entregue ao sadismo e poder de destruição dos torturadores. Por que “esta zona cinzenta entre o *sacer* – impuro e matável, e o sagrado – propriedade dos deuses, permite que alguém decida que são os impuros e matáveis”. (ARANTES, 2013, p.312)

A vida do preso político, que não está preso oficialmente, não está sob os cuidados e responsabilidades da Justiça, por isso seu corpo estava numa espécie de “não existir” socialmente, absolutamente entregue à animalidade e sadismo explícito de torturadores, devidamente treinados para trucidar os adversários políticos do governo militar; semelhante á situação dos judeus nos campos de concentração nazistas. A tortura só poderia ser aplicada num “terreno vago” juridicamente. Agamben (2010) explicita que “soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera”. (p.85)

Prisão clandestina é um espaço altamente artificial, em que as estruturas de poder excluem da proteção jurídica as formas de vida que não se submetam à sua ordem. Resume-se a uma experiência de absoluta inexistência social, estado de desproteção e de ilegalidade de quem é acuado em um terreno vago, submetido a viver em estado de exceção. Exatamente o que Agamben (2010) conceitua como “Vida nua”. Situação semelhante aos judeus nos campos de concentração nazistas:

Se o soberano, na medida em que decide sobre o estado de exceção, compete em qualquer tempo o poder de decidir qual vida possa ser morta sem que se cometa homicídio, na idade da biopolítica este poder tende a emancipar-se do estado de exceção, transformando-se em poder de decidir sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante. (AGAMBEN, 2010, p.138)

Frei Betto aborda este mesmo tema, ao trazer a tona interrogações sobre a curiosa estruturação psíquica dos torturadores. Em sua passagem pela carceragem do DOPS paulista, ao ser interrogado e conviver nas celas com presos políticos que sofreram as mais bárbaras torturas, pôde construir reflexões á respeito. Cita, por exemplo, um coronel, conhecido como sádico torturador de presas políticas, que deixou

o interrogatório de lado, para falar sobre suas inquietações afetivas e familiares, como uma pessoa comum que vive seus dilemas psíquicos:

Estranho universo o da consciência humana! Esse mesmo pai de família atribulado por trair a esposa era um torturador notório que se comprazia em enfiar um tubo de borracha na vagina de presas políticas. As ditaduras geram monstruosidades à sua imagem e semelhança. Para o poder absoluto, o inimigo não tem sequer direitos relativos. Aprende-se a matar como o açougueiro em seu trabalho. A diferença é que esse último lida com animais que alimentam vidas humanas, enquanto o torturador sacrifica vidas à idolatria do poder. (BETTO, 1982, p.128)

Em Batismo de Sangue, Frei Betto inclui o depoimento do psiquiatra Dr. Roland, que foi um dos responsáveis pelo acompanhamento psiquiátrico e psicológico de Frei Tito³¹. Uma clara demonstração de que, através do corpo, a tortura atingiu o objetivo de destruição interna do militante político, da despersonalização e aniquilação moral, pois, mesmo longe do país, Frei Tito sofreu terrivelmente com as sequelas psíquicas das sessões de tortura. Não conseguia se desvencilhar das ofensas e agressões dos torturadores, repetia constantemente o nome de seu torturador:

Essa proximidade psicológica do carrasco e de sua vítima, essa comunhão satânica que reduz tudo num golpe, tornando a pessoa sem forças, constituiu para Tito a experiência destruidora fundamental de sua existência. Mesmo no limiar da morte, ele não pôde escapar desses maquiavélicos planos, por isso não deixará de sentir-se bloqueado pelo delegado Fleury na França, mesmo em L'Arbresle. Quem estava louco: Fleury ou Tito? Não desejamos jamais recordar o caráter alucinatório das últimas experiências de Tito. Com efeito, Fleury apossara-se do corpo e do destino de Tito e continuava a torturá-lo. Não se trata apenas de uma metáfora: graças ao ódio, o carrasco havia se introduzido na pessoa de sua vítima. É por isso que Tito nos parecia tão longe, tão desconfiado e, ao mesmo tempo, tão comovido e tão sofrido. (BETTO, 1982, p.270)

Vejamos que, naquele instante, este coronel, nem de longe lembrava o sádico que friamente impunha tortura sexual para as presas políticas. Frei Betto cita mais um curioso caso, o do delegado “Pudim”, que antes de deixar um prisioneiro político no aeroporto, levo-o até a sua casa. A sua atmosfera afetiva e familiar gerou uma poderosa inquietação no prisioneiro (Monsenhor Marcelo):

Retiraram as algemas do prisioneiro, convidado a descer. Monsenhor imaginou o pior: um local secreto de torturas. Entrou desconfiado e, muito confuso, viu-se recebido por uma atenciosa senhora rodeada por três crianças. Eram a esposa e os filhos do homem do Esquadrão da Morte. O ambiente

³¹ Dominicano preso e barbaramente torturado pela equipe do delegado Sergio Paranhos Fleury. Exilado por conta da troca de embaixador sequestrado, fixou-se na França, mas continuou psicologicamente desestabilizado, o que culminou com seu suicídio em 1974.

revestia o delegado de uma auréola de pureza. A família esperava o prisioneiro com a mesa posta para o lanche, no qual não faltava o bolo feito pela dona da casa. Padre Marcelo tentava compreender como o Mario carinhoso e o pai atencioso podiam coexistir no torturador frio e implacável. Misteriosa a natureza humana! O homem que se deliciava em maltratar mulheres, pelo perverso prazer de vê-las nuas, gemendo indefesas em suas mãos, agora ajuda a esposa a servir o café e brincava com o filho menor no colo. O poder é capaz de dividir assim as pessoas? Deus e o diabo disputam um mesmo ser? (BETTO, 1982, p.218)

Esta questão, abordada por Frei Betto em *Batismo de sangue*, foi levantada por Hanna Arendt e depois aprofundada por psicólogos e sociólogos, que nos ajudaram a problematizar mais ainda a complexidade que envolve a relação entre os afetos, a construção psíquica, as funções sociais e as ideologias dos indivíduos. Estamos nos referindo, especificamente, aos torturadores, num contexto de guerra fria, de paranóia comunista extrema, de ditadura militar severa, mas que esta conduta dúbia de frieza e vida “normal” faz parte da contemporaneidade. Os torturadores de presos comuns que fazem parte do cotidiano do país.

Sabemos que a tortura, nos anos de vigência da ditadura militar no Brasil, não foi cometida por pessoas desajustadas mentalmente e sim por indivíduos que tinham plena consciência de seus atos. A prática de tortura estava inserida na dinâmica de seus cotidianos profissionais e familiares, que não sofriam alteração por conta deste mesmo ato. Fora do contexto de arbitrariedade e violação de corpos de prisioneiros, estes torturadores levavam uma vida “normal”.

As reflexões dos dias atuais sobre a tortura, durante a ditadura militar, que incluía os pedidos de punição aos torturadores agentes do Estado, nos trazem a questão do aspecto humano no ato bárbaro e do gozo maligno diante do sofrimento alheio. Muitos ainda atribuem a prática de tortura como realizada por pessoas de comportamento “desviante” e “desequilibrado”. Pois “sendo designada como não humana, tem como consequência a indiferença dos demais humanos aliviados com o descompromisso moral por uma prática que foi exercida por uma espécie de gente que não é humana e que lhe é estranha”. (ARANTES, 2013, p.230)

Por este motivo, também, os torturadores são passíveis de punição. São indivíduos que tinham plena consciência do crime que estavam cometendo. Não estavam apenas na prática do seu “dever” ou no “cumprimento da ordem”.

Defensores e saudosos da Ditadura Militar interpretam a utilização da tortura como necessária e originária de um momento de “guerra”. Chamam de revanchistas aqueles que vão para a Justiça pedir punição para agentes do Estado que cometeram crimes contra humanidade e violação dos Direitos Humanos. Uma “interpretação que banaliza e naturaliza as torturas e assassinatos políticos e coloca no mesmo plano a violência do Estado terrorista e a resistência de seus cidadãos”. (KOLKER, 2010, p.181)

A partir disso, tem-se o início do que Janne Calhau Mourão (2010) chama de retraumatização. Desde a redemocratização do país, as pessoas vitimadas pela tortura, durante a Ditadura Militar, além de administrarem as sequelas físicas e psíquicas, têm convivido com a impunidade desses agentes do Estado, que cometeram violências inomináveis contra seus corpos. Quando indagados em público por defensores do passado ditatorial, são chamados de revanchistas e ouvem coisas do tipo: “isto já passou”.

Jane Mourão faz importante reflexão sobre a atmosfera social e psicológica dos indivíduos que passaram pela experiência da tortura como prisioneiros políticos durante a Ditadura Militar:

A tortura é um acontecimento que, em curto espaço de tempo, aponta ao aparelho psíquico uma quantidade tão grande de excitação que impossibilita o indivíduo elaborá-la pelos meios normais, dando lugar a diversos tipos de transtornos. Isso pode ocorrer a partir de um só acontecimento ou de uma sucessão de vários acontecimentos, produzindo alterações na economia do psiquismo e nos princípios que regem a vida psíquica. Sendo assim, tais efeitos não são facilmente expressos em palavras ou simbolizados sem dificuldades. (MOURÃO, 2010, p. 216)

O desaparecimento dos corpos de presos políticos que foram supliciados é um exemplo explícito de objetificação e coisificação dos mesmos. O que sumiu não foi uma pessoa, um cidadão com direitos e com uma família à sua procura e sim um objeto, uma coisa que o regime ditatorial se viu no direito de supliciar, destruir e sumir da maneira que lhe foi conveniente.

Mesmo durante a vigência da ditadura, familiares iam atrás de informações dos seus parentes desaparecidos nas unidades militares, mas não recebiam nenhum tipo de resposta.

Importante citar que, em alguns contextos, o corpo do prisioneiro político era entregue para família, depois de uma impressionante encenação teatral, que incluía a invenção de suicídios, produção de cenários de falsos confrontos e produção de mentirosos laudos cadavéricos. Para esconder as marcas da tortura, os corpos eram entregues em caixões lacrados, causando ainda mais impacto na família do prisioneiro assassinado:

O desaparecimento forçado era parte da estratégia da ditadura para ocultar crimes de Estado. De início, tortura e execuções eram encobertas por falsas versões de suicídios, confrontos, fugas e atropelamentos. Os corpos eram muitas vezes entregues às famílias em caixões lacrados, para ocultar as marcas da violência e aterrorizar e desorientar os grupos políticos. (...) Corpos foram enterrados com nomes falsos ou como indigentes, em valas clandestinas; ou ainda lançados em lagos, rios ou mar. (BRASIL, 2014, p.501)

Estas estratégias, presentes nesta citação, foram confirmadas pelas apurações da Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório final, concluído em 2014, e corroboradas por testemunhas e por ex-agentes dos órgãos de repressão, como o já citado valiosíssimo depoimento do ex-coronel Paulo Malhões.

Dentre estas estratégias de violência simbólica, direcionadas aos familiares que procuravam seus parentes desaparecidos, estava a de apontar a responsabilidade para os próprios, responsabilizando-os de terem abandonado os seus empregos e as suas famílias. Já estavam “condenados” por serem “subversivos” e ainda mais culpados por terem deixado suas famílias na situação de desespero e aflição por não saber notícia alguma dos mesmos, era comum que “sempre ressaltando que os desaparecidos eram “terroristas”, “subversivos” e “perigosos”, atribuíam às próprias vítimas a culpa por seu destino “desconhecido” ou “ignorado”. (BRASIL, 2014, p.503)

Mesmo na contemporaneidade, continua a dificuldade para a localização dos corpos dos desaparecidos políticos. Os defensores da ditadura militar argumentam que, mexer com este tema, é uma espécie de revanchismo e que, por conta do processo de anistia, efetivado em 1979, não se deve mais tocar nestes assuntos, relacionados à violações dos direitos humanos e desaparecimentos dos corpos de militantes políticos que combateram a Ditadura.

Na tentativa de banalizar as mortes e as violações cometidas pelo governo ditatorial, os seus defensores contemporâneos argumentam que existiu, naquele

contexto, um conflito ideológico que traria vítimas fatais e que os envolvidos sabiam das consequências de combater o regime ditatorial. Ou seja, não são corpos desaparecidos e sim objetos. Não tem importância a apuração dos desaparecimentos. O regime ditatorial utilizou seu poder absoluto como donos dos corpos, ao ponto de destruí-los e não se responsabilizar pelo destino dos mesmos.

O que aconteceu foi que

Na ditadura, os defensores da ditadura civil-militar mantêm os corpos dos desaparecidos ocultados. A materialidade de suas mortes permanece inacessível. Suas vidas e mortes permanecem suspensas, ao mesmo tempo em espaço indeterminado, envoltas em opacidade, sem contorno e sem lugar. Por que no Brasil os desaparecidos ainda continuam nesta zona indeterminada entre a vida e a morte? Se estão vivos, onde estão? Se estão mortos, quem os matou? (ARANTES, 2014, p.249)

Os atos de tortura, cometidos durante a ditadura militar, continuam a reverberar na contemporaneidade, através das sequelas físicas e psíquicas dos sobreviventes, que até hoje, lutam pela punição dos militares, que comandaram e autorizaram as graves violações dos direitos humanos. Muitos dos ex-militantes, que foram torturados, até hoje têm sérias dificuldades físicas e, principalmente, de ordem psíquica e emocional. A passagem pela tortura foi produtora de violento trauma que se enraíza e acaba por fazer parte integrante da vida dos mesmos.

No momento da tortura, os corpos dos prisioneiros políticos estiveram absolutamente vulneráveis e sem defesa, contra as violações aplicadas pelos agentes do Estado ditatorial, e tudo isso numa atmosfera clandestina. Tal clandestinidade intensificava ainda mais a construção do trauma das vítimas, pois sabiam que ninguém tinha como ampará-los, naquele instante. Foi imposto aos seus corpos um sofrimento inominável e aberrante, que fez com o trauma não se restringisse à sequela física. Pois “o trauma perdura no tempo, às vezes visivelmente, às vezes de maneira invisível. Assim, as vítimas de traumatizações extremas desenvolvem manifestações existenciais, psicossociais e clínicas, inclusive muitos anos depois de ocorridos os fatos”. (CALDERON; BECKER, 1993, p.72)

No relatório final elaborado pela Comissão Nacional da Verdade, em 2014, consta um dos mais importantes depoimentos de ex-presos políticos: o de Dilma Vana

Rousseff. Seu depoimento carrega poderosíssimos elementos simbólicos, pois além de ter combatido a ditadura militar, foi a primeira mulher a chegar a presidência república:

Acho que nenhum de nós consegue explicar a sequela: a gente sempre vai ser diferente. No caso específico da época, acho que ajudou o fato de sermos mais novos, agora, ser mais novo tem uma desvantagem: o impacto é muito grande. Mesmo que a gente consiga suportar a vida melhor quando se é jovem, fisicamente, mas a médio prazo, o efeito na gente é maior por sermos mais jovens. Quando se tem 20 anos o efeito é mais profundo, no entanto é mais fácil aguentar no imediato. (...) As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim. (BRASIL, 2014, p.387)

Ao fazer referência sobre o gerenciamento das sequelas da tortura sofrida, Dilma Rousseff diz algo profundamente significativo: “As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim”. Ou seja, as marcas da tortura não podem ser apagadas com o tempo, são apenas passíveis de gerenciamento por toda a vida.

Não há como não abriremos e concluirmos este capítulo fazendo uma radical afirmação diante do que foi apresentado: a de que o corpo é a última fronteira de resistência daqueles que combatem o Poder. É no corpo que está depositada sua capacidade de resistência às sevícias dos algozes que desejam punir, marcar, arrancar confissões e finalmente destruí-lo.

TERCEIRO CAPÍTULO:

AS REPRESENTAÇÕES DO CORPO NA DITADURA MILITAR (1968-1979)

Este capítulo é o momento de análise documental e problematização dos discursos contidos nos pareceres originários dos órgãos de censura e repressão. A partir das mesmas, esta dissertação busca dar visibilidade às forças de poder e às formas de saber que produziam subjetividades, verdades, realidades e elementos simbólicos, que substanciavam os discursos e as representações sobre o corpo, nos anos da Ditadura Militar no Brasil, mais especificamente, no recorte temporal sugerido: tempo de vigência do Ato Institucional nº5, momento de recrudescimento das arbitrariedades do regime, que possibilitou intervenções sobre os corpos desviantes. Exatamente entre 1968 e 1979.

A patrulha moralista promovida não apenas pela ditadura militar, mas também por segmentos conservadores da sociedade brasileira, criava imperiosos estigmas e adjetivos pejorativos para todos os corpos desviantes, ligados às minorias sexuais, que não se encaixam nos padrões do comportamento hegemônico.

O cenário político, da primeira metade dos anos 1970, era destacado pelo fim da luta armada, pois os grupos ligados a esta foram dizimados, com seus militantes presos, torturados, mortos ou banidos do país. E muito desta atenção dos órgãos de repressão, vigilância e censura ficou voltada para as ditas minorias, que naquele momento estavam construindo tentativas de organização e articulação. Mas,

as forças de segurança,(...),viraram-se com quase pânico aos vínculos entre ativistas dos movimentos gays, feminista, negro e outros, vendo neles a confirmação do que a linha dura sempre suspeitou: que estas minorias fossem componentes de um todo, culturalmente subversivo, que tendia a promover os interesses dos comunistas. (COWAN, 2014, p. 42)

A origem destes pareceres é bastante diversificada, são de órgãos responsáveis pela vigilância, investigação e repressão, como CIE (Centro de Informação do Exército), DSI (Divisão de Segurança e Informações), PF (Polícia Federal) e DCDP (Divisão de Censura e Diversões Públicas). Ainda, cartas de cidadãos e pessoas comuns, que eram enviadas para órgãos do governo solicitando maior rigor com relação à censura. E contextualizando o teor destes documentos, observamos uma enorme preocupação com o controle dos corpos daqueles que não estavam em seus devidos “lugares” e estavam fora de sua posição “hierárquica”.

O regime militar exerceu duas modalidades de censura, como censura à imprensa (que para o regime ditatorial seu controle era essencial), que são os casos de presença de censores nas redações de jornais, controlando a produção das matérias e tendo muita atenção com os textos publicados. E a censura de diversões públicas efetuada pelo DCDP, que tinha como base a defesa da “moral e bons costumes” em todos meios de comunicação (música, teatro, filmes, novelas e programas de auditório, etc.).

Uma parte destes documentos, foi localizada no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) e outra parte foi localizada no site do GEDM (Grupo de Estudos da Ditadura Militar), vinculado à UFRJ, em que importante acervo do DCDP foi digitalizado e está disponível para consulta.

Nestes documentos, de valor imensurável para a história recente do país, são encontradas as justificativas para os atos de censura, que eram construídos a partir de pareceres de censores diferentes, algo muito comum naquela época.

A contextualização do conteúdo e discursos, presentes nestes pareceres é que será reveladora da relação entre a ditadura e o controle dos corpos.

O que percebemos, a partir da luz de nosso referencial teórico e a existência de uma poderosa *biopolítica*, que visava controlar indivíduos através de prescrições e nomeações dos corpos e suas funções, que objetivavam o controle e a reprodução de comportamento dócil para a aceitação do regime ditatorial. A partir disso, interpretamos os discursos emitidos nos pareceres e nas cartas, pois, enquanto “a disciplina se dá como anátomo-política dos corpos e se aplica essencialmente aos indivíduos, a biopolítica representa uma ‘grande medicina social’ que se aplica à população a fim de governar a vida: a vida faz, portanto, parte do campo do poder.” (REVEL, 2005, p. 27).

A repressão e disciplinamento do corpo não surgem como uma novidade nos anos de recrudescimento, pois tais práticas já eram muito comuns na rotina dos quartéis, a obediência cega e o adestramento dos soldados.

Um modelo de corpo obediente e beligerante é imperioso nas Forças Armadas, temos como exemplo disso, a punição, com cadeia, àqueles que não fizessem a barba ou apresentassem conduta desleixa. Isso é uma importante demonstração que a

militarização dos corpos (domesticação e adestramento) é intrínseca à formação militar. Daí, uma grande afinidade dos atos censórios do regime militar com os desígnios conservadores da parcela da população que apoiava a repressão e a censura.

Um episódio emblemático de controle dos corpos concebidos pelo regime ditatorial foi o envolvimento de o governo militar com a CBD (Confederação Brasileira de Desportos), impondo sua disciplina militar à organização do plantel da seleção, que iria disputar a Copa de 1970 no México; isto com claros objetivos de utilizar do esporte mais popular do país, para a propaganda ufanista e patriótica do “milagre brasileiro”.

Vários militares foram nomeados para postos-chaves da Seleção. Durante os jogos da Seleção, na Copa do México, é possível observar explícitas marcas de disciplina militar e da domesticação dos corpos, que correspondiam aos anseios do regime militar: todos os jogadores sem barba e cabelos bem curtos, alguns com corte militar, ou seja, os corpos dos jogadores, naquele contexto, refletiam um ato biopolítico da Ditadura Militar.

É importante lembrar, que em pleno ano de 1970, barbas e cabelos longos eram moda no Brasil, principalmente entre os jovens e jogadores de futebol, porém, a imagem que assistimos do plantel brasileiro, na Copa do México foi absolutamente diferente, visto que era preciso mostrar, através dos jogadores um corpo brasileiro disciplinado e asséptico.

Um “corpo estranho” e inusitado fazia parte deste contexto, de fins dos anos 1960: o jogador Afonsinho, conhecido por sua vasta cabeleira e barba, também tinha posicionamentos políticos que incomodavam o Regime Militar. Seus discursos de liberdade de passe de jogadores não eram bem visto naquele cenário autoritário. Afonsinho enfrentou muitos problemas por isso e não conseguiu manter-se em grandes clubes durante os “anos de chumbo”.

3.1 - O corpo no alvo da repressão moral da Ditadura Militar

Encontramos neste parecer, que segue, uma importante prescrição carregada de elementos biopolíticos e com discurso de vigilância e controle dos corpos, carregada de uma verdade que estabelecia o normal ou o anormal:

“O Departamento de Polícia Federal (DPF) tem procurado coibir a “apologia ao homossexualismo” feita através da imprensa alternativa das revistas,

livros, etc., inclusive determinando aos seus órgãos regionais que forneçam elementos ao Ministério Público, visando a aplicação da legislação vigente contra os responsáveis pelas divulgações caracterizadas como ofensivas à moral e aos bons costumes”³²

Neste parecer, temos a demonstração de que, órgão fiscalizador do governo ditatorial, tinha como uma das suas funções regular, e com toda autoridade, dizer o quê era caracterizado como “ofensivo à moral e aos bons costumes”, mais especificamente ao que se refere à uma “apologia ao homossexualismo”, que inquietava os censores, por ser uma sexualidade que não estava dentro da normalidade estabelecida e não era corroborada por uma tradição patriarcal e machista.

Procuramos enxergar no discurso presente neste último parecer (a partir de uma contextualização dos fatores sociais, culturais e subjetivos que pertenciam ao momento histórico, que foi o de recrudescimento da censura no regime militar), que a compreensão do elemento simbólico é fundamental para interpretação das palavras dos censores sobre corpo e sexualidade.

Os sistemas simbólicos existentes (que são o conjunto de crenças, valores, rituais condensados à prática institucional-governamental, etc.), são fundamentais ao bom funcionamento da sociedade, na manutenção e circulação do poder. Isso, no caso da Ditadura Militar, não poderia ser diferente. Esta carga simbólica é um dos elementos responsáveis pela construção de poderosos estereótipos imagéticos-discursivos que foram difundidos e cristalizados, na prática cotidiana daquela sociedade. Os mais estereótipos mais comuns estão presentes nos pareceres dos Órgãos de censura sobre os corpos: “imoral”, “inadequado”, “patológico”, “pederasta”.

Estes elementos simbólicos já faziam parte da sociedade brasileira. Já estavam devidamente cristalizados e presentes nos discursos da parcela conservadora da sociedade brasileira, que apoiava o regime ditatorial. Mas, neste contexto histórico e social específico, ganhou força e forte dimensão, porque a Ditadura Militar foi a ferramenta sóciopolítica para que seus valores fossem colocados em prática, principalmente no que tange às questões relacionadas à sexualidade e ao controle dos corpos.

³² DSI, “Apologia ao homossexualismo” (20 de dezembro de 1977), AN/Correg, Fundo DSI-MJ, BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1135.

O que é este poder simbólico neste contexto (social, político, cultural, etc.), carregado de especificidades? Conforme Bourdieu (2007), é um poder invisível, que é reproduzido e exercido por uma coletividade cúmplice através de poderosos discursos formadores de verdades e saberes. Um poder que não é exercido pela força física, mas com a força de valores e crenças que são cristalizados e corroborados por esta coletividade. Neste caso específico, a parcela conservadora da sociedade brasileira teve a oportunidade de difundir radicalmente seus valores através de elementos simbólicos, na prática cotidiana do regime ditatorial:

Num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, num outra maneira de o dissolver, uma espécie de ‘círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma’(BOURDIEU, 2007, p. 7).

Estes valores conservadores ganham força institucional, pois a ação e o discurso dos censores não eram corroborados apenas por sua própria conduta pessoal e ideologia, mas também por uma parcela da sociedade, que apoiava a repressão e desejava a difusão de seus valores, nos meios de comunicação, barrando qualquer tipo de expressão corporal que escapasse do estabelecido e fosse classificada como “atentado à moral e aos bons costumes”.

Um importante elemento encontrado nos discursos, presentes nos documentos citados, é uma obsessão com o sexo ou com tudo que fizesse alusão ao mesmo, desde discursos até atributos estéticos que fizessem referência à isso. A solicitação de perseguição, vigilância e censura é permanente, no que tange o assunto sexo, com uma grande preocupação de não “contaminar” a mocidade e a família brasileira, considerada, naquele contexto, como uma célula guardiã da moral e dos bons costumes.

Um exemplo bastante curioso dos discursos produzidos pela Ditadura Militar era o conteúdo de um carimbo sempre presente em parte significativa dos documentos oficiais: “a revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil”. Um discurso contraditório, pois temos aí um Golpe de Estado que se propõe a consolidar a democracia.

No parecer seguinte, o agente censor não era apenas um servidor que cumpria seu dever; suas ações eram reflexos do contexto cultural ao qual estava inserido e

representavam não apenas o Estado ditatorial, mas também uma parcela da sociedade civil, que desejava tais práticas de censura, vigilância e repressão.

O elemento simbólico está muito presente nos discursos efetuados pelos censores, nestes pareceres. Podemos construir questionamentos: porque tal modalidade de corpo é imoral? O que pode ser considerado bom costume? Por que tais modalidades de corpo não eram aceitas? E o que pode ou não ser considerado como atentado à “família brasileira”?

Os censores eram, portanto, a expressão de uma parcela da comunidade que os queria, e possuíam uma formação cultural semelhante à de muitos brasileiros. Nesse sentido, o governo que os empregava definia as exigências relativas ao seu perfil. Nem sempre as demandas do Estado quanto ao trabalho por eles executado confluíam com as de outros estratos dessa mesma sociedade. No âmago desse desencontro, a imagem do censor incapaz fortaleceu-se ante o absurdo, para quem preza pela liberdade de expressão, das ordens que cumpriam. Esses funcionários públicos foram sempre executores de medidas, nunca os seus formuladores. Verdadeiros *cães de guarda*, durante a vigência de censura prévia, ligavam para as redações dos jornais de todo o país para instruir o coibido. Iniciavam afirmando: “De ordem superior, fica proibido...”. (KUSHNIR, 2004, p.23)

Nesta citação, encontramos algo extremamente importante de reconhecer: a produção de subjetividade do censor, era um cidadão exercendo voluntariamente a sua consciência ideológica e cultural, naquele contexto, repleto de especificidades temporais. Ele também acreditava no teor “imoral” da dança artística ou da música que censurava. Este elemento de identificação e afinidade foi primordial para que os órgãos de censura pudessem funcionar, pois não era preciso exatamente “obrigar”, mediante ameaças, um cidadão a trabalhar, censurando as “imoralidades” e fazer a ampla defesa da “moral e dos bons costumes”.

Nos bastidores da elaboração dos pareceres, os censores eram guiados pela sua consciência, pela sua formação e por um processo de subjetivação, ao qual qualquer cidadão, que apoiava a Ditadura Militar estava vulnerável. Além das “ordens” que cumpria, o censor possuía a sua convicção pessoal, acontecia que

Muitos censores lembraram que existia um grupo de senhoras, esposas de ministros, generais, etc., que eram as primeiras a assistir aos filmes e a fazer uma pré-censura. No final, o censor precisava corroborar suas análises e dar o parecer oficial, que tornava legal o desejo delas. O estabelecimento dos critérios e atitudes censórias passava pelo arbítrio tanto dos censores oficiais como dos oficiosos, estando eles ou elas ligados ao governo como servidores públicos remunerados ou não. (KUSHNIR, 2004, p.143)

Uma importante e significativa demonstração deste conflito é o teor e o conteúdo das cartas enviadas por pessoas comuns aos Órgãos de censura. Constatamos uma importante preocupação com o que poderia ser considerada uma sexualidade de corpos “desviantes” e “anormais”, e o grande desejo de tirá-los de circulação, bani-los dos meios de comunicação, quiçá puni-los com prisão e declarara-los inimigos da pátria e da família brasileira, naquele contexto em que vigora o AI-5, um instrumento intervenção sobre os corpos.

O estabelecimento da uma censura prévia continha uma carga simbólica que fazia referência á parcela da população que dava respaldo ao regime, que deseja a vigilância e a repressão aos comportamentos desviantes. Pois, pode ser observado

nos *consideranda* do decreto da censura prévia, o imaginário de país presente entre os militares era o de uma nação uniforme, moldada em torno de valores cívicos e patrióticos autoritariamente impostos. Valores que somente seriam realizados por meio da diligente ação da censura como o órgão eficaz para eliminar tudo aquilo que não se adequasse ao mito construído a *manu militari*. Tudo o que não se conformasse nessa imagem era definido como “subversivo” ou “atentatório à moral e aos bons costumes”. Esse projeto conservador de nação, porém, não estava desconectado da cultura nacional. Ao contrário. Era a expressão viva da concepção de mundo de parte considerável da população brasileira, expressa através das marchas da *Família com Deus pela Liberdade*, dos ativismos da *Liga das Senhoras Católicas* e das constantes correspondências enviadas de todo o país aos órgãos de censura, cobrando maior rigor, servindo como justificativa e legitimação tanto do Golpe como das ações repressoras da DCDP. (RODRIGUES, 2014, p.210)

Nesta citação, percebemos que a aplicação da repressão, vigilância e censura tinha tudo a ver com a visão de mundo da parcela conservadora do país, que apoiou o regime militar e seu recrudescimento. Manifestações conservadoras se deram antes mesmo da consolidação do Golpe, nos primeiros anos da década de 1960, com atos públicos que denunciavam o medo da mesma diante de qualquer possibilidade de mudança no quadro econômico e comportamental.

O Decreto-Lei 1.077/70³³ acabou por deixar mais explícita a finalidade da censura no governo ditatorial, que era “proteger a instituição familiar e seus valores éticas e assegurar boa formação para a mocidade”. Acabou por recrudescer o que já

³³ Decreto-Lei nº1.077, de 26 de Janeiro de 1970: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De11077.htm

estava em curso, mas agora instituindo a censura prévia que tinha como missão “não tolerar as publicações contrárias à moral e aos bons costumes em quaisquer meios de comunicação”.

O quadro social de repressão, dos anos 1970, era bem amplo, não se restringia apenas aos meios de comunicação. Estava presente também nas ruas, sendo exercida pela polícia. Que,

Enquanto na televisão a repressão se dava por intermédio da DCDP, a polícia realizava a repressão nas ruas. Incumbida de fazer valer a “moral e aos bons costumes” da “família brasileira”, “operações limpezas”, “caçadas” e “rondãos” foram organizados pelas forças policiais, com o fim de retirar das ruas e praças aqueles que eram tidos como “depravados”, “invertidos”, mas, também, como “elementos da ação subversiva”. Nada de novo, exceto a nova caracterização como subversivos. (RODRIGUES, 2014, p.218)

Observamos, nesta citação, que, a partir do recrudescimento do regime, o sistema estava funcionando, inclusive nas ruas, reprimindo e utilizando de arbitrariedade contra os corpos “desviantes” e “anormais”, através das operações de “limpeza” social feitas pela polícia. Esses corpos que acabaram por ser relacionados ao “perigo vermelho” e à “subversão”.

A associação dos corpos desviantes à “subversão” preocupava os militares e a significativa parcela conservadora da sociedade civil. Essa mesma associação com a “subversão” política era algo bastante comum e uma preocupação paranoica, em que sempre havia a expressão “comunista” para apontar aqueles que eram considerados como imorais. Mesmo que tal expressão não se relacionasse à mobilização política de esquerda ou que fizesse parte de algum grupo de contestação do regime.

Os militares acabaram por aderir ao conservadorismo desta citada parcela da sociedade civil, que se baseava em seus valores patriarcais, católicos e tracionais.

Houve uma fusão entre a preocupação com o “avanço comunista” e o combate ao ateísmo, à pornografia e à homossexualidade. Um conjunto que formava o cenário político e cultural daquele contexto, visto que existiam aqueles que davam respaldo ao regime e aqueles que praticavam a vigilância, a censura e repressão (os órgãos do governo ditatorial).

Havia constante preocupação com o jeito “rebolante” de um cantor, com o trejeito de um apresentador, com uma cena “escandalosa” de um filme e, em muitos

casos, maior temor dos moralistas daquele contexto: a pornografia e a homossexualidade, esses, vistos como as maiores ameaças à família brasileira e graves atentados à moral e aos bons costumes. Para evitar isso foi necessária a criação de regras e prescrições (para teatro, cinema e televisão) que ditavam quais os corpos e movimentos eram permitidos, passíveis de censura e punição aos comportamentos desviantes. Pois,

Os relatos presentes nos documentos da DCDP transmitem a convicção de que o país estava sob ameaça efetiva de um plano diabólico, concebido para operar a destruição moral da população, tida como indefesa, à mercê de manipulações tenebrosas que visavam corrompê-las, aniquilá-las, transformando “a grande nação cristã” numa Gomorra infernal, plena de vícios e corrupção moral. (RODRIGUES, 2014, p.211)

Livros que abordavam temáticas relacionadas ao corpo, bastante influenciados pela mobilização do movimento feminista, eram logo estigmatizados e sofriam com o rigor da censura. Exemplo disso foi caso da memorável publicação do *Relatório Hite (1976)*³⁴, da pesquisadora e feminista americana Shere Hite³⁵, no qual faz importante pesquisa sobre a sexualidade feminina. Este relatório foi, exatamente, lançado num contexto político de questionamento dos padrões corporais e da repressão à sexualidade, que estavam sendo fomentados com a revolução de costumes em curso.

Esta obra causou bastante impacto, quando lançado pois trouxe a problematização da sexualidade feminina, baseada em relatos das próprias mulheres, que falam abertamente sobre seus corpos, masturbação, capacidade orgástica e o lidar com o machismo no cotidiano. Este relatório tem clara inspiração em Michel Foucault, no que se refere aos estudos presentes do livro *História da Sexualidade (A Vontade do Saber, 1976)*.

O que a obra de Shere Hite propunha entrava em absoluto contraste com o contexto comportamental, extremamente conservador do Brasil, nos anos 1970, especificamente no que tange aos corpos femininos, tão cerceados e controlados pela

³⁴ Cynara Menezes, em artigo publicado na Folha de São Paulo, de 19.5.01: “Em 1977, quando Shere Hite esteve no Brasil, o governo militar invadiu a sessão de autógrafos, no Rio e recolheu todos os exemplares do *Relatório Hite* feminino”.

³⁵ Entre os as décadas de 1960 e 1970, fez parte da organização NOW (National Organization for Women), que teve Betty Friedan como uma de suas fundadoras. (Fonte: www.now.org).

tradição machista e patriarcal. Temas trazidos à discussão pelo movimento feminista nos EUA e na Europa, aqui eram tabus tratados com absoluta repulsa e agressividade:

O direito ao orgasmo tornou-se uma questão política para as mulheres. Embora não haja nada de errado com o fato de não ter orgasmos, assim como não há nada de errado em enfatizar e compartilhar o prazer do outro, *há* alguma coisa de errado quando isto se torna um padrão, quando o homem *sempre* tem o orgasmo e a mulher não. (...) **É hora de recuperarmos nossos corpos, de começarmos a usá-los nós mesmas para o nosso próprio prazer** (HITE, 1979, p 68-69; grifos nossos).

Observemos nesta citação que, exatamente onde os moralistas desejavam manter o controle dos corpos, esta autora propunha ruptura, rebeldia e autonomia dos corpos femininos, ao abordar temas como orgasmo feminino, masturbação, em plena difusão obsessiva dos ditames da moral e bons costumes da família brasileira.

Isto num momento político e contexto cultural em que era inconcebível tocar neste tema tabu, diante do extremo conservadorismo que era fomentado pelos órgãos de censura; trazer à tona, por exemplo, que “não é a sexualidade feminina que tem um problema (uma disfunção) – é a sociedade que é problemática na sua definição de sexo e no papel subordinado que essa definição confere às próprias mulheres” (HITE, 1979, p. 4)

Neste parecer, existe um alerta sobre como este livro pode comprometer a normalidade dos corpos e dos costumes da família brasileira:

divulga “um profundo estudo sobre a sexualidade feminina”, cujo acesso aos dados fornecidos deveria ficar restrito aos psiquiatras, psicólogos, analistas, médicos e estudiosos dos problemas sexuais, mas não ao público em geral, pelo risco de refletir na moral social, subvertendo os costumes e modificando a organização familiar (...). Como terá Vossa Excelência a bondade de verificar (...) o livro constitui-se em (uma) verdadeira aula de masturbação feminina, reveladora dos múltiplos recursos de que podem as mulheres lançar mão para atingir o orgasmo; exalta as práticas lésbicas, indicadas como bandeira de libertação da mulher; e dá ênfase especial às relações anormais entre pares, estimulando a obtenção do prazer através da cunilíngua, da felação etc. ³⁶

Observamos que o parecer reconhece a importância da obra para os estudiosos e especialistas do tema, mas que é uma obra considerada perigosa, diante da moral estabelecida. Ou seja, os temas abordados neste livro expunham outras modalidades de

³⁶ Ofício nº312/78-DCDP, do diretor-geral de DPF, Moacyr Coelho, ao ministro da Justiça, Armando Falção, 14 de julho de 1978, AN/Correg, Fundo DSI-MJ .

corpos e práticas, que eram consideradas como “atentado á moral e aos bons costumes”. Sobretudo, por se referir aos corpos femininos, a quem os discursos e a difusão dos estereótipos imagéticos-discursivos eram muito severos e cerceadores naquele contexto.

Uma polêmica figura pública, no que se refere aos Órgãos de censura dos anos 1970 foi o então ministro da Justiça, Armando Falcão, que se destacou por usar a expressão “nada a declarar”, quando era questionado sobre alguma de suas controvertidas decisões censórias. Sobre o período em que esteve á frente deste ministério, o mesmo declarou, posteriormente, que “tanto a segurança das instituições e da ordem, como a preservação da paz e da tranquilidade, assim como também a defesa da família, da moral e dos bons costumes, exigem que seja cuidadosa e rigorosa a legislação concernente às atividades da televisão e do rádio”. (FALCÃO, 1989, p.354)

O ministro Armando Falcão apenas refletia uma demanda da moralidade e da repressão, daquele contexto específico. Ele mesmo, após o fim da ditadura, dizia não carregar arrependimentos e no seu trabalho moralizador “a tesoura funcionou sem tremer a mão” (FALCÃO, 1989, p. 354).

A referência ao imaginário autoritário e conservador do brasileiro é explícita em suas declarações posteriores:

Não me arrependo nem pouco de haver defendido, sem vãos temores, a intangibilidade das instituições democráticas, e de ter contribuído, conscientemente, para que a televisão e o rádio não se desviassem do grande e bom caminho que lhes está reservado, como modernos instrumentos da educação e da cultura do povo. (FALCÃO, 1989, p.355)

Sobre os vinte e um anos de ditadura militar, o ex-ministro Armando Falcão não teve constrangimento em defender as ações arbitrárias e fascistas. Observemos, em seu discurso, a defesa de um Estado forte contra os males dos “inimigos”:

Eclipses institucionais houve, sem dúvida, por força de circunstâncias imperiosas e inarredáveis. Os cones de sombra, no entanto, foram transitórios. Não houve ditador, nem ditadura. Só na imaginação facciosa e incandescente dos inimigos da realidade viva. Houve – quem nega? – vinte anos de governo forte. Autoridade, sim, autoritarismo, não. “Entulho autoritário?” Não ficou esse legado. Deixou-se o Estado aparelhado, não o Estado inerte. O Estado legalmente dotado de meios para defender. (FALCÃO, 1989, p.267)

E os pareceres da censura, a partir de 1976, vão refletir nesta declaração do então ministro da Justiça Armando Falcão. Aparece em sua declaração a preocupação

com os reflexos da “revolução de costumes”, que estava em curso exatamente num paralelo com o recrudescimento da ditadura militar, inclusive, citando um importante lema dos revoltosos de “Maio de 68”, em Paris:

Agora, é o entulho demagógico e anárquico. “É proibido proibir.” A licenciosidade, a obscenidade invadindo os lares, devastando as melhores tradições, a indecência escandalizando as famílias dentro de casa – a imoralidade vergonhosa sem fronteiras, morta e censura de diversões públicas. (FALCÃO, 1989, p.267)

Em suas declarações posteriores, Armando Falcão procura justificar e defender não apenas as ações da ditadura militar, como também as dos Órgãos de censura, que estavam sob seu controle, no governo de Ernesto Geisel. Ele cita as “tradições”, as “famílias”, exatamente elementos ideológicos e simbólicos que sustentaram os elementos moralizantes dos pareceres dos órgãos de censura.

Em seu estudo sobre a censura, no período pós-64, Silva (1989)³⁷ faz uma importante pesquisa de títulos que foram censurados por fazerem alusão à sexualidade. E expõe, por exemplo, o importante contraste do período conhecido como o de “abertura política”:

Paradoxalmente, o governo Geisel constituiu-se em um período exemplar (...), e seu ministro da Justiça passou à história como o maior censor do Brasil em todos os tempos: mais de 500 livros proibidos, além de centenas – e às vezes milhares – de filmes, peças de teatro, músicas, cartazes, jingles e diversas outras produções, entendidas como artísticas e culturais, censuradas entre 1974 e 1978. (p. 15)

A obra de Silva (1989), através de exames de documentos da época, explicita a obsessão da censura com os temas relacionados ao corpo e às sexualidades desviantes (numa alusão à Foucault). Os censores pareciam ter um impressionante “faro” para as supostas imoralidades e obscenidades contidas nas obras apontadas como impróprias/ímorais, especialmente as de mulheres escritoras, como Cassandra Rios e Adelaide Carraro³⁸, alvos frequentes dos Órgãos de Censura.

Ao examinar os documentos dos órgãos de censura, percebemos que os títulos e temas que mais preocupavam foram os que continham alguma alusão à sexualidade. Este era o tema que causava maior inquietação dos defensores da moral e dos bons

³⁷ Nesta obra há uma ênfase a obra de Rubem Fonseca Feliz ano novo. Mas traz importante contextualização histórica, cultural e política das práticas de censura do governo militar.

³⁸ Autoras que eram perseguidas pela exposição de personagens homossexuais em seus livros. Tiveram livros recolhidos e diversas vezes intimadas à depor para justificar e modificar o teor de suas obras.

costumes, como possível desvio ao projeto de “correção moral” proposta pela ditadura militar e fomentada pela parcela conservadora que apoiava suas ações. Por exemplo, na ficção de Rubem Fonseca, os corpos “são vividos à margem da sanção das normas morais que regulam a prática sexual, manifestando-se como poder microfísico das grandes normas que regem o corpo social” (SILVA, 1989, p.154)

3.2 - As dimensões política e simbólica dos corpos nos discursos e pareceres dos órgãos de censura e repressão

Esta preocupação obsessiva com a expressão (literária, teatral, televisiva, discursiva, etc.) de uma sexualidade desviante pode ser interpretada pelo viés psicanalítico, quando um grupo majoritário aponta seus próprios impulsos inaceitáveis aos outros (e neste caso á determinadas minorias), que em suas práticas, escapam de seu controle.

O então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, em 1970, deixou claro qual era o objetivo do recrudescimento da censura, a partir do decreto do Ato Institucional nº5. Pois

a preocupação do Governo consistiu em banir do mercado as publicações obscenas (...) bem como proibir terminantemente que os agentes do comunismo internacional se servissem do rádio e da televisão para exercer, através de programas insidiosos, influência subliminar ao seio das famílias (BUZAID, 1970, p.17).

Numa reflexão, que partia desta citação, podemos construir uma importante reflexão sobre as motivações subjetivas de tamanha repulsa aos temas, relacionados aos “desvios” de corpos e sexualidade, no contexto de recrudescimento da repressão, vigilância e censura da ditadura militar. Pois, esses corpos desviantes pareciam trazer à tona uma inquietação para a própria sexualidade dos moralistas, que causava repulsa, logo atribuída ao outro, que é “imoral” e “despudorado”, que traz algo que está fora da normatividade do comportamento majoritário.

É bastante comum que a parcela majoritária de uma sociedade construa discursos hegemônicos para sua reprodução e perpetuação social. Para isso, parte-se do enraizamento e naturalidade desses discursos, afirmado que tais práticas da maioria “faz parte da natureza humana” e que outros comportamentos, que não sejam condizentes, sejam apontados como anormais, estranhos, patológicos e que precisam ser excluídos, censurados ou até reformados, endireitados, etc.

Será, exatamente nos anos 1970, que surgirá, com grande impacto, a produção de telenovelas, pela Rede Globo, emissora de televisão; com temas urbanos (e rurais³⁹) e com abordagens de temáticas comuns da vida do brasileiro, como desemprego, sexo, hierarquia social, dramas emocionais, questões raciais, inquietações do campo subjetivo e inclusive problemas sociais crônicos, que eram vivenciados no cotidiano do país. É claro que todas as produções passaram pela censura prévia, pela apreciação dos censores do DCDP, com grande ênfase na observação dos diálogos e da constituição dos personagens.

A homossexualidade era uma preocupação constante, doentia e paranoica dos censores responsáveis pela consulta prévia dos roteiros das novelas. Certo que

os agentes da ditadura se preocupavam mais com a publicidade dos desvios sexuais e especialmente de gênero. Falta de masculinidade e firmeza viril, eles lamentavam, afetaria adversamente um público impressionável, particularmente a juventude. De fato, quando censores mandaram cortar certos personagens de uma novela da Globo em 1975, a sua *primeira* demanda foi para os produtores “atenuar (em) os gestos efeminados do costureiro Roger”⁴⁰ (COWAN, 2014, p. 37)

Os embates entre os produtores e os censores foram significativos, pois foi necessária muita negociação para liberação de determinados roteiros e personagens, que para o DCDP eram considerados ofensivos ou imorais. Esta relação do DCDP com censura prévia do conteúdo das novelas está devidamente registrada em parecer de apreciação e recomendação de censura. Parte significativa destes documentos está disponível aos pesquisadores pelo tema, para consulta no Arquivo Nacional (Brasília e Rio de Janeiro).

A partir do conceito de estigma, de Goffman (1975) podemos refletir sobre os efeitos do imaginário dos militares e dos conservadores, que fomentavam o autoritarismo e a exclusão, visto que os corpos “anormais” e “imorais”, naquele contexto, acabavam por se tornar marginais num cotidiano de invisibilidade e sociabilidade oculta . Pois:

Em todos os exemplos de estigma, (...)encontra-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, distribuindo a possibilidade de atenção para os outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma nova característica

³⁹ Nas fontes localizadas identificamos majoritariamente as de temática urbana.

⁴⁰ Diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) à Rede Globo (24 de novembro de 1975) NA/Coreg, Fundo DCDP, Caixa 028. AN/Correg.

diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamadas de *normais*. (GOFFMAN, 1975, p.14)

Nesta citação, encontramos uma importante referência para compreendermos os efeitos dos estigmas carregados pelos corpos desviantes, pois os seus “defeitos” e seus “crimes” e “desobediência” são originários do imaginário do militares e dos valores conservadores, que acabam por apontar quem eram os moralmente “sadios” e adequados à tradição da família brasileira. E como não eram moralmente sadios, deveriam ser reprimidos e banidos das relações sociais “normais”, através de uma repetição violenta de poderosíssimos estereótipos imagéticos-discursivos, que eram disseminadas na sofisticada propaganda da ditadura militar.

Em parte significativa dos pareceres, é evidente uma associação da homossexualidade ao “perigo comunista” e a “subversão”. Os corpos homossexuais, “desviantes” são tidos como patológicos, como no parecer seguinte, em que é analisada uma matéria da revista *Isto É* (Edição nº53, 1977). Junto á paranoia anticomunista, aparece também uma preocupação com uma suposta apologia ao homossexualismo. O parecer cita o teor do artigo como parte integrante da “imprensa gay”. Segundo o autor do documento, a reportagem apresenta questões que se contrapõe à educação da sociedade brasileira.

Nesta primeira passagem, vimos preocupação:

pelo fato de haver uma defesa do jornalista Celso Coury e com o lançamento da revista *Lampião da Esquina*: entrevistas, encorajamento aos homossexuais. Nesta primeira edição declaração de Ney Matogrosso causou preocupação: gostar “muito de mulher como gosto de homem também. Para mim é tudo igual...”⁴¹

Prossegue com curiosa associação da “imprensa gay” ao comunismo, visto que “preocupa pois já foi publicado em jornais como *Boletim* (ressaltando de maneira enfática que este jornal publicado pela Associação Brasileira de Imprensa, “entidade sob total controle comunista”), *Pasquim*, *Folha de São Paulo*”⁴².

⁴¹ DSI, “Apologia ao homossexualismo” (20 de dezembro de 1977), AN/Correg, Fundo DSI-MJ, BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1135.

⁴² *Ibid*, p. 2.

Observamos, no parecer anterior, uma preocupação com a sexualidade do cantor Ney Matogrosso, por conta de sua declaração à revista, havendo um estranhamento com o fato de o mesmo não declarar a sua sexualidade, conforme os padrões comportamentais masculinos, tão exaltados em dias de regime militar.

Um perigo, conforme os censores, que poderia comprometer a mocidade e a família brasileira. Daí a importância da vigilância e do controle dos corpos.

Surge uma preocupação quanto ao fato de a revista ser vendida livremente contendo uma “perigosa” matéria sobre homossexualidade:

“apoio as atividades homossexuais”, “pode-se estimar alto interesse comunista no proselitismo em favor do tema”, “intenção dos homossexuais de se organizarem em movimentos e de “ocupar um lugar certo – inclusive politicamente –”, “causa estranheza que reportagem dessa natureza seja publicada em revista de venda livre nas bancas, sem qualquer restrição quanto a idade de eventuais leitores.”⁴³

Conforme o parecer, a revista devia ser coibida e retirada de circulação, pela exposição deste tema, pois “deve ser coibido quando estão em jogo preceitos morais e éticos que são sustentáculo da família brasileira, principal célula da resistência ao avanço de ideologias espúrias”, ainda ser “elogio à homossexualidade masculina, apresenta aspectos chocantes para os moldes educacionais da sociedade brasileira”.⁴⁴

A proposta de organização dos homossexuais, em busca de direitos civis, era reconhecida como uma ameaça associativa à “subversão” e ao comunismo.

Os corpos que escapam à massificação acabam por tornarem-se marginais e negativamente categorizados. É nos corpos que a sociedade imprime seus valores, nas fisionomias dos sujeitos que estarão as marcas de seu contexto social e seus movimentos.

(...)as categorizações do corpo são categorizações sociais. A linguagem que apreende o corpo é uma instituição social: uma linguagem que volta a suas fontes para apreender a própria sociedade. A sociedade codifica o corpo e as codificações do corpo codificam a sociedade. As relações da sociedade com o corpo são relações da sociedade com ela mesma; são codificações lógicas tanto quanto morais. (RODRIGUES, 1983, p.137)

⁴³ Ibid, p. 3.

⁴⁴ Ibid. p. 3.

Esta citação corrobora a categorização pejorativa, efetuada em corpos tidos como desviantes e em sexualidades tidas como ilegítimas. Neste parecer, verificamos a vigilância dos censores á um determinado evento “imoral” e a condenação do veículo de comunicação que divulgou o mesmo. Uma importante ação dos censores era a vigilância e o repúdio aos órgãos de imprensa que noticiavam eventos relacionados á homossexualidade, que foi o caso do jornal *A Notícia* (Manaus/AM), que divulgou o evento “*Miss Gay 77*”. Neste episódio houve inclusive o rastreamento do local do evento, com endereço e dados pessoais do proprietário do local, ainda uma lista com os dados dos participantes (idade, nome e codinome): “A promoção do que trata a presente é, evidentemente, atentatória á moral e aos bons costumes”. “Tanto o aspecto da publicidade dada ao “certame” quanto o da realização de tais concursos inserem-se na órbita da competência do DPF”.⁴⁵

Observamos que, mesmo sendo um evento realizado numa casa de espetáculos, os corpos estigmatizados pejorativamente foram vigiados, os nomes/codinos dos participantes (inclusive dono do local) foram catalogados, julgando os mesmos como se não pertencentes à sociedade, como elementos sociais repugnantes que mereciam ter o espetáculo censurado pelos Órgãos da Censura.

Os órgãos de censura tinham uma grande preocupação com a circulação de publicações originárias do que era conhecido como *Imprensa Alternativa* (independente ou “nanica”). Esta era o meio difusor, principalmente, de artistas, que estavam à margem da cultura oficial e que não estavam afinados com os ideários do regime militar.

Dentre as variadas publicações, as que mais chamavam a atenção dos censores eram as relacionadas à homossexualidade, que logo foi chamada de “imprensa gay”. Neste parecer sobre uma das publicações apreendidas, cita o “*Corydon*”, explicitando sua etimologia e suas reais intenções: “O nome CORYDON foi retirado da obra ‘*Corydon – o Tratado do homossexualismo*, da autoria de André Gide, que é homenageado por ter sido, segundo o jornal, ‘o primeiro escritor que teve coragem se assumir como gay’, “O jornal publica notas e reportagens ligadas ao homossexualismo, tentando conceituá-lo como atividade normal, que precisa ser assumida pelos que a praticam e reconhecida pelos demais”.

⁴⁵ Ibid, p. 3.

Este mesmo parecer supracitado acusa as *Oficinas Pat* (Porto Alegre/RS) de imprimir “uma grande variedade de jornais de ‘Imprensa Nanica’, de conhecida linha contestatória e subversiva, vem demonstrar um esquema perfeito, consoante as teses marxistas-leninistas, que visam às derrocadas das instituições, não só políticas como sociais, do mundo ocidental”. Finaliza, condenando as publicações, pois “Os citados jornais se constituem em porta-vozes do “movimento gay”, no Brasil, isto é, têm como objetivo promover o homossexualismo, caracterizando, portanto, um atentado à moral e aos bons costumes”⁴⁶.

Em 1976, foi lançado, na cidade de Porto Alegre/RS, um jornal tablóide denominado “Lampião”⁴⁷, contrário ao regime e destinado ao meio estudantil”. Este jornal expõe: “A linguagem é normal e não se vale de apelos grotescos para transmitir suas mensagens, destinadas a conscientizar os portadores daquele comportamento para assumirem uma posição perante a Sociedade, vez que se julgam elementos úteis e, portanto, devem ser vistos como seres normais, apesar de suas preferências sexuais recaírem em parceiros do mesmo sexo”. O censor identifica neste jornal a mobilização pelo direito dos homossexuais fora do país, ao afirmar que o jornal faz “Apologia ao homossexualismo e pertinente à campanha encetada pelo ‘movimento gay’, de origem alienígena, ora aderido no Brasil, ora aderido por elementos que com ele se identificaram”⁴⁸.

Ainda há a preocupação e a estranheza com fato de as publicações classificadas como “imprensa gay” concederem espaço para cidadãos bem inseridos socialmente, pois “sempre lastreado em nome de pessoas que conseguiram celebridade, fama e destaque junto à Sociedade, devido suas atividades profissionais, apesar de serem homossexuais”.⁴⁹

O que o jornal *Lampião* tem a dizer é absolutamente repulsivo para a manutenção da “moral e dos bons costumes” e pode acabar por contaminar as consciências da mocidade brasileira. Este jornal deve ser combatido e seus produtores

⁴⁶ Ibid, p.3.

⁴⁷ Importante mencionar que esta publicação (não teve longa circulação) não tem relação alguma com outra que foi lançada posteriormente: *Lampião da Esquina* (criada por um grupo de intelectuais do eixo RJ/SP também em fins dos anos 1970, com intuito de também trazer discussões sobre homossexualidade, tendo como um de seus editores Aguinaldo Silva).

⁴⁸ Idib, p. 4.

⁴⁹ Ibid, p.5

vigiados de perto; inclusive, deve-se vigiar a própria gráfica, que é paga para imprimir publicações de tão “perigoso” segmento.

Corroborados pelo que diz o Decreto-Lei 1077 (26 de janeiro de 1970), em seu artigo 1º: *Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação.*

As observações feitas pelos censores são bastante carregadas dos valores do contexto político e do imaginário preconceituoso dos militares e dos conservadores, ao mencionar que os homossexuais usavam “linguagem normal” e não se valiam de termos “grotescos”. Ainda que entre os mesmos “anormais” circulassem “pessoas bem inseridas socialmente e profissionalmente”.

Gregolin (2004), em seu estudo sobre discurso (pelo viés foucaultiano), diz-nos que “exatamente por serem objeto de luta, as práticas discursivas determinam que nem sempre tudo pode ser dito, que aquilo que pode ser dito é regulado por uma ordem do discurso” (p.95). Então, o discurso, a produção escrita dos ditos corpos desviantes e de sexualidade ilegítima precisam ser combatidos, não podem existir.

Um professor da Universidade do Ceará, indicou para seus alunos um estudo da obra *Feliz ano novo* de Rubem Fonseca. Esta obra foi apresentada, num parecer, com uma explicação que desejava justificar a intervenção e proibição de sua utilização em sala de aula. A obra deste autor é conhecida por expor em seus contos de ficção, a crueza e mazelas comuns do cotidiano, o que incluem visibilidade de corpos incomuns e sexualidades ilegítimas. Para os censores, a mesma não passa de “amontoado de obscenidades”, “uma publicação de linguajar tão baixo e chulo que se custa acreditar haja obtido permissão a sua comercialização.”⁵⁰

Pelo fato de aparecer cenas de sexo e sujeitos socialmente marginais e cenários não convencionais, tal obra “por si só é atentatório à moral e aos bons costumes, procura, em realidade, a dissolução dos costumes no sentido de subverter a ordem”.

Diante do universo de correção e utopia moralista representado pela ação dos censores, a classificação dos sujeitos pertencentes aos contos: “personagens portadores

⁵⁰ DSI, Marcondes Rosa de Sousa, 30 de novembro de 1976. AN/Coreg. Fundo DSI: BR_AN_TT_0_MCP_PRO_069

de complexos, vícios e taras, com o objetivo de focar a face obscura da sociedade na prática da delinquência, suborno, latrocínio e homicídio, sem qualquer referência a sanções”. Finaliza o parecer, com o peso e justificativa de lei: “Ao nosso ver, a presente obra vai de encontro ao que determina o Decreto-Lei nº 1.077, no se art. 1º, e, deste modo, opinamos pela Não liberação.”⁵¹

Importante lembrar que no citado parecer, não aparecem os resultados desta censura, as consequências profissionais que comprometeriam o professor que ousou trabalhar em sala de aula a “famigerada” obra de Rubem Fonseca. Neste parecer tivemos acesso apenas às motivações da intervenção dos censores.

Silva (1989), em fértil estudo sobre a censura desta obra de Rubem Fonseca, faz importante reflexão da compreensão dos censores diante do conteúdo da mesma:

a verossimilhança é negada quando a sexualidade está em tela. Os atos sexuais, as taras, as neuroses presentes na ficção de Rubem Fonseca são reconhecidos como realmente existentes, mas nega-se a ele o direito de utilizar-se da verossimilhança. Quando a questão é deslocada para a condenação adicional – a impunidade do transgressor – exige-se verossimilhança inexistente: já que não há a regularidade dos castigos, que eles sejam inventados pelo escritor e aplicados na ficção, quando faltaram na prática social. O Autor teve para esta questão uma resposta brilhante: “É como se o inventor da escala Richter fosse o culpado pelos terremotos”. (p.44)

As neuroses, as taras, os comportamentos desviantes estão presentes na vida real e não foi invenção de Rubem Fonseca, mas os censores queriam tirar o direito de tais temas serem expostos em contos de ficção, com verossimilhança. Esses temas, que são produzidos com base em observação do cotidiano de uma sociedade de comportamentos complexos, não devem ser ditos e expostos, e quem ousa abordá-los, mesmo em contos de ficção, deve ser punido e sua obra censurada e recolhida.

É importante lembrar que, mesmo tendo sua obra durante atingida pela censura, nos anos 1970, Rubem Fonseca é apontado como possível colaborador ideológico do Golpe Militar de 1964, através de seu trabalho no IPES⁵², considerado como um admirador do General Golbery do Couto e Silva. Ele esteve muito próximo de pessoas envolvidas com o funcionamento da ditadura militar. É bastante conhecida a sua

⁵¹ Idem, p. 5.

⁵² Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, criado por militares, empresários e políticos com intuito de divulgar material cultural com teor de defesa dos interesses das elites brasileira e seus aliados.

aversão em dar entrevistas, possivelmente o questionamento sobre este “apoio” pode ser um dos fomentadores.

O caso de Rubem Fonseca pode ser comparado com o de Abelardo Barbosa (o famoso Chacrinha), que como cidadão apoiaram o Golpe de militar de 1964 e posteriormente com o recrudescimento do regime foram duramente censurados e tiveram seus trabalhos artísticos cerceados. Rubem Fonseca com o a sua famosa obra *Feliz ano novo* (com seus personagens fora dos padrões corporais e sociais hegemônicos desejados) e Chacrinha com seu programa de auditório anárquico, com *chacretes* expondo corpo com danças sensuais.

O que mais preocupou os censores foi a presença da sexualidade desviante, neste livro, um discurso que escapava do controle da moral vigente, pois “a sexualidade tem sido tema inconveniente aos poderes censórios em qualquer tempo” (SILVA, 1989, p. 154). Especificamente, na obra de ficção deste autor, este “tema desdobra-se em sexualidades tidas por ilegítimas, (...) já que os grandes amores na obra desse Autor são vividos à margem da sanção das normas morais que regulam a prática sexual, manifestando-se como poder microfísico das grandes normas que regem o corpo social” (SILVA, 1989, p.154)

Ainda temos fato observável nas produções de ficção universal, em que encontram-se temáticas relacionadas à vida real, que se repetem com frequência, como a miséria, os transtornos, a violência e o sexo.

Então, não quer dizer que o autor “os aprove ou desaprove. Simplesmente descreve-os, testemunha-os, usando, para ter mais eficiência artística, todos os recursos que a arte literária antiga e atual coloca à sua disposição” (SILVA, 1989, p.210).

Observamos neste caso específico do livro *Feliz ano novo*, a existência do desejo, do poder do Estado ditatorial, de não só controlar os corpos, mas de controlar todo o discurso referente às modalidades e práticas desviantes e ilegítimas, que causam imenso incômodo e inquietação. Mesmo num discurso em forma de contos de ficção, este corpo desviante não deve existir.

A grande questão apresentada pela polêmica da censura da obra de Rubem Fonseca é que os censores pareciam ter pouco aprofundamento cultural para entender a contextualização das temáticas sexuais narradas. A presença de determinados cenários e

a expressão de determinadas palavras nas obras literárias não era contextualizada e interpretadas de maneira excessivamente moralista pelos censores, que causavam situações vexatórias nos instantes de censura e interdição das mesmas.

No parecer da Censura, a peça *Engrenagem do meio*, de autoria de Darcy Penteado, a ênfase moralista estava centrada no destoamento de uma estória de amor que conflitava com os moldes da família brasileira e dos “bons costumes”, pois se resumia em um triângulo amoroso, que envolvia dois homens e um travesti.

Outra ameaça é o fato de o autor da peça, Darcy Penteado, ser “um respeitado artista plástico, que já fez jus a vários prêmios. Nesta peça, ele procura dar aos homossexuais um tratamento normal, por considerá-los seres humanos saudáveis e não doentes mentais ou caricatura de gente como se tem feito até agora”.⁵³

A estranheza e o alheamento, a referência à homossexualidade é bastante clara, pois se trata da exposição de uma sexualidade não normatizada e de corpos sem o controle da moralidade, que tanto amparava os conservadores.

Conforme os censores, “autor, que procura conscientizar a sociedade do problema dos homossexuais, que são seres humanos e precisam ser respeitados em sua integridade, apesar de suas preferências sexuais recaírem em pessoas do mesmo sexo”.⁵⁴

Nesta observação, os censores foram capazes de distinguir a capacidade de alcance de cada meio de divulgação específico, esclarecendo que as revistas têm mais penetração social do que o teatro. Pois “Há de se convir que os meios de divulgação indicados no item anterior têm maior penetração ao público, em se comparando com o teatro, onde, normalmente, a audiência é reduzida e mais esclarecida, possuidora de um padrão de vida compatível com suas exigências culturais”.⁵⁵

Chegaram ao ponto de afirmar que, o veto à este trabalho será uma grande colaboração para o êxito da peça : “Vetando esse tipo de peça, estaria o DPF fazendo

⁵³ SNI, Peça *Engrenagem do meio*, 31 de maio de 1978. NA/Coreg. Fundo SNI: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_1334

⁵⁴ *Ibid*, p. 2.

⁵⁵ *Ibid*, p. 3.

sua promoção, ensejando, portanto, sucesso de bilheteria e propagando aquilo que ele próprio coíbe”⁵⁶.

Neste parecer os censores parecem julgar o teatro como um meio de exposição de corpos com uma periculosidade menor que a das revistas vendidas, nas bancas. O que tanto gerava inquietação: ao começar pelo autor do texto, Darcy Penteadó, um conhecido jornalista que leva uma vida “normal”, não utiliza termos “chulos”, “bem inserido socialmente” e que traz a temática de corpos desviante e uma sexualidade ilegítima, conforme os censores, para chamar atenção sobre o “problema” dos homossexuais. Ainda, o disparate de afirmar que o veto ao espetáculo estaria contribuindo para a propagação do mesmo.

Ao examinar o Jornal *O globo* do dia 6 de agosto de 1978, os censores encontraram uma cena “imoral”: uma aquarela, intitulada “Dinâmica moderna”, de Heloisa Freire, exposta na Galeria Bonino, no Rio de Janeiro.

Nesta pintura, aparece um homem carregando, num carrinho de mão, carregando o próprio membro. A cena parece ser bastante discreta, pois não era a protagonista da obra. Neste caso, os censores levantam a questão: haviam dispositivos punitivos à respeito das artes plásticas? “Não existe dispositivo legal que autorize à Divisão de censura de diversões públicas a proceder no campo das Artes Plásticas”.⁵⁷

Mesmo sendo discreta e exposta de maneira restrita numa galeria de arte, constitui-se passível de punição aos “responsáveis pelas divulgações ofensivas à moral e aos bons costumes e, se caracterizar a “falta de decoro” a exibição daquela pintura em recinto público, as autoridades policiais locais seriam competentes para coibir os abusos, na forma da legislação penal em vigor”.⁵⁸ Ainda: “Esta informação da DSI/RJ levanta a hipótese do DPF através de sua Divisão de Censura passar a fiscalizar as artes plásticas”.

No mesmo parecer:

⁵⁶ Ibid, p. 4.

⁵⁷ CEI, Imoralidade através da arte. 8 de agosto de 1978. AN/Coreg. Fundo: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1416

⁵⁸ Ibid, p. 1.

“Afirma a DSI que, no caso, tendo em vista as medidas estabelecidas pela Lei de Imprensa, poderia, por denúncia do Ministério Público, ser promovida a competente ação contra os responsáveis pelas divulgações ofensivas à moral e aos bons costumes e, se a exibição daquela pintura em recinto público caracterizar “falta de decoro”, as autoridades policiais locais seriam competentes para coibir os abusos, na forma da legislação penal em vigor”.

Neste parecer, os censores também vão chamar a atenção para o cuidado que se deve ter com as artes plásticas em comparação como o cinema, pois

é justamente no terreno da arte plástica que se encontra a maior liberalidade, admitindo-se, sem mais sérias restrições, o nu, em suas variadas formas, sem configurar-se hipótese ofensiva à moral, aos bons costumes, ao pudor. Tal liberalidade verifica-se, também, no vídeo e nas telas de cinema, onde aparecem cenas de índios inteiramente nus, vivendo, naturalmente, em seu “habitat”, sem chocar, de maneira alguma espectadores de todas as idades. E, às vezes, saliente-se, são os próprios atores que assim se exibem, representando as figuras de índios, conforme ocorreu, há poucos anos, com o filme “Como era gostoso o meu francês”.⁶⁰

A preocupação é apenas com este detalhe discreto, pois “no caso em foco, a particularidade indiscriminada da pintura se perde em seu todo, pois que aparecem, em maior destaque, outras figuras, normalmente trajadas, compondo a paisagem”. A conclusão do parecer: “propõe-se arquivamento: passa despercebido diante do todo da obra”.⁶¹

Os censores observaram a “falta de decoro” da obra *Dinâmica moderna*, de Heloísa Freire, e fizeram um amplo balanço da pequena imagem, que causava incômodo, sugerindo a ação da polícia na galeria de arte. Logo após, percebem que, na legislação dos órgãos de censura (no caso, o DCDP) não existiam dispositivos muito claros para combater os “atentados à moral e aos bons costumes”, nas artes plásticas. Afirmam que, exatamente neste campo existe maior liberalidade, o corpo acaba por escapar do controle do Estado ditatorial e do “faro” ininterrupto dos conservadores daquele contexto. Pois, “o autoritarismo epocal, ao realizar tantas censuras, aproveitou-se, entretanto, de uma norma civilizatória, que trata a sexualidade com um olhar cheio de suspeitas, temendo uma energia que pode tornar-se incontrolável em suas manifestações” (SILVA, 1989, p. 157)

⁵⁹ Ibid, p. 3.

⁶⁰ Ibid, p. 3.

⁶¹ Ibid, p. 5.

O jornal *Lampião da Esquina* ⁶²(circulou entre 1978 e 1981) foi uma publicação pioneira, no que se refere à defesa dos direitos dos homossexuais, sendo o primeiro a ser publicado no Brasil, mas com o detalhe de ter surgindo ainda nos anos de ditadura militar. Este jornal foi fundado por João Silvério Trevisan, Aguinaldo Silva, Peter Fry, João Antônio Mascarenhas e Darcy Penteado.

Este jornal sofreu várias formas de boicote, como bancas de revistas que se recusavam a vendê-lo e sofreu processos por parte do Estado ditatorial. O seu surgimento e tempo de circulação são exatamente num momento em que, tanto a esquerda quanto a direita, tinham repulsa ao tema homossexualidade.

Hoje é lembrado como marco inicial da militância LGBT no país, já que a atmosfera política era o que conhecemos como “processo de abertura política”, iniciada no governo de Ernesto Geisel.

Num parecer de 1978, houve uma referência dos censores sobre o conteúdo do jornal, que foi intitulado como “órgão da imprensa nanica que se dedica à promoção do homossexualismo”⁶³, nele são observadas as colocações de Aguinaldo Silva, criticando a omissão de candidatos a cargos eletivos, que se omitem diante dos problemas dos homossexuais, exceto Baiardo de Andrade (candidato do MDB por Pernambuco), que defendia liberdade para a prática da homossexualidade e da liberação do aborto.

O que despertou maior atenção dos censores nesta publicação, é exatamente o disparate de indivíduos “anormais” e “doentes” lançarem uma publicação, que traz a tona a discussão sobre os corpos, a sexualidade de forma mais ampla e a homossexualidade.

O parecer revela espanto com o contraste que o próprio imaginário dos militares e conservadores criou em torno do tema: “anormais” bem inseridos e com prestígio social.

⁶² A linha editorial desta publicação refletia preocupação de intelectuais trazerem a homossexualidade, corpo e sexualidade para as discussões da esquerda brasileira (a entrevista com Fernando Gabeira foi uma importante demonstração), que naquele momento mostrava-se ainda bastante ortodoxa no lidar com as políticas do corpo e com a micropolítica.

⁶³ SNI, Jornal *Lampião da esquina*. 27 de novembro de 1978. AN/Coreg. Fundo: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1567

A promoção da homossexualidade observada pelos censores, é uma referência à divulgação de uma sexualidade não normativa, ameaçadora à mocidade, à família brasileira e é claro, um atentado à moral e aos bons costumes.

O período entre os anos de 1969 e 1974 parece ter sido o grande ápice do recrudescimento da tentativa de regular os corpos, através da construção de poderosas prescrições dos Órgãos de censura. Um dos principais alvos desta censura eram os meios de comunicação e especificamente a televisão, em que a programação de massa estava em expansão, com os programas de auditório, etc.

Os programas de auditório, os comerciais, os filmes, as telenovelas, os jornais de notícia eram um ambiente de difícil controle do poder ditatorial, no que se refere aos corpos desviantes.

A atenção maior estava voltada para dois temas de maior obsessão, para militares naquele contexto, que eram a pornografia e a “subversão”. Visto que nos pareceres dos Órgãos de censura, as classificações mais frequentes, para aqueles que escavam deste controle era “atentado à moral” e “subversão” com ligação ao comunismo internacional.

Em 1971 foram lançadas as normas reguladoras de programas e horários para televisão, com o objetivo explícito de coibir a apresentação de programas de TV que atentam contra a “moral e os bons costumes” e melhorar a qualidade dos programas exibidos, desde que esta qualidade fosse a ditada pelos órgãos da ditadura.

Alguns tópicos chamam atenção pela ferocidade e a obsessão pelo controle dos corpos e da sexualidade. Observemos alguns deles:

-Tópico 6: O respeito é mantido pela santidade do casamento e o valor do lar. O divórcio não deve ser aceito como uma solução para problemas conjugais;

-Tópico 16: As relações sexuais ilícitas não devem ser encaradas como elogiáveis. Crimes sexuais e anormalidades não são geralmente aceitos como material de programa. O uso de situações intimamente associados com a vida sexual ou pecado sexual deve ser governado pelo bom gosto e delicadeza;

-Tópico 27: Os trajés de todos os artistas devem estar dentro dos limites de sobriedade e deve ser evitada a exposição ou ênfase de detalhes anatômicos constringem ou ofendem o telespectador.

-Tópico 28: Os movimentos de dançarinos, atores ou outros artistas devem ser feitos – dentro dos limites da decência, pois lasciva e falta de sobriedade não devem ser sugeridas na posição assumida pelos artistas.

-Tópico 29: As tomadas de câmeras devem evitar tais ângulos de artistas afim de não mostrarem detalhes anatômicos de forma indecente.⁶⁴

O discurso produzido neste documento dos órgãos de censura, demonstra um desejo de controle do sexo, não só que é praticado, mas o controle da alusão a este, e o que os corpos podem dizer sobre sexo, através da mensagem de seus movimentos.

Foucault (2006) aborda, em seus estudos aprofundados sobre a história da sexualidade, a permissão de circulação de discursos sobre sexo, em que os mesmo fazem parte de uma forma de controle:

Não somente foi ampliado o domínio do que se podia dizer sobre o sexo e foram obrigados os homens a estendê-lo cada vez mais; mas sobretudo, focalizou-se o discurso no sexo, através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição. Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeitos de sua própria economia (FOUCAULT, 2006, p.29).

Com base nesta citação, observamos “um dispositivo completo de efeitos variados”, presente nestas normas reguladoras dos programas de TV. Em qualquer contexto de aparição na TV, há uma tentativa de não deixar “escapar” um corpo desviante, pois os “movimentos dos dançarinos devem ser feitos dentro dos limites da decência”.

Havia a insistência, quase paranoica, com a manutenção da família. Continua esta citação com o tema: “Na feitura da programação deverá ser: a) elevado sentido moral e cívico e a preservação da ordem pública, não sendo permitida a irradiação de espetáculos, filmes, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrários à moral familiar, aos bons costumes e à ordem pública”⁶⁵.

Uma importante fonte para se compreender a relação entre a ditadura militar, os Órgãos de censura e a parcela da sociedade conservadora que os “apoiavam”, são as cartas enviadas ao DCDP por cidadãos comuns ou grupos religiosos, como foi o caso de

⁶⁴ Normas reguladoras de programas de TV e Carta Confederação das famílias cristãs/SP. 1971. NA/Coreg. Fundo: MCP_AVU_0366

⁶⁵ Ibid, p. 4.

carta enviada (endereçado ao então ministro das comunicações Hygino Corsetti) pela *Confederação das famílias cristãs de São Paulo*. Este manifesto deixa explícito o apoio das famílias cristãs aos meios utilizados pelos órgãos de censura:

Aplaudindo a atitude de V. Ex. diante dos abusos das televisões, a Confederação apela para V. Ex. para que formule rigorosas exigências quanto à respeitabilidade da vida matrimonial nos canais de TV, absoluto respeito à família e suas expressões sociais, respeito aos sentimentos religiosos de nosso povo, elemento integrante da própria vida familiar.⁶⁶

Esta mesma instituição teme que os órgãos de censura percam o controle da situação de vigilância: “a Confederação que, não obstante a atitude enérgica de V. Ex., tudo volte ao grau máximo de perversão, ofensas e abusos que se vinham verificando ultimamente, nos meios de comunicação”.⁶⁷ Os mesmos cidadãos observavam o grande risco de exposição de “imoralidade”, exatamente no momento da expansão da cultura de massa no país, dos programas de auditório, do apogeu das telenovelas.

Estes cidadãos estavam temerosos pela ameaça que a revolução de costumes representava naquele contexto, abordando exatamente questões que tanto os inquietavam: sexualidade e o abalo dos valores tradicionais que tanto fomentavam.

No fim, creditam votos à seriedade do trabalho do ministro e dos órgãos de censura, sempre enfatizando a preservação da moralidade da família brasileira como fator determinante para o crescimento do Brasil:

Não compreendemos como se possa conciliar a orientação moral e cívica do governo, com tamanha negligência no cumprimento de tão salutar princípio de defesa da sociedade diante dos que a solapam por dentro. Se é verdade que “o Brasil cresce por dentro” e também verdade que ele pode dissolver-se por dentro. E o seu interior é o núcleo familiar, é tudo o que depende desse núcleo e de que ele depende. Sem ele não há fé no Brasil e a própria fé religiosa não encontra clima favorável. Queria V. Ex. receber as expressões de nossa admiração e os votos de perseverança na campanha de melhoria cultural, mas também moral dos nossos meios de comunicação sujeitos a concessão governamental.⁶⁸

A Censura preocupou-se com a manifestação de artistas ligados ao teatro, que promoveram uma assembleia geral (em setembro de 1977), da qual resultou no “Manifesto à população brasileira”. Este parecer, que acabou por ignorar o teor do

⁶⁶ Ibid, p.2.

⁶⁷ Ibid, p. 4.

⁶⁸ Ibid, p 4.

manifesto, deu ênfase às inovações elaboradas por Maria Helena Ansaldi para o Corpo de baile do Teatro Municipal.

É constatado, pelos censores, que o “ballet” “afastou-se da orientação clássica, procurando expressar o “homem de nosso tempo”, “o paulista deste preciso momento”. Sob este pretexto, fez-se a exploração do erotismo e mesmo da pornografia, nas coreografias intituladas “média”, “paraíso” e “sem título”⁶⁹. Observamos uma clara manifestação de inquietação com o movimento dos corpos que acabam por não corresponder á moralidade e aos bons costumes e comportamento “adequado” para à arte.

A preocupação obsessiva dos censores era com qualquer alusão á pornográfica de algumas coreografias. Para os mesmos, o Corpo de Baile do Teatro Municipal estava subvertendo a “orientação clássica” do “verdadeiro” *ballet*. Tudo partindo de inovações efetuadas por Maria Helena Ansaldi. Os movimentos dos corpos, conforme os censores, faziam a exploração do erotismo e da pornografia, por isso eram um atentado à moral e aos bons costumes.

A edição da Revista *Ele/Ela* (nº63, julho de 1974) também foi alvo da censura. Nesta publicação, observa-se uma variedade de temas relacionados a comportamento e sexualidade (fotografias, artigos e reportagens), inclusive reportagens sobre sexo tântrico, cirurgia do sexo, sensualidade feminina. No parecer, originário do Ministério da Justiça, era uma publicação “obscena”. Diz o documento: “A circulação ampla e sem restrições do referido mensário tem provocado a mais viva repulsa em todas as áreas, motivo pelo que venho solicitar a V. Exa as providências legais que lhe aprouver, em defesa da família brasileira e da moral cristã”.⁷⁰

Estão marcados à caneta os temas que causaram inquietação, que são exatamente os relacionados á questão mais fomentada naquele contexto de moralidade: corpo e sexualidade. Não era concebível, naquela atmosfera, o acesso à uma informação que

⁶⁹ DCDP, Atuação da classe teatral em São Paulo. 9 de janeiro de 1978. NA/Coreg. Fundo: MCP_AVU_1162

⁷⁰ MJ, Revista Ele/Ela. 31 de julho de 1974. NA/Coreg. Fundo: MCP_PRO_0372_ELA ELE

remetesse à leitura de modalidade de corpo e a uma sexualidade, que não fosse a da “família brasileira”.

O documento recomenda: “Face ao que consta deste expediente, foram recomendadas medidas rigorosas na censura dos próximos números, que é feita na Guanabara”. Ainda com o temor: “entregue ao público no início do mês de julho, está praticamente esgotada e já se tornou conhecida de todos os que comumente a adquirem”.⁷¹

Este parecer é uma explícita demonstração de como os órgãos de censura agiam com as publicações consideradas imorais. Neste caso foi recolhido um exemplar, vistoriado e, na sequência, feito um parecer, sugerindo o recolhimento do mesmo e a punição de quem produziu determinadas matérias e abordou tais temas relacionados aos corpos. Temas esses que nem poderiam ser pronunciados, como sexo tântrico, cirurgia de sexo, a sensualidade feminina e ainda uma seção de cartas nas quais os leitores opinam sobre as notícias.

O escritor Anatole Ramos, aposentado pela ditadura (com base no s 1º do art. 6º do Ato Institucional nº5, de dezembro de 1968) é o autor do livro de contos *Minhas queridas formigas*, publicado pela Secretaria de Educação e Cultura de Goiás. Que foi apontado pelo DPF como “quase todo dedicado a motivos sexuais, enfocado aspectos obscenos, personagens degenerados, situações ou insinuações relacionadas com incesto, adultério, libertinagem, e prática de atos libidinosos”. E encontrada “libertinagem, adultério, cenas eróticas”.⁷²

O parecer cita algumas das passagens que mais geraram preocupação, como na da página 145: “...lar, doce lar! Cretinices que a gente pratica na vida como um prolongamento da cretinice magna que é o casamento...”. Também a exposição da referência à questão política: “No livro o autor faz referência a diversos intelectuais, todos esquerdistas”.⁷³

⁷¹ Ibid, p. 2..

⁷² DPF, Publicação pornográfica patrocinada pelo Sec/GO. 30 de outubro de 1972. NA/Coreg. Fundo: MCP_PRO_0166_

⁷³ Ibid, p. 1.

Mais explicitamente, no fim do parecer surge a grande preocupação com controle dos corpos e com uma sexualidade desviante, que escapava do controle da censura: “A SEC de Goiás, patrocinando a edição de livro de elemento anti-revolucionário, e com características enquadráveis nos considerando do Decreto-Lei nº 1.077/70, que se referem às publicações e às exteriorizações que estimulem a licença, insinuem o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira, dentro do “plano subversivo que põe em risco a segurança nacional”.

Rosemarie Muraro, escritora e militante do movimento feminista brasileiro, também foi alvo de vigilância, por parte dos Órgãos de segurança, visto que o seu trabalho era voltado para o esclarecimento das condições da mulher brasileira, diante do machismo reinante. O parecer do CEI chama a atenção para Encontro Nacional de Mulheres que ocorreu em agosto de 1972, no Hotel Glória: “Cabe observar, ainda, que está previsto a realização no Hotel Glória (Rio de Janeiro/GB), no período de 2 a 6 de agosto próximo, o I Conselho Nacional de Mulheres, sendo, Rosemarie Muraro a coordenadora do tema “Valores Femininos”.⁷⁴

Sobre as consequências deste encontro, diz o parecer: “Uma apreciação do assunto em causa está a indicar a existência de fatos que merecem estudo, aprofundamento e solução imediata, em face das graves consequências que uma agitação local poderá produzir bem como seus reflexos no campo da opinião pública”.⁷⁵

No seu livro *Mulher na construção do futuro*, Rosemarie Muraro tece elogios à Revolução Cubana, que merece mais observações exaltadas no parecer: “A um leitor desavisado, os trechos acima poderiam parecer ter origem na própria CUBA, tal o grau de propaganda e apologia do regime de Fidel Castro, e àquele habituado a tais leituras tais trechos poderiam causar surpresa, pois não encontra com freqüência nas publicações comunistas, elogios deste teor”.⁷⁶

Na conclusão do parecer sobre o “perigo” oferecido por esta escritora, aparece a principal preocupação dos Órgãos de vigilância: a possibilidade de conter “qualquer

⁷⁴ CIE, Rose Marie Muraro. 31 de julho de 1972. NA/Coreg: Fundo: MCP_PRO_0281

⁷⁵ Ibid, p. 1.

⁷⁶ Ibid, p. 3.

matéria que exteriorize licenciosidade, insinue o amor livre, não podendo pois, direta ou indiretamente, contribuir para destruição dos valores morais da sociedade brasileira”.⁷⁷

A vigilância em torno de pessoas ligadas ao movimento feminista era também bastante frequente e com Rose Marie Muraro não foi diferente. Os eventos dos quais participava e os livros que produzia eram claramente relacionados à “ameaça à família brasileira e aos valores cristãos”. Neste parecer é acusada de incitar o “amor livre” e sobre o evento em que fazia parte da organização, a conclusão e o temor foram bem claros: “em face das graves consequências que uma agitação local poderá produzir bem como seus reflexos no campo da opinião pública”.

Ainda neste mesmo parecer, chama a atenção dos censores a exposição dos meios legais que o governo militar tem para combater a “imoralidade” que assola o país. Existe uma reprodução do Decreto-Lei 1.077/70, que deixa extremamente explícito seus objetivos e preocupações, citando que “a Constituição da República, no artigo 153, 8º, dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”⁷⁸;

O documento expõe uma preocupação em proteger a família brasileira e a “formação sadia e digna da mocidade”, considerando que “que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes”, ainda que “tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira.”⁷⁹

A associação com um plano comunista ou perigo “vermelho” é frequente, mesmo tratando-se dos meios de comunicação, “considerando que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”,⁸⁰

Neste mesmo documento, aparece uma carta do tenente-brigadeiro Carlos Alberto H. O. Sampaio (ministro-presidente do S.T.M), endereça ao então ministro da

⁷⁷ Ibid, p. 3.

⁷⁸ DPF, Normas reguladoras e plano de combate a pornografia. 1971. NA/Coreg. Fundo: MCP_PRO_0455_

⁷⁹ Ibid, p.3.

⁸⁰ Ibid, p. 3.

Justiça, Armando Falcão, o mesmo faz observações pessoais sobre as publicações que tem encontrado em bancas de jornal:

Venho observado ultimamente em bancas de jornais algumas publicações expostas abertamente, versando sobre assuntos que me parecem amorais e, talvez mesmo, com fundo subversivo. Como Vossa Excelência vem demonstrando grande interesse no combate à subversão e à corrupção, nesta última incluída a corrupção moral, achei por bem sugerir, se assim Vossa Excelência achar conveniente, a realização de uma “blitz” que apurasse convenientemente a natureza dessas publicações.⁸¹

É apresentado um plano para um combate sistemático contra as publicações obscenas e subversivas, que devem ser combatidas por “diferentes armas legais”. Apresenta-se a Constituição Federal (art. 153, 8º), O Ato Institucional nº5 (art. 9º) e a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969).

Havia uma preocupação com os corpos, também no carnaval, uma festa popular em que existe mais liberdade de expressão corporal e que foliões aproveitam para extravasar fantasias estéticas, que causam no público desde uma reação hilária até repulsa. O controle dos corpos desviantes não poderia ser diferente neste período durante os “anos de chumbo”, visando corresponder aos pedidos de “pudor” e “decência” vindas da “família brasileira”.

Maziero (2015) num importante trabalho sobre o carnaval, nos anos de recrudescimento da censura na ditadura militar, vai constatar que:

A repressão instaurada pela ditadura militar no período atingiu as vestimentas utilizadas pelos foliões nos desfiles das escolas de samba – a censura passou a examinar os *croquis* das fantasias. É importante ressaltar que, apesar de o carnaval carioca das décadas de 1960 e 1970 estar centrado nos desfiles das escolas de samba, os bailes de salão, como os de origem aristocrática, realizados em teatros e hotéis, e os mais populares, como nos clubes esportivos e nas agremiações sociais e recreativas, continuaram a ser praticados com intensidade nesse período, de tal forma que as vestimentas usadas pelas folionas foram alvo de atenções e proibições da polícia. O desnudamento do corpo feminino, intensificado na década de 1970, fora acompanhado por reações contrárias e exigências de maior decoro nos trajes femininos. (MAZIERO, 2005, p. 9)

Observamos nesta citação, o rigor do controle dos corpos presente no vestuário dos foliões e nas fantasias carnavalescas, que naquela atmosfera moral sofreram intervenções de ajustes visando a “defesa da moral e dos bons costumes”. Claro que alguns corpos sofriam perseguição com mais rigor, após a decretação do AI-5 em 1968,

⁸¹ Ibid, p 2.

pois “a pressão exercida pela censura se intensificou, tendo sido vetada a participação de travestis nos desfiles das escolas de samba, com o risco de serem desclassificadas caso desobedecessem ao regulamento aprovado pela censura”. (MAZIERO, 2015, p. 9)

Já em fins dos anos 1970, os trabalhos do DCDP estão voltados para os programas de TV, como telenovelas, minisséries, documentários, tudo que está relacionado á exposição dos acontecimentos cotidianos.

O programa *Série Documento*, produzido pela TV Gaúcha (Canal 12), exibiu em janeiro de 1979, um depoimentos de profissionais da noite, com prostitutas e travestis. A censura fez o seu papel e impôs cortes a corpos e falas, que eram “inadequados”, “imorais” é um péssimo exemplo para família brasileira. Neste parecer, há um corte à página dois do roteiro, “sequências em que são apresentados depoimentos individuais de travestis”⁸².

O corte da página vinte e seis eliminava “áudio no depoimento da prostituta Kátia da Silva, na parte em que a mesma declara gostar do que faz e informa o quanto ganha”. Esta era uma realidade existente, mas que precisa ser ocultada: não eram corpos aceitáveis e estavam fora do controle da moralidade e considerados atentados aos bons costumes.

Observamos mais uma tentativa do DCDP de colocar determinados sujeitos sociais na invisibilidade. Não podem ser vistos, ouvidos, pois seus corpos são desviantes e suas sexualidades são ilegítimas e marginais. Os telespectadores não precisam saber que estes citados sujeitos sociais existiam, naquele contexto.

Algo ostensivo (e obsessivo), nos pareceres dos órgãos de censura e nas cartas dos cidadãos comuns naquele contexto específico (entre os anos 1968 e 1979) foi a preocupação com a homossexualidade alheia, em expressões de repulsa e explícita repugnância, justificados com a ameaça á “moral e aos bons costumes”. Vejamos este parecer de um censor, a respeito dos programas de auditório, que estavam despontando naquele contexto:

⁸² DCDP, Corte referentes ao Programa “Série documento: a noite em Porto Alegre” , certificado de censura n° 002/79 de 05/01/79. Disponível: GEDM <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/acervos.php?page=3>.

Não se compreende a que a competição por IBOPE justifique a invasão dos lares por essa estranha fauna, vez que, na programação nobre do domingo, o telespectador fica com as alternativas de Clóvis Bornay, no Programa Silvio Santos, Denner, no Programa Flávio Cavalcanti, ou costureiro Clodovil, na Buzina do Chacrinha. Além da masculinidade dúbia dos citados personagens, confirmada pelos trejeitos femininos, expressões faciais duvidosas e voz em falsete, procura-se apresentá-los como “entendidos”, “sumidades” etc., criando em torno dos mesmos uma imagem socialmente aceita e respeitável.⁸³

Amparados por uma perspectiva psicanalítica, consideramos que a obsessiva preocupação com a homossexualidade alheia refletia na inquietação que a mesma trazia a respeito da própria sexualidade de quem expressava repugnância e exigia exclusão e repressão aos considerados “viados”, “bonecas” ou “invertidos”. O conceito de projeção na teoria psicanalítica corrobora esta reflexão:

No sentido propriamente psicanalítico, operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos e mesmo “objetos” que ele desconhece ou recusa nele. Trata-se aqui de uma defesa de origem muito arcaica, que vamos encontrar em ação particularmente na paranóia, mas também em modos de pensar “normais”, como a superstição. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2008, p.374)

Conforme este conceito, vamos interpretar (a luz de nosso referencial teórico) que a homossexualidade presente nestes pareceres representava uma inquietação, insegurança interna e ameaça aos valores cristalizados e naturalizados, que eram defendidos doentamente pelos cidadãos comuns. Também pelo fato de que, naquele contexto, está em curso uma “revolução de costumes” que causava uma reação mais violenta desta parcela autoritária, intolerante e conservadora, que via nos ditadores e nos censores seus agentes praticantes. Esta inquietação e insegurança, com a própria sexualidade foi expressa através da repulsa e repugnância á homossexualidade alheia.

Muitos cidadãos comuns, conservadores, viam no ditador o seu grande representante e o agente praticante de seus valores, vendo o Governo ditatorial como uma grande ferramenta de defesa de seus valores, de seus hábitos e tradições cristalizadas. Exemplo disso é caso do cidadão Timótheo Moreira Pinto, que faz uma carta endereçada ao presidente Garastazu Médici, apelando para que seja combatido um

⁸³ Arquivo Nacional: DSI/MJ. Informação C. nº013121, 13 de abril de 1972, Caixa 1.

erotismo que “quer arrasar o país” através de programas da TV e das revistas vendidas nas bancas:

única intenção de lançar o erotismo em toda a parte”, fenômeno que este que se desdobrava em várias frentes: num verdadeiro aluvião de filmes imoralíssimos, de revistas indecentíssimas, de programas de rádio e TV cheios de malícia”, todas manifestações sintomáticas de uma irrespirável onda de sexomania que quer arrazar o nosso país.⁸⁴

Essa “irrespirável onda de sexomania”, citada por este cidadão, possivelmente era um reflexo do contexto daquela sociedade que, ao mesmo tempo estava submetida a uma ditadura militar, estava em choque de valores entre o conservadorismo cristalizado e “revolução de costumes”, que estava acontecendo. As práticas sexuais, a estrutura familiar, o comportamento jovem eram explícitos reflexos deste conflito, daquele contexto específico.

Nos anos 1970, com a expansão da indústria cultural e especificamente dos meios de comunicação de massa como os canais de televisão, as novelas representavam um importante reflexo das demandas dos brasileiros comuns. Por isso, também, foi alvo da vigilância dos censores e da inquietação obsessiva dos conservadores e moralistas, que escreviam para os órgãos de censura pedindo intervenção nos roteiros das mesmas.

Impressionante que, tanto os pareceres quanto as cartas, demonstravam a inquietação e o desejo de controle dos corpos dos personagens. Ficava evidente o incômodo quando aparecia um personagem homossexual, cenas que faziam alusão à sexualidade e até mesmo personagens negros, que se destacavam nas cenas. Logo estas cenas eram taxadas de “ameaça à família brasileira e aos bons costumes”.

Vejamos os apontamentos feitos por um censor no caso de um episódio do seriado *Malu mulher*, que tinha Regina Duarte como protagonista (uma cidadã desquitada):

...ao costumeiro vício das interpretações novelescas – que intensificam, realisticamente, a ideia de amor livre numa exacerbada fixação de libertação sexual da mulher. Alia-se ainda a isto, os tons enérgicos e aliciantes dos diálogos que em determinados momentos culminam no sacarnos

⁸⁴ Correspondência de Timóteo Moreira Pinto ao presidente da República, encaminhada à Divisão de Censura de Diversões Públicas. 07 de novembro de 1972. Arquivo Nacional/DF. Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Correspondência Oficial, Subsérie Manifestações da Sociedade Civil, caixa 01.

oportunamente pesam sobre esse propósito. Evidentemente que esses efeitos de projeção podem acarretar maior impacto “às mentes jovens desprovidas de suficiente maturidade, podendo resultar-lhes numa concepção errônea de valores morais”.⁸⁵

Mais uma vez, verificamos a inquietação obsessiva com o desejo de controle sobre os corpos, pois a protagonista de *Malu Mulher* era uma “separada” cuja sexualidade foi abordada sem estar conforme os parâmetros machistas e da instituição do casamento, também distante daquilo que se espera da “mulher brasileira” daquele contexto.

A sociedade brasileira dos anos 1970 era caracterizada pelo conservadorismo, no tange às questões relacionadas ao comportamento, especificamente no que se refere às discussões de gênero. Sobre o tema, é importante mencionarmos o fato de imensa repercussão, em 1976: o caso da socialite Ângela Diniz, morta por Doca Street⁸⁶, que foi condenado a dois anos, de prisão pelo que os jurados entenderem que sua ação foi motivada pela “legítima defesa da honra”. Doca Street saiu do tribunal aplaudido por uma multidão que não via com bons olhos a liberdade, representada pela imagem de Ângela Diniz e cria que a violência contra a mulher pode ser justificada pela “honra ferida” de seu companheiro. Este foi um dos argumentos utilizados por seu advogado, Evandro Lins e Silva.

Parte significativa da opinião pública daquele contexto fazia defesa justificada do ato homicida de Doca Street. Aproveitando para fazer o linchamento moral de Ângela Diniz. Este fato de grande repercussão nos serve de reflexão sobre o conservadorismo próprio deste período. Temos aí resistência por mudanças de comportamento e repugnância às transgressões que apareciam nos meios de comunicação, fossem elas textos, discursos ou imagens.

Nos anos 1970, a discussão do divórcio foi bastante intensa e inquietante. O projeto do divórcio, encabeçado pelo senador Nelson Carneiro, no Brasil, enfrentou grande resistência exatamente nestes anos de recrudescimento e exaltação do

⁸⁵ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Censura de Diversões públicas. Seção prévia Série: televisão. Subsérie: Programas televisivos, caixa 912. Parecer 2220/79 Seriado: Malu mulher episódio: de repente tudo novamente. 30.09.1979.

⁸⁶ Jornal O globo (22. De outubro de 2015): *Dez Crimes que chocaram o Rio de Janeiro* por Maria Elisa Alves. <http://oglobo.globo.com/rio/dez-crimes-que-chocaram-rio-de-janeiro-17845895>

conservadorismo, entre os brasileiros. Numa matéria intitulada *Divórcio, política e igreja*⁸⁷ apareceu este reflexo:

Essas diferenças de opiniões não estarão, certamente, reorganizando alas, blocos e bancadas apenas dentro do Congresso Nacional. Na própria Igreja onde o arcebispo do Rio de Janeiro cardeal dom Eugênio Salles, anunciou uma “posição decidida e firme contra a introdução do divórcio no Brasil”.

O divórcio refletiria, naquele momento, a perda de uma importante ferramenta de controle dos corpos, por isso causava uma grande preocupação e temor.

A Igreja Católica que naquele instante estava bastante afinada com o recrudescimento da repressão moral, via na adoção do divórcio uma grande derrota em seus projetos de controle das consciências e dos corpos, ao afirmar que os casais “não podem” ou não “devem” se separar para não contrariar as leis de Deus e nem compromisso firmando pela instituição do casamento. A atmosfera repressiva e autoritária dos anos 1970 foi absolutamente propícia para a esse recrudescimento.

E a relação dos órgãos de censura com os programas de auditório também era um reflexo da atmosfera cultural e política daquele contexto.

Numa matéria intitulada *Veto ao trejeito*⁸⁸, a preocupação com os corpos e tentativa de controlá-lo aparece quando o artista Clóvis Bornay foi excluído do júri do programa de Sílvio Santos, por conta de seus “trejeitos”. Tudo a partir de um “fulminante bilhetinho” enviado pela censura:

A guerra está declarada e já fez a primeira vítima: Clóvis Bornay, atingido por um fulminante bilhetinho da direção da Rede Globo e afastado do programa de Sílvio Santos, na semana passada. A ordem atendendo “sugestão” da Censura, era apenas desarmá-lo dos “trejeitos e das faceirices”, mas, como sem essas armas Bornay não tinha função no júri, a solução foi mandá-lo embora. E, agora, um cerrado bombardeio moralista visa a desalojar dos programas de auditório (onde se tornaram figuras obrigatórias ultimamente) todos os militantes dos “trejeitos”. (REVISTA VEJA, 1969, p. 80)

E o movimento do corpo do artista foi o ponto “denunciante”, que culminou “Quando Clóvis Bornay, exagerando no exagero, começou a aparecer no programa de

⁸⁷ Revista Veja: 17.05.1972 Edição 338

⁸⁸ Revista Veja: 26.04.1972 Edição 190.

Sílvio Santos de peruca, salto alto, dançando e rebolando, deu o motivo que a Censura esperava para agir”. (REVISTA VEJA, 1969, p.80)

Nesta mesma matéria, aparece a explícita preocupação e afetação do comissário de menores, Anael Pacheco, e da Liga das Senhoras Católicas com o estilista Dener: “Seu maneirismo, sua falta de masculinidade são prejudiciais à formação moral da infância e da juventude”⁸⁹. Por este motivo é que o programa “Dener é um Luxo” (TV Itacolomi, de Belo Horizonte) foi proibido de ir ao ar.

Em 1972, apogeu da repressão política e moral, houve o banimento dos homossexuais dos programas de auditório da TV brasileira. Figuras como Clóvis Bornay, Clodovil e Dener foram excluídas por ação dos órgãos da censura, que refletiam os anseios da parcela conservadora da população, que permanentemente se incomodava com a presença destes corpos desviantes na TV. Sobre a elaboração de “Normas de boa conduta”, o então Ministro das comunicações, Hygino Corsetti, foi bastante enfático nos objetivos: “nada de filmes impróprios para catorze anos. Sobretudo, um alto nível de moralidade, com a proibição de situações que exaltem, direta ou indiretamente, o erotismo, o alcoolismo e as inversões sexuais”.⁹⁰ E ainda,

Como aparentemente até agora as emissoras não mostraram o discernimento desejado pelo ministro, na semana passada foi necessária uma solicitação de Brasília para retirar do ar dois exemplos do que é mau. A TV Globo retirou o costureiro Clodovil do júri da “Hora da Buzina” e Dener – que já havia deixado o programa de Flávio Cavalcanti – teve cancelado o seu contrato de 50 000 cruzeiros mensais com a TV Itacolomy, de Minas.⁹¹

Observamos, na continuidade desta matéria, que a conduta do censor é guiada primordialmente por convicções pessoais e identificação total com a atmosfera autoritária e excludente do regime ditatorial. Isto se confirma no caso de Anael Pereira, um comissário de menores de Belo Horizonte:

Enquanto as coisas não se decidem, e as novas normas da TV brasileira não entram em vigor, o comissário de menores de Belo Horizonte, Anael Pereira, de 43 anos, que se intitula “defensor incondicional da família, da moral, da disciplina e dos costumes”, comemora a vitória dos seus princípios. Ele foi o primeiro a declarar guerra contra “os tipos inseguros que invadiam a televisão”. Particularmente contra o costureiro Dener. 85

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Revista Veja: 17.05.1972 Edição 193.

⁹¹ Ibid, pág 41.

Às 8h30 da manhã do domingo retrasado, Anael deixou Belo Horizonte a pé, numa peregrinação que terminou diante do altar da igreja de Santo Antônio das Rocas Grandes, depois de quatro horas de caminhada ininterrupta. Ali, ele pagou a promessa que havia feito ao santo: “Se o santo acabasse com o Dener e os outros tipos iguais a ele na TV, eu vinha a pé a Rocas Grandes agradecer e rezar pelo nosso presidente da República”. (REVISTA VEJA, 1972, p. 85)

O Sr. Anael Pereira teve uma afetação e preocupação específica com o costureiro Dener, que o fez realizar uma peregrinação e pagamento de promessa. Ainda se referiu ao general Garastazu Médici como “nosso presidente da República”. Daí é que observamos que as ações dos órgãos de censura não são isoladamente desejo dos que regiam o Governo militar, mas sim a execução do desejo das parcelas conservadoras e autoritárias do Brasil, que virão no instante de recrudescimento a grande oportunidade de exaltação de seus valores.

Jovens, por simplesmente estarem com o cabelo grande e barba, poderiam ser associados ao comunismo. Eram *hippies*, Os jovens que não se envolveram diretamente com questões explicitamente políticas (como a adesão a luta armada no combate a ditadura, por exemplo), mas que demonstravam insatisfações com o *status quo*, através da rebeldia estética e desprezo pelas convenções sociais conservadoras e moralistas. A atitude desses era altamente ofensiva e repugnante, para aquele contexto de tentativa de “assepsia” e “salubridade moral”, que estava longe do corpo desejado (limpo e padronizado) e por isso eram combatidos, frequentemente retirados de circulação das ruas:

Tem ocorrido, ultimamente, grande movimentação, pelos diversos estados brasileiros, de elementos andarilhos e “hippies”, às vezes, confundindo-se (uns) com os outros, os quais procuram, por esses processos, um meio de vida, toda a sua filosofia, que consiste, da maneira que pensam, na busca de liberdade completa, sem quaisquer compromissos empregatícios permanentes e caracterizando-se, especificamente, como um ser essencialmente nômade. (...) Em muitas oportunidades, vários desses elementos foram detidos para averiguações, constatando-se que, por trás da sua simplicidade aparente, utilizada como engodo ou história-cobertura, havia um outro tipo de elemento, mais perigoso, com atividades e missões pré-determinadas, entre elas, até mesmo, as que vão de encontro à segurança nacional, pelo seu caráter ou tendência subversivas.⁹²

⁹² Pedido de Busca nº 034 S/2, da 2ª Seção do 28º Batalhão de caçadores do IV Exército – 6º R.M, 16 de abril de 1973, IS.

Observemos a preocupação dos militares com os “compromissos empregatícios permanentes” destes jovens, apontados como *hippies*, já que o trabalho formal também era símbolo de honra e dignidade do brasileiro comum.

Ainda se vê uma “tendência subversiva que vai de encontro á segurança nacional”. Evidentemente que o corpo *hippie* simboliza exatamente um desprezo absurdo por tudo o que os militares e conservadores defendiam doentamente: a ordem e disciplina. É claro que tudo isso começava e passava pelo corpo.

Os militares e conservadores pareciam reconhecer em jovens e crianças uma vulnerabilidade, diante das tentações da “imoralidade”, e também sabiam que a “revolução de costumes”, que estava em curso, atingia frontalmente a estrutura familiar tradicional, especificamente a relação entre pais e filhos, que estava se modificando. Pensava-se que “juventude contemporânea, pelo exemplo e avidez de imitação a se desintegrar moral e espiritualmente, tornando-a presa fácil de ideologias espúrias e escravizantes, que contrariam frontalmente nossas convicções e nossa maneira de viver”.⁹³

Outro tema tabu, de forte preocupação e obsessão, tanto dos militares quanto da parcela autoritária e conservadora da sociedade, que os apoiava, era o uso de drogas, que naquele contexto de “revolução de costumes”, foi bastante utilizada por jovens, para promover uma “viagem alucinógena”, numa experiência corporal rebelde, que não passava pelo entorpecimento gratuito, pois esta “viagem” tinha um sentido “existencial”, naquele contexto.

A utilização das drogas estava entre os temas tabus e obsessões dos censores e conservadores. Sempre junto com a pornografia, associada à “subversão” e ao comunismo principalmente nos anos de maior recrudescimento das práticas ditatoriais, entre 1968 e 1974, pois “a defesa do erotismo (...) que, justamente com a pornografia, o uso de tóxicos e a violência, se constitui em arma das mais poderosas de que dispõe o

⁹³ Of. 311/77, da Associação dos Ex-combatentes do Brasil à Divisão de Censura de Diversões Públicas, 26 de outubro de 1977, Arquivo Nacional/DF, Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Correspondência Oficial, Subsérie Manifestações da Sociedade Civil, caixa 02.

arsenal do MCI (Movimento Comunista Internacional) para minar, abalar e tentar destruir os valores morais e cristãos de nossa civilização”.⁹⁴

Nesta pesquisa, reconhecemos que o recrudescimento da censura e especificamente a preocupação exacerbada com as questões relacionadas ao corpo, não foi uma ação fomentada apenas pelo desejo de militares moralistas. Foi também uma vontade da parcela autoritária e conservadora que apoiava as ações ditatoriais e via, nestas, a oportunidade do prevalectimento de seus valores historicamente enraizados.

Podemos constatar nas cartas, ensandecidos pedidos de maior enrijecimento da censura nos meios de comunicação, aliados a explícitos elogios às ações ditatoriais do governo militar.

E o ponto de maior afetação dos cidadãos, que pedem maior rigor na censura, é exatamente nas questões que se referem à sexualidade. Bastante evidente o medo e a preocupação com as imagens e movimentos que fazem qualquer alusão ao tema. E isto era identificado em corpos já estigmatizados e tidos como anormais.

Vejamos o caso desta carta enviada para o então ministro da Justiça Armando Falcão, pelo advogado Alcides Cunha, em 30 de outubro de 1978:

Formulo a presente para manifestar de público, através desse conceituado Jornal (Jornal do Brasil), o meu mais veemente protesto contra o escandaloso, aviltante e afrontoso programa de televisão posto no ar pela TV Globo, no dia 19 do mês em curso, no horário nobre das 21:00 horas, no qual foi exibido um infeliz rapaz de maneiras afeminadas, cognominado “Ney Mato Grosso”, cuja triste e deplorável coreografia eivada de deboches e sandices despudoradas, chocou, creio eu, a grande maioria do público que deve a desventura de vê-lo.

Diante de tão insólita afronta à população, somos forçados a interrogar a todos os pulmões: SERÁ QUE EXISTE MESMO CENSURA NESTE PAÍS? Em caso positivo, que tipo de censores são esses que não se apercebem ou simplesmente toleram tamanho mesquinamento e ameaça à estrutura da família? Como criar e educar filhos diante de tanta depravação? Sem dúvida,

⁹⁴ Documento de informações nº 054/40/AC/73, do SNI. 07 de maio de 1973. Arquivo Nacional/DF, Fundo DCDP, Seção Administração Geral, Série Correspondência Oficial, Subsérie Informações Sigilosas, cx. Única.

os quesitos acima são irresponsáveis. Por isso, não devemos e não podemos ficar de braços cruzados a esperar do pior, temos que nos opor com todas as forças e sem vacilação a essas idiotices mórbidas, que tanto deturpam e desmoralizam os costumes e os preceitos de respeitabilidade.(...)⁹⁵

O cidadão Alcides Cunha ainda pede a prisão do cantor Ney Matogrosso:

Portanto, o transgressor dessa norma, revela-se um pernicioso virulento, inimigo da sociedade, pelo que deveria ser levado ao banco dos réus, visto que suas atividades despidoradas são capazes de gerar males imprevisíveis, atingindo preferencialmente as crianças e os jovens de todas as classes.⁹⁶

De fato, o cantor de Ney Matogrosso foi um dos artistas que mais causou inquietação nos censores e na parcela conservadora do país, que tanto se espantavam com o movimento deste corpo desviante naquele contexto. Sua trajetória pessoal tem relação direta com a construção do artista, que tinha como característica a entrega intensa no palco.

Antes de ser artista, Ney Matogrosso, travou importantes batalhas internas diante das subjetividades originárias de suas referências familiares e especificamente na relação o seu pai, que era um militar que não aceitava o filho com um artista que dançasse. A ousadia do movimento de seu corpo, a rebeldia e ímpetos de sua arte em plena ditadura tem uma significativa carga simbólica, pois assim como o seu pai, o regime autoritário também não aceitava sua arte, estigmatiza seu corpo “desviante”, chamava sua arte como imoral/imprópria, desejava excluí-lo e silenciar sua arte.

A defesa impetuosa e altiva que fez de sua singularidade e de seu lugar de sujeito, foi a mesma com a sua arte diante da censura da ditadura militar. Pois não deixou que o autoritarismo calasse sua arte, mesmo com os cerceamentos não teve medo de aparecer nos programas de TV com sua performance ousada e sensual e nem mesmo de lançar discos de extremo valor musical e poético.

⁹⁵ Fundo “Divisão de censura de diversões públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência oficial”, Subsérie “Manifestações da sociedade civil”, Caixa 2.

⁹⁶ Ibid.

Suas coreografias ousadas (marcadamente sensuais), sua voz aguda, seu corpo semi nu causavam imenso estardalhaço, naqueles dias de censura moral extrema. Por ser assumidamente homossexual, a inquietação foi mais intensa, tanto que foi capaz de gerar cartas de indignação de cidadãos comuns como a exposta no parágrafo anterior.

A repercussão causada pelo movimento corporal do artista Ney Matogrosso é absolutamente resultante da existência de corpos desviantes que não estavam conforme os ditames de um corpo masculino desejado, do “patriota”, do “cidadão” e da masculinidade, desejada e projetada no imaginário autoritário e patriarcal do brasileiro comum, o qual era refletido e representado pelas ações da ditadura e seus de seus Órgãos de censura. Por isso, Ney Matogrosso “deveria” ser censurado e banido, pois horrorizava o projeto de nação baseado na difusão da defesa da “moral e bons costumes”. Não era admitido que um ser biologicamente do sexo masculino se expressasse artisticamente daquela maneira.

A atmosfera política e social do país, uma ditadura militar, foi um campo propício para os moralistas mais ensandecidos exporem suas preocupações relativas ao medo que seus valores, hábito e tradições fossem atingidos. Principalmente no que se referem aos costumes, que mexe frontalmente com a questão de gênero, ou seja, o papel estabelecido pela cultura e pela tradição, do que “deve” ser um homem e uma mulher.

O envio de cartas de cidadãos comuns, endereçadas ao DCDP, foi algo bastante corriqueiro. Em muitas destas que eram respondidas observamos o teor de envolvimento e identificação do então diretor do DCDP, Rogério Nunes, com o combate á imoralidade. Ele era mais um cidadão que lutava em defesa da “moral e dos bons costumes”, na resposta á carta do cidadão Emílio Bassoi, que solicitava mais rigor nas ações da censura:

(...) quando alguns pais de família, como V.S., apelam ao senhor presidente da República reclamando mais rigor na Censura imposta aos veículos de comunicação social, sentimo-nos estimulados e convictos de que estamos lutando a batalha certa.⁹⁷

É importante ressaltar que o envio de cartas de cidadãos endereçadas aos agentes do Estado, solicitando combate à “imoralidades”, não foi algo que começou nos anos

⁹⁷ Seção Administração Geral. Série Correspondência Oficial, Ofícios de Solicitação (DCDP, NA, Brasília), 1977.

1970, sempre existiu, mas como a censura foi recrudescida, o envio das mesmas foi intensificado e respaldo pela ditadura militar.

A historiadora Maria do Carmo Teixeira Rainho, em importante trabalho intitulado *Caetano Veloso: corpo, roupa e música desafiando a ditadura militar no Brasil* (2014), argumenta que os atributos corporais e estéticos do trabalho de Caetano Veloso foram responsáveis por sua prisão e exílio. Em sua performance,

ficou evidenciada, aos poucos, também em sua indumentária, nos cabelos longos, no corpo magro em ampla exposição, que transgrediam padrões de sexualidade e gênero. Usando roupas coloridas e estampadas, figurinos produzidos com materiais exóticos, casando-se em trajes inusuais, ele fez do corpo uma mídia poderosa para suas ideias. (RAINHO, 2014, p.127)

Evidentemente, as performances de Caetano Veloso confrontavam com a moralidade vigente, pois os tropicalistas tinham uma proposta “política” muito mais inquietante no campo da estética, que preocupava os valores difundidos pela ditadura militar, principalmente no que tange à questão de gênero, pois Caetano Veloso trafegava numa num modo visivelmente ambíguo em suas apresentações. Sua performance

subverte as construções das diferenças sexuais e as classificações sociais associadas ao que é masculino e ao que é feminino, mostrando que essas classificações estão o tempo todo em devir. Além de promover a desnaturalização da categoria de gênero, o artista evidencia que a categoria tem dimensões temporais e coletiva, nos lembrando a necessidade de historicizá-la, visto que a realidade do gênero é criada mediante *performances* sociais contínuas. (RAINHO, 2014, p.133)

Consideramos, que as performances de Caetano Veloso eram de cunho biopolítico, ou seja, o corpo foi utilizado para suscitar finalidade política, especificamente do corpo e do gênero. Os órgãos de censura perceberam isso e foi necessário banir o artista do solo brasileiro. Vejamos alguns dos pareceres da censura sobre apresentação deste artista junto com Chico Buarque (Salvador, 1972) que foi recolhida por Rainho (2014):

O coronel Juarez conta que “presenciou cenas que feriam a moral das famílias ali presentes, bem como atitudes do Sr. Caetano Veloso que, de certa forma, indispos (sic) o público contra as autoridades presentes”. Em síntese foram feitas as seguintes observações:

Apresentação de Caetano Veloso como um homossexual, pintado de batom e com trejeitos efeminados (...) apresentação de uma senhora, convidada de Caetano Veloso, que cantou sambas de roda, no qual se fazia referência aos olhos e aos artistas presentes colocavam as mãos nos olhos, à boca e idem, as

mãos na boca e finalmente dizia no “lelê, lalá” e os artistas colocavam as mãos no sexo.⁹⁸

Na volta do exílio (1972), é que Caetano Veloso expõe o corpo de forma explícita como uma vitrine de seus ideais tropicalistas. Corpo magro exposto (tórax e barriga à mostra) com roupas coloridas, extravagantes, vasta cabeleira, tamancos e ainda uso de baton nas apresentações. Os shows do LP *Transa* foram vigiados por agentes da Censura Federal, pois o “que diferenciava Caetano dos músicos mencionados na matéria é que, além de se vestir de modo pouco convencional, de quebrar padrões associados a gênero e sexualidade”(RAINHO, 2014, p. 134). E demonstração da presença dos mesmos é o parecer mencionado no parágrafo anterior.

Num outro parecer recolhidos por Rainho (2014), o agente da Polícia Federal, Cerqueira Campos também faz seu comentário sobre o artista, numa apresentação no Teatro Castro Alves:

cabe-me salientar que Caetano Veloso embora usando de uma afetação um tanto exagerada muito mais apropriada a uma pessoa do sexo feminino, provocando até algumas vaias do auditório, tendo cantado músicas que ao meu entender nada apresenta (sic) de anormal”.⁹⁹

O jeito “efeminado” de Caetano Veloso causava inquietação inclusive na juventude intelectualizada (universitária e de ideias esquerdistas). Em 1968, acompanhado pelos Mutantes, no FIC (realizado no teatro da Universidade Católica de São Paulo), enquanto simulava ato sexual e rebojava, foi recebido com furiosas vaias e chamado de pederasta e homossexual, por esta plateia. Caetano respondeu dizendo: “Vocês não estão entendendo nada”, fazendo um enorme discurso sobre a condição reacionária da mesma: “Essa é a juventude que diz que quer tomar o poder? Se vocês forem em política como são em estética estamos feitos”.¹⁰⁰

Poucos entenderam que, em “É proibido proibir”, Caetano Veloso colocava-se como sintonizado com a revolução comportamental eclodida naquele ano (1968), em Paris. Sua proposta musical/estética traduzia muito bem esta sintonia e que por isso nem os conservadores, nem esquerdistas entendiam bem suas mensagens corporais, que

⁹⁸ Informação do inspetor da Polícia Federal Eduardo Henrique de Almeida. Arquivo Nacional, Presidência da República, SNI, Agência Central Vaz 118 a. 20.

⁹⁹ Arquivo Nacional, Presidência da República, SNI, Agência Central Vaz 118 a.20.

¹⁰⁰ Mais detalhes no site: tropicalia.com.br

tinham a “capacidade de mostrar que estética e política podem ser uma e a mesma coisa”. (RAINHO, 2014, p.138)

Ao trazer a referência de artistas como Caetano Veloso, Ney Matogrosso e Tony Tornado, que impunham estética corporal como mensagem política, é importante lembrar, que dentre as “modas” que incomodavam os mais conservadores, existia o que se convencionou chamar, naquele contexto, de androginia: jovens com visual despojado que não sinalizava claramente sua extravagância a masculinidade ou feminilidade. Tema que mereceu matéria na Revista Veja (*O quarto sexo*), em 1974:

Eles, ou elas, acreditam que é perfeitamente possível dispensar os determinismos da natureza humana – e, portanto, não procuram parecer homens ou mulheres. Tanto podem vestir longas capas espanholas e calçar coturnos militares, quanto colantes blusinhas de lycra e sapatos de salto alto. Os “andróginos”, cujo número, depois da moda ser decididamente chancelada no exterior, começa a se multiplicar nas grandes cidades brasileiras.¹⁰¹

Outro importante artista a enfrentar sérios problemas com os Órgãos de Censura, por conta da utilização de seu corpo, com finalidade política, foi Tony Tornado. Não apenas sua música, mas principalmente a mensagem transmitida pelo seu corpo preocupava a “harmonia” do país, naquele instante de “democracia racial”, ordem e bons costumes.

Em sua impressionante trajetória entre os anos 1960 e 1970, incomodou bastante, pois em fins dos anos 1960, esteve como clandestino nos Estados Unidos, morando no Harlem e convivendo com a ascensão do *Black Power* e do *Panteras Negras* (chegando a conhecer Stokely Carmichael). Retornando ao Brasil lança discos e tem participação emblemática no Festival Internacional da Canção (FIC), ao lado do Trio Ternura, interpreta BR3, com visual impetuoso e altivo (cabelo Black Power e traje inusitado) e coreografia inusitada (explicitamente influenciada por James Brown).

Os Órgãos de repressão política o viam como um potencial agitador da questão racial, podendo estimular rebeliões contra o racismo. Seu ato de protesto explícito foi, numa apresentação ao lado de Elis Regina, quando cantavam *Black is Beautiful*, Tony cerrou os punhos no ar (gesto característico dos Panteras Negras), sendo na sequência preso e algemado. Este artista teve o seu compacto, com a canção *Se Jesus fosse um*

¹⁰¹ Revista Veja. Edição 295. 1.05.1974, p. 76.

homem de cor (Deus negro) censurado e proibido. Por várias vezes, Tony Tornado foi chamado para dar depoimento no Dops (departamento de ordem pública e social).¹⁰²

Como a ditadura militar era guardiã dos “bons costumes”, os órgãos de censura não poderiam admitir versos como: “*Você teria por ele esse mesmo amor, se Jesus fosse um homem de cor...*”.¹⁰³ Tony Tornado seria acusado de incitar o racismo, algo “inexistente” no Brasil, conforme os pronunciamentos das autoridades estatais. Evidentemente, o corpo negro estava fora dos padrões estéticos dos “bons costumes”, que fazia parte do imaginário dos conservadores que apoiavam a ditadura militar.

O corpo negro incomodava a “harmonia” nacional e por isso o artista Tony Tornado teve que ser vigiado, censurado e exilado, após seus gestos de manifestação corporal-política. Isto foi uma demonstração explícita de racismo no Brasil, naquele instante, em que não havia liberdade de manifestação política; mas foi manifestada pelo corpo, carregado de signos de mensagens políticas e reflexivas, como cabelo, o trejeito e as vestimentas.

Comumente encontramos nos discursos daquele contexto, uma obsessiva repetição das palavras família, juventude, nossas crianças inocentes, leis de Deus. Enfim, tudo que constituiu historicamente a cristalização de um modelo de corpo do brasileiro comum.

Observemos a resposta de Rogério Nunes, então diretor do DCDP em 1977, a um pedido de censura de cidadão comum à novela “Despedida de casado”:

Enquanto poucos apóiam e compreendem a utilidade do trabalho realizado pela Censura Federal, muitos a criticam e atacam, discutindo a necessidade da manutenção de um órgão censório no país, rotulando a censura de “quadrada” e de estar em descompasso com o mundo moderno (...). Quando alguns pais de família apelam ao Senhor Presidente da República reclamando mais rigor na censura imposta nos veículos de comunicação social, sentímo-nos estimulados e convictos de que estamos lutando a batalha certa.(...) Daí, as dificuldades enfrentadas quando baixamos medidas punitivas ou proibitivas, como a recente proibição da novela “Despedida de casado”, cuja temática continha amor livre, infidelidade conjugal, adultério, ódio no seio familiar, desrespeito dos filhos pelos pais, etc., mostrando o casamento como

¹⁰² <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/tornado-black-e-musical>

¹⁰³ Compacto lançado em 1976. Letra de autoria de Claudio Fontana.

uma instituição falida, ultrapassada nas condições de um manter dentro da estrutura de hoje.¹⁰⁴

O censor Rogério Nunes está bastante respaldado em suas ações, pois cita como motivo do veto a esta novela, exatamente os temas que mais preocupam obsessivamente os mais conservadores e autoritários, que apoiavam o regime militar. O censor não é apenas alguém neutro, que simplesmente cumpre ordens. Ele mesmo é sujeito conivente e que tem convicções afinadas com o trabalho que exerce, também é um conservador e moralista, diante dos valores do brasileiro comum.

No trabalho de censura prévia, já se antecipavam e cumpriam os anseios repressivos da parcela conservadora da sociedade, desejosa de “moralidade” e “respeito”. E no corte de cenas de filmes não poderia ser diferente:

(...)Eliminar na trilha sonora, a fala do homossexual: “Segura ele que eu tou com o rabo pegando fogo”. – Na sequência em que o homossexual procura intimidades com Queró, cortar desde que ele se abaixa e passa mão na perna deste, até se localizar o rapaz deitado olhando o homossexual.¹⁰⁵

Em seu trabalho sobre a existência do DCDP no regime militar (especificamente entre 1968 e 1979), VIEIRA (2010) chama atenção para a substância simbólica da prática e discurso do censor:

A fala do censor é permeada de diferentes construções simbólicas. Cada colocação, cada veto, cada corte, ou liberação é explicado e fundamentado com diferentes representações da realidade. Estas representações, pautadas na legislação, no ordenamento burocrático, na ideologia do poder instituído ou na moralidade conservadora da sociedade, surgem na fala burocrática do órgão censor emanadas de diferentes experiências e contextos sociais que desembocam na materialização da atividade censora. Na elaboração dos pareceres de censura, os censores utilizaram nas suas interpretações diferentes formas simbólicas para justificar a existência da censura. (VIEIRA, 2010, p.85)

A partir da leitura e interpretação destas cartas e pareceres, fica evidente que qualquer tipo de sistema de governo e exercício de poder, necessitará de ferramentas

¹⁰⁴ Fundo “Divisão de censura de diversões públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência oficial”, Subsérie “Manifestações da sociedade civil”, Caixa 2

¹⁰⁵ Certificado de censura nº 95.127: Filme Barra Pesada. Em 8 de setembro de 1970.

simbólicas para se consolidar, diante daqueles que desejam manter domínio e controle. Mesmo a ditadura militar brasileira, em seus anos mais brutais, não utilizou apenas do poder das armas e do terrorismo de Estado. Elementos persuasivos foram tão mais eficientes quanto os instrumentos repressivos mais reconhecidos e visíveis publicamente.

Estes elementos persuasivos, durante a ditadura militar, foram resultado da repetição ostensiva de poderosíssimos estereótipos imagéticos discursivos que foram se disseminando em falas, ações, leis, textos, imagens. Estes elementos simbólicos já estavam cristalizados e transformados em “verdades” e em “natureza” pelos hábitos e tradição autoritária que faz parte da história da constituição do Brasil, como nação.

Uma cidadã que se vê escandalizada ao folhear uma edição (nº1298) da revista *Manchete* e, diante disso, expõe o que pensa sobre as possíveis consequências do acesso a esta publicação, numa carta (2 de março de 1977), endereçado ao então Ministro da Justiça Armando Falcão:

Um pedido de mulher brasileira, uma solicitação de mãe, uma súplica de quem enxerga com evidentíssima nitidez, a pornografia atentatória da instituição familiar. Excelência, como explicaremos nossas pesadas responsabilidades ante Deus, pela corrupção de uma juventude aturdida em face do carnaval de imoralidades a que somos compungidos, obrigados a assistir diariamente?¹⁰⁶

Observemos a carga simbólica de determinadas expressões, utilizadas por esta cidadã sua carta. São palavras que fazem uma referência à “lugares” e “espaços” pétreos na sociedade brasileira daquele contexto autoritário, e do histórico conservador do país: “mãe”, “mulher brasileira”, “instituição familiar”, “Deus”. Com estas expressões sente-se respaldada a pedir combate à “imoralidade a que somos compungidos...da pornografia atentatória à instituição familiar”.

A instituição familiar é a expressão que mais aparece nas cartas de cidadãos revoltados com os “atentados à moral e aos bons costumes”. É exatamente a maior preocupação com o lugar de disseminação e reprodução de seus valores conservadores e manutenção da tradição. Vejamos a preocupação do cidadão Evaldo Assupção, em uma carta endereçada ao DCDP, em 18 de abril de 1979: “A televisão, em seu horário mais

¹⁰⁶ Fundo “Divisão de censura de diversões públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência oficial”, Subsérie “Manifestações da sociedade civil”, Caixa 2

solicitado pelos jovens, apresenta novelas de fazer corar o mais liberal dos cidadãos, além de apresentarem relações familiares as mais distorcidas e valorizando aquilo que é raro ou que pelo menos deveria ser: desquites, adultérios, prostituição”.¹⁰⁷

A menção à “família brasileira” era algo muito importante, pois o funcionamento da mesma tinha bastante conexão ideológica com valores autoritários sustentados pelo regime ditatorial.

Parte significativa dos escritos de Wilhelm Reich foi dedicada à denúncia da família patriarcal como sustentáculo fundamental para reprodução dos anseios de dominação dos poder constituído, pois para “Reich, era inconcebível que a ordem econômica exploradora e o regime político autoritário da nossa cultura pudessem manter-se sem essa instituição. De fato, a família patriarcal surgiu, precisamente, a fim de sustentar o sistema de exploração e dominação”. (ROBINSON, 1917, p.40)

Alguns pediam explicitamente recrudescimento extremo no combate à “imoralidade”. O cidadão Álvaro Guimarães escreve para o ministro Armando Falcão (em 8 de junho de 1978), a partir da leitura de uma edição da revista Manchete e ainda compara a censura brasileira com os parâmetros de um outro país:

Entre os assuntos do seu texto – e merecido destaque especial na capa – figuram Sexo 78, entrevista com a autora de um livro sobre “a nova mulher”, e a PRIMEIRA VEZ, depoimentos de várias atrizes de nomeada e alguns atores de projeção, sobre a “primeira vez” que “fizeram amor”...E para completar o “programa educativo”, anuncia a página 70, que na próxima semana publicarão os depoimentos de mais nove atores e atrizes sobre o importantíssimo tema...Como brasileiro e como pai de família e avô de adolescentes na fase mais perigosa da existência, venho protestar, perante V. Excia. Contra essa pregação de jornalistas dissolutos que, talvez financiados pelos órgãos nacionais para a educação do povo, abusam da liberdade de que aqui desfrutam – e que não sei se desfrutariam em Israel – para envenenar o espírito de nossa juventude.¹⁰⁸

Em sua leitura avaliativa, foi um grande absurdo esta revista publicar depoimentos de adultos falando sobre sexualidade, segundo o mesmo um “importantíssimo tema”...E sua autoridade se vale do seu lugar de “pai de família e avô de adolescentes na fase mais perigosa da existência”. Em pleno exercício da ditadura militar, o cidadão Álvaro Guimarães afirma que os jornalistas “abusam da liberdade de que aqui desfrutam” para “envenenar” a juventude brasileira.

¹⁰⁷ Ibid, p. 1.

¹⁰⁸ Ibid, p. 4.

Uma suposta “liberdade desfrutada”, citada, que não condizia com a realidade concreta de uma ditadura militar que estava em pleno exercício de cerceamento das liberdades e dos direitos civis.

Sobre a preocupação de cidadãos comuns com as publicações que são consideradas como “atentado à moral e aos bons costumes”, a revista *Veja* publicou que:

Alguém que tenha um livro, autoridade ou não, e o considere atentatório à moral ou mesmo subversivo, faz um denúncia ao Ministério. Instala-se então, um processo no qual é dada a um assessor do ministro da Justiça a tarefa de ler a publicação e emitir parecer. Com base neste, o ministro decreta ou não a apreensão. (...) A tarefa passa a seguir para a Polícia Federal que deve providenciar o recolhimento dos exemplares à venda.¹⁰⁹

Entendemos que os cidadãos estavam respaldados a denunciar as “imoralidades”. Era preciso que as denúncias chegassem às autoridades responsáveis pela censura, para, a partir daí, haver (ou não) apreensão. Partindo desta informação, entendemos mais claramente a existência e os motivos fomentadores das cartas analisadas neste trabalho.

Numa outra correspondência de teor bem significativo, autor não identificado, endereçada ao presidente Ernesto Geisel, em 5 de dezembro de 1976. O cidadão cita aqueles que divulgam as “imoralidades” como exploradores das fraquezas humanas, ou seja, parece reconhecer que as questões relacionadas à sexualidade são questões sensíveis à provocação:

Conhecemos a seriedade, o respeito e sobretudo o espírito cristão de Vossa Excelência e, felizmente para o Brasil e para nós brasileiros, os destinos deste gigante está em mãos patrióticas, firmes e humanitárias. Tudo concorre para o bom êxito, na caminhada do progresso. Apelamos, mesmo assim, ao ilustre homem público, que, governa abrigado pelas bênçãos de Deus e que situa-se entre o povo e o Creador, no sentido de acabar ou diminuir essa praga maldita da imoralidade, que esta arrasando a dignidade humana, com filmes, publicações, cartazes expostos ao público, com pessoas nuas, praticando atos indecorosos, tudo exposto à pessoas idosas, crianças, num desafio à família, à sociedade e a dignidade humana.(...) Contra a reação de alguns exploradores das fraquezas humanas, entretanto, terão a aprovação e o aplauso da maioria do povo.¹¹⁰

Ainda afirma, o mesmo cidadão, que o Brasil, em plena ditadura militar, está em “mãos patrióticas, firmes e humanitárias”, em que tudo “concorre para o bom êxito, na

¹⁰⁹ Revista *Veja*: edição de 29.12.1976. pág. 82.

¹¹⁰ *Ibid*, p.2.

caminhada do progresso”. Refere-se à “imoralidade”, exposta nos meios de comunicação, como “maldita” e que arrasa a dignidade humana. A carga simbólica destas expressões é bastante significativa, pois é reveladora de um pensamento comum do brasileiro daquele contexto social e político.

A efervescência e toda excitação causada nos censores, neste contexto específico, tem elemento fomentador, que foi o momento de expansão da indústria cultural de massa, ou seja, o “período de maior repressão política do regime militar coincide com o da fase de consolidação de uma cultura de massa e a consequente expansão da indústria fonográfica” (ARAÚJO, 2005, p. 19). Neste momento específico, repleto de particularidades e contradições, houve um enorme crescimento da música de expressão, eminentemente popular, que se “firmava assim como o grande canal de expressão de uma ampla camada da população brasileira que, neste sentido, não ficou calada, se pronunciou através de sambas, boleros e, principalmente, baladas”. (ARAÚJO, 2005, p.19)

A televisão foi outro importante veículo de comunicação para a ditadura militar fomentar o seu projeto imaginário de “defesa da moral e dos bons costumes”, visto que seria através do controle dos telejornais, dos programas de auditório, das propagandas que este Brasil imaginário poderia se solidificar nas consciências dos cidadãos, que compunham o território brasileiro:

Além disso, na década de 1970, a televisão assumiu a missão de integrar a nacionalidade, a fim de viabilizar o próprio projeto militar, sendo que para tanto houve significativos investimentos em infraestrutura de telecomunicações. Acreditava-se que o território brasileiro precisava de um veículo de comunicação abrangente, como a televisão, para unificar no plano imaginário o povo brasileiro. (MAZIERO, 2015, p.12)

Por este motivo, visto na citação anterior, que programas de auditório como “Cassino do Chacrinha” sofreu forte patrulhamento dos Órgãos de censura, por conta de sua estética carnavalesca e anárquica expressas em vestuários esdrúxulos de seu apresentador, como também pela aparição das famosas *chacretes* que apareciam com os corpos expostos em danças sensuais. Curioso que o apresentador Chacrinha (exótico e anárquico) tinha pouco a ver com o cidadão Abelardo Barbosa, que carregava opiniões autoritárias e reacionárias naquele contexto de censura e repressão.

Observamos que foi durante os anos 1970, que a televisão ganhou força e consolidação, como veículo de difusão do imaginário autoritário da ditadura militar. Por

isso, citamos como exemplo, eventos como a Copa de 70, foram devidamente explorados para propaganda ufanista que beneficiasse a imagem do governo ditatorial daquele contexto. Este mesmo governo, claramente aproveitou-se também do momento econômico que promoveu crescimento de bens culturais como a televisão e a indústria fonográfica.

A grande massa popular tinha acesso aos discos de cantores, como: Agnaldo Timóteo, Odair José e Nelson Ned. Era preciso vigilância às mensagens destes artistas, principalmente porque suas canções abordavam temas comportamentais que causavam inquietação, no campo da moralidade vigente e tinham poderosa inserção nas massas populares. Ainda, conforme Araújo (2005), foi através destes artistas “bregas” e “cafonas” que foi possível aparecer outros corpos desviantes, historicamente ignorados e marginalizados, na sociedade brasileira. Inúmeras canções tornaram-se protagonistas, como: “*A ceguinha* (Jorge Paiva), *Trevas* (Roberto José), *Tamanho não é documento* (Nelson Ned), *Canção do paralítico* (Carlos Alexandre), *Cadeira de rodas* (Fernando Mendes) e outras” (ARAÚJO, 2005, p. 309)

Foram canções que expunham corpos que não estavam adequados ao padrão desejado pelos que fomentavam a “moral e os bons costumes”. Pela primeira “vez que paraplégicos, tetraplégicos, anões, cegos, surdos e mudos mereceram atenção da música popular, revelando para multidão de outras pessoas que no peito do deficiente físico também bate um coração” (ARAÚJO, 2005, p.309). Estes, por exemplo, estavam excluídos do padrão “Globo de qualidade”, visível nas novelas veiculadas pela Rede Globo de Televisão, pois negros, pobres, homossexuais e deficientes físicos tinham aparição restrita nas novelas, que, naquele momento, também despontavam como um importante veículo de massa e preocupava e gerava vigilância dos censores, no que tangia os temas comportamentais e considerados tabus: política, drogas e sexualidade. Se algum personagem causava inquietação, logo os censores eram acionados e emitiam pareceres solicitando a exclusão ou adaptação do mesmo.

As novelas da TV Globo foram importante veículo de uma desejada “aspepsia” e “limpeza social”, que fazia parte dos ideólogos da ditadura militar. A perfeição física, estética e moral faziam parte do projeto do “Brasil que vai prá frente”. Por isso Araújo (2005) vai considerar a música “cafona” como uma importante via de resistência a este projeto estético, pois estes artistas “revelavam de uma maneira simples e clara – e para

um grande público - ideólogos do regime procuravam dissimular ou esconder; ou seja, as desgraças do cotidiano e o caráter conflitivo, autoritário e excludente da sociedade brasileira”. (ARAÚJO, 2005, p.334)

Este arguto trabalho e importante recorte sobre a relação da ditadura militar e a música “cafona”, foi concebido pelo historiador Paulo César Araújo, que nos traz importantes registros sobre a repressão moral, que fazia paralelo com a repressão política nos anos de AI-5. A música de cunho eminentemente popular não escapou da repressão, vigilância e da censura voraz aos temas considerados como ofensivos à “moral e aos bons costumes”. Convencionou, na cultura brasileira, a informação de que apenas músicos, como Chico Buarque e Milton Nascimento, tiveram suas artes vigiadas pela censura.

A referência à sexualidade, preocupação máxima dos Órgãos de censura, esteve presente na música “cafona”. Não houve uma perseguição específica, pois um ditame que associava “ato indecoroso” com subversão:

Principalmente durante os chamados “anos de chumbo”, que compreendem todo o período do governo Médici (1969-1974), a repressão moral caminhou passo a passo com a repressão política. A referência explícita à sexualidade era identificada como um ato de subversão. E além de programas de TV, diversos filmes, livros, revistas, canções e até obras de gênios da pintura foram proibidos ou mutilados pela censura. Em 1973, foi impedido de circular no Brasil um álbum com a reprodução de 347 gravuras eróticas de Picasso. (ARAÚJO, 2005, p. 55)

Alguns episódios muito curiosos foram registrados por Araújo (2005), como a repercussão (1969) causada pela música estrangeira *Je t’Aime...Moi non Plus*, que era uma canção erótica narrando (com gemidos e sussuros) um ato sexual de um casal nas vozes de Jane Birkin e de Serge Gainsbourg (“Je t’aime, ohhhhh! Jê t’aime...moi non plus...ohhhhhh! mon amour...”). Mas não havia censura prévia para canções em idioma estrangeiro. Moralistas e conservadores causaram imenso estardalhaço com a repercussão desta canção. Os discos de Serge Gainsbourg foram recolhidos das lojas e soldados do exército chegaram a ocupar a fábrica da Phillips, para impedir a fabricação de novos exemplares. O fato serviu de demonstração de como a repressão moral atuava com a mesma intensidade que a repressão política, que estava em vigilância permanente em artistas como Chico Buarque e Milton Nascimento.

A ex-censora Odette Lanzioti¹¹¹ fez um balanço dos temas tabus que fomentavam a ação dos censores naqueles anos de apogeu de repressão política e moral:

Era muito cíclico o negócio. Em determinada época, mandavam atentar mais sobre a política. Eram visados Chico Buarque, Geraldo Vandré, Milton Nascimento e outros. Noutra época, mandavam atentar mais contra os tóxicos, sobre as drogas; depois se atentava sobre os maus costumes, o que hoje eu não sei mais se eles existem.

Esta declaração corrobora exatamente a carga simbólica existente nos pareceres dos censores daquele contexto, carregado de autoritarismo e conservadorismo, que apontavam para temas como drogas, sexo e principalmente a questão política, que estava sempre relacionada à “subversão”, a qualquer apontamento que social que não estivesse afinado com os ditames do regime militar.

Um artista popular, considerado “brega” e “cafona”, bastante perseguido, e que, também, teve seus discos recolhidos e sofreu vigilância da repressão moral, foi Odair José. Suas canções falavam abertamente de temas explicitamente comuns, no que diz respeito à sexualidade do brasileiro comum, como uso de pílula anticoncepcional, as relações com a prostituição, os amores de uma empregada doméstica, etc. O caso mais polêmico foi quando o mesmo gravou uma música chamada *Para de tomar a pílula*, tratando do pedido de homem à sua esposa para que deixasse de utilizar a pílula anticoncepcional e que, assim, ele realize seu sonho de ter um filho. Mas naquele contexto o governo ditatorial desenvolvia

uma campanha de controle de natalidade entre as mulheres de famílias de baixa renda e se empenhava na farta distribuição de pílulas anticoncepcionais e dos chamados DIU (dispositivos intra-uterinos). Orientada por organismos norte-americanos e financiada com verbas do exterior, do governo federal e de grupos particulares, a Bemfam tinha postos instalados em diversas cidades brasileiras, principalmente nas regiões mais pobres do Norte-Nordeste, e folhetos e cartazes com a mensagem “tome a pílula com muito amor”. (ARAÚJO, 2005, p.63)

Os órgãos de censura logo relacionaram esta canção à uma espécie de manifesto, contra a campanha do governo ditatorial. Odair José, além de ter sua música censurada, foi proibido de executá-la em suas apresentações, sob o risco de ser detido.

O cantor Taiguara foi outro artista bastante perseguido pelos Órgãos de censura, tendo aproximadamente 80 músicas vetadas e censuradas nos anos 1970. Fato que levou

¹¹¹ Entrevista com a ex-censora Odette Lanzioti no site censuralmusical.com.

o mesmo a ficar um longo tempo sem produzir, em função da desgastante relação de sua arte com a censura. Pois,

enquanto era um cantor essencialmente romântico, Taiguara não foi incomodado pelo regime militar. Mas, quando passou a questionar poeticamente a situação ou avançar em temas considerados ofensivos ao moralismo (sexo, drogas), começou a chamar atenção dos censores do Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP), da Polícia Federal. (ROCHA, 2014, p.64)

Os temas políticos abordados por Taiguara eram os que mais preocupavam os censores, mas drogas e sexualidade também apareciam com alguma constância em suas letras. Essas letras eram simplesmente vetadas, e em outros contextos, o próprio cantor foi chamado para dar explicações aos censores sobre os temas abordados, podendo fazer alterações para conseguir autorização. Por exemplo,

nas músicas consideradas de conteúdo supostamente ofensivo à moral, os censores não tinham medo do ridículo. “Anedotas tropicais”, por exemplo, foi aprovada com uma única observação: “trocar a palavra assinalada”; no caso, a palavra era “bolinar”. Em alguns processos, vê-se que os censores, apesar de rezarem pela mesma “cartilha”, não tinham consenso absoluto a respeito das obras as quais tinham de decidir se liberavam ou não. (ROCHA, 2014, p.105)

Em 1970, no apogeu do recrudescimento da repressão política e moral, concomitante com uma “revolução de costumes” que estava em curso, vem ao Brasil o grupo Living Theatre¹¹², que trazia inspiração em trabalhos de Wilhelm Reich, em expressão corporal com apresentações não verbais. O problema é que as performances do grupo causava imensa estranheza, por ter o corpo como centro da expressão, ainda com movimentos ousados e inusitados, para o padrão moral do Brasil, em plena repressão moral e conservadora.

O grupo instalou-se em Ouro Preto (MG), para participação de um importante festival de teatro e logo causou inquietação nos mais conservadores e autoritários daquela localidade. Sendo considerados como “imorais”, “pervertidos” e “drogados”. Logo a Polícia Federal tomou a iniciativa de invadir a casa onde estavam hospedados (liderados pelo casal Julian Beck e Judith Malina) e encontraram maconha e material

¹¹² Para mais detalhes sobre a trajetória do Living Theatre e sua passagem pelo Brasil, ver: VANUCCI, Alessandra . *Legado de Caim: a jornada brasileira do Living Theatre (1970-1971)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

“subversivo”. Por isso, o grupo é incriminado e todos são presos, libertados após forte campanha internacional.

A solução encontrada pela ditadura foi expulsá-los do Brasil, sob o argumento que o grupo denegria a imagem do país na imprensa estrangeira. O decreto relativo à expulsão os intitula como “subversivos e narcômanos”.

O que na verdade causou incômodo à ditadura e aos conservadores, que se inquietavam com a presença do *Living Theatre*, no Brasil foram às mensagens “subversivas” e revolucionárias transmitidas pelos corpos e seus movimentos. Estes corpos transmitiam e traziam consigo o engajamento com a revolução de costumes que estava em curso. Isso era evidente: estes corpos “subversivos” escapavam do controle da repressão moral e conservadora da ditadura militar, ainda mais sendo estrangeiros, que traziam uma arte “exótica” e estranha aos conceitos culturais que os conservadores tinham como referência.

3.3: O corpo diante da Moral Revolucionária e proletária

Ao fazer referência às representações do corpo durante a ditadura militar, não poderíamos deixar de apresentar a relação das esquerdas (daquele contexto específico) com o corpo. Os livros de memória/biografia, uma literatura testemunhal, nos servem com importante fonte de acesso ao como os que combatiam a ditadura militar lidavam com questões relacionadas à sexualidade, por exemplo.

A sexualidade, a questão de gênero, a homossexualidade, o racismo faziam parte do cotidiano dos indivíduos que militavam nos grupos da esquerda revolucionária. Havia produção de subjetividades. Muitos problemas relacionados às questões de embates interpessoais eram resolvidos com base numa “Moral revolucionária” e proletária. Mesmo sendo organizações revolucionárias, que combatiam uma ditadura militar, possuíam desígnios que muito se aproximavam do conservadorismo, encontrado nos pareceres dos órgãos de censura e repressão.

Os problemas relacionados à sexualidade eram tratados também com moralismo e cerceamento, pelos líderes das organizações. Neste contexto, também houve produção de discurso e representações sobre o corpo. Foi necessário “enrijecer” o corpo do militante, para que o mesmo servisse inteiramente à Revolução. Temos como exemplo,

o reconhecimento das esquerdas revolucionárias, da Revolução de costumes que estava em curso como desimportante e ainda como “coisa de burguês” e “luta menor”.

Basicamente, o que verificamos nos depoimentos testemunhais, é que as esquerdas consideravam temas relacionados a comportamento como “algo desimportante”, para aquele contexto. Isto é astante inquietante, pois paralelo à efervescência da luta armada no Brasil, acontecia, fora do Brasil, uma impactante revolução de costumes, que questionavam profundamente os padrões de comportamento. E o corpo estava no centro dessas reivindicações, com frases que apontavam: “O privado também é político” ou “nossos corpos nos pertencem”.

Os movimentos das minorias (gay, negro, mulheres) estavam se constituindo e trazendo novas pautas de reivindicação que não estavam em consonância com o projeto de “tomada de poder” e distribuição de renda, apenas. O racismo, o machismo e a homofobia passaram a ser temas centrais de mobilizações, principalmente nos Estados Unidos e Europa. A luta não deveria ser apenas contra a opressão social e econômica, mas, contra quem estivesse em consonância com o combate a opressão aos corpos, à sexualidade e a diversidade de comportamento.

As notícias sobre estas importantes mobilizações das minorias e dos direitos civis pouco chegavam por aqui, exatamente pelo período de recrudescimento extremo da censura à imprensa, que foi inaugurada a partir do decreto do Ato Institucional nº5, em 1968. Os discursos produzidos pelos Órgãos de censura, a respeito do corpo e sexualidade, tinham como base exatamente o “barrar” as referências de manifestações libertárias que vinham destas mobilizações, fora do país, que eram péssimas influências para mocidade e atentatórias à moral e aos bons costumes da família brasileira.

As publicações de dois autores são fundamentais para a reflexão e interpretação deste contexto: *Passagem para o próximo sonho*, de Herbert Daniel e a trilogia produzida por Fernando Gabeira: *O que é isso companheiro*, *O crepúsculo do macho* e *Entradas e Bandeiras*. Todas essas obras são constituídas por reflexões e autocríticas concebidas por estes autores, diante dos grupos dos quais fizeram parte, das ações guerrilheiras das quais participaram e, principalmente, no que tange à questão de comportamento, sexualidade e relações pessoais, naquele contexto de vida clandestina e de combate à ditadura militar.

Mas, ao abordarmos este tema, é importante sabermos a existência de historicidade e particularidade circunstanciais, que faziam com que “dentro desta dinâmica de sobrevivência pela própria sobrevivência, a esquerda revolucionária tornou-se cada vez mais isolada na clandestinidade. Neste contexto, tentar levantar novas questões sobre os papéis de gênero e sexualidade parecia impossível”. (GREEN, 2012, p.76)

Um número significativo de livros de memórias foi lançado, a partir de fins da década de 1970, a partir da anistia política e da volta de inúmeros exilados. Essas memórias foram produzidas num contexto de reavaliação política e pessoal. Exatamente no momento em que, no Brasil, estavam ganhando consistência os movimentos de mulheres, de gays e de negros, mas ainda encontravam resistência da uma parte das esquerdas que considerava tais temas de “ordem pessoal” como irrelevantes naquele momento de “urgente debate político”.

A riqueza do registro destas memórias tem servido como importante fonte de reflexão sobre este período histórico, repleto de questões que ainda não foram pesquisadas. E que “dezenas de ex-revolucionários brasileiros que adeririam à luta armada, na década de 1960 e início de 1970, escreveram sobre suas experiências nesse período. Mas resta um silêncio sobre a sexualidade, especialmente a homossexualidade, entre quase todos os autores dessas obras”. (GREEN, 2012, p. 6)

Num trabalho de caráter historiográfico é necessário reconhecer as especificidades de fontes desta natureza, pois as memórias pessoais sobre um determinado período histórico estão carregadas de impressões, valores, afetos, acréscimos, simbolismos, hostilidades e omissões, que têm uma relação direta no como o autor o vivenciou e como o registrou, em sua subjetividade. Mas, é através destes olhares que podemos ter acesso a como eram estabelecidos os olhares políticos e a prática cotidiana de indivíduos, que faziam parte das esquerdas e de grupos. que aderiram às luta armada. Ainda mais especificamente sobre o tema desta pesquisa, que se refere aos discursos e representações do corpo, neste contexto político.

As particularidades destas fontes passam pela seguinte reflexão:

A memória sofre flutuações em função das preocupações no momento em que ela se articula, em que ela se expressa. Essas preocupações constituem o elemento da estruturação da memória (...) como um dos elementos definidores da memória, a seletividade mostra que ela é um fenômeno

construído, ou seja, reconstrói-se o passado no contexto psicológico do presente e a partir de nossas representações atuais. (NASCIMENTO, 1998, p. 160)

Para que esta dissertação busque como fonte estes livros de memória, deve-se estar ciente que “para que possa existir, uma autobiografia deve indicar uma identidade entre quem escreve e o que está sendo escrito, portanto, desenvolve-se a partir do “eu”:
“Esta identidade se caracteriza pelo emprego da primeira pessoa”. (PEREIRA, 2000, p. 123)

Desde a participação de Wilhelm Reich¹¹³ (entre as décadas de 1920 e 1930) como militante do partido comunista alemão constava-se a dificuldade das esquerdas em lidar com questões relacionadas ao corpo. O mesmo tinha a convicção que discutir sexualidade também fazia parte de um projeto de mudança social, que não poderia se restringir a questão econômica ou política institucional. E um dos incômodos dos dirigentes do partido comunista era exatamente este “desvio” cometido por Reich, pois “pensar em sexo vai acabar atrapalhando o militante que esta se preparando para uma luta revolucionária”.

Reich falava de sexualidade, de métodos contraceptivos, masturbação, aborto, homossexualidade, etc., para operários nos pátios das fábricas¹¹⁴. Tendo excelente resultado no que se refere interesse por parte dos mesmos. Mas isso não estava de acordo com as normas estatutárias do partido comunista e logo Reich foi expulso.

A alienação das esquerdas dos anos 1960, relacionada ao corpo, estava presente desde o PCB (Partido Comunista Brasileiro), até as suas inúmeras ramificações, que vão desde grupos estudantis até os de extrema esquerda, que fizeram opção pela guerrilha urbana (ou rural), no combate à ditadura militar. A postura de ambos seguia e reproduzia o que refletia o comunismo internacional e modo como estas questões eram conduzidas na URSS, em Cuba e na China. Era algo comum associar a homossexualidade ao comportamento burguês-capitalista.

Por parte (principalmente) dos militantes originários do PCB, a opinião mais comum sobre a homossexualidade era a sua associação com o “comportamento

¹¹³ Wilhelm Reich foi um discípulo dissidente de Sigmund Freud. Suas publicações trouxeram a importância do bom funcionamento do corpo para saúde psíquica. Faleceu em 1959, numa prisão nos Estados Unidos.

¹¹⁴ Intensificou esta experiência com a criação da Sex Pol: uma agência voltada para esclarecimentos sobre o corpo, voltada para a classe operária.

burguês” e que, num contexto de pleno exercício de um “mundo socialista”, a mesma seria extinta. Isto era a base de pensamento do movimento esquerdista mundial nos anos de Guerra Fria:

O Partido Comunista Brasileiro pró-soviético, bem como suas várias ramificações na década de 60, que vão desde o Partido Comunista do Brasil até os grupos guerrilheiros pró-cubanos, todos seguiam a perspectiva tradicional sobre a homossexualidade, compartilhada pelo movimento comunista internacional. De acordo com esta visão, o homossexualismo era um produto da decadência burguesa e desapareceria quando o capitalismo fosse derrubado e com o estabelecimento da sociedade comunista. (GREEN, 2012, p.71)

Conforme esta citação, as grandes referências para os militantes latinos era modo como URSS, Cuba e China tratavam os seus homossexuais. Essas referências eram as geradoras de uma “verdade” inquestionável a ser seguida, pelos militantes da esquerda revolucionária, que desejavam acabar com as injustiças sociais. O social que corresponde a esta “verdade” é que “na década de 30, as leis de sodomia que foram retiradas dos livros nos primeiros anos da Revolução Soviética foram reintroduzidas no código penal, e a homossexualidade foi considerada incompatível com o comportamento revolucionário”. (GREEN, 2012, p.71)

A revolução de costumes, que estava em curso, parecia ser um incômodo para as esquerdas, naquele contexto de “dar a vida pela revolução”. Algo que jamais poderia estar associado a uma luta política, pois as questões do corpo eram consideradas como pessoais e nada tinham a ver com o a luta revolucionária. Reflexão bem elaborada pelo escritor Zuenir Ventura, que também publicou importante obra sobre este contexto político cultural efervescente no Brasil:

Curiosamente, as transformações de costumes que começavam a se operar então – principalmente no campo sexual – nem sempre foram absorvidas pelas organizações políticas como um fenômeno paralelo, convergente ou aliado. A esquerda – mesmo a radical, que sonhava com a Revolução geral – olhava para aquele movimento com a impaciência de quem é interrompido em meio a uma atividade séria pela visão inoportuna de um ato obscuro. Manifestava um soberano desdém ideológico pelas travessuras comportamentais da geração de Leila Diniz. (ZUENIR, 1988, p.36)

As referências originárias do Partido Comunista Brasileiro, no que se refere às questões comportamentais de seus militantes, seus estatutos e regras, passavam pela repressão da sexualidade e pela rigidez dos papéis tradicionais de homens e mulheres. Algo “liberalizante” causava problemas e era logo associado ao comportamento burguês:

Para um Partido Comunista como o nosso, que ainda na década de 50 promovia nas suas bases casamentos reparadores entre militantes que ousassem dar um “mau passo” – exatamente como faziam alguns pais retrógrados -, aderir aos novos costumes era um inaceitável desvio ideológico. As mudanças de comportamento não eram recebidas como sinais de avanço, mas de retrocesso. Eram sintomas da decadência da burguesia. A idéia de proletariado estava associada à idéia de *pureza* moral. (ZUENIR, 1988, p.37)

As referências de militância de esquerda no Brasil, que antecedem os anos 1960, são originárias do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Este tem em seu histórico uma importante disciplina estatutária na formação de seus militantes. Esta disciplina não passa simplesmente pela questão de doutrinação política, mas também pelas questões relacionada ao comportamento, disto surge uma “moral proletária”¹¹⁵, que vai servir e “guiar” seus militantes, como uma espécie de “código de conduta”.

Este “código de conduta” da militância comunista tinha como base a tradição marxista de entender o mundo dividido em duas classes: capitalistas e proletários. Este antagonismo não era restrito às questões econômicas e materiais, mas incluía os padrões de moralidade e comportamento. O poder proletário seria uma referência também de um novo comportamento moral, bem distinto do originário da burguesia. Também a “utopia comunista, portanto, além da promessa de igualitarismo social, acreditava também na constituição de um homem renovado, um “homem novo” livre dos defeitos e vícios da sociedade capitalista e portador de uma moral superior”. (MOTTA, 1996, p. 82)

Este comportamento, de dificuldade de lidar com as questões do corpo, vai reverberar em fins dos anos 1960 e começo dos 1970, na vida clandestina e na luta armada, e será encontrado nas construções teóricas dos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro. Estava claro que o comportamento “desviante” seria rechaçado e passível de exclusão, pois vemos neste comunicado publicado no jornal *Voz Operária*:

Os membros do Partido que comprovadamente atraíam a classe operária e a confiança neles depositada, por essa classe e pelo Partido; as realizações de trabalho de fração; os ébrios contumazes; os que derem prova de degenerescência moral; os que realizem atos de aventurismo ou de pregadores e praticantes de luta de grupo como método de ação do Partido e da classe operária, e, em geral, aqueles que, com sua conduta incorrigível vivam prejudicando o Partido, e, portanto, a classe operária e o povo, serão

¹¹⁵ Mais detalhes: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a Moral Comunista. Belo Horizonte:UFMG, 1996.

sumariamente afastados de seus postos, expulsos do Partido e desmascarados publicamente.¹¹⁶

Este foi o artigo 25, de uma “lista de condutas”, que serviam aos militantes do partido. Vê que se encontra entre suas preocupações a expressão “degenerescência moral”, que podemos interpretar como comportamento sexual-afetivo que não estivesse conforme as tradições e fora do controle e padrão desejado para um militante comunista, que quer dedicar sua vida para a Revolução.

É importante resaltar ar que a interpretação das dificuldades dos marxistas, em lidar com as questões da política do corpo, precisa ser por demais contextualizada, para evitarmos anacronismos. Por exemplo, a dificuldade de lidar com a homossexualidade não era exclusividade das esquerdas, e sim da sociedade como um todo, independente de classe social e de nível de intelectualidade.

Vários apontamentos morais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) faziam parte dos costumes tradicionais do preconceito do brasileiro comum, ou seja, pertenciam a uma historicidade comportamental. Daí o conservadorismo dos militantes comunistas terem muitos pontos em comum com a tradição de costumes burgueses, no que tange às políticas do corpo. Cada contexto carregando suas especificidades.

Bastante visível nos “códigos de conduta” direcionado para os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi uma proposta dissociação da vida privada e da militância partidária do indivíduo. Diz-se que “todo membro do partido, interessado em ser um bom comunista, deveria seguir os seguintes preceitos: dedicar-se sem limites ao Partido; amar o povo brasileiro; respeitar os povos de todos os países; ser destemido na luta pelos objetivos partidários; ser abnegado; ser modesto (...)”.¹¹⁷

O “dedicar-se sem limites ao Partido” poderia significar abrir mão de escolhas pessoais e de condutas que fazem parte da vida privada do militante comunista. Existia uma preocupação muito grande com os comportamentos sexuais dos mesmos, pois “estimulava-se os militantes a comportarem-se como moderação na esfera afetivo-sexual: evitar a promiscuidade e procurar constituir uniões conjugais sólidas e duradouras, seguindo alguns exemplos modelares”. (MOTTA, 1996, p. 88)

¹¹⁶ Jornal Voz Operária – 06.02.1954. p. 5.Artigo 25.

¹¹⁷ A Voz Operária: 10.07.1954. p.4.

O livro *Meu Companheiro*, de autoria de Maria Prestes, nos revela um pouco do que era o cotidiano do dirigente máximo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por muitas décadas: Luís Carlos Prestes. Maria Prestes, então jovem militante comunista, foi designada para ser organizadora do aparelho em que se escondia o líder comunista, em dias plena clandestinidade (anos 1950). Tempos depois, houve uma construção de intimidade entre eles, que culminou com casamento e geração de filhos.

Nesta obra, vamos encontrar como empecilhos para a concretização de uma relação de intimidade entre os dois a formação militarizada do líder Carlos Prestes e a disciplina estatutária de Maria Prestes. A mesma, diante de Prestes, afirmava naquele contexto:

Companheiro, sou uma moça muito jovem e inexperiente para ser sua esposa. Você é o dirigente do Partido. O que os companheiros do Comitê Central vão pensar a meu respeito? Vai aparecer gente falando que eu não tive capacidade de me comportar como uma comunista. Em vez de cumprir a tarefa da segurança e ordem, envolvi você. (PRESTES, 1992, p.72)

A possibilidade de uma aproximação com o líder Carlos Prestes foi motivo de muita preocupação para mesma, pois comprometia seriamente a disciplina estatutária de uma militante, designada a organizar o *aparelho* do líder máximo do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ambos, por conta da tradicional disciplina comunista, sabiam que nada poderia atrapalhar a luta pela revolução. Maria Prestes dizia que “não podia continuar ao lado de Prestes uma pessoa que desviasse a atenção do líder máximo do Brasil para outros assuntos a não ser a revolução”. (PRESTES, 1992, p.73)

O relacionamento anterior de Luís Carlos Prestes (com Olga Benário) também expressou importantes marcas de enrijecimento e militarização, por conta da luta pela revolução. Sabe-se que este foi seu primeiro relacionamento. No convívio com Maria Prestes, o mesmo ao falar de Olga, explicita que os obstáculos da formação de ambos prejudicaram o convívio cotidiano no que se refere à afetividade:

Olga, dizia o Velho, era inteligente, gostava de estudar, mas do prazer do cotidiano ela abriu mão muito cedo. Nesse sentido, o pouco tempo que os dois viveram juntos foi um tempo difícil. A disciplina militar do Velho, misturada à disciplina alemã da Olga, criou obstáculos e quase impediu a aproximação dos dois. (PRESTES, 1992, p.64)

A disciplina estatutária e militante de Carlos Prestes estava presente inclusive em sua maneira de vestir, na maneira como manejava seu corpo. O mesmo sempre fazia

referência à sua formação militar para justificar a “tradição”: “Andar com a camisa fechada impõe respeito dentro de uma casa de família. É assim que devem se compor as pessoas para manter a ordem. Para mim isso não é nada estranho, desde o colégio militar aprendi a usar aquela beca preta presa no pescoço”. (PRESTES, 1992, p.34)

Esta declaração de Luís Carlos Prestes corrobora a tese de que os antigos militantes comunistas tinham também como base um rígido código moral relacionado às questões da política do corpo. Mas que pouco se distanciava do que chamavam de “moral burguesa”. Para se atingir a condição de militante comunista revolucionária tinha que se ter uma radical disciplina e controle, com as questões relacionadas ao corpo, naquele contexto, consideradas desimportantes diante do projeto político/econômico. E este comportamento (ponto de partida) será referência de militância daqueles que chegaram à luta armada, em fins dos anos 1960.

Os comportamentos “desviantes” e “degenerados” eram logo apontados como decadentes e burgueses. Na tradição da militância marxista, existia a crença de que um comportamento sexual “desregrado” e a energia sexual comprometiam não apenas a rotina de trabalho, mas poderia desviar ou despotencializar a luta pela revolução social. Por este motivo Wilhelm Reich foi expulso do Partido Comunista alemão.

É importante destacar que esta defesa do comedimento erótico se coadunava muito bem com a visão predominante acerca do militante comunista: um ser humano estoico cuja missão é sacrificar a vida à causa e ao partido. Nenhuma renúncia, nenhum sacrifício deveria ser medido quando estava em causa a revolução e a redenção da humanidade. E o partido, na qualidade de agente condutor da revolução, deveria ser o depositário maior de toda a dedicação e de todas as energias. Obviamente, tais situações deixaram marcas de sofrimento pessoal muito intenso. Afinal, eram seres humanos, não autômatos ou fanáticos cegos. Mas o sacrifício pessoal era compensado com a ideia de que a revolução, quando ocorresse – e ela era inexorável –, traria o fim da miséria e da exploração. Neste contexto, a exigência de um erotismo comedido não parecia despropositada. (MOTTA, 1996, p.91)

Vimos, que existia todo um propósito maior, que justificava renúncias extremamente comprometedoras, no que tange a produção de subjetividades. Vamos entender que o partido passava a ser a grande referência de conduta moral (como direcionamentos específicos) de seus militantes, que tinham como prioridade a revolução e a luta contra o capitalismo.

Mesmo com rigor e o cerceamento aos comportamentos “desviantes”, existiam militantes que se “excediam” e recebiam punições severas do partido, como a expulsão,

pois o mesmo tinha poderes de interferência na vida pessoal dos militantes quando, por exemplo, criticava abertamente uma opção conjugal ou determinava um enlace matrimonial que melhor se encaixava no “código moral” do partido.

Numa edição do Jornal *Voz Operária* vamos encontrar recomendações comportamentais apontadas pelo histórico dirigente Maurício Grabois:

Educando-nos nos princípios da moral do Partido (...), subordinamos toda a nossa vida aos interesses partidários. O Partido é tudo para nós, é a nossa razão de ser, é a nossa grande família. Sem o Partido, jamais cumprimos a tarefa histórica de conduzir o nosso povo à completa libertação (...). Por isso, não é demais insistir no que já vem sendo uma lei para nós: o militante não pode ter duas vidas, uma dentro do Partido e outra fora dele.¹¹⁸

Observamos, nos apontamentos de Grabois, uma radicalização pertencente ao contexto da militância comunista nos anos 1950, o extremismo expressivo ao dizer que “o militante não pode ter duas vidas, uma dentro do Partido e outra fora dele”; mas veremos mais à frente que aqueles poucos mais resistentes à tortura eram exatamente os militantes que conseguiam fazer do Partido “sua razão de ser”. Eram indivíduos capazes de morrer, em consequências das animais sessões de tortura, sem entregar nenhum tipo de informação aos agentes da repressão.

A “moral revolucionária”, essencialmente, carregava os mesmos substratos opressivos e cerceadores que a tão contestada “moral burguesa” (dos militares, da burguesia, da Igreja, etc.), pois existia imensa rejeição/dificuldade em discutir temas relacionados aos corpos dos próprios militantes, mais precisamente adjetivá-los como desimportantes, como algo que não é tema político.

A partir da investigação de pontos originários das dificuldades da esquerda com as políticas do corpo, vamos interpretar que a referência de um ideal de guerrilheiro passava pela valentia, honra, coragem racionalidade e principalmente espírito de sacrifício. O corpo do militante, necessariamente, passava por um processo de militarização e “macheza” para ser capaz de lutar pela revolução e contra a ditadura militar. Pois, “se o espaço público era por excelência um espaço masculino, em que, por isso mesmo, comportamentos e atributos considerados masculinos eram valorizados e

¹¹⁸ Voz Operária. 10.04.54, p. 1. Suplemento.

exigidos, no espaço militar ou militarizado essa característica era ainda mais acentuada”. (BACK, 2011, p.13)

Uma das dificuldades encontradas pela militância armada contra a ditadura foi o enfrentamento do machismo pelas mulheres militantes. Naquele contexto, havia dois inimigos: um externo, que era a ditadura militar, e o interno, que era o machismo das organizações guerrilheiras, que naquele contexto, considerava as discussões de gênero como algo “pequeno burguês” ou pertencente a uma “luta menor”, algo menos urgente. Em função disso as militantes tinham que negar sua feminilidade, pois militante “não tem sexo”, ou seja, para lutar pela Revolução tinha que prevalecer uma conduta assexuada.

No famoso *Minimanual do guerrilheiro urbano* do líder Carlos Marighella, vamos encontrar uma referência bem otimista e valorativa sobre a militância da mulher nos quadros da ALN:

Com respeito à mulher brasileira, sua participação na guerra revolucionária, em particular na guerrilha urbana, tem sido distinguida por seu espírito lutador e tenacidade sem limites, não é somente por sorte que tantas mulheres têm sido acusadas de participação nas ações de guerrilha contra bancos, centros militares etc., e que tantas estão em prisões, enquanto que tantas outras ainda são procuradas pela polícia. (MARIGHELLA, 1969)

Podemos reconhecer que o comportamento de várias organizações da esquerda armada, em fins dos anos 1969, pode ser classificado como conservador, devido ao contexto sócio cultural, naquele momento histórico na sociedade brasileira. Porém, vamos encontrar alguns avanços bem sutis, como os vistos nesta declaração, de Carlos Marighella, e na divisão das tarefas domésticas em inúmeros “aparelhos” clandestinos.

Os quadros militantes da ALN eram formados por uma importante mescla: jovens oriundos do movimento estudantil e militantes mais experientes, vindos da militância do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Supomos que havia, no cotidiano das vivências clandestinas, incompatibilidades nas questões relacionadas à política do corpo. Conflito geracional e de valores.

Frei Betto, no livro *Batismo de sangue*, aborda a corajosa participação de dominicanos no apoio à ALN e especificamente o trágico fim de Frei Tito, que foi brutalmente torturado e suicidou-se na França. Frei Betto, também faz reflexões sobre as dificuldades pessoais vividas pelos militantes no cotidiano da luta armada, que não

encontravam respostas na teoria marxista e nem no materialismo dialético. Ao afirmar que “nesse aspecto, o marxismo parecia-me insuficiente. Não chegara a elaborar uma proposta de revolução da subjetividade humana. Acentuava demasiadamente a objetividade, quase identificando o homem com sua atividade produtiva”. (BETTO, 1982, p.62)

Na maioria dos livros de memória, consultados para este trabalho, percebemos o reconhecimento de que, parte significativa dos jovens que faziam parte das organizações clandestinas que faziam combate da ditadura militar, não tinham o devido preparo e foram alvos fáceis para os órgãos de repressão em várias circunstâncias. Sobre parte significativa dos *quadros* da ALN, Frei Betto diz que,

reuniu sobretudo jovens oriundos da pequena burguesia, despertados politicamente pelo movimento estudantil. Seria fácil – e leviano – dizer hoje que aqueles militantes foram envolvidos numa aventura guerrilheira incapaz de avaliar corretamente a conjuntura do país. É cômodo julgar, do alto de nossas ideias tão arrumadas, impecavelmente imaculadas, a prática de quem ousou sujar as mãos quando o regime militar já não admitia nenhuma forma de luta legal. (BETTO, 1982, p.42)

A partir desta citação, vamos concordar que, nessas circunstâncias, jovens originários da pequena burguesia e fomentados por idealismos e vontade de lutar contra a ditadura, foram vítimas prediletas dos órgãos de repressão e dos torturadores. Esses mesmos sabiam que tais jovens não tinham o mesmo tipo de preparo dos velhos militantes originários do PCB; eles sabiam como desestabilizá-los física e psiquicamente para logo obter as delações.

Estes corpos “burgueses” precisavam ser domesticados e militarizados, para estarem aptos à Revolução. A referência para isso era o comportamento e a sociabilidade do proletariado. Pois uma prática muito comum dos grupos de esquerda de orientação maoísta (a *Ação Popular* foi muito inspirada pela chamada *Revolução Cultural* concebida pelo líder Mao Tsé Tung) era mandar jovens de classe média trabalhar em fábricas ou para no meio rural. Houve “uma ‘campanha de proletarização’ dos militantes da AP, que consistia em deslocar para o trabalho em fábricas, ou para o meio rural, centenas de membros da organização, numa tentativa de transformar sua composição social, marcadamente de classe média”. (COLLING, 1997, p.141)

Estes idealismos talvez os tivessem impedido de enxergar a real dimensão do poder que a ditadura militar realmente tinha e exercia; o poder (material, ideológico,

publicitário, etc.) que os órgãos de repressão exerciam na perseguição, prisão e tortura daqueles que combatiam a ditadura. Destes jovens, “muitos ingressavam na Organização sem nenhum preparo político, movidos pela mística revolucionária, acreditando que a luta obedecia a um desenvolvimento linear até a vitória final”. (BETTO, 1982, p.42)

Daí, eram comuns as críticas acintosas aos companheiros de organização que cometiam “desvio pequeno burguês”, durante a militância, principalmente aos jovens de classe média, que aderiram à luta armada. Estes, inevitavelmente, viviam conflitos de suas formações burguesas e tradicionais, diante da perspectiva de militância revolucionária em uma organização clandestina:

Entre os estudantes de classe média que se juntaram às correntes da luta armada revolucionária, o combate ao “desvio do pequeno burguês” tornou-se uma palavra de código para determinar quem era mais puro, mais revolucionário, e quem não alcançava os padrões. Desafiar as origens de classe “defeituosas” e orientações de outros camaradas estava entre as maneiras mais fáceis de repudiar um adversário político ou de ganhar uma batalha ideológica. Engajar-se em autocrítica também foi uma maneira preferida para combater o seu, a sua própria origem, e o comportamento “pequeno-burguês”. (GREEN, 2012, p.72)

Existia de fato, por parte dos indivíduos oriundos do PCB, um melhor preparo para a militância clandestina e isso acabava por se reverberar nos disfarces do cotidiano, no momento da prisão, no comportamento diante da tortura e ameaça de morte. Álvaro Caldas que foi jovem militante originário da ala estudantil vinculada ao PCBR, pôde constatar em sua própria vivência a dificuldade de lidar com a clandestinidade, sem o “preparo” e experiência dos antigos comunistas:

Não cheguei a viver na clandestinidade a dura e solitária experiência dos companheiros que levaram mais tempo para *cair* ou morrer. A rigor, nossa clandestinidade foi atípica: não foi fruto de uma decisão política, não foi feita de reuniões planejadas com antecedência, do rotineiro cumprimento de missões e tarefas do militante clandestino profissional. Fomos empurrados para a clandestinidade violentamente, sem tempo para nos prepararmos, sem uma infra-estrutura onde nos apoiarmos, sem condições para respirar. De um dia para outro tivemos que tingir ou cortar os cabelos, afinar os bigodes, compor novas figuras, acrescentar novos nomes aos já usados, adaptar-nos a uma situação de vida inteiramente diferente – e tudo isso sob a pressão e o cerco dos órgãos de repressão. (CALDAS, 1981, p.186)

Percebemos nesta citação, de Álvaro Caldas, o quanto a falta de preparo dos militantes mais jovens comprometia seriamente os aspectos subjetivos, como por exemplo, a fragilidade emocional e psíquica, para lidar com o permanente cerco da

repressão. Essa “clandestinidade atípica”, que contava com o imprevisto e convicções pessoais, apoiava-se em frágeis sustentáculos internos, no cotidiano de enfrentamento do terror e da possibilidade de morte.

É importante reconhecermos que, as esquerdas, naquele contexto, enfrentavam uma realidade duríssima (enfrentamento de uma ditadura, com iminência de prisão, tortura e morte), que também era um dos empecilhos para discutir temas relacionados ao corpo e à sexualidade. A sobrevivência era muito urgente. E um das consequências era a de que a dinâmica de funcionamento dos grupos revolucionários acabava, mesmo tendo como base de prática interpessoal os valores conservadores e preconceituosos, no que se referiam à relação de homens e mulheres, na organização destes grupos.

Pelos motivos históricos apontados e as devidas circunstâncias da militância da esquerda armada, é que o movimento de Maio de 68 foi visto com bastante desconfiança:

Estávamos divididos quanto ao Maio de 68. Nossa divisão passava diretamente pela posição do Partido. Os mais próximos ao Partido viam aquilo com desconfiança e respiraram aliviados quando o movimento operário apareceu em cena, podendo enquadrar a revolta. Os mais audaciosos apontavam os aspectos positivos do movimento e mostravam que, em todas as questões que ele levantara, o Partido Comunista tinha pouquíssimo a dizer. O movimento era uma expressão europeia da luta contra posições esclerosadas e repressivas. Mais tarde, o movimento antiautoritário, que mexeu muito com as relações na Universidade, explodia na Alemanha, confirmando que trazia preocupações a quais escapavam aos partidos tradicionais da esquerda. (GABEIRA, 1979, p.67)

Nesta citação, observamos o quanto foi difícil para esquerda armada brasileira fazer uma leitura otimista do movimento de Maio de 68, na França. Não havia possibilidades, conforme aquele contexto e circunstâncias, de ver aquela revolta, que incluía a política do corpo em suas bandeiras, com algo também revolucionário, necessitado de estar nas pautas revolucionárias.

Fernando Gabeira foi militante de grupo (MR-8) que aderiu à luta armada, participou do emblemático sequestro do embaixador americano (em 1969), foi preso, torturado e exilado (resultante de troca de presos políticos em um sequestro do embaixador alemão). Ao voltar do exílio, causou polêmica, nas esquerdas, ao aparecer

na praia de Ipanema (RJ), com uma minúscula tanga de crochê lilás¹¹⁹. Ele foi um dos primeiros exilados a lançar suas memórias, que logo atingiu sucesso de vendas e repercussão significativa. Em *O que é isso companheiro?* Este autor faz importante autocrítica ao enrijecimento e o sectarismo da militância das esquerdas, de fins da década de 1960, no que tange à questão corpo e em como lidar com a tortura, por exemplo:

Essa cisão que se operou no movimento não foi, completamente, sem consequências. Tudo é política, tinham razão. Mas as verdadeiras dimensões da política do corpo não podiam captá-las. Assim como nossas tias achavam que a civilização ocidental e cristã cairia por terra se continuássemos mexendo nossas bunda e pernas ao som do Rock and Roll, muitos acreditaram, solenemente, que o edifício marxista-leninista iria ruir, se, de repente, começássemos a esfregar os clitóris das mulheres. (GABEIRA, 1979, p.53)

Em uma fértil entrevista, que concedeu ao Jornal Lâmpião da Esquina, em 1979, também falou mais abertamente sobre a relação das esquerdas com as questões referentes aos corpos, enfatizadas pelos movimentos de minoria: “todo o conjunto de lutas que a afastem da concentração de forças nas questões que a conduzem imediatamente à tomada do poder são consideradas inoportunas...” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 5)

Fernando Gabeira, ainda nesta entrevista, usa a fala da “luta menor” da esquerda “que compreende muito bem as questões sociais, acha que existem problemas pessoais, mas não vê ligações entre uns e outros. Ela praticamente separa o real em duas partes: se apossa da luta social pública, mas joga a luta pessoal para uma terra de ninguém.” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 6)

Estes ditos valores tradicionais e preconceituosos estavam cristalizados na prática interpessoal destes militantes revolucionários, também por um motivo importante, que era a origem dos mesmos, visto a maioria era originária da classe média brasileira, que via, aprendia e reproduzia em suas vivências familiares a prática machista, patriarcal e tradicional, no que se refere à corpo e sexualidade.

É importante reconhecer as singularidades e complexidades, que envolviam a relação entre os militantes revolucionários, pois é um imenso equívoco à procura por

¹¹⁹ Episódio que marcou a cultura brasileira em fins dos anos 1970 e produziu inúmeros questionamentos referentes à corpo gênero e sexualidade nas esquerdas, que naquele momento passavam por momento de reavaliação.

sujeitos generificados. A divisão do trabalho doméstico, por exemplo, foi um tema bastante polêmico no cotidiano dos “aparelhos” e acaba por proporcionar uma discussão dos papéis femininos e masculinos dentro das organizações. A realidade era que “nos esconderijos clandestinos no Brasil, homem e mulher dividiam tarefas domésticas e as tentativas dos homens de escaparem àquela divisão eram frequentemente denunciadas” (GABEIRA, 1981, p. 60)

Destas vivências, pouco tradicionais nos “aparelhos” clandestinos, aconteciam o choque com o convencional que resultava na desconfiança dos vizinhos (seguida de delação e prisão), exatamente pelo comportamento, no exercício incomum do papel homem e mulher. Pois que

“(…) foram recorrentes os depoimentos contando casos de homens que caíram porque os vizinhos desconfiavam do comportamento de casais cujo homem varria a casa enquanto sua mulher saía para trabalhar, de homens que faziam feira, ou, ainda, que andavam para cima e para baixo com um bebê de colo”. (BACK, 2011, p. 26)

O dogmatismo, sectarismo de suas ideologias também eram fomentados pelo que vinha de referências máximas dos esquerdistas revolucionários daquele contexto: URSS, Cuba e China. Contextos políticos em que também existia um rigoroso controle dos corpos, perseguição, cerceamento e poderosa produção de discursos discriminatórios. Também por isso que, o “movimento das mulheres, por exemplo, não encontrou espaço para emergir em 68 e nem encontrou ao longo dos anos de luta armada”. (GABEIRA, 1979, p.53)

Por conta da disciplina e enrijecimento, exigidos pela militância revolucionária, os conflitos dos sujeitos, que pertenciam às organizações de esquerda, tinham que ser reprimidos; principalmente, aqueles que carregavam consigo desejos sexuais não normativos e impróprios, diante da “moral revolucionária”. Os que revelavam ou eram descobertos eram advertidos por seu comportamento “contrarrevolucionário”. Comportamento este que poderia resultar em condenação à exclusão e execução sumária.

Para corroborar tais comportamentos, foi exatamente nos EUA que, entre as décadas de 1960 e 1970, surgiram importantes mobilizações de mulheres, negros e homossexuais, que colocavam o corpo como centro de suas reivindicações. Tudo o que simbolizava ou era relacionado (política e culturalmente) aos EUA era combatido e

rejeitado pelas esquerdas, já que era o maior representante da exploração estrangeira e do imperialismo, naquele contexto sócio-político. A alienação referente às questões do corpo (“coisa de estrangeiro”) se relaciona também com estas motivações políticas e econômicas.

Essa separação e distanciamento das questões pessoais das questões políticas, foi algo vivenciado pelos militantes de esquerda naquele contexto, mas não discutido como algo relevante para o processo revolucionário. Um cotidiano em que parecia prevalecer a separação entre mente e corpo, no combate à ditadura militar, que também combatia os desvios no campo privado e desejava controlar os corpos dos cidadãos. Nos relatos de Álvaro Caldas, encontramos sua constatação:

-Ao transformar-se numa missão predestinada, que exigia sacrifícios e privações, a atividade política tendia a castrar os indivíduos. Teimosamente, esforçava-se para separar o político da vida, a vida da política. O sujeito político não podia aspirar à felicidade, ter filhos, possuir uma relação afetiva normal porque tudo isso poderia interferir em sua prática, significavam demonstração de fraqueza, de vacilação ideológica. Na dúvida, o ideológico segurava tudo, salvava a pátria. O dogmatismo e a concepção do Partido senhor-único-da-razão, que se acreditava terem sido sepultados ao final do difícil processo de luta interna no Partidão, estavam mais vivos do que nunca. A busca da pureza proletária reviveu para os jovens militantes da esquerda armada todos aqueles fantasmas. (CALDAS, 1981, p.190)

Este autor, que viveu o duro cotidiano da militância da esquerda armada, revela, nesta citação, a existência de “sacrifícios e privações”, que castravam os indivíduos cujas necessidades afetivas poderiam ser interpretadas como “fraqueza”, diante do que era a vida e a prioridade máxima: sua organização e a luta pela Revolução. Ou seja, o corpo do militante da esquerda armada, naquele contexto, necessitava ser (obrigatoriamente) militarizado, para que fosse exercida uma militância exemplar.

Herbert Daniel foi militante da esquerda armada, participando de inúmeras ações de guerrilha urbana, como assaltos a bancos e sequestro de dois embaixadores, sem nunca ter sido preso pelos Órgãos de repressão. O registro de memória do mesmo é bastante emblemático pelo fato de ser um homossexual, que teve de “anular” a sua sexualidade, em nome da luta pela Revolução, pois não havia compatibilidade naquele contexto, de assumir sua orientação sexual com a luta contra a ditadura.

Em *Passagem para o próximo sonho*, Herbert Daniel relata, em detalhes, suas dificuldades de conciliar sua militância revolucionária com desejos homoeróticos, tidos pelas esquerdas como “desvios de pequeno burguês”, inaceitáveis ao modelo de

revolucionário masculino difundido, naquele contexto de combate à ditadura. Por isso, seu registro de memória é destacado por abordar, de maneira testemunhal, não apenas sua importante militância revolucionária e clandestina, mas o que poucos de seus ex-companheiros de militância fizeram: falar sobre o lidar com a sexualidade (principalmente a desviante), reprimida e tida como “questão pessoal” que nada tem a ver com o processo revolucionário:

Meus problemas *pequeno-burgueses* me preocupavam como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno-burguesa”, para não dizer “reacionária”, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria “esquecer” minha sexualidade. (DANIEL, 1982, p.96)

Anos depois Herbert Daniel pôde admitir e falar abertamente sobre suas dificuldades e as marcas, que carregava no presente, deste período de delicada administração subjetiva, que “como bom revolucionário, deixei de lado minhas medíocres e disparatadas e pequenas e burguesas preocupações sexuais. Tinha um comportamento exemplar. Nenhuma relação homossexual obscureceu meus dias de militância”. (DANIEL, 1982, p.97)

Herbert Daniel em *Passagem para o próximo sonho*, é um dos únicos ex-militantes revolucionários que falam mais abertamente sobre a sexualidade, a sua própria. No sub-título, ele informa aos leitores sobre o que trata a sua abordagem incomum, sendo “um possível romance autocrítico sobre os exílios: do desterro na militância clandestina, do asilo europeu, do degredo na homossexualidade”.

Herbert Daniel acabou por introjetar exatamente a separação entre as questões do corpo e a urgência da militância política, excluindo o seu próprio das preocupações cotidianas:

O sexo *não* era uma grande preocupação política, achávamos. Militantes, tínhamos outros assuntos a abordar. Sexo era uma questão pessoal. E foi sempre assim. Como problema íntimo, só discuti tal matéria com amigos chegados. Ângelo, com quem discutia Freud e outras *questões paralelas* e pessoais, depois de uma noite inteira em que faláramos da (minha) homossexualidade chegou a uma dúvida definitiva: -Não sei como é que o materialismo histórico pode explicar a homossexualidade. (DANIEL, 1982, p.96)

Uma das principais referências, dos militantes revolucionários das esquerdas brasileiras naquele contexto, eram as figuras de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, ícones da Revolução Cubana de 1959¹²⁰, a qual também reprimiu homossexualidade e no que tudo o que se referia às questões de corpo e sexualidade. Essa revolução se baseava em preceitos morais tradicionais e preconceituosos. Em 2010, o ex-líder cubano, Fidel Castro, em uma entrevista, reconheceu a perseguição aos homossexuais: “Tínhamos então tantos problemas de vida ou morte que não prestamos a devida atenção ao assunto. Cometemos grandes injustiças! O maior responsável fui eu” (CARTA MAIOR, 2010)

Fidel Castro se refere aos acampamentos militares a que os homossexuais (homens e mulheres) eram enviados, para terem seus comportamentos “endireitados” e serem libertos desta “patologia social”. Além do limitado e advertido acesso ao sistema educacional.

Durante as décadas de 1960 e 1970, tanto a direita quanto a esquerda, baseavam-se em conceitos psiquiátricos e médicos da época, os quais se referiam à homossexualidade como anomalia, doença ou degeneração física e psíquica. Muitos militantes revolucionários acreditavam que era originária da decadência burguesa e que iria se extinguir com o advento de uma revolução socialista.

A opinião dos militantes das esquerdas (no contexto pesquisado) sobre homossexualidade, não difere muito do que achavam os militares ou os burgueses conservadores: “doença”, produto da “decadência burguesa”. Um tema tabu, nos anos de militância contra a ditadura militar, ao ponto de comunistas alinhados com o stalinismo sugerirem que os gays precisam ir para “campos de correção”. Ser revolucionário era também ser “macho”.

Os casos, como o de Herbert Daniel, geralmente geravam estranheza, marginalização, mas em alguns contextos pessoais, empatia e acolhimento, mesmo numa circunstância política de luta armada e de extrema rigidez ideológica. Pois

as atitudes variavam de tolerância benigna, ou até mesmo empatia, por parte de alguns, até a marginalização pela maioria, e, em um caso, até mesmo a

¹²⁰ Episódio que muito serviu de referência à mobilização esquerdista (principalmente os grupos que aderiam a luta armada) no Brasil a partir da década de 1960. Uma grande referência à resistência ao imperialismo norte-americano. A Revolução Cubana parecia apontar caminhos e esperança para a esquerda brasileira naquele contexto.

uma possível ameaça de morte. Como um todo, no entanto, a esquerda revolucionária considerava a homossexualidade um comportamento sexual “inapropriado” e inaceitável. (GREEN, 2012, p.61)

Por estes motivos, expostos por Green, os militantes que tinham um comportamento sexual desviante optavam pela angústia de anular/reprimir seus afetos. Uma opção tinha que ser feita, diante da ameaça de exclusão e marginalização dentro da organização clandestina, que necessitava de corpos militarizados que não dotados de comportamentos “inadequados” e “pequenos burgueses”. Isso ficou bem claro nos relatos de Herbert Daniel, que pode falar abertamente sobre seu contexto particular, apenas em dias de exílio. Mesmo assim enfrentando, preconceito de outros exilados.

Algo bastante inquietante: “Mas mesmo as organizações mais revolucionárias, aquelas que queriam mudar radicalmente a sociedade, surpreendiam pela rigidez calvinista do seu código moral”. (ZUENIR, 1988, p.37)

É importante reconhecer que os corpos dos militantes das esquerdas precisavam ser “enrijecidos” e disciplinados, para algo extremamente urgente e objetivo, que era luta contra a ditadura militar e pela revolução. Esta luta não era apenas no campo das ideias e da militância política. Os seus corpos estavam expostos e vulneráveis, o tempo todo, à possibilidade de prisão (seguida de tortura e morte), que era sempre uma realidade muito próxima.

A militarização do corpo dos militantes da esquerda armada pode ser constatada nas diferentes abordagens, nos registros de memória. Em Daniel (1982), veremos uma exposição explícita das dificuldades dos militantes, no campo dos afetos e da sexualidade, durante cotidiano de combate à ditadura. Já em Gorender (1987), não existiu nenhuma menção sobre qualquer aspecto subjetivo do próprio autor em seus dias de militância no PCBR, mencionando sempre as questões estatutárias e ideológicas, como suporte determinante na sustentação interna dos militantes, inclusive no enfrentamento da tortura.

Jacob Gorender foi um dos fundadores do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), junto com outros antigos militantes do PCB, que acabaram por abandonar este Partido por acreditarem que naquele contexto, a luta armada era o caminho mais viável para o enfrentamento da ditadura militar. Gorender originou-se de

uma formação tradicional e militarizada dos quadros do PCB, junto com Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Joaquim Câmara Ferreira, Maurício Grabois, etc.

Em nosso ver, este livro de “memórias” de Gorender apresenta claros reflexos de sua corporeidade, de sua formação militarizada e do rigor da disciplina estatutária, seguida à risca como militante comunista. Por este motivo, questões relacionadas ao campo subjetivo e política do corpo não teriam como fazer parte de seus relatos e reflexões. Os fatos relativos à militância são narrados de maneira eminentemente objetiva e social. Nada absolutamente sobre os aspectos comportamentais é apresentado, mesmo ao se referir ao terrível instante da tortura, o mesmo faz uma leitura superficial e objetiva.

O livro de Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, deixa claro seus objetivos, diante da memória que se refere aos dias de combate à ditadura militar, ao dizer que o mesmo “tem em vista os movimentos políticos atuantes em partidos, em correntes formais e informais, porém já com evidente coesão. Na medida do necessário, ao esclarecimento dos movimentos políticos é que se tratará da esquerda nos sindicatos e nos meios intelectuais (GORENDER, 1987, p.7). Após a leitura da apresentação, fica claro que o autor não trata de outras inquietações pertinentes à militância, tratará de temáticas eminentemente políticas e sociais. Prossegue o autor: “dada a experiência pessoal do autor, o livro possui certo coeficiente de memorialística. (...) Mas a memorialística constitui parte menor da obra, subordinada ao esclarecimento de fatos políticos impessoais” (GORENDER, 1987, p.7). O que o mesmo quer dizer com fatos políticos impessoais?

No capítulo intitulado *Violência do opressor*, ao fazer referência à resistência ao ato de tortura, Gorender explicita a importância da “moral revolucionária” e da disciplina estatutária como antídotos de resistência:

São mais aptos a resistir à tortura os militantes que interiorizaram a ideologia socialista e fizeram dela sua norma moral. A origem social não é variável decisiva. Mas a resistência à tortura também remonta à formação da personalidade, disposição psicológica e fatores situacionais. Doutra maneira não se compreenderia a firmeza de Apolônio de Carvalho diante dos algozes em contraste com a atitude de Jover Telles, operário que coroou seus trinta anos de militância comunista com a delação mais imunda. (GORENDER, 1987, p.230)

Desta vez, o autor corrobora a resistência à tortura, apresentando o exemplo do líder Carlos Marighella, que bravamente a enfrentou tortura, em 1936, e serviu como um exemplo de militante que internalizou a “moral revolucionária” fortalecedora:

Desde que me tornei militante do PCB, no remoto ano de 1942, ouvi e li centenas de narrativas sobre torturas. De comunistas brasileiros e estrangeiros. Vasta literatura em muitas línguas exalta os heróis vencedores da provação imposta pelo inimigo. Folhetos ensinam ao neófito o comportamento correto, quando chegar o seu dia. Com a autoridade de quem não se dobrou aos verdugos, durante a prisão em 1936, Marighella escreveu um desses folhetos, difundido nos anos 50: *Se Fores Preso, Camarada...O militante comunista interioriza a norma moral que deve fortalecê-lo diante da situação de tortura.* (GORENDER, 1987, p.215)

Observamos, nesta citação de Gorender, sua referência aos “folhetos que ensinam ao neófito o comportamento correto, quando chegar o seu dia”. Ele se refere à algo altamente subjetivo e imprevisível que é o comportamento de um militante diante das barbaridades impostas pelos torturadores.

Herbert Daniel, numa leitura memorialística bem distinta, expôs de maneira avassaladora as suas dificuldades, pelo fato de ter que reprimir sua sexualidade em detrimento da militância revolucionária. Daniel faz parte do comando nacional da VPR, participou de ações perigosas, como sequestro de embaixadores, e não havia possibilidade de conciliar sua identidade sexual com as ações de luta armada. Sabia que haveria resistência e repressão, por parte de seus companheiros de organização. Enfrentou, inclusive, a resistência dos mesmos, durante o seu exílio em Paris.

É importante mencionar que parte significativa dos livros de memória, referente à militância da esquerda armada, não aborda as dificuldades cotidianas dos indivíduos, como as questões do afeto e da sexualidade, consideradas questões que atrapalhavam o “processo revolucionário”. A exclusão destes temas nos faz concluir que os mesmos, que já eram tratados como desimportantes, continuaram a sê-lo, mesmo num momento de relato memorial.

Um caso bastante ilustrativo foi o de Iara Iavelberg, militante da esquerda armada e companheira de Carlos Lamarca¹²¹. A sua maneira de lidar com o seu corpo e sua sexualidade não era condizente os estatutos disciplinares de seu grupo. Por isso:

¹²¹ Importante referência da luta armada durante a ditadura militar. Destacou-se por desertar de seu posto de capitão do Exército brasileiro e participar ativamente de ações guerrilheiras, como seqüestros e expropriações. Morto em 1971, no sertão da Bahia, pela polícia política.

Agredia os valores da Organização. Não se enquadrava exatamente no que chamavam de “moral proletária”. Sexualmente continuava independentemente, não pedia licença a ninguém para amar. Dentro da VPR era uma mulher “comentada”, vaidosa e transeira, segundo os ortodoxos padrões morais pertinentes. (EMILIANO; MIRANDA, 1980, p.58)

O seu relacionamento com Carlos Lamarca tornou-se uma preocupação para a Organização da qual faziam parte. Mais uma vez, a surge a preocupação com a moral e a imagem da esquerda:

Mais tarde enfrentariam ainda outro problema: a moral da Organização. Quando se apaixonaram muita gente chiou. A repressão logo saberia e, além de “traidor” do Exército, Lamarca passaria a ter “amantes”. Isso poderia não ser bom para a imagem de um dos principais nomes da esquerda brasileira. (EMILIANO; MIRANDA, 1980, p. 58)

A militância feminina também foi questão geradora de inquietações, pois colocava em xeque as questões de gênero bem no centro da militância revolucionária. O comportamento machista comum, naquele contexto sócio-histórico, também estava presente na relação entre homens e mulheres que compunham a luta armada entre os anos 1960 e 1970. Daí a importância dos relatos de memória de mulheres que fizeram parte de organizações clandestinas revolucionárias, como o de Yeda Botelho Salles (extraído artigo intitulado “Balanço e Perspectiva – 1968: os que não se esqueceram, os que não se arrependeram”) contido no livro *Mulheres que foram à luta armada*:

(...)Para nós, mulheres, a militância era uma faca de dois gumes: era uma forma de afirmação social e era também uma vivência de confusão entre a recusa à dominação e o reconhecimento das diferenças. A tentativa de uma troca igual quase sempre dava em uma troca desigual. Chamávamos nossos namorados de companheiros e essa palavra significava tudo que desejávamos. Mesmo que nem nós, mulheres, nem eles, homens, tivéssemos, conseguido realizar o companheirismo e muitas frustrações tivessem se acumulado. (MAKLOUF, 1998,p.173)

Nesta citação, percebe-se que até haviam tentativas de companheirismos, mas que esbarravam na prática cotidiana fomentada pela cultura machista, que acabam em idealizações e frustrações. Isto estava presente nas vivências dos aparelhos clandestinos e na divisão das tarefas revolucionárias. E claramente não havia contexto propício para discutir-se questões de gênero, no cotidiano de rigidez política e ideológica.

Possivelmente, por este motivo, as esquerdas não aderiram às bandeiras levantadas pela insurreição de maio de 68, na França, que trazia questionamento ao controle dos corpos, discussão de gênero, da sexualidade, do saber e do comportamento de modo geral. As esquerdas não os viam como politicamente importantes, pois muitos

até consideravam como uma “luta menor”, ou até “coisas do imperialismo”, como muitos viam o rock, os Beatles, por exemplo.

Aqui no Brasil, o campo cultural e musical refletia a inquietação política do contexto, pois o movimento tropicalista protagonizado por Caetano Veloso e Gilberto Gil, também foi importante referência à transgressão estética, em fins da década de 1960 e começo da de 1970. Estava presente em sua arte a adesão às referências libertárias do movimento de maio de 1968 (em Paris), pois Caetano Veloso cantava o verso “É proibido proibir”.

As particularidades da presença de mulheres, nos grupos de guerrilha urbana/rural, que combateram a ditadura militar, também são trazidas em obras que tratam do assunto específico, como *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf Carvalho e/ou em inúmeras obras testemunhais e de memória de ex militantes, que acabam por corroborar a delicadeza do tema no cotidiano das organizações de esquerda daquele contexto:

No meio do tiroteio interno – marca registrada de todas as organizações da época – havia tempo para levar muito a sério determinadas questões sexuais. Na VAR-Palmares, por exemplo, houve um “inquérito” para apurar (e possivelmente punir) comportamento que não se coadunava com o que se entendia por “moral revolucionária”. (CARVALHO, 1998, p.136)

Esta “dificuldade” não era relacionada apenas ao machismo, mas às políticas do corpo de modo geral. Não pertencia à direita “burguesa” ou à esquerda “revolucionária”. Era uma dificuldade de toda a sociedade e originária em toda a história brasileira de construção dos papéis masculinos e femininos. No que se refere às normatividades, dispositivos e enquadramentos corporais, estavam todos vulneráveis, mesmo aqueles que questionavam o sistema econômico injusto ou lutavam contra uma ditadura militar.

Os episódios do cotidiano da vida clandestina de militantes da esquerda armada, mostram que nem sempre foi possível “manter sob controle” os afetos e a sexualidade. Muitas vezes, a sexualidade como força disruptiva escapa à moralização, proibição, estatutos, ordens e o processo de militarização dos corpos destes militantes. E quando existiam episódios de “descontrole” era preciso que a direção da organização se reuni-se para punir aqueles que deixaram se levar por algo que “atrapalhasse” o cotidiano de militância contra a ditadura.

No livro *Mulheres que foram à luta armada* (1998), Luiz Maklouf Carvalho conta a história da militante ‘Chica’, que dentre várias tarefas que a organização lhe atribuiu, fazia parte cumprir a “fachada” de casal com o também militante ‘Espinosa’, morando num apartamento, no Rio de Janeiro. Estes dois militantes passavam o dia em ações e tarefas da organização e a noite retornavam para o *aparelho*:

Dormiam – ela e Espinosa – em duas camas de solteiro, uma ao lado da outra, no quatinho apertado do aparelho. No sexto dia, o desejo explodiu. Amaram-se até de manhã, e acordaram, ambos, com a consciência pesadíssima pelo “descontrole”. Mais do que sentimento de trair a revolução, tratava-se, na verdade, da traição ao companheiro de Chica, codinome Marcos, igualmente revolucionário. Espinosa jura que Chica omitiu-lhe o detalhe crucial. (CARVALHO, 1998, p.124)

Este citado “descontrole” dos mencionados militantes é exatamente uma dimensão que foi necessária tentar controlar e militarizar. Ou seja, excluir da militância os aspectos humanos e, especificamente os relacionados à afetividade e à sexualidade. Os militantes da esquerda armada precisavam extirpar sua subjetividade, para conseguir um cotidiano de guerrilheiro urbano, combatente da ditadura militar.

Em *A resistência da mulher à ditadura militar*, de Ana Maria Colling, vamos encontrar mais um importante trabalho sobre o tema, com depoimentos de ex-militantes, fartos de informações relevantes no que tange à política do corpo e subjetividade no cotidiano de luta armada. A autora colheu depoimento de militantes como Simone, que revelou que

a vida da organização e as condições da militância geravam uma tendência ao acasalamento. Apesar do esforço em disciplinar as redes amorosas, isto não acontecia na realidade porque, segundo ela “não tem nenhuma circunstância da vida que possa, realmente, bloquear linguagem erótica entre as pessoas”. No seu caso particular, apaixonou-se rapidamente por um companheiro. (COLLING, 1997, p.63)

A ex-militante Simone revela que o contexto da vida cotidiana, de quem estava envolvido com organizações clandestinas, propiciava inevitável aproximação entre homens e mulheres que militavam, mesmo com um esforço mútuo para disciplinar os afetos. Ela revela que com a “com a própria situação de clandestinidade, laços de solidariedade muito grandes; isso, associado à atração sexual, que não pára nunca, criava vínculos muito fortes muito poderosos.” (COLLING, 1997, p.63)

Conforme o depoimento de mulheres ex-militantes, existia de fato uma tentativa de assexualização, para não atrapalhar a disciplina cotidiana e também por conta da condição de mulher, que para serem consideradas militantes tinham negar sua própria natureza sexual. Mas, conforme as entrevistadas por Colling (1997), nem sempre era possível ser assexuada em nome da disciplina estatutária das organizações de esquerda, pois como “o erotismo e afetividade compõe a condição humana, é impossível discipliná-los, em que pese ao esforço feito pelas organizações. Todas as mulheres entrevistadas estabeleceram relações amorosas com companheiros militante”. (COLLING, 1997, p.71)

Em meio à tentativa de adestramento e militarização do corpo, para servir à militância de combate à ditadura, existia o enorme desafio em como lidar com o momento de dor corporal extrema e aguda, no instante da tortura. Observamos que a discussão ficava limitada às questões ideológicas e estatutárias, pois havia uma diferença de orientação entre as organizações. Algumas tinham como regra o suicídio, a partir do momento da prisão, e outras tinham a resistência à tortura sem delação, pelo fato da vida do militante pertencer à revolução. O depoimento da ex-militante *Nancy* nos faz refletir sobre:

Havia uma angústia em como seria meu comportamento diante da tortura. Uma angústia de todos nós: teríamos nível ideológico para poder resistir? A VPR, por exemplo, aconselhava o uso de cianureto no momento da queda. O PCBR não. A recomendação era agüentar a tortura e ainda sair vivo, porque nossa vida pertencia à revolução. Havia leituras com esse objetivo, como *O Incêndio do Reichstag*. A realidade mostrou, logo, que a tortura no Brasil atingiu um nível de violência e de sofisticação que não permitia critérios tão rígidos. No cerco do aparelho, quando eu reagi atirando, essa questão pesou muito. Mesmo não tendo treinamento militar, mesmo não sabendo atirar, a idéia de me entregar era inconcebível. (CARVALHO, 1998, p.360)

Este trabalho de Carvalho (1998), mesmo tendo relevância, ao falar da presença das mulheres na luta armada, deixou a desejar, no que refere às questões do campo subjetivo. Muito pouco foi explorado. Principalmente a especificidade do lugar da mulher, num espaço político tradicionalmente machista, e que, por isso, as questões relacionadas à política do corpo, gênero e sexualidade poderiam render mais informações e aprofundamento do tema.

As mulheres, que optaram por aderir à luta armada e mergulhar na vida clandestina, enfrentavam obstáculos culturais e tradicionais fortíssimos. Além das

dificuldades no que tange a política do corpo e gênero enfrentados pela esquerda, tinham de lidar com a visão extremamente pejorativa dos Órgãos de repressão, a seu respeito. As mulheres militantes não eram vistas como sujeitos políticos que fizeram escolhas:

Os pedidos de busca e apreensão, as solicitações de prisões e os pedidos de acompanhamento de sujeitos de subversão, por parte da repressão militar, são, na maioria das vezes, sobre sujeitos políticos homens. As mulheres não são consideradas sujeitos porque são esposas, filhas e amantes de homens procurados. Elas não têm vontade própria. Isso não causa estranheza, já que a mulher militante, a mulher “subversiva”, é um desvio de mulher para a repressão, é aquela que rompe com os padrões tradicionais e que está na militância por outros motivos que não a política; por exemplo, à procura de homens. Ela será sempre aquela que não foi bem educada pela família ou aquela que é mal-amada. (COLLING, 1997, p.96)

Eram consideradas “putas comunistas”, pelo fato serem consideradas “desviantes”, que ousaram invadir um espaço tradicionalmente masculino. Seriam maltratadas duas vezes, nas sessões de tortura: uma por ser mulher, e outra, por sere “subversiva”. Por isso, existia sempre a possibilidade da tortura sexual, do estupro, pois o objetivo era marcá-las em seu ponto nevrálgico. A tortura sexual tinha uma conotação menos agressiva com militantes do sexo masculino.

As ideias revolucionárias não eram suficientes para atingir questões de ordem subjetiva e da política dos corpos. São questões micropolíticas, que exigem quebra de padrão de comportamento e outra relação com tudo que tange o sentir e a sensibilidade dos corpos.

Durante o exílio em Paris, Herbert Daniel teve liberdade para poder fomentar a discussão sobre a relação das esquerdas com as questões do corpo, e no seu caso específico, com a homossexualidade. Ele continuou a enfrentar grandes resistências e preconceitos de colegas (também exilados), pois, nesta citação, fala como os incitou-os com tema:

Falei durante o debate da “minha” homossexualidade porque achava um absurdo que a esquerda continue a falar da homossexualidade dos *outros*: seja para dar “direitos” (forma de caridade); seja, o que é duro, mas ainda existe, para recusar esses “direitos”. Falei da minha sexualidade como acho que a esquerda tem que falar da *sua* homossexualidade. Até quando se pretende ignorar que ao se recusar discutir a sexualidade alheia sempre se está falando da própria sexualidade? (DANIEL, 1982, p.21)

Mesmo no período conhecido como “abertura política”, muitos militantes esquerdistas viam com desdém o feminismo, por exemplo. Nas inúmeras publicações de

memórias de ex-militantes, sobre suas histórias no combate à ditadura militar, pouco se fala sobre a sexualidade e os corpos, naquele contexto de vivências em aparelhos, ações guerrilheiras, etc. A omissão a este tema, no que se refere à este contexto, não é mera coincidência. Os que levantavam estes temas eram considerados como “pequenos burgueses”, que queriam trazer temas inoportunos para a construção do processo revolucionário socialista.

A relação entre os militantes da esquerda armada era comumente formal (conforme depoimentos) e desprovida de expressões de afetividade, pois o contexto exigia este “distanciamento” na prática cotidiana fomentada pela intensa possibilidade de prisão, tortura e morte. Em algumas circunstâncias, os afetos escapavam ao controle e ao enrijecimento.

Alfredo Sirkis, em *Os Carbonários*, narra o instante em que conheceu o famoso capitão Lamarca, que já tinha a imagem estereotipada registrada de um homem duro, frio e intransigente, mas o mesmo diz que “sua atitude me surpreendeu um pouco. Em geral, tínhamos virados secos e frios com os companheiros e o calor do Paulista me deixou sensibilizado”. (SIRKIS, p.277)

Sirkis prossegue com uma descrição mais detalhada sobre o que conheceu do lendário capitão Lamarca, que naquele instante era o comandante do sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher:

Antes de conhecê-lo, eu imaginava um militar durão, áspero, de muitos colhões e pouca sensibilidade humana e política, do mesmo gênero que a maioria dos outros ex-militantes da organização que eu conhecera. Pintou um sujeito afável, com a humanidade à flor da pele. Era incapaz de esconder o que ia por dentro. No rosto liam-se todos os seus sentimentos. Nunca desrespeitava ou sacaneava um companheiro e tratava todos com carinho. Sua visão de esquerda, da luta revolucionária, da Revolução, com erre maiúsculo, com que sonhava, era idílica. Sofrera, na sua curta militância, todos os golpes e jogadas possíveis dos pequenos aparatos orgânicos leninistas. (SIRKIS, 1998, p.313)

Observamos, nesta citação, que Sirkis reconhece um capitão Lamarca repleto de qualidades “humanas”, “diferente da maioria dos outros militantes”. O que naquele contexto, para o próprio Sirkis, era algo inconcebível. Por todas as ações de autoria do capitão Lamarca, só se podia conjecturar um sujeito sem “sensibilidades” humanas e por isso suas atitudes acabaram por chamar a atenção do jovem militante Sirkis. No que se refere ao processo de desmistificação, também foi registrado por Sirkis o momento

em que o embaixador Giovanni Enrico Bucher despede-se do grupo com a seguinte constatação: “depois de todas essas aventuras, acho que vou até ficar com saudades de vocês. Engraçado, a imagem que tinha dos guerrilheiros urbanos era de pessoas mais duras. Pensei também que tivessem barba, cabeleiras afros e fumassem maconha o tempo todo”. (SIRKIS, 1998, p.341)

A vida de clandestinidade e de muitos dias sem poder sair do *aparelho* eram causadores de muito desgaste físico/psíquico. Foi o caso de Sirkis (que utilizava codinome *Felipe*), em que o próprio capitão Lamarca defendeu (mesmo havendo veto de outros companheiros), em reunião, sua rápida saída com o objetivo de espairar um pouco do ambiente recluso e militarizado:

A minha posição é deixar o Felipe sair. Todos nós estamos circulando, só ele está fechado. É muito desgastante, sei como é, porque fico fechado há muitos meses. Vivi fechado em quartel, agora vivo fechado em aparelho. É justo o companheiro ver o mar, se isso lhe faz bem psicologicamente. (SIRKIS, 1998, p.327)

Os presos políticos, que ficaram confinados por muito tempo, tinham questões relacionadas à política do corpo para resolver. Eram homens e mulheres adultos, dotados de afetividade e sexualidade cotidiana, que nas prisões políticas foram radicalmente impedidos de acesso ao que conhecemos como *visita íntima*. Esses presos políticos tinham imensos impasses a resolver, diante de suas próprias inibições e suas formações políticas, que constantemente conflitavam com os seus desejos sexuais mais urgentes. Vejamos:

No princípio, nos primeiros meses de convivência no Regimento Sampaio, os problemas sexuais foram tratados com timidez e disfarce, resolvidos em silêncio e solitariamente. A imaginação saía com maior liberdade à noite, depois que se deitava a cabeça no travesseiro. Em lugar do sono que não vinha desfilavam todas as mulheres algum dia desejadas, você podia escolher, pegar até a Jeanne Moreau se quisesse. Essas fantasias iam se refletir nos sonhos agitados, as camas de ferro enferrujado tremiam durante a noite e de manhã eu acordava com as manchas transparentes do esperma na cueca e no lençol, e ainda ficava alguns instantes com o olhar perdido, tentando reconstituir as melhores cenas do orgasmo obtido oniricamente. (CALDAS, 1981, p.172)

Nesta citação, Álvaro Caldas expressa abertamente como ele próprio tinha que lidar com suas privações sexuais, através da prática masturbatória constrangedora, diante de uma cela com vários outros presos e sem a devida privacidade. Mas, observemos: o autor declara que os problemas sexuais foram tratados com “disfarce e timidez” pelo coletivo, o que nos revela à dificuldades existentes nos militantes, no que

diz respeito às questões de sexualidade e relacionadas à política do corpo, naquele contexto específico. O próprio revela o problema de consciência, com a prática da masturbação, quando diz que a “masturbação envergonhada, com o pé de meia, ou nas idas noturnas ao banheiro, fazendo de conta que se lavava uma camisa, aproximavam a vida carcerária do tempo de internato, dos delicados problemas de consciência enfrentados ao praticar o pecado da masturbação”. (CALDAS, 1981, p.173)

Pelo fato de as dificuldades sexuais serem coletivas, e assumidas coletivamente, o grupo de presos, ao qual Álvaro Caldas pertencia, resolveram “institucionalizar” a masturbação. Pois foram

necessários alguns meses de convivência para que a obsessão sexual saísse da clandestinidade, deixasse o campo disfarçado em que se encontrava para ser legitimamente reconhecida. Resolvemos então legalizar e institucionalizar a masturbação, que evidentemente não era obrigatória. A primeira providência foi colocar no banheiro, que não tinha porta, uma cortina improvisada, uma velha toalha de plástico de florzinhas azuis, que até então servia para forrar a mesa na hora das refeições. (CALDAS, 1981, p.174)

A mesma desenvoltura que os militantes tinham com a questão política não era a mesma com as questões relacionadas à sexualidade, pois as questões relacionadas à política no corpo não tinham como fazer parte da pauta “revolucionária” daquele contexto. Isto fica visível nesta citação, em que o grupo expressa imenso constrangimento ao lidar com a masturbação no cotidiano de cárcere.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, tivemos a oportunidade de estabelecer uma discussão bem ampla sobre a produção dos discursos e representações dos corpos, concebidos durante os anos de recrudescimento do regime militar, exatamente o tempo de vigência do AI-5.

Tivemos acesso à importante documentação que nos demonstrou a presença de elementos simbólicos, tantos nos pareceres quanto nos discursos dos censores, que, em nosso olhar, eram sujeitos sociais, que agiam e produziam saberes, conforme as particularidades daquele contexto político, complexo e autoritário.

Ao analisarmos os teores simbólicos, contidos nos pareceres produzidos por censores, que de vigilância da Ditadura militar, concluímos que o discurso sobre os corpos não eram expressões neutras ou meras recomendações institucionais. Esses discursos eram construções (naquele contexto, cristalizadas e naturalizadas) baseadas em estereótipos, fomentados pela cultura e tradição de um país (suas origens históricas, escravocratas e autoritárias).

No primeiro capítulo, conseguimos estabelecer uma discussão sobre o corpo político e histórico dos anos 1960, que estava entre uma ditadura militar e uma poderosa revolução de costumes.

Reconhecemos as importantes descobertas e caminhos que foram estabelecidos, a partir de fins do século XIX, com as observações de Sigmund Freud sobre as históricas, reconhecendo o componente psíquico nas manifestações corporais daquelas mulheres originárias da Era Vitoriana.

Para chegarmos aos anos 1960, foi necessário o reconhecimento de observações concebidas pela fenomenologia de Merleau-Ponty, principalmente em *Fenomenologia da Percepção* (1994). Até chegarmos ao reconhecimento das dimensões políticas e históricas do corpo com Foucault.

A partir daí, vimos a chegada de uma ditadura militar e de uma sociedade conservadora que tentou barrar, a qualquer custo, os processos de libertação dos movimentos dos corpos, pois ficou evidente que não apenas a repressão política importava para estabelecimento do regime, mas também a repressão moral, na qual o corpo era o seu centro.

No segundo capítulo foi possível analisar um bom número de pareceres dos órgãos de censura e repressão, como também importantes matérias originárias da revista *Veja*, letras de músicas e livros que foram censurados.

Conseguimos esmiuçar os teores ideológicos dos discursos, presentes nos pareceres, os quais deixaram evidente que a vontade de reprimir os corpos desviantes não foi mero capricho dos militares, mas resultante de um desejo de toda uma parcela da sociedade conservadora daquele contexto, que via na ditadura oportunidade de ver seus valores autoritários sendo efetivados.

Para atingirmos este objetivo, foi muito importante o acesso aos pareceres disponíveis no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) e outros já digitalizados e disponíveis aos pesquisadores, no site do GEDM (Grupo de Estudo sobre ditadura militar). Foi necessário olhá-los e interpretá-los sob a luz de nosso referencial teórico, que fomentou o reconhecimento das dimensões políticas, históricas e subjetivas da dinâmica da relação entre corpo e poder.

Através destes pareceres, percebemos que a repressão moral foi concomitante com a repressão política, a partir da existência do AI-5. O corpo era o alvo das preocupações morais, por isso era preciso domá-lo e domesticá-lo para que estivesse conforme à moral e aos bons costumes, defendidos pelos militares.

Vimos, nos pareceres, como os corpos considerados desviantes eram apontados e estigmatizados, diante dos valores morais, que prevaleciam naquele contexto histórico específico.

Conseguimos contextualizar o lugar de sujeitos históricos dos censores, como produtores de discursos que carregavam importante camada simbólica, originária do senso comum e dos estigmas, construídos por estereótipos, que foram se naturalizando e se cristalizando nos hábitos, olhares e linguagem do brasileiro comum, no que se refere ao corpo e à sexualidade. O discurso presente nos pareceres, que apresentavam palavras condenatórias e cerceadoras, pode ser desconstruído, visto que também, em regimes ditatoriais, verdades precisam ser construídas e disseminadas, para que os valores vigentes se cristalizem e se naturalizem.

Conseguimos perceber as motivações que fomentavam os estigmas, os quais eram construídos sobre os corpos desviantes, permanentemente associados à

“subversão” e ao “perigo comunista”, que assolava os anos 1970, no Brasil. O corpo conforme os ditames da defesa da moral e dos bons costumes, não poderia ser feminino, homossexual, pobre e negro. Sempre que despontava uma preocupação com o corpo desviante, logo eram apontados e exibidos os devidos estigmas e clichês a esses corpos.

Matérias da revista *Veja* foram esclarecedoras, pois nos mostraram uma importante carga temporal e o olhar autoritário e conservador sobre os corpos, intrínsecos à sociedade brasileira dos anos 1970. Este olhar repressor estava presente nas matérias sobre o escândalo causado pelos corpos desviantes, nos meios de comunicação, nos livros e na música.

Ainda no segundo capítulo, conseguimos apresentar, através, principalmente, dos livros de memória de ex-militantes, a relação da esquerda, dos anos 1960 e 1970, com as questões relacionadas ao corpo. Apresentamos variados olhares e singulares registros da relação com o corpo, daqueles que ousaram combater a ditadura militar, através da luta armada e clandestina. Observamos, nos relatos presentes nestas obras, a necessidade da militarização do corpo, para a construção do sujeito militante, que conseguisse efetivar ações armadas, resistir à tortura e entregar sua vida pela revolução.

No terceiro capítulo conseguimos demonstrar como a tortura foi utilizada pela política de Estado concebida pela ditadura militar e como o AI-5 serviu de respaldo para a intervenção direta sobre os corpos rebelados, de militantes que enfrentavam o regime.

Também foi através dos relatos, presentes nos livros de memória de ex-militantes, sobreviventes, que passaram pela terrificante experiência da tortura, que pudemos produzir uma discussão sobre a utilização desta, não apenas como um castigo físico mas também como a tentativa, da ditadura militar em destruir os corpos dos que quem ousaram enfrentá-la.

Foi necessário que o regime ditatorial deixasse nos corpos sua marca punitiva e destruí-se, absolutamente, aqueles considerados de altíssima periculosidade ideológica, naquele contexto. Uma clara demonstração disso, foram as mortes seguidas de esquartejamento dos corpos, que comprovam: não bastavam apenas prender e torturar, para eliminar a circulação das ideias “subversivas”. Era necessário destruir e aniquilar, por completo, todas as partes dos corpos dos militantes da esquerda (armada ou pacifista como o caso dos militantes do PCB).

Concluimos, afirmando que a tortura e a repressão aos corpos não foram invenções criadas pela ditadura militar. Ambas fazem parte integrante da constituição social do Brasil, e o regime militar apenas recrudescer o desejo das parcelas conservadoras, que tanto lhes apoiava; já que o AI-5 propiciou todo o cenário de terrorismo de Estado e de suspensão dos direitos civis, de qualquer cidadão.

Por fim, nesta dissertação, o corpo foi o *locus* que nos fez perceber, analisar e contextualizar a sociedade brasileira dos anos 1960 e 1970.

Conseguimos trazer para o debate o corpo, que estava entre uma impressionante e radical revolução de costumes e uma ditadura militar, que foi recrudescendo, com suas ferramentas de repressão política e moral.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes:

Ato Institucional nº5 de 13 de dezembro de 1968 Na íntegra: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm> Acesso em 15 de setembro de 2015.

Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de Janeiro de 1970 na íntegra:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm> Acesso em 15 de setembro de 2015.

Revista *Veja*. Edição 65. 3-12.1969. p.18.

Revista *Veja*. 10.12.1969 Edição 66. p.23.

Revista *Veja*. Edição 158. 15.09.1971. p. 72.

Revista *Veja*: edição de 29.12.1976. pág. 82.

Revista *Veja*. Edição 295. 1.05.1974.

Revista *Veja*. Edição 1576. 9.12.1998.

Revista *Veja*: 18.11.1992 Edição 1262.

Jornal *Voz Operária* – 06.02.1954. p. 5.Artigo 25.

Jornal *Voz Operária*: 10.07.1954. p.4.

Jornal *Voz Operária*. 10.04.54, p. 1. Suplemento.

Jornal *Lampião da Esquina*. Ano 2/nº18, Rio de Janeiro, novembro de 1979. Entrevista com Fernando Gabeira.

Sites:

BACK, Lilian. **A vanguarda revolucionária tem dois sexos: gênero e moral nas esquerdas armadas brasileira e argentina: os casos da ALN e do PRT-ERP.** nº 52011. p. 12 – 39. Disponível em http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/1.perseu7.back_.pdf

ÉBOLI, Evandro. **Presa na ditadura foi mais torturada por se homossexual.** Jornal O Globo. 25 de Abril de 2015. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/presa-na-ditadura-foi-mais-torturada-por-ser-homossexual-15978850>> acesso em 26 de abril de 2015.

FERNANDES, Anna Cláudia Bueno. **O ataque ao corpo durante a Ditadura Militar brasileira.** 2011. Acesso em 20 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I_Jornada_Ditaduras_e_Direitos_Humanos_Ebook.pdf>

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Revista Brasileira de História. Vol. 24. No 47. São Paulo: 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003> Acesso em 10 dez. 2014.

_____. **“Prezada Censura”:** cartas ao regime militar. Revista de História *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, PP. 251-286. Acesso em 01 de fevereiro 2015. Disponível em <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a11.pdf>

FILHO, Kleber Prado; Trisotto, Sabrina. **O corpo problematizado de uma perspectiva histórico-política.** 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a13.pdf>>Acesso em 15 set. 2014.

GREEN, James. **“Quem é o macho que quer me matar?”: homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos 1960 e 1970.** Revista Anistia. P. 58-93. 2013. Brasília. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/2013revistaanistia08.pdf>> Acesso em 23 de abril de 2015.

LAZZARINI, Eliana Rigotto & VIANA, Terezinha de Camargo. **O corpo em Psicanálise.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Maio 2006, Vol. 22 n. 2, PP. 241-250. Disponível em >http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200014 <Acesso em 20 de maio de 2015.

MAZIERO, Ellen Karin Dainese. **Carnaval e moralidade durante a ditadura militar (1965-1969).** XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Disponível

em:

<

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1441918121_ARQUIVO_Anais_EllenMaziero_ANPUH.pdf> Acesso em 11 de fevereiro de 2016.

MARTINS, William. **Produzindo no Escuro: políticas para indústria cinematográfica e papel da censura (1964-1988)**. Anpuh – XXIII Simpósio Nacional de História, 2005. Acesso: 03 de abril de 2015. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1053.pdf>>

REVISTA CARTA MAIOR. **Fidel e a discriminação a homossexuais na revolução cubana**. 10, 09. 2010. Acesso em 22 de dezembro de 2015. Hideyo Saito. Disponível em : <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Fidel-e-a-discriminacao-a-homossexuais-na-revolucao-cubana/6/16168>

<<http://oglobo.globo.com/rio/dez-crimes-que-chocaram-rio-de-janeiro-17845895>>
Acesso em 22/10/2015.

< <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/tornado-black-e-musical>> Acesso em 25/07/2015.

<www.tropicalia.com.br> Acesso em 05/12/2015.

<www.censuralmusical.com> Acesso em 12/06/2015.

<<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/acervos.php?page=3>> Acesso em 15/03/2015.

< <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/>> Acesso em 23/01/2016

Monografias e Dissertações:

DOBERSTEIN, Juliano Martins. **As duas censuras do regime militar: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

VIEIRA, Nayara da Silva. **Entre o imoral e o subversivo: a divisão de censura de diversões públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979)**. Dissertação de mestrado em História Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BIBLIOGRAFIA:

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção: Homo Sacer II**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AMATI, Silvia. **Contribuições psicanalíticas ao conhecimento dos efeitos da violência institucionalizada**. In: Riquelme, Horácio (org.). Era de Névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina. Tradução de Rosângela Dantas. São Paulo: Educ, 1993.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Tortura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de José Rubens Siqueira São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

ARAÚJO, Paulo Cesar. **Eu não sou cachorro não: música popular e cafona e ditadura militar**. Record: Rio de Janeiro, 2002.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **O poder do simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**; v. 1. Brasília. 2014.

BUZAID, Alfredo. **Em defesa da moral e dos bons costumes**. Brasília: Departamento Nacional, 1970.

CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

CALDERON, Hugo; BECKER, David. **Traumatizações extremas, processos de reparação social, crise política.** In: RIQUELME, Horácio (org.). Era de Névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina. Tradução de Rosângela Dantas. São Paulo: Educ. 1993.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **O corpo na cotidianidade de diferentes culturas: contribuições das ciências sociais para uma reflexão fenomenológica.** In: Dagmar Silva Pinto de Castro; Josefina Daniel Piccino; Rui de Souza Josgrilberg; Tommy Akira Goto (Orgs.) Corpo e Existência. São Paulo: Editora Umesp, 2003.

CAPALBO, Creusa. **Corpo e existência na filosofia de Maurice Merleau-Ponty.** In: Dagmar Silva Pinto de Castro; Josefina Daniel Piccino; Rui de Souza Josgrilberg; Tommy Akira Goto (Orgs.) Corpo e Existência. São Paulo: Editora Umesp, 2003a.

CAPALBO, C. **Fenomenologia e Ciências Humanas: uma nova dimensão em Antropologia, História e Psicanálise.** São Paulo: Ideias & Letras, 2003b.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada.** São Paulo: Editora Globo, 1998.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar.** São Paulo: Moderna. 1994.

COLLING, Ana Maria, **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

CORBIN, A.; Courtine, J.; VIGARELLO, Georges. **História do corpo: As mutações do olhar. O século XX.** Vol. III. Tradução de Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault.** Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

COWAN, Benjamin. **Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar.** In: GREEN, James.; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014.

DANIEL, Herbert. **Meu corpo daria um romance.** Rio de Janeiro: Codecri, 1984.

_____. **Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico.** Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

D'ÁRAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glácio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

FERNANDES, Marisa. **Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade.** In: GREEN, James.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.* São Carlos: Edufscar, 2014.

FERNANDES, Maria Helena. **Corpo.** São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.

FICO, CARLOS. **Prefácio.** In: Green, James.; Quinalha, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.* São Carlos: Edufscar, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **A microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Edições Graal, 2006.

_____. **História da sexualidade: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009. v. 1.

_____. **Arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____; ROUANET, Sergio Paulo; MERQUIOR, José Guilherme; ESCOBAR, Carlos Henrique de. **O homem e o discurso: A arqueologia de Michel Foucault.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

FREIRE, Roberto. **Soma: uma terapia anarquista. A alma é o corpo.** Vol. I. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. In: Sigmund Freud, Edição *standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de José Otávio de Aguiar Abreu e Christiano Monteiro Oiticica. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1930)

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

_____. **O crepúsculo do macho**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

_____. **Entradas e bandeiras**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

GINZBURG, Jaime. **Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós**. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Márcia. *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos, 2004.

GOLDEBERG, A. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GREEN, James N. **O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura**. In: GREEN, James.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2014.

GREGOLIN, Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HITE, Shere. **O Relatório Hite**: Um profundo estudo sobre a sexualidade feminina. Tradução de Ana Cristina César. São Paulo: Difel, 1979.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. Ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JENSEN, Soren Buus; AGGER, Inger. **A potência humilhada: tortura sexual de presos políticos de sexo masculino. Estratégias de destruição da potência do homem**. In: RIQUELME, Horácio (org.). Era de Névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina. Tradução de Rosângela Dantas. São Paulo: Educ, 1993.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. São Paulo: Global Editora, 1980.

LAPLANCHE, J & PONTALIS, J.B. **Vocabulário da Psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

KEHL, Maria Rita. **Três perguntas sobre o corpo torturado**. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Márcia. O corpo torturado. Porto Alegre: Escritos, 2004.

KEIL, Ivete. **Nas rodas do tempo**. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Márcia. O corpo torturado. Porto Alegre: Escritos, 2004.

KOLKER, Tânia. **Tortura e impunidade**: danos psicológicos e efeitos de subjetivação. In: COORDENAÇÃO GERAL DE COMBATE À TORTURA. (Org.). Tortura. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução de Álvaro Cabral. Guanabara: Rio de Janeiro, 1975.

MARIGHELLA, Carlos, **Minimanual do guerrilheiro urbano**, 1969. Fundo Geraldo Mathias, pasta ALN. Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas.

MENDES, C. L. **O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo.** Revista de Ciências Humanas. Florianópolis EDFSC, n. 39, p. 167-181, abr 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O PCB e a Moral Comunista.** Belo Horizonte:UFMG, 1996.

MOURÃO, Janne Calhau. **Só nos resta a escolha de Sofia?** In: COORDENAÇÃO GERAL DE COMBATE À TORTURA. (Org.). Tortura. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **A construção de si: uma narrativa em torno da experiência da AIDS.** Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, 1998. 157-166.

PEREIRA, Maria Lígia Leite. **Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias.** História Oral, v. 3, n. 2, p. 117-127. 2000.

PRADO FILHO, K; TRISOTTO, S. **O corpo problematizado de uma perspectiva histórico-política.** Maringá: Psicologia em Estudo, v. 13, n. 1. 2008.

PRESTES, Maria. **Meu companheiro: 40 anos ao lado de Carlos Prestes.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre história.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 1996.

QUINALHA, Renan. **A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira.** In: GREEN, James.; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **Caetano Veloso: corpo, roupa e música desafiando a ditadura militar no Brasil.** Revista Brasileira de Psicanálise. Volume 48, n. 3, 127-139. São Paulo, 2014.

REICH, Wilhelm. **A função do orgasmo.** Tradução de Maria Glória Novak. São Paulo: Brasiliense, 1982.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Milton Milanez. São Carlos: Clara Luz, 2005.

ROBINSON, Paul A. **A esquerda freudiana: Wilhelm Reich, Geza Roheim, Herbert Marcuse**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

RODRIGUES, Jorge Caê. **Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura**. In: GREEN, James.; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. **De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: homossexualidades na ditadura**. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014.

ROCHA, Janes. **Os outubros de Taiguara. Um artista contra a ditadura: música, censura e exílio**. São Paulo: Kuarup, 2014.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo na civilização ocidental**. Tradução de .Rio de Marcos Aarão Reis. Janeiro: Edições Bestbolso, 2008.

SEVCENKO, N. **O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. In: SEVCENKO, N. (Org.). História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do Rádio. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 7 a 48.

SILVA, Deonísio. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. **Tortura no Brasil, uma herança maldita**. In: COORDENAÇÃO GERAL DE COMBATE À TORTURA. (Org.). Tortura. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VICENT, G. **Uma história do segredo?** In: PROST, A.; VICENT, G. (Orgs.). História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias. V. 5. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 155-390.